



Faculdade de Educação da Unicamp



Avaliação Institucional

1999-2003

Fevereiro de 2005



UNICAMP

FORMULÁRIO U1
AVALIAÇÃO INTERNA
RELATÓRIO QUINQUENAL PARA AS UNIDADES DE ENSINO E PESQUISAS E DO
CESET

Período a que se refere a Avaliação

01/1999 a 12/2003

Unidade

Faculdade de Educação

Nome do(a) Diretor(a)

Jorge Megid Neto

Nome do Diretor(a) Associado(a)

Regina Maria de Souza

Comissão Interna de Avaliação

Regina Maria de Souza (Presidente)

Guilherme do Val Toledo Prado

Nora Rut Krawczyk

Valério José Arantes

Maria do Carmo Martins

Luis Enrique Aguilar

Sivaldo Luís Martinelli

Rosa Maria Marins Gobbi Sebinelli

Sonia Giubilei

Renê José Trentin

Vicente Rodriguez

Maria Inês Petrucci dos Santos Rosa

Antonio Miguel

Cármen Lúcia Rodrigues Arruda

Marina Helena Paranhos Cilumbriello

Data de encaminhamento

31/01/2005

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE DE ENSINO E PESQUISAS

1.1. HISTÓRICO

Vide Item 2 do Relatório Final

Breves informações sobre a história da Faculdade de Educação da Unicamp (p. 8)

Breve resgate dos conteúdos da Auto-Avaliação Institucional realizada pela Faculdade de Educação no período 1989-1992 (p. 10)

1.2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

1.2.1. DESCRIÇÃO

Vide Item 3 do Relatório Final

Formas de organização – 1999 a 2003 (p. 15)

Descrição das comissões permanentes e forma de escolha de seus membros; detalhamento dos principais mecanismos institucionais de tomada de decisão (p. 15)

Comissões Acadêmicas e Administrativas da Faculdade de Educação (p. 17)

Descrição do quadro docente por departamento, com a correspondente titulação, nível de carreira e data de ingresso na instituição (p. 24)

Descrição das estruturas administrativas e organograma com o correspondente quadro funcional existente (p. 30)

Quadro Funcional (p. 34)

Evolução do quadro de pessoal nos últimos anos (p. 40)

Quadro Docente (p. 40)

Quadro de Funcionários (p.42)

Centro ou Núcleo Interdisciplinar (p. 47)

1.2.2. AVALIAÇÃO INTERNA

Vide Item 3 do Relatório Final

Avaliação interna das formas de organização, gestão e qualificação (p. 49)

Qualificação do Pessoal Docente (p. 49)

Qualificação do Pessoal Não Docente – Funcionários (p. 50)

Qualidade da gestão administrativa da unidade CEE 04/00 (p. 53)

Vide Item 4 do Relatório Final

Infra-estrutura física da Faculdade de Educação (p. 57)

2. AVALIAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES DE PESQUISAS

Vide Itens 6 e 7 do Relatório Final

Ensino de pós-graduação e formação do pesquisador (p. 132)

Produção cultural e científica (p. 145)

3. AVALIAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Vide Itens 5 e 6 do Relatório Final

Ensino de graduação e formação profissional (p. 73)

Ensino de pós-graduação e formação do pesquisador (p.132)

3.1. AVALIAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Vide Item 5 do Relatório Final

Ensino de graduação e formação profissional (p. 73)

3.2. AVALIAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES DE ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO

Vide Item 6 do Relatório Final

Ensino de pós-graduação e formação do pesquisador (p. 132)

4. AVALIAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E SERVIÇOS À COMUNIDADE

Vide item 8 do Relatório Final

Ações comunitárias e Extensão (p. 185)

5. AVALIAÇÃO INTERNA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE GESTÃO

Vide Item 3 do Relatório Final

Qualidade da gestão administrativa da unidade CEE 04/00 (p. 53)

As formas de administração e de gestão da Unicamp no seu conjunto e seu impacto para o bom exercício das atividades fins (p. 55)

6. AVALIAÇÃO INTERNA DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS

Vide Item 9 do Relatório Final

Avaliação interna da disponibilizade de recursos financeiros (p. 188)

Sumário

1. Contexto histórico e político da realização do presente relatório	4
2. Breves informações sobre a história da Faculdade de Educação da Unicamp	8
3. Gestão administrativa e financeira da FE	15
4. Infra-estrutura física da Faculdade de Educação	57
5. Ensino de graduação e formação profissional.....	73
6. Ensino de pós-graduação e formação do pesquisador	132
7. Produção cultural e científica	145
8. Ações comunitárias e Extensão	183
9. Avaliação interna da disponibilização de recursos financeiros.....	189
10. Conclusão.....	198

Comissão de Avaliação Institucional FE

Regina Maria de Souza (presidente)

Guilherme do Val Toledo Prado

Sonia Giubilei

Nora Rut Krawczyk

Renê José Trentin

Valério José Arantes

Vicente Rodriguez

Maria do Carmo Martins

Maria Inês Petrucci dos Santos Rosa

Luis Enrique Aguilar

Antonio Miguel

Sivaldo Luís Martinelli

Cármen Lúcia Rodrigues Arruda

Rosa Maria Marins Gobbi Sebinelli

Marina Helena Paranhos Cilumbriello

Comissão de Redação Final do Relatório

Regina Maria de Souza

Jorge Megid Neto

Rosa Maria Marins Gobbi Sebinelli

Agueda Bernardete Bittencourt

Antonio Miguel

César Nunes

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira

Guilherme do Val Toledo Prado

Roberta Gurgel Azzi

Colaboradores diretos com os trabalhos da Comissão de Avaliação Institucional

Heloisa Helena Pimenta da Rocha

José Claudinei Lombardi

Gilberto Oliani

Gildenir Carolino Santos

Luciane Aparecida Grandin

Agradecimentos: Muitas foram as contribuições para a elaboração do presente texto, levantando dados, redigindo relatórios, textos avaliativos, fazendo a leitura e acompanhamento dos textos já produzidos, enfim, oferecendo as condições operacionais e administrativas para a finalização do

trabalho. Portanto, registrem-se os agradecimentos e o reconhecimento da Comissão de Avaliação Institucional para as Secretárias de Departamento, Técnicos em Administração, Estagiários e outros Apoios Administrativos que se envolveram no processo:

Ana Maria Arantes

Ana Maria Gonzaga dos Santos

Cleonice Pereira Pardim

Giselle Eliza de Carvalho Teixeira

Gislene Perpétuo Gonçalves

Joyciane Melgaço Neves

Lídia Luis Paze

Márcia de Lourdes Gomes

Margareth Cristina Santini

Vera Lúcia Gonçalves

1. CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DA REALIZAÇÃO DO PRESENTE RELATÓRIO

O processo de Avaliação Institucional da Unicamp colocou a Faculdade de Educação frente a uma necessária auto-avaliação, pois a simples apresentação de seus dados quantitativos, ainda que contextualizados, não seria suficiente para dimensioná-la, nem como unidade em si mesma, nem em sua relação com as instituições externas à universidade, e tampouco perante a política econômica que se vem instalando na condução de instituições de sua natureza. Assim, a Avaliação teve início com uma discussão dos aspectos mais amplos que o tema comporta.

As discussões ocorreram nos vários grupamentos que organizam a Faculdade de Educação (FE), seus Departamentos, Coordenações, Direção, Setores Administrativos e no interior da própria Comissão Interna de Avaliação. Também ocorreram reuniões abertas a toda a comunidade, para apresentação e discussão do processo de auto-avaliação e seus resultados parciais.

Procurando incorporar, tanto quanto possível, as diferentes perspectivas sobre o processo, a Faculdade incluiu-se nas discussões promovidas pelo GT Reforma Universitária da Adunicamp, trazendo para suas dependências um dos eventos do “Ciclo de Debates – SOS Universidade Pública”. O debate realizado na FE sobre o tema “A Avaliação no Contexto da Reforma Universitária”, no dia 22 de setembro de 2004, contou com a participação dos professores Ângelo Cortelazzo, Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação e Professor do Instituto de Biologia da Unicamp, e Míriam Limoeiro Cardoso, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

Docentes e funcionários, em número expressivo, estiveram presentes no debate, além de boa parte dos membros da Comissão de Avaliação Institucional da Faculdade. As discussões acentuaram preocupações relacionadas ao modo como disseminar – interna e externamente – um processo avaliatório de grande complexidade; às várias formas de exercício de poder presentes e atuantes em suas etapas; e às conseqüências que um processo como esse pode exercer sobre o que é avaliado.

Esse evento coincidiu com o processo de exame, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Reforma Universitária, assunto polêmico que tem alimentado inúmeros debates nas universidades do País e mobilizado todos os seus segmentos. Nesse contexto, uma outra preocupação se agregou às demais: o quanto – ou de que modos – o Programa de Avaliação Institucional pode, em futuro próximo, se integrar a atos ou procedimentos de novas reformas das universidades públicas.

Um outro fato é que, durante o processo de auto-avaliação na FE, a Unicamp, a Usp e a UnitaU aprovaram a não adesão ao Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e ao Enade (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante), neste ano de 2004. Nos debates ocorridos, a preocupação com a autonomia universitária fazia-se forte.

Inserida nesse contexto político, que suscita questionamentos de diversas ordens e naturezas, a Faculdade de Educação resolveu realizar sua auto-avaliação. Os motivos que a levaram a essa decisão, além daqueles estabelecidos no processo de Avaliação Institucional da Unicamp, foram os mesmos que conduziram a FE a sua primeira auto-avaliação em 1992, de cujo relatório faz parte o trecho a seguir:

Em primeiro lugar, pelos aspectos positivos inerentes à avaliação, dado que ela permite maior transparência, maior clareza da relação entre os objetivos visados e os meios utilizados, assim como do significado social das ações empreendidas, possibilitando efetivar, de maneira intencional, a correção das distorções eventualmente detectadas.

Em segundo lugar, porque a simples recusa a participar do processo tenderia a reforçar as suspeitas que têm recaído sobre as instituições públicas, em geral, e sobre a universidade pública, em particular.

Em terceiro lugar, porque também é de nosso interesse conhecer com clareza qual é a nossa situação, quais os pontos positivos e negativos,

até mesmo para estarmos em condições de desmontar objetivamente as eventuais tentativas de utilização da avaliação em favor de objetivos dos quais discordamos como é o caso do reforço às políticas de privatização do ensino superior.¹ (Relatório Final do 1º Processo de Avaliação Institucional da FE/Unicamp, em 1992)

É evidente que a posição atual da Faculdade de Educação, em relação a um processo avaliativo, se manteve por mais de uma década em seus princípios básicos: (1) compromisso com a transparência política e social das ações que realiza; (2) responsabilidade por sua própria transformação interna, corrigindo distorções e propondo novas diretrizes a partir da análise crítica de seus objetivos, dos meios utilizados e dos resultados conseguidos; (3) comprometimento ético de intervenção e participação, de distintos modos e em várias esferas, nos rumos da educação no Brasil.

A partir de tais considerações, a Direção da FE passou a coordenar o processo de Avaliação Institucional da unidade, implementando as diretrizes traçadas pela Administração Central da Universidade e pelo Conselho Universitário – Consu, e também as deliberações da Congregação-FE sobre o tema.

O processo de auto-avaliação teve início, desse modo, com a instituição da Comissão Interna de Avaliação Institucional. No começo, a equipe, tal como aprovada pela Congregação em abril de 2004, era composta pela Direção (diretor e diretora associada) e pelas Chefias de Departamento.

Tendo em vista a demanda do trabalho e o modo como foi planejado internamente, a Comissão foi ampliada na 186ª Reunião Ordinária da Congregação, realizada em 29 de setembro de 2004. Em sua nova composição, além dos chefes de departamento, foram incluídos os coordenadores de curso (Pedagogia, Licenciaturas e Pós-Graduação) e os servidores responsáveis pela interface com o Centro de Computação, pela editoração e pela participação na redação do texto relativo à administração. A presidência da comissão coube à Diretoria Associada que, entre outras atribuições, assumiu a organização e integração do fluxo de informações, a partir da necessária articulação entre Secretarias (de cursos e de departamentos), funcionários da Administração Central da FE, estagiárias e corpo docente. Para realização da Avaliação Interna, várias reuniões ocorreram, visando distribuir as ações imprescindíveis à concretização do processo. Definiu-se que cada departamento e cada uma das coordenações de curso fariam sua própria auto-avaliação, a partir de um conjunto de parâmetros definidos pelo Formulário U1 – Avaliação Interna – Relatório Quinquenal, aprovado pelo Conselho Universitário da Unicamp em 30 de março de 2004.

Como ponto de partida, já que a Universidade havia escolhido como referencial o Banco de Dados sobre a produção acadêmica interno à Unicamp, o Sistema de Informação de Pesquisa e Extensão – Sipex —, solicitou-se ao Centro de Computação a impressão da consolidação das informações aí registradas, para uma primeira análise de como estariam expressos tais dados, sobre a precisão (ou não) das informações. O material totalizou, na oportunidade, aproximadamente 1.200 páginas, que precisaram ser agrupadas por itens e em volumes, para permitir o seu manuseio.

A partir de uma análise preliminar do material, a Comissão resolveu fazer uma cuidadosa revisão dos dados expressos no Sipex. Esse trabalho foi realizado pelas secretárias de departamento e por duas funcionárias da Pós-Graduação durante os meses de julho e agosto de 2004.

Essa fase do processo apontou uma série de dificuldades presentes no Sipex. Entre elas, destaca-se a ausência de campos específicos para a inserção de certos dados, que obriga sejam computados em itens que não esclarecem sua especificidade. Por exemplo, não há um campo específico para a inserção de dados relativos a: entrevistas em jornais ou revistas, homenagens recebidas, orientações de TCC, *orelha* ou *apresentação de livro* (esta produção só pode ser inserida no campo *outras produções bibliográficas*). Também é impossível registrar no Sistema informações como: tese de doutorado de docente da casa que obteve progressão na titulação (MS-

¹ CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 63ª Sessão Ordinária – Auto-avaliação da Faculdade de Educação, p. 1 – 2. Campinas: Unicamp, 01.04.1992.

2 para MS-3); participação de docente da casa em programas de pós-doutoramento; nível acadêmico do docente para além do título de doutor.

Outros problemas com o Sipex ainda foram observados e dificultaram sobremaneira os trabalhos iniciais da Comissão:

- a) A listagem interna dos projetos discentes de pós-graduação não se compatibiliza com os dados disponibilizados pela Diretoria Acadêmica (DAC) da Unicamp. O mesmo ocorre com a relação de bancas examinadoras da Faculdade.
- b) As atualizações — conclusão ou alteração de datas — nos Projetos Fapesp não podem ser feitas, pois não há acesso a elas.
- c) A migração de dados do Curriculum Lattes para o Sipex não se faz adequadamente, por não serem as *máscaras* compatíveis: no primeiro, o registro da produção considera apenas o ano, já no Sipex é necessária a explicitação também do mês, de forma que todos os dados da produção do pesquisador acabam perdidos na migração.

Vale ressaltar que nessa etapa do processo de Avaliação a Comissão recebeu enorme colaboração de todos os docentes, revendo seus dados no quinquênio e efetivando os ajustes devidos junto às secretárias de departamento. Estas, por sua vez, tiveram papel crucial nesta fase em especial, quer pela dedicação à tarefa, quer pela disponibilidade e empenho em superar, através de recorrentes consultas ao Centro de Computação, os problemas da Plataforma Sipex. O grande volume de serviço dessa etapa demandou a inclusão, junto ao grupo formado pelas cinco secretárias de departamentos e pelas funcionárias da Coordenação de Pós-Graduação, de uma pedagoga da Coordenação de Graduação e três estagiárias.

A fim de construir um relatório que pudesse retratar de maneira fiel e crítica as condições do trabalho produzido pela Faculdade de Educação, a Comissão julgou que os dados deveriam ser apresentados ano a ano – de 1999 a 2003 – e não de forma global, o que poderia mascarar efeitos de variáveis importantes, como o impacto das aposentadorias ou do aumento do número de turmas na graduação sobre as condições de trabalho dos docentes, ou ainda impedir a análise da evolução dos inúmeros parâmetros ao longo do período.

Como o Centro de Computação gerou os resultados globais do quinquênio, conforme definido pela Comissão Geral de Avaliação da Unicamp, foi preciso elaborar um banco de dados interno, no qual o desempenho de cada departamento foi registrado ano a ano para cada um dos parâmetros de avaliação aprovados pelo Conselho Universitário. Com isso pôde-se garantir a visibilidade julgada necessária pela FE, para fins de análise da produção e desenvolvimento da avaliação.

Durante a finalização dessa fase do processo, a Comissão reuniu-se várias vezes para decidir a estrutura do texto da avaliação e a natureza das análises a serem feitas. A partir do Formulário UD – 1 – Avaliação Interna – Relatório Quinquenal, definido pelo Conselho Universitário como roteiro para a avaliação, a Comissão distribuiu os itens a serem levantados e discutidos pelos departamentos, e incluiu as Coordenações de Curso (Pedagogia, Licenciaturas, Pós-Graduação) e Coordenação de Extensão no processo, por considerar que poderiam contribuir para uma visão mais completa da unidade, ao trazer uma visão distinta daquelas dos departamentos. Foi elaborado, assim, o Quadro de Distribuição dos Itens de Avaliação Institucional, contendo os aspectos a serem considerados pelos departamentos, coordenações de curso e administração central. Nessas diferentes instâncias, coube a seus responsáveis a coordenação da redação dos relatórios parciais. À medida que os trabalhos foram se desenvolvendo, a Comissão foi atualizando seu cronograma de atividades de modo a atender aos prazos pré-definidos.

O passo seguinte foi a constituição de uma Comissão de Redação Final do Relatório. Esta Comissão, composta por alguns membros da Comissão de Avaliação e por docentes que se dispuseram a colaborar nessa fase, definiu a estrutura que deveria ter o parecer interno da Faculdade em relação a seu desempenho no quinquênio, a partir das avaliações parciais. Também se ocupou da redação final do texto, incorporando os relatórios e avaliações parciais recebidos dos vários setores acadêmicos e complementando com novas informações sempre que necessário. Desse modo, o texto final do Relatório inicia-se com esta breve apresentação do contexto histórico

e político que envolveu a realização da avaliação e a sistemática do trabalho assumido pela FE. A seguir, apresentam-se informações sobre a história da FE e sobre a avaliação institucional anterior, relativa ao período 1989-1992. Após, adentra-se à avaliação propriamente dita do período 1999-2003, apresentando-se dados, análises e conclusões com respeito aos seguintes aspectos: Gestão administrativa e financeira; Disponibilidade de recursos financeiros; Infra-estrutura física; Ensino de graduação e formação profissional; Ensino de pós-graduação e formação do pesquisador; Produção cultural e científica; Ações comunitárias e extensão; Conclusões finais.

2. BREVES INFORMAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP

A Faculdade de Educação da Unicamp foi criada em outubro de 1972 para atender as disciplinas de caráter pedagógico componentes do Currículo das Licenciaturas existentes à época. O curso de Pedagogia começou a funcionar em 1974, para formar especialistas em Educação em uma das possíveis habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de Segundo Grau.

De seu início até o momento, houve quatro reformulações no curso de Pedagogia: 1979, 1984, 1992 e 1996. Em todas elas, as discussões realizadas refletiam para o interior da Faculdade os resultados das pesquisas na área, os debates dos movimentos organizados de professores em âmbito regional e nacional, bem como as disputas desses movimentos com as instâncias governamentais. Internamente, professores e coordenadores de cursos buscavam saídas para o desafio de pensar um currículo de/para Pedagogia que tivesse o trabalho pedagógico e a pesquisa como eixos articuladores entre teoria e prática.

Vale lembrar que, durante todo esse período – 1974 a 1993 –, a atuação do pedagogo nas séries iniciais concorria com os professores formados pelas Escolas Normais. Concorrência que, nos concursos públicos para contratação de professores, nem sempre favorecia o pedagogo, dado que sua formação voltava-se, principalmente, para a atuação em disciplinas pedagógicas dos cursos de magistério no ensino do então segundo grau, ou para o trabalho como especialista de educação nos diversos níveis escolares.

Em 1993, a estrutura curricular do curso de Pedagogia da FE/Unicamp tinha a formação de professores como base e as disciplinas que compunham a Habilitação Magistério das Séries Iniciais passaram a ser obrigatórias a todos os alunos do curso.

A última reformulação curricular teve início em 1996 e foi implementada em 1998. Como resultado do processo de discussões e decisões internas, foram extintas as habilitações, o que reflete a opção por uma concepção não fragmentária do curso de Pedagogia. O eixo norteador do currículo pautou-se pela formação de professores para atuar nas séries iniciais, a partir do trabalho investigativo. Desde então, tal característica mantém-se como articulação indissociável entre teoria e prática.

Em relação ao curso de Pós-Graduação na Faculdade de Educação, sua história se inicia em agosto de 1975, com a implantação do Curso de Mestrado em Educação.

As disciplinas e demais atividades do programa foram delegadas às cinco áreas de concentração existentes na época, em torno das quais, em 1986, foram institucionalizados os cinco Departamentos atuais: DASE – Departamento de Administração e Supervisão Educacional; DECISAE – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação; DEFHE – Departamento de Filosofia e História da Educação; DEME – Departamento de Metodologia de Ensino; DEPE – Departamento de Psicologia Educacional.

Em 1980, a pós-graduação da FE expandiu-se com a implantação do Curso de Doutorado em Educação, que foi, progressivamente, se compondo nas mesmas cinco áreas de concentração equivalentes aos departamentos. Em 1994, foi criada uma área interdepartamental – Educação Matemática – que se somou às existentes, tanto para o Mestrado como para o Doutorado.

A partir de 1997, a Pós-Graduação da Faculdade se ampliou com a criação do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, para além do mestrado e doutorado em Educação já existentes.

O Programa de Pós-Graduação em Educação continuou a se desenvolver nas seguintes áreas: Psicologia, Educação e Desenvolvimento Humano; Educação Matemática; Educação, Ciência e Tecnologia; Ensino, Avaliação e Formação do Professor; História, Filosofia e Educação; Políticas de Educação e Sistemas Educativos; Educação, Política, Sociedade e Cultura; Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

A pós-graduação em Gerontologia foi habilitada a funcionar nas modalidades Mestrado e Doutorado, sendo que este último funcionou até 2001 quando foi desativado por envolver uma gestão acadêmica e administrativa complexa, que impôs desafios que não puderam ser superados. Seus alunos foram, então, acolhidos pelo Programa de Educação, o que permitiu a conclusão regular de seus trabalhos. O programa de Mestrado mantém-se até o presente momento, realizando anualmente seu processo seletivo.

Entre 1996 e 1998, o programa de pós-graduação passou por um processo de análise e discussão interna nas várias instâncias colegiadas da Faculdade, culminando, em junho de 1998, com a aprovação, pela Congregação da Faculdade, de uma nova configuração para ele. Passou a se organizar em áreas temáticas decorrentes do conjunto das pesquisas que se vinham realizando na Faculdade, e não mais em torno dos campos disciplinares que caracterizavam os departamentos. Após um período de acomodação, a composição do programa fixou-se em 08 áreas temáticas, que permanecem até o momento.

Os cinco departamentos iniciais foram mantidos, tendo em vista que desempenhavam papel significativo na estrutura administrativa da vida acadêmica dos docentes e das atividades afetas ao ensino de graduação. As atividades relacionadas à pós-graduação, por seu turno, eram propostas e executadas pelas áreas temáticas, cada uma delas coordenada por um docente escolhido por seus pares, os quais integravam a Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (CPG – FE). É preciso citar, porém, que o Departamento de Filosofia e História da Educação, dentre todos, manteve a identificação entre área temática e departamento.

Do ponto de vista acadêmico e administrativo, as dificuldades que a duplicidade departamento/área impunham a um funcionamento mais orgânico da unidade passaram a ser cada vez mais insustentáveis. Esse foi um dos principais motivos para a elaboração do Regimento Interno da Faculdade de Educação. Em outubro de 2002, foi constituída uma Comissão Especial para redigir uma minuta desse documento.

Foram realizadas várias discussões internas em diferentes instâncias colegiadas e em reuniões gerais abertas a todos os membros da comunidade. Nos debates, a busca por uma estrutura acadêmica que melhor atendesse às atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de extensão sempre se colocou como uma questão prioritária. Ao longo do processo, a Faculdade optou pela estrutura departamental, porém reorganizando os cinco departamentos a partir da dinâmica de ensino e pesquisa suscitada pela organização em áreas temáticas. Assim sendo, os novos departamentos, ainda em processo de aprovação nos órgãos colegiados superiores da Universidade,² deixam de se organizar a partir de campos disciplinares estáticos, já estabelecidos desde a década de 70, e passam a decorrer dos campos temáticos de pesquisa e suas inter-relações com o ensino de graduação e de pós-graduação. Com essa nova organização departamental, espera-se que a dinamicidade da pesquisa alcance principalmente os currículos de graduação, intensificando a articulação entre ensino e pesquisa na Faculdade.

Esse registro cronológico dos acontecimentos que dizem respeito à institucionalização da Unidade é um roteiro importante: indica a rapidez com que a Faculdade de Educação consolidou-se na Universidade e os principais entraves por que passou no seu processo de institucionalização. Contudo, a objetividade da cronologia não faz justiça à contribuição que a Faculdade tem oferecido para a área de Educação no Brasil.

Sua relevância foi conquistada ao longo de uma história que não pode ser apagada. De fato, a Faculdade de Educação, à medida que consolidava sua pós-graduação, conquistava uma importância acadêmica cada vez maior. Em meados da década de 70, como várias outras unidades de ensino da Universidade, a Faculdade recebeu destacados intelectuais de sua área,

² O Regimento Interno da Faculdade foi aprovado inicialmente em 31 de março de 2004 pela Congregação, sofrendo pequenas alterações em agosto e em dezembro desse mesmo ano. Sua aprovação final ocorreu no Conselho Universitário em 14 de dezembro de 2004. Simultaneamente ao processo de aprovação do Regimento, a FE encaminhou para análise das instâncias superiores uma proposta de reorganização departamental. Nela figuram 06 departamentos, um a mais em relação àqueles existentes no final de dezembro de 2003. Enquanto a aprovação final não ocorre, a Faculdade tem se empenhado em fazer os ajustes processuais necessários à eliminação da duplicidade de organização acadêmica e administrativa gerada pela coexistência departamento – área.

perseguidos e discriminados pelo regime militar da época. Nessa condição, passaram a integrar seu quadro, entre outros, os professores Casimiro dos Reis Filho, Maurício Tragtemberg, Evaldo Amaro Vieira, Luiz Antonio da Cunha, Joel Martins e Dermeval Saviani convidados a colaborar na implantação do programa de pós-graduação. Numa fase seguinte, pelos idos dos anos 80, vieram também Paulo Freire, Moacir Gadotti, Vanilda Paiva, Gilberta Januzzi, para nomear somente alguns. Pensadores cujas reflexões alimentaram e nutriram a discussão sobre Educação no Brasil, em vários campos de conhecimento, e permanecem como grandes referenciais da produção acadêmica e científica contemporânea em Educação. Além da extensa produção publicada, orientaram dissertações e teses de muitos dos pesquisadores que ainda hoje compõem o corpo docente da Faculdade. O espírito de todo esse trabalho sempre foi e continua sendo o compromisso social como cerne das produções da unidade em todas as suas esferas.

A preocupação desses intelectuais, francamente envolvidos com os problemas de justiça social, fossem militantes políticos ou não, conferiu aos cursos e à produção da FE, no ensino, na pesquisa e na extensão um perfil muito especial.

Diferenças teóricas, militâncias partidárias, correntes filosóficas à parte, as ações da FE registram um trabalho de formação de educadores muito ligado às dificuldades enfrentadas no contexto político, econômico, social e cultural da região em que está inserida. Projetos de pesquisa em pós-graduação e extensão, integrados a trabalhos de conclusão de curso e projetos de iniciação científica, que tematizam os problemas enfrentados pela população, são uma constante. Estudos que não apenas retratam a realidade social, mas realizam propostas para a transformação dessa mesma realidade.

Assim, apesar da origem modesta, a Faculdade de Educação da Unicamp construiu, ao longo de sua história, uma participação sólida no pensamento nacional sobre Educação, nas proposições de políticas e cursos em sua área, com a participação de docentes nas várias instâncias administrativas e deliberativas em nível regional e nacional. Os numerosos convênios e acordos de cooperação internacionais têm garantido uma interação fundamental na produção de conhecimento, permitindo que a produção nacional seja alimentada pela salutar troca de experiências com o exterior, ao mesmo tempo em que fazemos nossa produção ser representada fora do País.

Entre vários fatos e situações que poderiam ser destacados, é expressão do lugar ocupado pela FE no cenário nacional a criação, nesta universidade, da Conferência Brasileira de Educação (CBE: 1978-1986), palco privilegiado de debates sobre a LDB – Lei 9394/1996. Além disto, cabe destacar a fundação do Centro de Estudos de Educação e Sociedade, responsável pela publicação de uma das mais importantes revistas da área – Educação e Sociedade, lançada em novembro de 1978, durante o I Seminário de Educação Brasileira na FE/Unicamp.

Breve resgate dos conteúdos da Auto-Avaliação Institucional realizada pela Faculdade de Educação no período 1989-1992

A Faculdade de Educação concluiu, no ano de 1992, sua primeira Auto-Avaliação. Transcorridos quase quinze anos, novamente estamos frente à trabalhosa e complexa tarefa de sistematizar, analisar e avaliar nossa Faculdade.

É neste movimento de recontar aspectos importantes da trajetória da Faculdade de Educação que inserimos este item que destaca as principais considerações apresentadas no texto da Auto-Avaliação do período relativo aos anos de 1989-1992 — que dizem respeito a informações que não serão encontradas nas considerações e nos resgates históricos dos itens que integram o presente relatório. Com certeza a possibilidade de “conhecer” como éramos naquele período pode fornecer pistas importantes para a verificação das inúmeras transformações vividas pela unidade desde então, já que no atual relatório estão disponíveis as informações que retratam uma história mais recente, que ilustra e evidencia a configuração que ela tem no momento. Decorridos tantos anos, é compreensível que as estruturas dos dois relatórios, o de 1992 e o de agora, sejam bem diferentes, mas ambos, cada um em seu tempo, permitem a apreensão dos pontos mais e menos fortes, bem como os desafios presentes ao coletivo da unidade em busca de melhorias em seus

contextos de atuação profissional, para o cumprimento das ações que cabem à unidade, no conjunto de ações da Universidade.

O relatório produzido em 1992 continha um longo texto no qual estavam entrelaçadas várias informações e posicionamentos avaliativos sobre as condições, conquistas e desafios identificados naquele momento. Acompanhavam esse texto — e a ele davam suporte — os relatórios específicos produzidos pelas três coordenações de curso (Licenciaturas, Pedagogia e Pós-Graduação) e pelos cinco departamentos existentes até a reformulação ocorrida em 2004: o DASE, DEFHE, DECISAE, DEME e DEPE.

A estrutura do texto resgatava dados históricos sobre a fundação da FE, objetivos da mesma e em seguida apresentava considerações sobre: corpo docente e discente, estrutura curricular, produção acadêmico-científica, atividades de extensão e infra-estrutura.

A leitura da síntese do relatório aqui apresentada, confrontada com as informações que serão apresentadas mais adiante, relativas ao período de 1999-2003, possibilitará ao leitor alguns parâmetros sobre quanto a Faculdade mudou desde 1992.

Em agosto de 1992, o corpo docente da Faculdade de Educação era composto por 109 docentes distribuídos pelos cinco departamentos. O quadro mostra que, do conjunto de docentes, 91% estavam, naquele ano, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP —, coerente com a política da universidade.

Quadro 1. Docentes por departamento e regime de trabalho em 1992

Departamentos	Regime de Trabalho		
	RDIDP	RTC	TOTAL
DASE	16	3	19
DECISAE	11	1	12
DEFHE	16	3	19
DEME	33	2	35
DEPE	23	1	24
TOTAL	99	10	109

No que diz respeito ao nível na carreira universitária, a distribuição dos docentes mostra (Quadro 2) que 49,6 % encontravam-se no nível MS-3, 23,8% no MS-2, 11,9% no MS-5, 7,3% no MS-4, 4,6% no MS-6 e 2,8% no MS-1. Um aspecto positivo revelado pelos dados é que 73,4% do corpo docente possuíam pelo menos o título de doutor e que as instituições de formação dos docentes mostravam que a Faculdade de Educação não era uma unidade em que primava a endogenia. A concentração maior dos professores nos níveis MS-3 e 2 anunciava, naquela oportunidade, uma preocupação da unidade em incentivar os professores a realizar concursos de livre docência, adjunto e titular (correspondentes, na época, aos níveis de MS-4, MS-5 e MS-6), de forma a ser possível uma melhor distribuição entre os níveis. Esta questão não está ligada apenas a uma distribuição mais uniforme, mas sim ao fato de que, na política universitária, em geral, diferentes níveis na carreira indicam diferentes atividades, níveis de participação e de responsabilidade do docente na instituição.

Quadro 2. Docentes por departamento e nível na carreira docente em 1992

Departamentos	Nível na Carreira Docente						Total
	MS-1	MS-2	MS-3	MS-4	MS-5	MS-6	
DASE	1	4	9	2	2	1	19
DECISAE	1	2	8	1	-	-	12
DEFHE	-	2	9	3	2	3	19
DEME	1	14	13	4	3	-	35
DEPE	-	4	15	3	1	1	24
TOTAL	3	26	54	13	8	5	109

Além das características do corpo docente apresentadas até aqui, informações relativas aos cursos e outros aspectos do contexto da FE se fazem necessários.

No ano de 1991 a Faculdade de Educação atendia um conjunto de 1.600 (hum mil e seiscentos) alunos, distribuídos da seguinte forma: 1.150 em cursos de Graduação (Licenciatura, 800 e Pedagogia, 350) e 450 na Pós-Graduação.

A relação professor-aluno, no geral, era de 13,9; se retirados do cálculo os alunos de licenciatura, a média ficava em 6,8. Em qualquer cálculo feito, e o primeiro é o mais correto, o que se verifica é que a Faculdade de Educação já trabalhava, naquela oportunidade, com alto grau de compromisso com a docência, o que, com certeza, gerou sobrecarga aos docentes, em razão de vários fatores, como simultaneidade entre exercício de funções administrativas, aulas na graduação e pós-graduação, pesquisa e orientação, por exemplo, mas também porque junto com esses fatores houve queda no número de docentes da unidade — em 1989, eram 119 e, em 1991, o total de docentes era de 109.

Para além das atividades de sala de aula, o relatório indicava que 63 professores da unidade orientavam alunos de pós-graduação. A despeito da já existente Resolução CCPG 57/75, que fixou em 6 (seis) alunos por professor o número “ideal” de orientações, o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação mostrava ainda não ter dado conta de ajustar o fluxo de orientação em torno dessa recomendação, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 3. Número de professores de acordo com o número de orientandos em 1992

Número de orientandos por professor	Número de professores* de acordo com o número de orientandos
1	7
2	13
3	9
4	11
5	7
6	5
7	4
8	2
9	2
10	2
11	1
(262)	(63)

*15 orientadores eram externos e não constam deste quadro

Alguns indicadores da produção acadêmica, presentes no relatório:

- Ampla participação docente em eventos científicos e em atividades de extensão (consultoria, assessoria, atividade em sociedades científicas, etc), bem como vários projetos de pesquisa financiados por agências de fomento externas à Unicamp.
- Importante crescimento no setor de publicações: “Comparando-se os anos de 1990 e 1991 verifica-se que houve um incremento significativo no número de publicações cujo total passou de 39 para 90.” (p.35)
- Levantamento efetuado em 1989 registrou a existência de 20 grupos de pesquisa.
- Criação, em 1990, da Revista da Faculdade de Educação, Revista *Pro-Posições*, de periodicidade quadrimestral, com o objetivo de divulgar trabalhos tanto de alunos e professores da FE quanto de pesquisadores externos. Foi uma das conquistas daquele período.

Outros aspectos marcantes estão referidos no primeiro documento de Auto-Avaliação institucional:

- A unificação das estruturas curriculares do curso de Pedagogia nos períodos diurno e noturno foi aprovada em 1992, para vigorar em 1993. O curso diurno passaria, então, a ser matutino (p.29) .
- A relação candidato/vaga para ingresso na pós-graduação, vale mencionar, correspondia a três vezes o número de vagas e o conceito Capes para o Programa era A. Além disso, é preciso registrar que, em 1989, por conta da Resolução CPG/FE nº02/89, teve início uma sistemática de acompanhamento e supervisão do processo seletivo de ingresso por comissão específica.
- A Comissão Especial de Bolsas, criada pela Resolução CPG/FE nº03/89, também data de 1989.

- A concessão de bolsas foi também uma conquista, pois não havia, segundo o relatório, tradição de demandar sistematicamente agências financiadoras no âmbito dos Programas de Iniciação Científica. Esta situação tende a se alterar positivamente a partir das bolsas de iniciação científica concedidas pelo CNPq através da Pró-Reitoria de Pesquisa. (p.19).
- A infra-estrutura da unidade é detalhada, no relatório, em seus espaços, recursos físicos e humanos, equipamentos e recursos financeiros disponíveis naquele período. Ganhos e dificuldades foram mencionados e era possível verificar quanto a unidade identificava caminhos que levariam ao encontro de melhores condições para o desenvolvimento das atividades fins da Faculdade.
- Uma análise crítica sobre a conjuntura da universidade e suas relações com o contexto social mais amplo — é importante mencionar — é perceptível em todo o relatório. E dentre essas análises podemos encontrar, já naquele relatório, um alerta de que a política educacional, implantada em âmbito mais geral, poderia nos levar a enfrentar a perda de um número grande de professores, por aposentadoria.

É necessário destacar que, embora este tópico tenha por objetivo o resgate de alguns elementos do relatório da primeira avaliação da unidade, ele não dá conta de ser justo em todos os aspectos e com todas as nuances das atividades e compromissos da unidade, naquele período. Alguns aspectos relativos à estrutura curricular da graduação e pós-graduação não foram aqui destacados por aludirem a uma particularidade relativa apenas àquele momento e por não acrescentarem informação significativa para a melhor visibilidade daquele momento nesta análise. Conforme dito no início deste item, o resgate aqui feito tinha como objetivo fornecer alguma referência que permita ao leitor acompanhar, mais do que a evolução dos anos mais recentes, também a possibilidade de confronto com a realidade de tempos mais distantes.

3. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA FE³

Formas de Organização – 1999 a 2003

Descrição das comissões permanentes e forma de escolha de seus membros; detalhamento dos principais mecanismos institucionais de tomada de decisão

As diretrizes político-administrativas da Faculdade de Educação são gestadas no interior de seus grupos de pesquisa, nos departamentos, nas coordenações e nas diversas comissões. Após amplas discussões, são levadas para análise e deliberação pela Congregação, instância superior máxima da Faculdade, cuja composição garante a representatividade de todos os segmentos que compõem a comunidade interna. A prática pauta-se por resguardar o exercício da consulta interna e do respeito às decisões coletivas.

Como dito anteriormente, em abril de 2004 foi aprovado pela Congregação da FE o Regimento Interno da Faculdade. Seu texto procurou contemplar as experiências administrativas e políticas da Faculdade até aquele momento: manteve a Direção como responsável executiva pela administração da unidade e a Congregação como espaço colegiado máximo de definição e deliberação das políticas e diretrizes que deverão nortear as atividades fins da unidade e sua administração acadêmica. A composição da Congregação é a seguinte:

- I. Diretor da unidade, seu Presidente nato
- II. Diretor Associado
- III. Um dos Coordenadores dos Cursos de Graduação
- IV. Coordenador do Programa de Pós-Graduação
- V. Coordenador de Licenciaturas
- VI. Coordenador de Extensão
- VII. Chefes de Departamento
- VIII. 2 (dois) Representantes do Corpo Docente nível MS-6
- IX. 2 (dois) Representantes do Corpo Docente nível MS-5
- X. 3 (três) Representantes do Corpo Docente nível MS-3
- XI. Representantes do Corpo Discente em número correspondente a 1/5 (um quinto) do total de membros da Congregação
- XII. 3 (três) Representantes do Corpo de Servidores Técnico Administrativo;
- XIII. Dois Membros Complementários – Além dos membros previstos nos incisos de I a XIII, a Unidade poderá incluir outros membros na Congregação, até o número de 10% do total de membros docentes.

Desde 1998, a Congregação da FE tem seu funcionamento definido em Regimento próprio, que trata de sua composição, forma de acesso à representação e estruturação interna. As Comissões Internas Permanentes que a compõem retratam bem as temáticas que cercam a vida administrativa e acadêmica de um órgão de instituição pública de ensino: Comissão de Legislação e Normas, Orçamento; de Ensino e Pesquisa e de Convênios, Contratos e Prestação de Serviços.

³ No presente capítulo, os subtítulos se referem aos parâmetros avaliativos na forma como aparecem seqüenciados no Formulário U1 Avaliação Interna – Relatório Quinquenal (aprovado pelo Consu em 30/03/2004).

A elas cabe apreciar demandas de suas respectivas alçadas, apresentando à Congregação o resultado dessa análise, à luz das normas e da filosofia de trabalho da Universidade e da Unidade. Os pareceres das Comissões têm o papel de agilizar os trabalhos da Congregação, que pode corroborá-los ou chegar a conclusões divergentes das apontadas.

A seguir, apresenta-se a descrição das **Comissões Permanentes** da Congregação:

A Congregação tem as seguintes comissões permanentes, de caráter consultivo e opinativo, cada uma delas constituída de até cinco membros, escolhidos dentre os membros da própria Congregação:

- I. Comissão de Legislação e Normas
- II. Comissão de Orçamento
- III. Comissão de Ensino e Pesquisa
- IV. Comissão de Convênios, Contratos e Prestação de Serviços

I. Comissão de Legislação e Normas

Compete à CLN emitir parecer sobre:

- a) aplicação do Regimento Interno da FE e da Congregação;
- b) fixação de normas complementares;
- c) regimentos internos dos Departamentos e do Conselho Interdepartamental;
- d) criação, extinção ou fusão dos Departamentos, centros ou quaisquer outras modificações na estrutura administrativa de ensino, de pesquisa e prestação de serviços da Faculdade;
- e) penalidades e sanções disciplinares, em grau de recurso, nos casos previstos na legislação;
- f) qualquer assunto relacionado com Legislação e Normas, quando solicitado pela Congregação.

II. Comissão de Orçamento

São atribuições da comissão:

- a) elaborar estudos sobre os diversos aspectos da política orçamentária da FE;
- b) assessorar a Congregação nas decisões de ordem orçamentária;
- c) elaborar, sob a presidência do diretor da Unidade, proposta orçamentária a ser encaminhada à Congregação;
- d) apreciar as propostas orçamentárias dos Convênios e submetê-las à aprovação da Congregação;
- e) apreciar a prestação de contas anual da FE e submetê-la à aprovação da Congregação.

III. Comissão de Ensino e Pesquisa

A ela compete:

- a) propor normas gerais e emitir parecer, quando solicitado pela Congregação, sobre as propostas dos Departamentos e Coordenações de Cursos, relativas a todos os cursos oferecidos pela Faculdade, os currículos, os programas, o valor dos créditos e pré-

requisitos das disciplinas, a partir das propostas dos Departamentos e Coordenações de cursos;

- b) emitir parecer sobre qualquer assunto associado com ensino e pesquisa, quando solicitado pela Congregação;
- c) promover a integração das Comissões de Graduação e Pós-Graduação;
- d) coordenar estudos relacionados com a política científico-acadêmica da FE;
- e) promover a integração da política científico-acadêmica da FE com a política de ensino e orientação de alunos.

IV. Comissão de Convênios, Contratos e Prestação de Serviços

Seu trabalho compreende:

- a) propor critérios, a serem aprovados pela Congregação, para o estabelecimento de convênios e contratos a serem executados, em parte ou no todo, pela Faculdade;
- b) propor critérios e normas, a serem aprovados pela Congregação, para a participação de docentes em atividades multidisciplinares que ultrapassem o âmbito da Faculdade;
- c) emitir parecer, quando solicitado pela Congregação, sobre convênios e contratos específicos, assim como sobre seus respectivos relatórios finais;
- d) emitir parecer, quando solicitado pela Congregação, sobre qualquer assunto associado com convênios, contratos e prestação de serviços.

Além dessas comissões, a Congregação pode criar ou reativar Comissões Temporárias, de caráter consultivo e/ou opinativo, destinadas a finalidades específicas indicadas pela comunidade, bem como pode alterar o tempo de atividades, as atribuições ou a composição de Comissões Temporárias previamente existentes.

Comissões Acadêmicas e Administrativas da Faculdade de Educação

A Faculdade conta, para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com Comissões Permanentes e Comissões Especiais de Assessoramento. As *Comissões Permanentes* têm composição e atribuições definidas no Regimento Geral da Unicamp e no Regimento da Faculdade; já as *Comissões Especiais de Assessoramento* têm composição, atribuições e prazo de funcionamento definidos em portaria da Faculdade e são propostas pela Direção, iniciando, contudo, suas atividades após aprovação da Congregação.

As **Comissões Permanentes** da Faculdade de Educação são as seguintes:

- 1) Comissão de Pós-Graduação;
- 2) Comissão de Pedagogia;
- 3) Comissão de Licenciaturas;
- 4) Comissão de Extensão;
- 5) Comissão de Biblioteca;
- 6) Conselho de Administração.

Aos Coordenadores de Pós-Graduação, de Pedagogia, de Licenciaturas e de Extensão cabe:

- I. propor políticas de formação para profissionais da educação, assim como os meios para sua implementação;
- II. coordenar os programas de ensino e apresentá-los à Direção da Faculdade para encaminhamento devido ou eventuais propostas de modificação;
- III. autorizar a compensação de faltas que sejam devidamente justificadas pelos alunos, aprovando critérios propostos pelos responsáveis pelas disciplinas;
- IV. supervisionar a remessa regular de todas as informações sobre frequência, notas ou dispensas de alunos ao órgão competente;
- V. indicar ao Diretor eventuais substitutos de responsáveis por disciplinas, nos impedimentos destes.

Apresenta-se a seguir as atividades e competências de cada Comissão Permanente.

I. Comissão de Pós-Graduação

As atividades de Pós-Graduação da Faculdade de Educação são coordenadas por uma Comissão de Pós-Graduação (CPG) — órgão assessor da Congregação —, composta pelo Coordenador da Pós-Graduação, seu Presidente; pelo Coordenador Associado; pelos coordenadores dos subprogramas de pós-graduação existentes; pelos coordenadores das áreas de concentração do Programa; e por um representante discente indicado por seus pares.

O Coordenador de Pós-Graduação e seu Associado são eleitos pelo corpo docente da Unidade e pelo corpo discente da Pós-Graduação, na proporção de 70% e 30%, respectivamente, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Suas atribuições são as seguintes:

- I. assessorar a Congregação da FE em assuntos pertinentes à Pós-Graduação;
- II. supervisionar de forma geral as atividades da Pós-Graduação, zelando pela boa execução e obediência às normas pertinentes;
- III. coordenar o processo de avaliação anual das atividades de Pós-Graduação da FE;
- IV. programar as atividades didáticas de Pós-Graduação em cada período letivo e encaminhar à Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão da FE e à PRPG;
- V. assessorar a CEPE da FE na solução de problemas que porventura se apresentarem, quanto à atribuição de aulas dos cursos de formação profissional da unidade;
- VI. preparar o catálogo sobre os programas de Pós-Graduação com informações relevantes aos candidatos e alunos da Pós-Graduação;
- VII. aprovar a criação e reformulação das disciplinas dos Cursos de Pós-Graduação;
- VIII. propor a criação ou extinção de novas Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa;
- IX. deliberar sobre assuntos e processos ligados à Pós-Graduação.

II. Comissão de Pedagogia

O Curso de Pedagogia, em suas diversas modalidades, é coordenado por uma Comissão de Pedagogia (CP), órgão assessor da Congregação, que é composta pelo Coordenador de Pedagogia, seu Presidente; política científico-acadêmica pelo Coordenador Associado de Pedagogia; por 1 (um) representante docente de cada Departamento; e por 2 (dois) representantes discentes do curso de Pedagogia.

O Coordenador de Pedagogia e seu Associado são eleitos pelo corpo docente da Unidade e pelo corpo discente do curso, na proporção de 70% e 30%, respectivamente, para um mandato de dois

anos, permitida uma recondução. Os representantes dos Departamentos são indicados pelos docentes dos respectivos Departamentos, tendo mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução. Os membros discentes são eleitos dentre os alunos regularmente matriculados no curso de Pedagogia, para um mandato de 1 (um) ano, permitida recondução.

São atribuições e competências da Comissão de Pedagogia:

- I. assessorar a Congregação em assuntos pertinentes ao curso de Pedagogia;
- II. elaborar e submeter à Congregação:
 - a) propostas de programas de formação de profissionais da Educação no âmbito de suas atribuições;
 - b) o currículo pleno do Curso de Pedagogia, em todas as modalidades, bem como as alterações curriculares, após consulta aos Departamentos.
- III. submeter aos Departamentos, a cada período letivo, as necessidades para o cumprimento da carga didática do Curso Unidade;
- IV. propor a atribuição de aulas relativas ao Curso, a cada período letivo, após consulta aos Departamentos;
- V. elaborar e implementar um sistema de avaliação do Curso e das atividades de ensino, em consonância com os princípios de formação profissional da FE;
- VI. promover atividades destinadas à integração curricular de todas as disciplinas e docentes afetos ao Curso;
- VII. promover outras atividades referentes ao ensino de graduação desenvolvido na Unidade.

Compete ao Coordenador de Pedagogia e ao Coordenador Associado:

- I. promover a implantação da proposta curricular do curso em todas as suas modalidades;
- II. promover uma contínua avaliação do Curso de Pedagogia, conjuntamente com o corpo docente e discente;
- III. formular diagnóstico sobre os problemas existentes no curso e promover ações visando a sua superação;
- IV. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Pedagogia;
- V. organizar e manter em arquivo os planos das disciplinas do curso e demais documentos a elas relativos;
- VI. garantir a realização das atribuições da Comissão de Pedagogia;
- VII. coordenar:
 - a) a orientação dos alunos na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
 - b) os programas de estágio de formação profissional;
 - c) a organização e distribuição dos recursos materiais, espaço físico e instalações de uso interdepartamental destinados ao Curso de Pedagogia;
- VIII. autorizar e encaminhar à Diretoria Acadêmica toda a documentação necessária à vida acadêmica discente relativa ao Curso de Pedagogia;
- IX. propor à Diretoria Acadêmica, com anuência das instâncias competentes da Unidade, a forma e os limites para as matrículas em disciplinas do Curso de Pedagogia;

- X. responder por todas as providências relativas à emissão e revisão de notas, realização de exames e todas as atividades necessárias ao acompanhamento do Curso, em todas as suas modalidades;
- XI. representar o Curso de Pedagogia junto à Congregação da FE, e também junto à Comissão Central de Graduação e demais órgãos superiores da Unicamp.

III. Comissão de Licenciaturas

As atividades de competência da Faculdade de Educação relativas aos Cursos de Licenciatura em suas diversas modalidades são coordenadas por uma Comissão de Licenciaturas (CL), órgão assessor da Congregação, que é composta pelo Coordenador de Licenciaturas, seu Presidente; pelo Coordenador Associado; por 1 (um) representante docente de cada Curso de Licenciatura sob responsabilidade da Faculdade de Educação; por 1 (um) representante docente de cada Unidade externa à FE responsável por um Curso de Licenciatura; e por 2 (dois) representantes discentes dos Cursos de Licenciatura.

O Coordenador de Licenciaturas e seu Associado são eleitos pelo corpo docente da Unidade e pelo corpo discente do curso, na proporção de 70% e 30%, respectivamente, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução. Os representantes docentes dos Cursos de Licenciatura sob responsabilidade da Faculdade de Educação são indicados pelos respectivos corpos docentes da Faculdade nesses cursos, tendo mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução. Os representantes docentes de cada curso externo à FE são indicados pelos respectivos cursos e têm mandato a critério de cada unidade. Os membros discentes são eleitos dentre os alunos regularmente matriculados nos cursos de Licenciatura, tendo mandato de 1 (ano), permitida recondução.

São atribuições e competências da Comissão de Licenciaturas:

- I. assessorar a Congregação em assuntos pertinentes aos cursos de Licenciatura;
- II. elaborar e submeter à Congregação propostas de programas de formação de profissionais da Educação, no âmbito de suas atribuições;
- III. elaborar, em parceria com as unidades co-responsáveis pelo oferecimento dos Cursos de Licenciatura, os respectivos projetos pedagógicos e curriculares dos Cursos e as alterações curriculares, após consulta aos Departamentos, submetendo à aprovação da Congregação da Faculdade de Educação o que couber.
- IV. submeter aos Departamentos, a cada período letivo, as necessidades para o cumprimento da carga didática dos Cursos de Licenciatura;
- V. propor a atribuição de aulas relativas aos cursos, a cada período letivo, após consulta aos Departamentos;
- VI. elaborar e implementar um sistema de avaliação dos Cursos e das atividades de ensino, em consonância com os princípios de formação profissional da FE;
- VII. promover atividades destinadas à integração curricular de todas as disciplinas e docentes afetos aos Cursos de Licenciatura;
- VIII. promover outras atividades referentes ao ensino de graduação desenvolvido na Unidade.

Compete ao Coordenador de Licenciaturas e ao Coordenador Associado:

- I. promover a implantação da proposta curricular das Licenciaturas em todas as suas modalidades, de maneira compartilhada com as outras unidades co-responsáveis pelos Cursos.
- II. promover uma contínua avaliação dos Cursos de Licenciatura, conjuntamente com o corpo docente e discente;

- III. formular diagnóstico sobre os problemas existentes nas Licenciaturas e promover ações visando a sua superação;
- IV. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Licenciaturas;
- V. organizar e manter em arquivo os planos das disciplinas dos cursos e demais documentos a elas relativos;
- VI. garantir a realização das atribuições da Comissão de Licenciaturas;
- VII. coordenar:
 - a) a orientação dos alunos na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
 - b) os programas de estágio de formação profissional;
 - c) a organização e distribuição dos recursos materiais, espaço físico e instalações de uso interdepartamental, destinados aos Cursos de Licenciatura;
- VIII. autorizar e encaminhar à Diretoria Acadêmica toda a documentação necessária à vida acadêmica discente relativa aos Cursos de Licenciatura;
- IX. propor à Diretoria Acadêmica, com anuência das instâncias competentes da Unidade, a forma e os limites para as matrículas em disciplinas dos Cursos de Licenciatura;
- X. responder por todas as providências relativas à emissão e revisão de notas, realização de exames e todas as atividades necessárias ao acompanhamento do curso em todas as suas modalidades;
- XI. representar os cursos de Licenciatura, junto à Congregação da FE, e também junto à Comissão Central de Graduação e demais órgãos superiores da Unicamp.

IV. Comissão de Extensão

A Comissão de Extensão, órgão assessor da Congregação, é composta pelo Coordenador de Extensão, seu presidente; por 3 (três) representantes docentes pertencentes a Departamentos distintos; por 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos; e por 1 (um) representante discente da FE.

O Coordenador de Extensão deve possuir, no mínimo, o título de Doutor, sendo eleito pela comunidade da FE, considerando-se o voto ponderado do Corpo Docente, do Corpo Discente e do Corpo de Servidores Técnicos e Administrativos, fixado o peso de 3/5 para o voto da categoria docente, 1/5 para o voto da categoria discente e 1/5 para o voto da categoria do servidor técnico-administrativo. Por voto de uma categoria, entende-se a relação entre o número de votos recebido por professor votado que será elegível, e o número total de eleitores qualificados para votar nas respectivas categorias.

Os representantes docentes são indicados pelos Departamentos e escolhidos pela Congregação; o representante dos servidores técnico-administrativos — que deverá cumprir mandato de 2 (dois) anos — e o representante discente — que ocupará o cargo por um ano, permitida recondução —, assim como seus suplentes, serão eleitos por seus pares, assumindo os respectivos mandatos até 30 dias após a posse do Coordenador de Extensão.

A duração do mandato do Coordenador de Extensão será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

A representação da FE junto ao Conselho de Extensão da Unicamp – CONEX — será constituída pelo Coordenador de Extensão, como representante titular, e por um dos representantes docentes da Comissão de Extensão da FE, a seu critério, na qualidade de suplente no CONEX.

São atribuições e competências da **Comissão de Extensão**:

- I. Assessorar a Congregação da FE em assuntos pertinentes à Extensão;
- II. Supervisionar de forma geral as atividades de extensão da unidade, zelando pela boa execução e obediência às normas pertinentes;
- III. Coordenar o processo de avaliação anual das atividades de extensão;
- IV. Propor políticas e diretrizes para as atividades no âmbito da extensão;
- V. Deliberar em primeira instância sobre proposta de abertura de convênios e contratos específicos, assim como sobre os respectivos Relatórios Finais, encaminhando parecer à Congregação;
- VI. Deliberar em primeira instância sobre relatórios finais de convênios e contratos;
- VII. Elaborar regulamento e normas específicas de funcionamento da Comissão de Extensão a serem aprovados pela Congregação.

Compete ao Coordenador de Extensão:

- I. Acompanhar o conjunto de projetos, contratos, convênios e cursos no âmbito da extensão na Unidade;
- II. Supervisionar e acompanhar os processos de divulgação e realização de cursos no âmbito da extensão dentro das normas fixadas pela Escola de Extensão – Extecamp;
- III. Organizar e promover projetos e cursos de extensão na Unidade;
- IV. Manifestar-se sobre todos os assuntos que envolvam atividades de extensão na Unidade;
- V. Representar a Unidade no Conselho de Extensão da Universidade.

A critério da Congregação da Unidade, o Coordenador de Extensão poderá administrar os recursos captados através dos cursos de extensão.

As atividades de Extensão deverão cumprir as exigências previstas no Regulamento Interno da Comissão de Extensão, neste Regimento e no Regimento Geral da Universidade.

V. Comissão de Biblioteca

A Biblioteca da FE é um suporte acadêmico à pesquisa e ao ensino desenvolvidos na Faculdade. É responsabilidade de toda a comunidade universitária zelar pela permanente preservação e ampliação do acervo, pela modernização dos equipamentos e instrumentos e pela eficiência dos serviços da Biblioteca da FE.

A Comissão da Biblioteca é constituída por um Coordenador escolhido entre os docentes da FE; por 1 (um) representante docente de cada Departamento, indicado pelos respectivos departamentos; pelo Diretor de Biblioteca; e por 2 (dois) representantes discentes —um pertencente à Graduação e outro à Pós-Graduação —, eleitos pelos alunos regularmente matriculados nesses cursos da FE.

A estrutura organizacional, o funcionamento e as normas de consulta serão objeto de regulamento próprio e normatização complementar, devidamente aprovados pela Congregação da FE.

À Comissão de Biblioteca da FE compete:

- I. atuar no sentido da organização, preservação, ampliação e atualização dos acervos bibliográficos da FE, tornando-os efetivamente acessíveis e disponíveis aos usuários da Biblioteca;
- II. interagir com o Sistema de Bibliotecas da Universidade e com outras bibliotecas nacionais e internacionais, buscando sempre aprimorar os métodos de catalogação, informatização, empréstimo e intercâmbio;

- III. estabelecer uma política de formação do acervo articulada a linhas temáticas prioritárias para aquisições e assinaturas, e um perfil bem delineado de coleções;
- IV. elaborar regulamento e normas específicas de funcionamento a serem aprovados pela Congregação.
- V. reunir-se no mínimo 1 (uma) vez ao ano com os Departamentos e Grupos de Pesquisa da FE, visando propor políticas de desenvolvimento do acervo bibliográfico e de suporte ao ensino e pesquisa.

VI. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da FE é composto a partir da representação de todos os órgãos e departamentos da Unidade, a saber:

- I. Um Representante dos servidores técnico-administrativos na Congregação;
- II. Um Representante da Secretaria de Pós-Graduação;
- III. Um Representante da Secretaria de Graduação;
- IV. Um Representante das Secretarias de Departamentos;
- V. Um Representante da Biblioteca;
- VI. O ATU da unidade;
- VII. Um Representante de cada uma das demais áreas técnico-administrativas constantes da estrutura da unidade;

Os representantes aludidos nos incisos I a V e VII deverão ser indicados pelos respectivos órgãos ou secretarias, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

As atribuições do Conselho de Administração são:

- I. Planejar, acompanhar, assessorar e realizar ouvidoria sobre os assuntos pertinentes à área administrativa da FE;
- II. manifestar-se sobre questões de espaço físico, equipamentos e infra-estrutura da Unidade;
- III. elaborar plano preventivo em todos os setores da Faculdade, com ênfase na manutenção preventiva e atualização tecnológica periódica, usando-se como parâmetro o tempo de vida útil, principalmente dos equipamentos de informática;
- IV. elaborar Regimento Interno de funcionamento do Conselho.

Além dessas Comissões de caráter permanente, a Faculdade de Educação pode contar com **Comissões Especiais de Assessoramento**. Por deliberação da Congregação poderão ser criadas tais Comissões para tratamento de temas específicos que mereçam parecer para subsidiar sua decisão. Cada Comissão terá composição, atribuições e prazo de trabalhos definidos pela Congregação no momento de sua criação.

Descrição do quadro docente por departamento, com a correspondente titulação, nível de carreira e data de ingresso na instituição

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são organizadas e desenvolvidas pelos cinco departamentos já mencionados, que compõem a Faculdade de Educação: Departamento de Psicologia Educacional (DEPE), Departamento de Avaliação e Supervisão Escolar (DASE), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DECISAE), Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE) e Departamento de Metodologia do Ensino (DEME).

A seguir, será apresentado o quadro de docentes de cada um deles.

Professores da Faculdade de Educação – DEPE						
Nome	Data Início na Instituição	Situação	Data início FE	Data Fim	Nível Carreira	Titulação
1. Acácia Aparecida Angeli dos Santos	2/6/1993	Demissão	2/6/1993	6/5/1999	MS3	Doutor
2. Afira Vianna Ripper	1/12/1975	Ativo	1/12/1975	---	MS3	Doutor
3. Ana Luiza Bustamante Smolka	12/11/1979	Ativo	12/11/1979	---	MS3	Doutor
4. Ana Maria Falcao de Aragão Sadalla	17/1/2000	Ativo	17/1/2000	---	MS3	Doutor
5. Angel Pino Sirgado	1/7/1977	Aposentado	1/7/1977	10/3/2003	MS5	Associado
6. Angela Fatima Soligo	15/1/1998	Ativo	15/1/1998	---	MS3	Doutor
7. Anita Liberalesso Neri	1/8/1984	Ativo	1/8/1984	---	MS6	Titular
8. Carlos Alberto Vidal Franca	27/4/1971	Aposentado	25/2/1981	30/9/2003	MS5	Associado
9. Elizabeth Nogueira G da S Mercuri	2/2/1981	Ativo	2/2/1981	---	MS3	Doutor
10. Evely Boruchovitch	17/6/1996	Ativo	17/6/1996	---	MS3	Doutor
11. Fermino Fernandes Sisto	4/3/1985	Aposentado	1/9/1977	24/11/1999	MS 6	Titular
12. Luci Banks Leite	10/8/1987	Ativo	10/8/1987	---	MS3	Doutor
13. Lucila Diehl Tolaine Fini	1/8/1977	Aposentado	1/8/1977	20/9/2003	MS3	Doutor
14. Marcia Regina Ferreira de Brito Dias	1/3/1974	Ativo	1/3/1974	---	MS6	Titular
15. Orly Zucatto Mantovani de Assis	17/5/1974	Aposentado	17/5/1974	10/4/1984	MS3	Doutor
16. Regina Maria de Souza	9/10/1997	Ativo	9/10/1997	---	MS3	Doutor
17. Roberta Gurgel Azzi	2/5/1996	Ativo	2/5/1996	---	MS3	Doutor
18. Rosely Palermo Brenelli	24/8/1982	Ativo	24/8/1982	---	MS3	Doutor
19. Selma de Cassia Martinelli	4/3/1998	Ativo	4/3/1998	---	MS3	Doutor
20. Sergio Antonio da Silva Leite	1/11/1984	Ativo	1/11/1984	---	MS3	Doutor
21. Sylvania Helena Souza da Silva Batista	3/2/1997	Demissão	3/2/1997	9/3/2000	MS3	Doutor
22. Soely Aparecida J Polydoro	25/9/2001	Ativo	25/9/2001	---	MS3	Doutor
23. Ulisses Ferreira de Araujo	1/8/1996	Ativo	1/8/1996	---	MS3	Doutor
24. Valerio Jose Arantes	1/8/1977	Ativo	1/8/1977	---	MS5	Associado

Em 1999 o DEPE contava com **24** docentes e finalizou 2003 com **18** docentes. A redução do quadro deu-se por duas demissões e quatro aposentadorias.

Professores da Faculdade de Educação – DASE						
Nome	Data Início na Instituição	Situação	Data início FE	Data Fim	Nível Carreira	Titulação
25. Agueda Bernardete Bittencourt	12/4/1982	Ativo	12/4/1982	---	MS3	Doutor
26. Ana Maria Fonseca de Almeida	2/7/1998	Ativo	2/7/1998	---	MS3	Doutor
27. Charles Richard Lyndaker	1/1/1973	Ativo	19/7/1980	---	MS3	Doutor
28. Clara Germana de Sa Goncalves Nascimento	9/4/1986	Ativo	9/4/1986	---	MS3	Doutor
29. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira	13/10/1993	Ativo	13/10/1993	---	MS3	Doutor
30. Jose Camilo dos Santos Filho	1/8/1977	Aposentado	1/8/1977	18/8/1999	MS5	Associado
31. Jose Roberto Montes Heloani	16/5/1994	Ativo	16/5/1994	---	MS5	Associado
32. Jose Roberto Rus Perez	20/5/1996	Ativo	20/5/1996	---	MS3	Doutor
33. Leticia Bicalho Canedo	15/3/1983	Ativo	25/4/1983	---	MS5	Associado
34. Luis Enrique Aguilar	1/7/1996	Ativo	1/7/1996	---	MS3	Doutor
35. Maria da Gloria Marcondes Gohn	1/3/1988	Aposentado	1/3/1988	4/6/2004	MS6	Titular
36. Maria do Carmo Martins	27/2/1998	Ativo	27/2/1998	---	MS3	Doutor
37. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento	1/2/1984	Ativo	1/2/1984	---	MS3	Doutor
38. Maria Ines Rosa	3/4/1986	Aposentado	3/4/1986	23/12/2003	MS5	Associado
39. Newton Antonio Paciulli Bryan	12/4/1982	Ativo	20/7/1981	---	MS3	Doutor
40. Nilson Joseph Demange	1/10/1984	Aposentado	1/10/1984	12/5/2003	MS3	Doutor
41. Sonia Giubilei	1/8/1977	Ativo	1/8/1977	---	MS3	Doutor
42. Vera Lucia Sabongi de Rossi	22/4/1997	Ativo	22/4/1997	---	MS3	Doutor
43. Zacarias Pereira Borges	15/8/1981	Ativo	15/8/1981	---	MS3	Doutor

O DASE iniciou o período com **19** docentes e finalizou com **16**. Essa redução de quadro deveu-se a três aposentadorias ocorridas durante esses cinco anos.

Professores da Faculdade de Educação – DECISAE						
Nome	Data Início na Instituição	Situação	Data início FE	Data Fim	Nível Carreira	Titulação
44. Ana Lucia Goulart de Faria	1/8/1984	Ativo	1/8/1984	---	MS3	Doutor
45. Aparecida Neri de Souza	15/5/1997	Ativo	15/5/1997	---	MS3	Doutor
46. Elisa Angotti Kossovitch	1/8/1984	Ativo	1/8/1984	---	MS3	Doutor
47. Ivany Rodrigues Pino	13/3/1978	Ativo	13/3/1978	---	MS2	Mestre
48. James Patrick Maher	1/12/1975	Ativo	4/7/1977	---	MS5	Associado
49. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini	1/3/1988	Ativo	1/3/1988	---	MS6	Titular
50. Marcia de Paula Leite	15/8/1989	Ativo	15/8/1989	---	MS5	Associado
51. Neusa Maria Mendes de Gusmao	1/6/1995	Ativo	1/6/1995	---	MS5	Associado
52. Nora Rut Krawczyk	21/3/2003	Ativo	21/3/2003	---	MS3	Doutor
53. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson	29/5/1989	Ativo	29/5/1989	---	MS3	Doutor
54. Patrizia Piozzi	12/5/1986	Ativo	12/5/1986	---	MS3	Doutor
55. Salvador Antonio Mireles Sandoval	1/3/1988	Ativo	1/3/1988	---	MS3	Doutor
56. Salma Tannus Muchail		Demissão	18/03/1997	01/06/2001	MS3	Doutor
57. Sergio Ferreira do Amaral	12/11/1997	Ativo	12/11/1997	---	MS3	Doutor
58. Vicente Rodriguez	10/8/1998	Ativo	10/8/1998	---	MS3	Doutor

O quadro de professores do DECISAE iniciou o quinquênio com **14** docentes, houve um pedido de demissão no período (Profa. Salma) e uma nova contratação em 2003 (Profa. Nora), resultando ao final do período também **14** docentes.

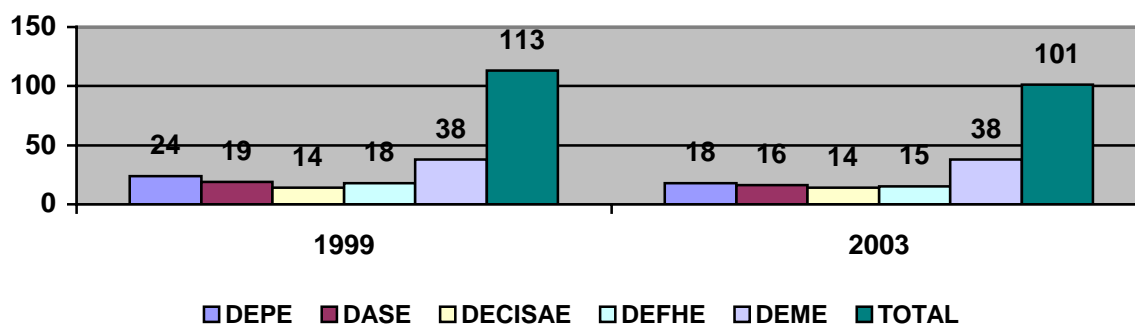
Professores da Faculdade de Educação – DEFHE						
Nome	Data Início na Instituição	Situação	Data início FE	Data Fim	Nível Carreira	Titulação
59. Cesar Aparecido Nunes	2/7/1998	Ativo	2/7/1998	---	MS3	Doutor
60. Dermeval Saviani	1/4/1980	Aposentado	1/4/1980	15/3/2001	MS6	Titular
61. Edigenes Aragao Santos	13/8/1985	Ativo	13/8/1985	---	MS3	Doutor
62. Eduardo Oscar de Campos Chaves	1/7/1974	Ativo	8/5/1975	---	MS6	Titular
63. Heloisa Helena Pimenta Rocha	1/4/1998	Ativo	1/4/1998	---	MS3	Doutor
64. Hermas Goncalves Arana	1/11/1980	Aposentado	1/11/1980	23/8/2003	MS3	Doutor
65. Jose Claudinei Lombardi	4/10/1993	Ativo	4/10/1993	---	MS3	Doutor
66. Jose Luis Sanfelice	1/8/1981	Ativo	1/8/1981	---	MS5	Associado
67. Jose Luiz Sigrist	1/9/1976	Aposentado	1/9/1976	1/10/1999	MS5	Associado
68. Lidia Maria Rodrigo	25/4/2000	Ativo	25/4/2000	---	MS3	Doutor
69. Maria Cristina Menezes	2/6/1997	Ativo	2/6/1997	---	MS3	Doutor
70. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier	20/5/1992	Aposentado	20/5/1992	10/12/2003	MS5	Associado
71. Maria de Fatima Felix Rosar	08/05/2002	Demissão	08/05/2002	08/03/2004	MS3	Doutor
72. Martha Rosa Pisani Destro	17/3/1988	Ativo	1/6/1994	---	MS3	Doutor
73. Pedro Laudinor Goergen	1/12/1975	Ativo	1/12/1975	---	MS6	Titular
74. Newton Aquiles Von Zuben	03/08/1974	Aposentado	03/08/1974	___/___/1999	MS	Titular
75. Rene Jose Trentin Silveira	13/5/1997	Ativo	13/5/1997	---	MS3	Doutor
76. Sergio Eduardo Montes Castanho	5/6/1996	Ativo	5/6/1996	---	MS3	Doutor
77. Silvio Ancizar Sanchez Gamboa	1/8/1998	Ativo	1/8/1998	---	MS5	Associado
78. Silvio Donizetti de Oliveira Gallo	29/5/1996	Ativo	29/5/1996	---	MS3	Doutor

O DEFHE contou com **18** docentes, entre 1999 e 2001, e terminou o segundo semestre de 2003 com **15** docentes.

Professores da Faculdade de Educação – DEME						
Nome	Data Início na Instituição	Situação	Data início FE	Data Fim	Nível Carreira	Titulação
79. Ana Angelica Medeiros Albano	19/6/1997	Ativo	19/6/1997	---	MS3	Doutor
80. Ana Lucia Guedes Pinto	4/8/1998	Ativo	4/8/1998	---	MS3	Doutor
81. Ana Lucia Horta Nogueira	19/4/2002	Ativo	19/4/2002	---	MS3	Doutor
82. Anna Regina Lanner de Moura	31/7/1996	Ativo	31/7/1996	---	MS3	Doutor
83. Antonio Carlos R de Amorim	5/5/1997	Ativo	5/5/1997	---	MS3	Doutor
84. Antonio Miguel	14/8/1982	Ativo	14/8/1982	---	MS3	Doutor
85. Aurea Maria Guimaraes	18/4/1996	Ativo	18/4/1996	---	MS3	Doutor
86. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda	20/2/1998	Ativo	20/2/1998	---	MS3	Doutor
87. Carmen Lucia Soares	9/3/1987	Desligado	1/6/1987	28/6/2004	MS3	Doutor
88. Corinta Maria Grisolia Geraldi	12/4/1982	Ativo	12/4/1982	---	MS3	Doutor
89. Cristina Bruzzo	17/7/1996	Ativo	17/7/1996	---	MS3	Doutor
90. Dario Fiorentini	1/8/1988	Ativo	1/8/1988	---	MS3	Doutor
91. Dione Lucchesi de Carvalho	15/7/1996	Ativo	15/7/1996	---	MS3	Doutor
92. Dirceu da Silva	5/7/1996	Ativo	5/7/1996	---	MS3	Doutor
93. Eliana Ayoub	17/2/1998	Ativo	17/2/1998	---	MS3	Doutor
94. Elisabeth Barolli	5/3/2004	Ativo	5/3/2004	---	MS3	Doutor
95. Eloisa de Mattos Hofling	1/3/1974	Ativo	1/3/1974	---	MS3	Doutor
96. Ernesta Zamboni	14/8/1982	Ativo	14/8/1982	---	MS3	Doutor
97. Guilherme do Val Toledo Prado	9/7/1996	Ativo	9/7/1996	---	MS3	Doutor
98. Helena Costa Lopes de Freitas	1/8/1979	Aposentado	1/8/1979	21/4/2004	MS3	Doutor
99. Joaquim Brasil Fontes Junior	12/8/1974	Ativo	9/10/1975	---	MS6	Titular
100. Jorge Megid Neto	4/7/1996	Ativo	4/7/1996	---	MS3	Doutor
101. Lilian Lopes Martin da Silva	12/4/1982	Ativo	12/4/1982	---	MS3	Doutor
102. Luiz Carlos de Freitas	10/7/1985	Ativo	10/7/1985	---	MS6	Titular
103. Mara Regina Lemes de Sordi	12/6/1996	Ativo	12/6/1996	---	MS3	Doutor
104. Marcia Maria Strazzacappa Hernandez	25/11/1999	Ativo	25/11/1999	---	MS3	Doutor
105. Maria Angela Miorim	13/6/1985	Ativo	13/6/1985	---	MS3	Doutor
106. Maria Carolina Bolverio Galzerani	7/7/1986	Ativo	7/7/1986	---	MS3	Doutor
107. Maria Helena Salgado Bagnato	7/4/1986	Ativo	7/4/1986	---	MS3	Doutor
108. Maria Inês F Petrucci Santos Rosa	3/9/2001	Ativo	3/9/2001	---	MS3	Doutor
109. Maria Jose Pereira Monteiro de Almeida	5/4/1983	Ativo	5/4/1983	---	MS5	Associado
110. Maria Marcia Sigrist Malavazi	9/9/2002	Ativo	9/9/2002	---	MS3	Doutor
111. Maria Teresa Egler Mantoan	1/8/1988	Ativo	1/8/1988	---	MS3	Doutor
112. Milton Jose de Almeida	1/9/1977	Ativo	1/9/1977	---	MS5	Associado
113. Norma Sandra de Almeida Ferreira	5/1/1998	Ativo	5/1/1998	---	MS3	Doutor
114. Pedro da Cunha Pinto Neto	1/4/1998	Ativo	1/4/1998	---	MS3	Doutor
115. Roseli Aparecida Cacao Fontana	1/2/1994	Ativo	1/2/1994	---	MS3	Doutor
116. Wenceslao M de Oliveira Junior	1/3/2002	Ativo	1/3/2002	---	MS3	Doutor

Embora tenha havido movimentação entre os docentes do DEME, o departamento terminou o quinquênio com o mesmo número de docentes com que o iniciou, ou seja, **38**.

NÚMERO DE DOCENTES, POR DEPARTAMENTO, ENTRE 1999 E 2003



O gráfico acima permite visualizar a movimentação no quadro docente, comparando a situação de cada departamento em 1999 e em 2003. A variação tende a uma diminuição do pessoal docente que, embora possa parecer pequena, é significativa quando analisada frente ao número crescente de vagas que a Faculdade vem abrindo ao longo do mesmo período, como pode ser visto nos capítulos que tratam de ensino.

Descrição das estruturas administrativas e organograma com o correspondente quadro funcional existente

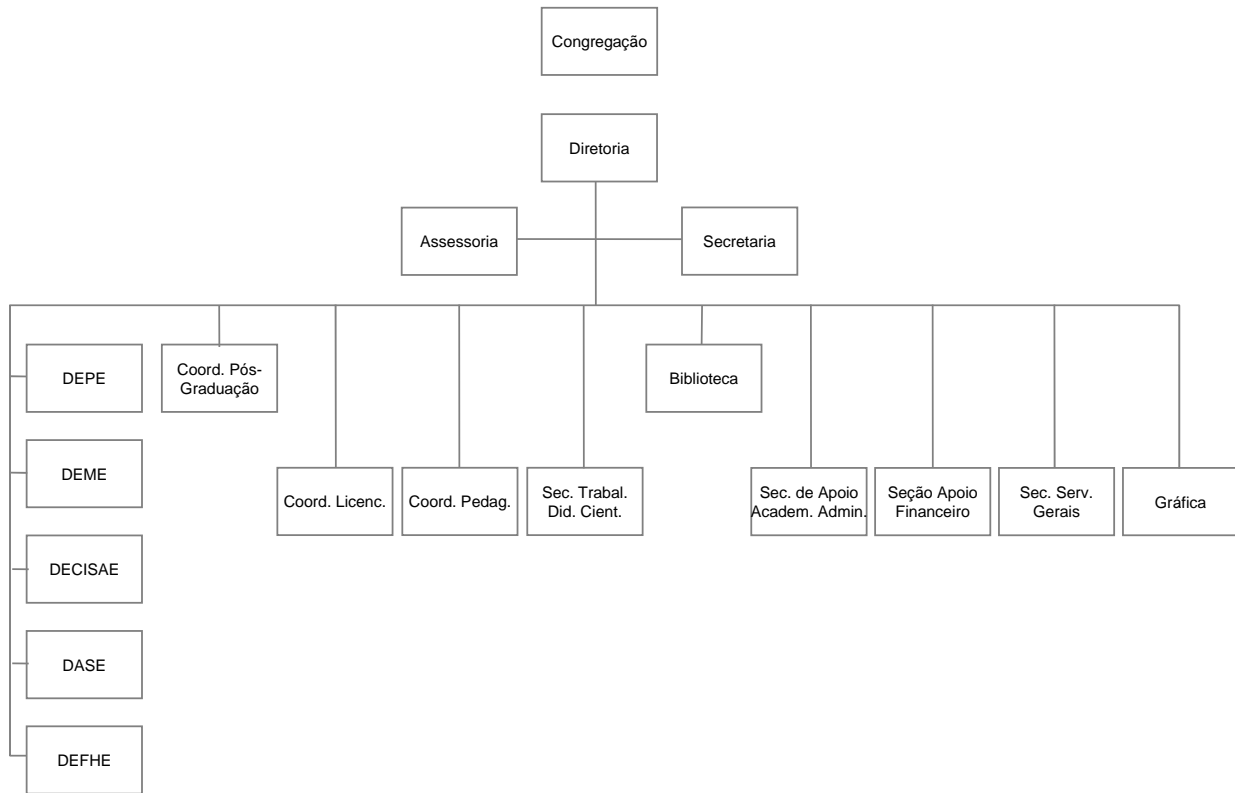
Como mencionado anteriormente, a Faculdade de Educação teve, durante o quinquênio 1999/2003, uma produção e uma vida acadêmica intensas, o que demandou a criação de novas estruturas e a reorganização daquelas existentes, para poder fazer face a esse rápido desenvolvimento. Tais transformações ocorreram no plano da distribuição e gerenciamento de tarefas da área administrativa operacional, e se espelharam na reorganização do espaço físico. No tratamento dado à revisão da planta do prédio, procurou-se acomodar adequadamente os novos órgãos de trabalho. Todavia, a principal preocupação foi poder oferecer, também aos grupos consolidados de pesquisa, salas equipadas para reuniões (com telefone, computador, refrigeração, mobiliário, arquivos, etc).

A intensificação das atividades da Faculdade (eventos, publicações, introdução de inovações tecnológicas no ensino e na pesquisa, etc) acompanhou o movimento presente na qualificação docente, conforme será discutido no item *Avaliação interna das formas de organização, gestão e qualificação*. Na mesma direção, os Convênios Internacionais e Interinstitucionais, os programas de doutorado e pós-doutorado e a participação em eventos acadêmicos externos trouxeram para a unidade pesquisadores de vários pontos mundo para encontros, seminários, palestras, bancas e outras atividades. Tal movimentação de docentes, bem como a expansão do trabalho daí decorrente, requereu a organização e divulgação dos eventos, instalações e equipamentos apropriados, etc. Portanto, essas realizações demandaram suporte administrativo e operacional. A criação de uma estrutura de apoio às atividades acadêmicas recebeu reforços de pessoal e infra-estrutura, o que permitiu um atendimento de melhor qualidade.

As publicações da Faculdade foram também beneficiadas. A Revista Pro-Posições, que tinha conceito “B” na CAPES, recebeu em 2003 o reconhecimento de publicação nível “A”, graças ao empenho da Comissão Editorial e do apoio técnico que a infra-estrutura criada proporcionou. A revista Zetetiké, da área de Educação Matemática e outras produções impressas dos grupos de pesquisa e dos docentes, como livros, relatórios de pesquisa, entre outros, também foram apoiadas por essa nova estrutura.

Do ponto de vista da administração interna, a redistribuição de tarefas e de responsabilidades significou alterações no organograma em vigor em 1999. Sua configuração remontava aos anos 80, fase da primeira elaboração de sua descrição estrutural pela Universidade. Para melhor compreender as mudanças consumadas em 2003, será apresentado o organograma vigente entre 1996 – 2003.

Organograma da FE no período de 1996 a 2003



O conjunto de modificações estruturais, idealizado e implantado progressivamente ao longo do quinquênio, foi concluído e formalizado em agosto de 2003, com a aprovação do Plano de Certificação da Faculdade. Esse plano fez parte do Programa de Certificação das Unidades, iniciado pela universidade em 2001⁴. Internamente à Faculdade, o programa teve o efeito de intensificar as discussões sobre a definição formal da estrutura da Faculdade. No desenvolvimento dos trabalhos, tornou-se evidente a estreita relação entre a estrutura acadêmico-administrativa e a organização normativa da unidade, o que acelerou os trabalhos de formulação do Regimento da Faculdade. Assim, os dois processos ocorreram de forma articulada, embora operando com cronogramas diferentes.

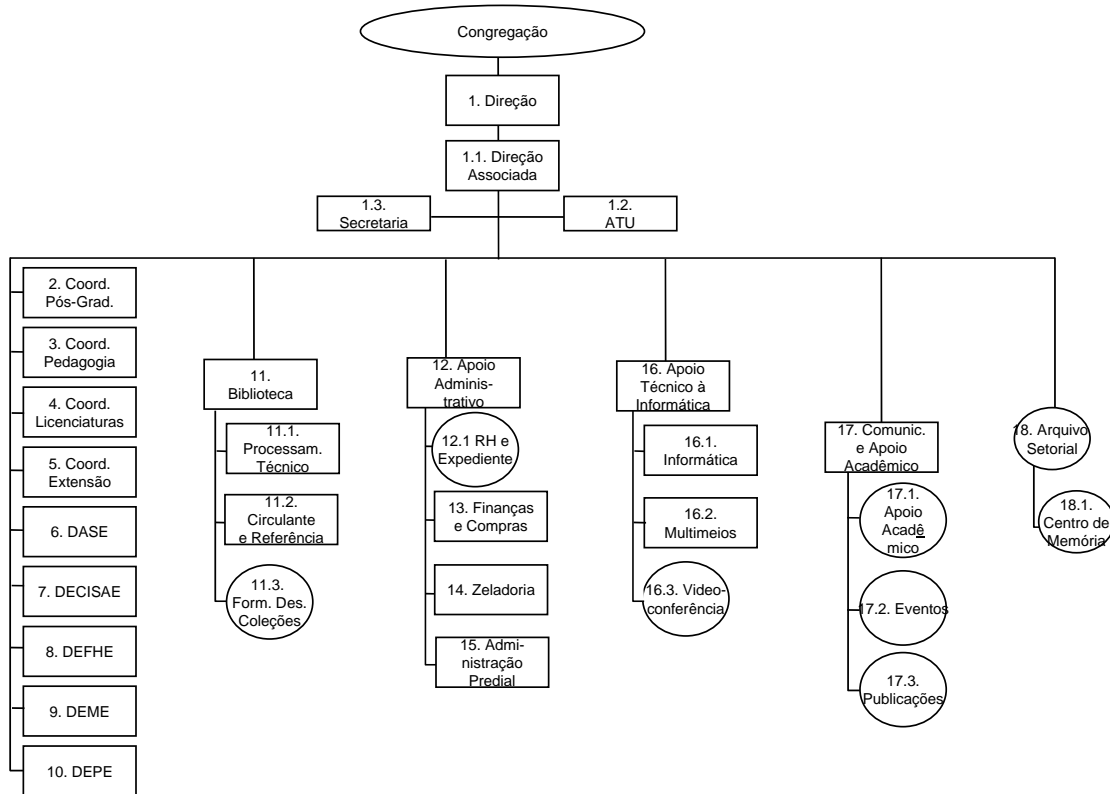
O Plano de Certificação e o Regimento da Faculdade de Educação tiveram dois princípios norteadores em sua condução:

- a) a garantia de que ambos expressassem o comprometimento da Faculdade nas atividades de pesquisa, docência e extensão;
- b) a articulação entre os órgãos diretamente ligados à vida acadêmica (Biblioteca, Comunicação e Apoio Acadêmico, Arquivo Setorial, Videoconferência e Tecnologias de Educação e Centro de Memória) e os de apoio operacional e administrativo.

⁴ A resolução GR 028/2001 criou o Programa de Certificação das Unidades/Órgãos da Unicamp. Entre 2001 e 2002, as unidades se empenharam em analisar e propor suas estruturas organizacionais, que foram submetidas à Câmara de Administração (CAD). A estrutura organizacional atual da Faculdade de Educação (seu Plano de Certificação) foi aprovada através da deliberação CAD n. 146/2003.

Na Faculdade, a revisão do organograma procurou contemplar não apenas as mudanças ocorridas no quinquênio, mas as perspectivas de crescimento que já se anunciavam para o futuro. Com o objetivo de melhor esclarecer as modificações introduzidas no organograma, cada uma delas será descrita de modo comparativo com a estrutura anterior (1996).

Organograma Atual da Faculdade de Educação



Comparando-se os organogramas de 1996 e o de 2003, a Congregação da Unidade permaneceu como instância máxima decisória; a ela compete definir as diretrizes e políticas da Faculdade e presidir todas as suas ações.

Em relação à Direção, foi destacada a participação da Direção Associada junto à Direção da Unidade, antes contempladas ambas em Diretoria. Na seqüência, e logo abaixo, figuram as Coordenadorias de Pós-Graduação, de Pedagogia, de Licenciaturas e a nova Coordenadoria de Extensão.

De fato, a Coordenadoria de Extensão era uma demanda antiga de várias unidades e setores da Universidade, e o processo de sua implantação em todas as unidades de ensino e pesquisa tramitou por alguns anos pelo Conselho de Extensão e pela Pró-Reitoria de Extensão e Administração Superior, tendo sido aprovado em 2002.⁵ Dessa forma, a Coordenação de Extensão foi inserida na estrutura da Faculdade atendendo a norma da Universidade e também as atividades que já vinham ocorrendo nesse âmbito.

⁵ Deliberação CEPE A-05/02

A nova Coordenadoria de Extensão substituiu a Secretaria de Trabalhos Didáticos-Científicos que, em 1999, era o órgão responsável pelas atividades administrativas de extensão. As políticas internas nesse âmbito eram implementadas por uma Comissão da qual faziam parte docentes indicados pelos departamentos, sob a coordenação de um professor que, por sua vez, representava a Faculdade junto ao Conselho de Extensão da Universidade. Em abril de 2004, a Congregação da Faculdade de Educação, ao aprovar o texto do seu Regimento, definiu tanto as competências da Comissão de Extensão como as de seu Coordenador, bem como suas formas de escolha e/ou indicação⁶.

Os 5 departamentos já existentes em 1999 (**DASE, DECISAE, DEFHE, DEME, DEPE**) foram mantidos, sendo apresentados na seqüência das Coordenações. Entretanto, é preciso mencionar que, enquanto se processava o Plano de Certificação do qual resultou o organograma de 2003, as discussões internas para a elaboração do Regimento apontavam, na oportunidade, para a criação de dois novos departamentos: o Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte e o Departamento de Ensino e Práticas Culturais.

Contudo, como a tramitação interna do Regimento e do Plano de Certificação não estavam submetidas aos mesmos prazos de apresentação e aprovação, o organograma de 2003 manteve a configuração departamental de 1999. As secretarias permaneceram acopladas aos respectivos órgãos: diretoria, coordenações e departamentos, não havendo, portanto, mudanças neste plano da organização.

Em relação à Biblioteca, a diretoria única que existia em 1999 foi mantida, sendo propostas a seção de Processamento Técnico e a seção de Material Circulante e Referencial, além de uma célula destinada à Formação e Desenvolvimento de Coleções. Essas alterações foram efetuadas visando atender à necessidade de reorganização do trabalho interno da Biblioteca por conta da grande expansão que teve no período: de um acervo de 18.971 livros, em 1999, passou, em 2003, para 40.327. O público que a frequênta também aumentou: atualmente conta com 3.200 usuários cadastrados, além de todos os alunos da Faculdade, em potencial⁷.

Em 2001, foi adquirida pela Faculdade a Coleção Maurício Tragtemberg, com 10.000 volumes, acervo especial que demandou tratamento dos livros e catalogação, visando disponibilizá-lo ao público em geral. Para abrigar os novos acervos apropriadamente e melhor atender aos usuários, houve ampliação das instalações prediais, que passaram de 480 m², em 1999, para 1.560 m², em 2002, sendo a segunda biblioteca em área construída na Unicamp.

Continuando a acompanhar o quadro relativo ao organograma de 2003, o próximo destaque é para a Diretoria de Apoio Administrativo. Foi proposta para coordenar o fluxo administrativo entre as antigas Seções de Apoio Acadêmico-Administrativo, de Apoio Financeiro, de Serviços Gerais e a Gráfica, as quais foram reconfiguradas ou extintas. Como as atividades entre essas seções são interdependentes, foram reunidas para se ganhar agilidade nos encaminhamentos.

Houve também uma preocupação adicional: adotar uma nomenclatura mais clara para cada área de atendimento, de modo que, já na designação, ficasse evidente seu espectro de atuação: Recursos Humanos e Expediente, Finanças e Compras, Zeladoria e Administração Predial.

A distinção entre a Zeladoria e a Administração Predial foi motivada pela necessidade de tornar mais rápidas e eficientes as providências necessárias relativas a limpeza e recepção, uma vez que refletem diretamente no bem-estar do público da unidade e na segurança. Essas atividades ficaram sob a alçada da Zeladoria, e os reparos e manutenção de parte elétrica, hidráulica e civil couberam à Administração Predial. A Gráfica foi desativada, sendo os serviços que prestava direcionados em parte para a nova Seção de Comunicação e Apoio Acadêmico e em parte para prestadores de serviços externos.

A Diretoria de Apoio Técnico à Informática foi apresentada como Diretoria de Apoio Técnico na proposta encaminhada pela Faculdade; no entanto, teve sua nomenclatura alterada pela administração central. A intenção de uma designação mais genérica era de que pudesse englobar

⁶ Questão discutida no item “Descrição das comissões permanentes e formas de escolha de seus membros”.

⁷ Dados detalhados no item “Infra-estrutura física da Faculdade de Educação” – “Biblioteca”

as várias tecnologias que a Faculdade utiliza (ou pode vir a utilizar) além de toda a infra-estrutura necessária a essas tecnologias. Como decorrência dessa nova perspectiva, a Gráfica, que constava no organograma inicial, foi extinta, como já mencionado. Na Diretoria de Apoio Técnico foram, então, incluídas as seções de Multimeios, Informática e Videoconferência e Tecnologias em Educação, nenhuma delas existente no organograma de 1999.

À seção de Multimeios foi atribuída a responsabilidade pela conservação, guarda, distribuição, instalação e operação de equipamentos audiovisuais.

À seção de Informática compete orientar e/ou estabelecer as especificações para a aquisição ou *upgrade* de equipamentos e *softwares*, gerenciar o laboratório de informática, dar suporte de manutenção a *hardwares* e *softwares* dos setores acadêmicos, administrativos e grupos de pesquisa, além de assessorar em toda a matéria de informática. É importante dizer que, sob sua supervisão, estão ainda duas salas: uma com 20 microcomputadores e outra com 30, comportando 40 e 60 alunos, respectivamente. Esses espaços foram projetados para servir como salas de aula especiais; nelas, os recursos que a informática possibilita são disponibilizados a professores e alunos como ferramentas adicionais para enriquecimento e maior motivação das atividades de ensino-aprendizagem.

Aliada a essas seções foi acrescentada uma célula para abrigar a Videoconferência, alocada em um espaço físico que esteve em obras até o final de 2003. Embora a sala tenha sido inaugurada em abril de 2004, o projeto pedagógico que lhe deu origem vinha sendo gestado já há algum tempo na unidade. Atualmente, destaca-se por ser uma das salas de videoconferência mais avançadas e tecnologicamente completas da América Latina. Sua importância, para as atividades fins da unidade, justificou o destaque no organograma, no qual passou a figurar como uma célula ligada à Diretoria de Apoio Técnico.

A disposição da Diretoria de Apoio Administrativo e da Diretoria de Apoio Técnico à Informática, à mesma altura hierárquica no organograma, visa equilibrar o gerenciamento das atividades de fundo e agilizar as discussões nesse âmbito, o que pode estar suficientemente representado por apenas dois servidores.

A Seção de Comunicação e Apoio Acadêmico, compreendendo as células: Apoio Acadêmico, Eventos e Publicações, veio substituir a Secretaria de Trabalho Didático e Científico, que aparece no organograma vigente desde 1996. A atribuição das atividades desta última foram revisadas e, conforme as novas demandas da Faculdade, foram reordenadas. O objetivo dessa mudança foi unificar informações, proporcionar infra-estrutura a eventos, publicações, contatos, manutenção da *home page*, preservando e divulgando os diversos trabalhos produzidos na FE. À nova seção coube, também, dar suporte à elaboração e administração de projetos de pesquisa, atendendo aos Grupos e Laboratórios de Ensino e Pesquisa que não dispusessem de recursos. Esse atendimento incluiu ainda a produção de textos de apresentação e descrição da Faculdade.

Finalmente, foram organizados: o Arquivo Setorial para registrar, organizar e disponibilizar documentos que dizem respeito à vida institucional da Faculdade; e o Centro de Memória da Educação, órgão de caráter científico, criado em 2001, que tem como objetivo fundamental receber, organizar, preservar e disponibilizar fontes que permitam a realização de estudos de caráter histórico acerca da educação na região ou no País.

Quadro Funcional

Antes de adentrar neste tópico, vale ponderar que, tendo em vista o caráter dinâmico da vida institucional, o organograma e o funcionograma são demonstrativos da estrutura plana da unidade, ou seja, nenhum deles traduz as necessidades de pessoal e as articulações necessárias para conjugar o número e a função de servidores ao número de prédios e horários em que a Faculdade necessita estar em funcionamento.

Do ponto de vista prospectivo, é preciso considerar, por exemplo, o grande número de pessoas que se valem das instalações e serviços da Faculdade e os projetos que esta tem e que implicam um crescimento ainda maior. No final de 2003, circulavam pelas dependências da Faculdade **3.431**

alunos, distribuídos da seguinte forma: **1.695** alunos na Graduação em Pedagogia, **120** na Licenciatura Integrada Química-Física, **695** na Pós-Graduação, cerca de **512** nos demais cursos de licenciatura e **409⁸** alunos em cursos de extensão. Somam-se a esses os pesquisadores e o público que afliu aos eventos acadêmico-científicos que a Faculdade promove ou sedia.

Esse volume de usuários é atendido num período de expediente que se inicia às 7h e se encerra às 23h, e se estende aos sábados, das 8h às 13h. Vale ressaltar, entretanto, que o horário de funcionamento do sábado tem sido freqüentemente solicitado a ser prolongado. Além disso, inúmeras atividades extra-curriculares de interesse de docentes e discentes ocorrem fora desses horários e dias, e fazem parte das atividades fim da universidade. Assim são necessárias articulações que permitam sua realização sem comprometer as condições de conforto e segurança. Portanto, o simples somatório de servidores alocados por setor não é suficiente para dimensionar a quantidade necessária ao funcionamento da unidade.

Feitas essas considerações e descritas as estruturas administrativas necessárias ao desenvolvimento das atividades da Faculdade, apresenta-se abaixo o quadro de funcionários, organizado segundo a seqüência dos órgãos no organograma, cujas “caixas” estão numeradas. No quadro está reproduzida essa numeração, de tal forma que se estabelece uma relação entre ambos, permitindo identificar o lugar onde cada servidor(a) está alocado(a).

Quadro de servidores distribuídos pelo organograma 2003

UNIDADE: Faculdade de Educação			
Nº DA ESTRUTURA: 1	NOME DA ÁREA: Direção		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Profa Dra. Agueda B. Bittencourt	Docente	Diretora	
Nº DA ESTRUTURA: 1.1	NOME DA ÁREA: Direção Associada		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Prof. Dr. Jorge Megid Neto	Docente	Diretor Associado	
Nº DA ESTRUTURA: 1.2	NOME DA ÁREA: Assistência Técnica da Unidade		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Rosa Maria Marins Gobbi Sebinelli</i>	<i>Profissional de Administração</i>	<i>ATU</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 1.3	NOME DA ÁREA: Secretaria da Direção		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Sueli Aparecida Bonatto</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretária</i>	
<i>Benedito Menezes</i>	<i>Motorista</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 2	NOME DA ÁREA: Coordenação de Pós-Graduação		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Luis Enrique Aguilar	Docente	Coordenador	
Anita Liberalesso Neri	Docente	Sub-Coord. Geront.	
<i>Lucia Helena Agulhari</i>	<i>Técnico Administrativo</i>	<i>AT</i>	
<i>Dorival Inácio de Oliveira</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretário</i>	
<i>Nadir Aparecida Gomes Camacho</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Rita Cristina Ferreira Preza</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Cleonice Pereira Pardim</i>	<i>Téc. Administração</i>		

⁸ Dados do sistema de gerenciamento de cursos da Escola de Extensão da Unicamp.

Nº DA ESTRUTURA: 3	NOME DA ÁREA: Coordenação da Pedagogia		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Maria do Carmo Martins	Docente	Coordenadora	
Angela Fátima Soligo	Docente	Coord. Associada	
<i>Maria Tereza Granzotto</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretária</i>	
<i>Marta Francisca de Freitas</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Luciane Aparecida Grandin</i>	<i>Pedagogo</i>		
<i>Helia Lucena Bolzan</i>	<i>Téc. Administração</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 4	NOME DA ÁREA: Coordenação de Licenciaturas		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Márcia Strazzacappa	Docente	Coordenadora	
Ana Maria F. Aragão Sadalla	Docente	Coord. Associada	
<i>Vera Lúcia F. Coelho Louzada</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretária</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 5	NOME DA ÁREA: Coordenação de Extensão		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	
<i>Márcia Cristina Candido dos Santos</i>	<i>Pr. A H I</i>	<i>Secretária</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 6	NOME DA ÁREA: Depto. de Administração e Supervisão Educacional (DASE)		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Sonia Giubilei	Docente	Chefe Depto.	
<i>Marina Helena P. F. Cilumbriello</i>	<i>Pr. A H I</i>	<i>Secretária</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 7	NOME DA ÁREA: Depto. de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DECISAE)		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Aparecida Neri de Souza	Docente	Chefe Depto.	
<i>Lidia Luiz Pase</i>	<i>Téc. Administrativo</i>	<i>Secretária</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 8	NOME DA ÁREA: Depto. de Filosofia e História da Educação (DEFHE)		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Renê José Trentin	Docente	Chefe Depto.	
<i>Ana Maria Arantes</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretária</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 9	NOME DA ÁREA: Depto. de Metodologia de Ensino (DEME)		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Guilherme do Val Toledo Prado	Docente	Chefe Depto.	
<i>Alexandria Maria C. S. Leme</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretária</i>	

Nº DA ESTRUTURA: 10	NOME DA ÁREA: Depto. de Psicologia Educacional (DEPE)		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
Regina Maria de Souza	Docente	Chefe Depto.	
<i>Márcia de Lourdes Gomes</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Secretária</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 11	NOME DA ÁREA: Biblioteca		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Gildenir Carolino Santos</i>	<i>Bibliotecário</i>	<i>Dir. Técn. Serviço</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 11.1	NOME DA ÁREA: Seção de Processamento Técnico		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Rosemary Passos</i>	<i>Bibliotecário</i>	<i>Sup. Seção</i>	
<i>Maria Lavinia Turazzi</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Márcia Benedita de Oliveira</i>	<i>Aux. Limp. Hospitalar</i>		
<i>Marli Machado</i>	<i>Aux. Biblioteca</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 11.2	NOME DA ÁREA: Seção Circulante e Referência		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Josidelma Francisca de Souza</i>	<i>Bibliotecário</i>	<i>Sup. Seção</i>	
<i>Maria Alice Cherubim</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Yoko Toma Celestino</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Luís Carlos da Silva II</i>	<i>Téc. Administração</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 11.3	NOME DA ÁREA: Formação e Desenvolvimento de Coleções		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Ubirajara Alencar Rodrigues</i>	<i>Documentalista</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 12	NOME DA ÁREA: Diretoria de Apoio Administrativo		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Vera Lúcia Gonçalves</i>	<i>Profs. Administração</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 12.1	NOME DA ÁREA: Recursos Humanos e Expediente		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Ana Maria Gonzaga dos Santos</i>	<i>Téc. Administração</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 13	NOME DA ÁREA: Seção de Finanças e Compras		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Gildo Luiz de Freitas</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Sup. Seção</i>	
<i>Salvador A. Iorio de Santana</i>	<i>Téc. Administração</i>		
<i>Josué Hilário Gama</i>	<i>Téc. Administração</i>		

Nº DA ESTRUTURA: 14	NOME DA ÁREA: Seção de Zeladoria		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Luiz Aparecido Romão da Silva</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>Sup. Seção</i>	
<i>Ana Iris Martins do Santos</i>	<i>Assit. Administração</i>		
<i>Ivo Pinheiro</i>	<i>Recepcionista</i>		
<i>Lairce Prado de Souza</i>	<i>Recepcionista</i>		
<i>Vera Lúcia Torres Pinheiro</i>	<i>Aux. Serv. Gerais</i>		
<i>Regina Maura Martins</i>	<i>Assist. Administração</i>		
<i>Jacy Darcy Salgado</i>	<i>Copeira</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 15	NOME DA ÁREA: Administração Predial		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Pitágoras Henrique de Souza</i>	<i>Profis. Administração</i>	<i>Sup. Seção</i>	
<i>Cesar Matheus dos Santos</i>	<i>Técnico Eletrotécnica</i>		
<i>Antonio Germano de Faria</i>	<i>Auxiliar de Manutenção</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 16	NOME DA ÁREA: Diretoria de Apoio Técnico Informática		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Sivaldo Luís Martinelli</i>	<i>Analista de Suporte</i>	<i>Dir. Serviço</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 16.1	NOME DA ÁREA: Seção de Informática		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Edgar da Rocha</i>	<i>Progr. Sistemas</i>		
<i>Ademilson Modesto de Camargo</i>	<i>Téc. Editoração</i>		
<i>Célia Regina Marques</i>	<i>Progr. Suporte</i>		
<i>Hélio Salvador Corrêa</i>	<i>Técnico Operacional</i>		
<i>Adriano Donizete Vasconcelos</i>	<i>Progr. Suporte</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 16.2	NOME DA ÁREA: Seção de Multimeios		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Carlos Humberto do Prado</i>	<i>Op. Áudio Vídeo</i>	<i>Sup. Seção</i>	
<i>Fernando Cesar Leme da Silva</i>	<i>Téc. Operacional</i>		
<i>Carlos Alberto Almeida Xavier*</i>	<i>Assist. Administ.</i>		
<i>Antonio Carlos de Oliveira</i>	<i>Assist. Administ.</i>		
<i>Geraldo José Camargo</i>	<i>Assist. Administ.</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 16.3	NOME DA ÁREA: Videoconferência		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Gilberto Oliani</i>	<i>Engenheiro</i>		

* Auxiliar técnico prestando serviços em órgão de saúde estadual a partir de 2003.

Nº DA ESTRUTURA: 17	NOME DA ÁREA: Seção de Comunicação e Apoio Acadêmico (transformação Secr./Seção)		
NOME DO SERVIDOR			
<i>Cármem Lúcia Rodrigues Arruda</i>	<i>Relações Públicas</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 17.1	NOME DA ÁREA: Apoio Acadêmico		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Roberta Rocha Borges</i>	<i>Pedagogo</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 17.2	NOME DA ÁREA: Eventos		
NOME DO SERVIDOR	OCUPAÇÃO		
<i>Luciana Rodrigues**</i>	<i>Téc. Administração</i>		
Nº DA ESTRUTURA: 17.3	NOME DA ÁREA: Publicações		
NOME DO SERVIDOR			
<i>Jórgias Alves Ferreira</i>	<i>Téc. Administração</i>	<i>não</i>	
<i>Roberta R. Fiolo Pozzuto</i>	<i>Analista de Suporte</i>	<i>não</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 18	NOME DA ÁREA: Arquivo Setorial		
NOME DO SERVIDOR			
<i>Maria Alice Giannoni</i>	<i>Bibliotecário</i>	<i>não</i>	
Nº DA ESTRUTURA: 18.1	NOME DA ÁREA: Centro de Memória em Educação		
<i>Sônia Ap. Campos Ferraz</i>			

O quadro traça a ligação entre os servidores que de fato atuam na unidade e em que órgãos. Não estão contabilizados os servidores em afastamento por motivos de saúde há mais de dois anos.

** Funcionária comissionada na Prefeitura Municipal de Campinas, desde 2000.

Evolução do quadro de pessoal nos últimos anos

O quadro atual, composto de docentes e funcionários técnicos e administrativos, cada vez mais precisa integrar-se para que as atividades fins sejam realizadas, mantendo-se o nível de qualidade, ao mesmo tempo em que se atende uma ampliação sempre crescente de trabalho. Nesse sentido, o número de docentes, de funcionários e a qualificação do quadro de servidores são fundamentais. No período em questão, verificamos um movimento diferenciado entre os quadros docente e funcional da Faculdade. Enquanto houve uma redução do número de docentes, entre os servidores houve uma migração de funcionários de outras unidades para a Faculdade de Educação, provocando uma ampliação desse segmento. Esse processo tem explicação específica na política de recursos humanos da universidade e estará descrito nos comentários relativos ao Quadro de Funcionários.

Quadro Docente

Foi realizado um grande esforço para a manutenção do quadro docente, cuja tendência de redução facilmente se verifica no conjunto da universidade, motivada pelo volume de solicitações de aposentadorias e restrições orçamentárias, dificultando a reposição integral de aposentadorias, também em nossa Faculdade, até o final de 2003.

No início de 1999, conforme dados enviados pelas secretarias dos departamentos, a Faculdade de Educação contava com um quadro docente de **113** professores. As aposentadorias, demissões e falecimentos no período de 1999 a 2003 somaram **15** docentes. O processo de reposição do quadro durante o período permitiu chegar-se a **101** professores ao final de 2003⁹. Isto evidencia o fato de que, para uma maior demanda de atividades dos professores (aumento substantivo não apenas de vagas na Graduação e Pós-Graduação¹⁰, mas também da produção acadêmica¹¹ e da oferta de cursos de extensão¹², para citar algumas), não houve uma correspondente evolução do quadro docente. A manutenção da excelência do trabalho acadêmico nessas condições oculta o enorme esforço que o corpo docente vem realizando para que não haja comprometimento na qualidade das atividades fins.

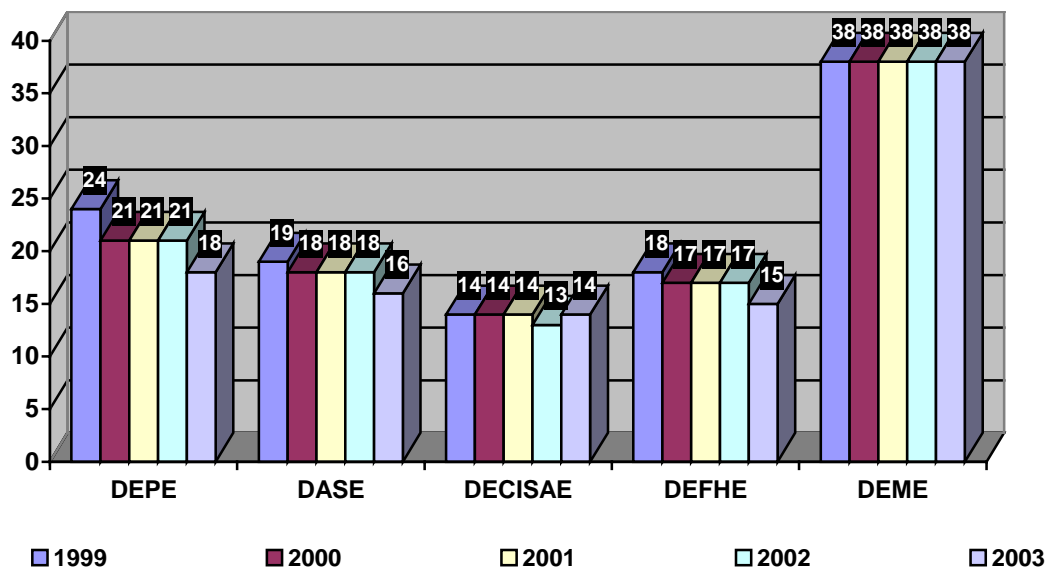
⁹ Há sete professores aposentados que atuam como Professor Colaborador Voluntário, realizando atividades de orientação, o que justifica que, no relatório da Pós-Graduação, figure o número de 108 docentes.

¹⁰ Segundo dados divulgados pela Diretoria Acadêmica da Unicamp (DAC), em 2004 a Faculdade de Educação foi a unidade em que houve o maior número de matrículas efetivadas na Unicamp, ou seja, 23.637 (a unidade em segunda posição teve 13.146 matrículas).

¹¹ Vide dados no capítulo Ensino de Pós-Graduação e Formação do Pesquisador. Houve um aumento da produção intelectual da Faculdade da ordem de 21% em 2003, em relação a 2002, e de 8%, em relação a 2001.

¹² No âmbito da Unicamp, a Faculdade é a sétima colocada em número de matrículas em cursos de extensão e a segunda na área de Ciências Humanas, ficando atrás apenas do Instituto de Economia.

A figura abaixo apresenta as mudanças ocorridas no quadro docente, entre 1999 e 2003.



Número de Docentes por Departamento					
Anos	DEPE	DASE	DECISAE	DEFHE	DEME
1999	24	19	14	18	38
2000	21	18	14	17	38
2001	21	18	14	17	38
2002	21	18	13	17	38
2003	18	16	14	15	38

Quadro de Funcionários

No que se refere ao quadro técnico-administrativo, em 1999 a Faculdade de Educação contava com 54 servidores. À época, estavam se processando na unidade alterações estruturais, que visavam atender às necessidades de apoio operacional e administrativo, já referidas em detalhe no tópico *Descrição das estruturas administrativas e organograma com o correspondente quadro funcional existente*. Essas transformações demandaram que a Faculdade buscasse novos servidores dentro da universidade para complementar sua equipe, além de incentivar a formação e requalificação daqueles já alocados em seu quadro.

Fluxo de Funcionários 1999 – 2003

	Funcionário	Situação	Ano Início FE	N. no ano	Data Início FE	Data Fim	Entrou	Saiu
1	Celia Maria Ribeiro	Desligado	1999		1/5/1998	31/1/1999	x	x
2	Gilberto Pimentel Junior*	Desligado	1999		1/1/1999	1/4/2001	X	x
3	Miriam Cristina Alves*	Desligado	1999		1/2/1999	31/3/1999	X	x
4	Luciana Rodrigues **	Ativo	1999	4	1/4/1999	---	X	X
5	Carmem Sílvia Porfírio***	Afastado	2000	1	9/10/2000	---	x	X
6	José Aauto Gomes	Desligado	2001		1/11/1996	26/9/2001		x
7	Carlos Humberto do Prado	Ativo	2001		8/1/2001	---	X	
8	Cleonice Pereira Pardim	Ativo	2001		10/1/2001	---	x	
9	Maria Alice Cherubim	Ativo	2001		31/1/2001	---	X	
10	Jorgias Alves Ferreira	Ativo	2001		11/6/2001	---	X	
11	Edgar da Rocha	Ativo	2001		16/7/2001	---	X	
12	Sivaldo Luis Martinelli	Ativo	2001		10/9/2001	---	X	
13	Rosani Aparecida Cardoso***	Afastado	2001	8	22/10/2001	---	x	x
14	Josidelma Francisca de Souza	Ativo	2002		13/3/2002	---	x	
15	Carmen Lucia Rodrigues Arruda	Ativo	2002		14/5/2002	---	X	
16	Rosa Maria M. G. Sebinelli****	Ativo	2002		16/7/2002	---	X	
17	Luciane Aparecida Grandin	Ativo	2002		5/8/2002	---	X	
18	Waldomiro Ribeiro	Falecido	2002	5		20/12/2002		X
19	Gilberto Olianj****	Ativo	2003		21/1/2003	---	X	
20	Marli Machado	Ativo	2003		29/1/2003	---	X	
21	Adriano Donizete de Vasconcelos	Ativo	2003		3/2/2003	---	X	
22	Luis Carlos da Silva li	Ativo	2003		10/4/2003	---	X	
23	Geraldo Jose Camargo	Ativo	2003		14/4/2003	---	X	
24	Marcia Cristina Candido dos Santos	Ativo	2003		19/5/2003	---	X	
25	Ana Esmeralda de Paula	Ativo	2003		1/6/2003	---	X	
26	Osmar Peres Campoi	Ativo	2003		28/7/2003	---	X	
27	Ubirajara Alencar Rodrigues	Ativo	2003		27/8/2003	---	X	
28	Antonio Germano de Faria	Ativo	2003		23/9/2003	---	X	
29	Lucia Helena Agulhari	Ativo	2003		1/10/2003	---	X	
30	Sonia Aparecida F de Campos	Ativo	2003		3/11/2003	---	X	
31	Homero Resende Filho	Ativo	2003		10/11/2003	---	X	
32	Liane Odete Oberg Arouca	Aposentado	2003		1/10/1996	19/1/2003		X
33	Aparecida Menezes	Desligado	2003		1/4/1998	15/6/2003		X
34	Regina Maura Martins	Desligado	2003	13	1/9/1997	24/8/2003		X

(*) A Faculdade de Educação teve, em 1999, a entrada e saída subsequente de 2 servidores que se aposentaram quase em seguida. Fato que se repetiu em 2000 e 2001, com 2 servidoras que entraram e foram afastadas em seguida por motivos de saúde.

(**) Uma das funcionárias foi solicitada a prestar serviços à Prefeitura Municipal de Campinas, sem que a FE pudesse repor a cessão.

(***) Servidores afastados por problemas de saúde.

(****) Dos técnicos transferidos, dois eram profissionais de nível superior e ligados às atividades de direção junto à administração central; foram transferidos independentemente de vagas ou verba da unidade.

Mobilidade Funcional 1999-2003

Entre 1999 e 2003, a Faculdade empenhou-se em superar as dificuldades de trânsito de pessoal técnico internamente à Universidade, de modo a preencher funções importantes para as quais a unidade não tinha quadros. As tabelas demonstram a movimentação de pessoal que veio e que deixou a unidade. Ao final o resultado foi positivo, em parte porque a Faculdade comprovou à administração central que vagas referentes a aposentadorias e afastamentos precisavam ser repostas, procedimento que a Universidade vinha dificultando por conta da política adotada de enxugamento de quadros. Por outro lado, a Faculdade teve sempre uma grande preocupação com o aspecto da saúde e da satisfação de seus funcionários em suas atividades. Com esse espírito, procedeu abertura para recebimento de pessoal da universidade em processo de readaptação funcional: foram aceitos 4 servidores cuja situação de saúde não permitia mais a execução de suas tarefas originais e que se enquadraram muito bem nas novas funções.

Outra forma de composição do quadro foi o aproveitamento do Processo de Mobilidade Funcional, um novo procedimento na administração de pessoal que permitia, mediante concurso interno, que o servidor, uma vez aprovado em processo seletivo, tivesse garantida sua liberação para assumir na unidade para onde havia sido selecionado. Esse mecanismo permitiu que a Faculdade preenchesse as vagas remanescentes de demissões, aposentadorias ou designadas via revisões de quadros anteriores. É esse recurso que explica a entrada de 7 servidores, em 2001, e também a saída de outros 3, da Faculdade, no período.

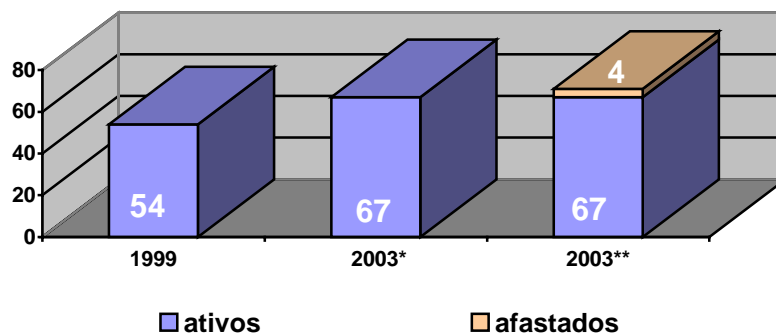
O grande crescimento em 2003 deveu-se, além do processo de mobilidade, a mudanças na administração central que geraram uma circulação de funcionários de nível de gerenciamento, liberados para transferência com suas respectivas vagas; nesta condição entraram 2 servidores. Por outro lado, a migração de funcionários para outras unidades foi impulsionada pelas vagas, reconhecidas no Plano de Certificação, que puderam ser utilizadas.

Finalmente, cabe esclarecer que no processo de certificação foi aprovado um quadro de 71 vagas¹³ para a Faculdade de Educação, mas se encontravam em exercício, em 2003, 67 funcionários¹⁴. Das 71 vagas, 4 referiam-se a pessoal em licença médica há mais de dois anos, porém não aposentados. Como discutido no item *–Descrição das estruturas administrativas e organograma com o correspondente quadro funcional existente –* a simples descrição expressa pelo organograma ou a discriminação de servidores demonstrada no quadro não são suficientes para dimensionar o quadro de pessoal necessário para manter as atividades de uma unidade. O porte da Faculdade de Educação e as perspectivas de engajamento cada vez maior no ensino, na pesquisa e também na extensão permitem que, apesar do crescimento tanto numérico como em escolaridade e especialização do quadro funcional, seja prevista uma suplementação de vagas.

¹³ A diferença entre o número de servidores aprovado em certificação e o número de servidores em atividade deveu-se a afastamentos por motivos de saúde.

¹⁴ Dados do Relatório de Gestão 2000/2004 da Faculdade de Educação.

Gráfico demonstrativo da evolução do quadro de servidores



2003* – 67 é o número de servidores efetivamente atuando; somando-se os afastados, perfazem 71.

2003** – número de servidores aprovados na certificação.

O crescimento não se configurou como a única e nem a mais importante ação quanto à política de pessoal não docente. Nesse período foi desenvolvido um projeto de valorização profissional, com incentivo à qualificação em todos os níveis, questão que será tratada em maior detalhe no item *Qualificação do pessoal não docente – funcionários*.

A seguir listamos os servidores da Faculdade de Educação, em 1999, e no ano de 2003. São recortes de momentos de cada ano, que servem de referência a esta discussão.

Funcionários FE – 1999				Funcionários FE – 2003			
	Nome	Data Início Unicamp	Data início FE		Nome	Data Início Unicamp	Data início FE
1	ADEMILSON MODESTO DE CAMARGO	1/12/1983	1/8/1995	1	ADEMILSON MODESTO DE CAMARGO	1/12/1983	1/8/1995
3	ALEXANDRIA MARIA C S LEME	2/2/1987	1/8/1995	2	ADRIANO DONIZETE DE VASCONCELOS	22/4/1986	3/2/2003
4	AMAURY FERNANDES	15/5/1980	1/8/1995	3	ALEXANDRIA MARIA C S LEME	2/2/1987	1/8/1995
5	ANA IRIS MARTINO DOS SANTOS	26/4/1985	1/8/1995	4	ANA ESMERALDA DE PAULA	14/3/1988	1/6/2003
6	ANA MARIA ARANTES	6/3/1986	1/8/1995	5	ANA IRIS MARTINO DOS SANTOS	26/4/1985	1/8/1995
7	ANA MARIA GONZAGA DOS SANTOS	7/5/1985	1/4/1996	6	ANA MARIA ARANTES	6/3/1986	1/8/1995
8	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA II	8/4/1986	1/10/1996	7	ANA MARIA GONZAGA DOS SANTOS	7/5/1985	1/4/1996
9	APARECIDA MENEZES	9/10/1978	1/4/1998	8	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA II	8/4/1986	1/10/1996
10	BENEDITO MENEZES	17/9/1984	1/8/1995	9	ANTONIO GERMANO DE FARIA	22/1/1985	23/9/2003
11	CARLOS ALBERTO A XAVIER	7/5/1986	1/8/1997	10	APARECIDA MENEZES	9/10/1978	1/4/1998
12	CÉLIA MARIA RIBEIRO	01/05/1998	31/01/1999	11	BENEDITO MENEZES	17/9/1984	1/8/1995
13	CELIA REGINA MARQUES	17/11/1986	1/8/1995	12*	CARLOS ALBERTO A XAVIER	7/5/1986	1/8/1997
14	CESAR MATHEUS DOS SANTOS	8/9/1992	5/8/1999	13	CARLOS HUMBERTO DO PRADO	22/8/1985	8/1/2001
15	DORIVAL INACIO DE OLIVEIRA	13/4/1971	1/4/1998	14*	CARMEM SILVA PORFIRIO	11/3/1987	9/10/2000
16	FERNANDO CESAR LEME DA SILVA	7/7/1986	1/8/1995	15	CARMEN LUCIA RODRIGUES ARRUDA	2/1/1986	14/5/2002
17	GILBERTO PIMENTEL JUNIOR	23/4/1986	1/1/1999	16	CELIA REGINA MARQUES	17/11/1986	1/8/1995
18	GILDENIR CAROLINO SANTOS	3/10/1986	1/8/1995	17	CESAR MATHEUS DOS SANTOS	8/9/1992	5/8/1999
19	GILDO LUIZ DE FREITAS	1/8/1983	1/8/1995	18	CLEONICE PEREIRA PARDIM	14/2/1991	10/1/2001
20	GISLENE PERPERTUO GONÇALVES*	10.04.2003	10.04.2003	19	DORIVAL INACIO DE OLIVEIRA	13/4/1971	1/4/1998
21	HELIA LUCENA BOLZAN	26/1/1978	1/8/1995	20	EDGAR DA ROCHA	16/7/2001	16/7/2001
22	HELIO SALVADOR CORREA	4/9/1992	1/8/1995	21	FERNANDO CESAR LEME DA SILVA	7/7/1986	1/8/1995
23	IRALDO RODRIGUES JUSTINO	3/4/1970	1/12/1997	22	FÁTIMA APARECIDA FERREIRA DA SILVA	2/8/1985	3/5/2004
24	MO PINHEIRO	4/11/1985	1/6/1998	23	GERALDO JOSE CAMARGO	13/5/1986	14/4/2003
25	JACY DARCY SALGADO	27/10/1978	1/8/1995	24	GILBERTO OLJANI	27/2/1986	21/1/2003
26	JOSUE HILARIO GAMA	1/8/1983	1/8/1995	25	GILDENIR CAROLINO SANTOS	3/10/1986	1/8/1995
27	JOSÉ ADAUTO GOMES	1/12/1983	1/11/1996	26	GILDO LUIZ DE FREITAS	1/8/1983	1/8/1995
28	LAIRCE PRADO DE SOUSA	25/5/1987	1/8/1995	27	HELIA LUCENA BOLZAN	26/1/1978	1/8/1995
29	LIANE ODETE OBERG AROUCA	1/1/1977	1/10/1996	28	HELIO SALVADOR CORREA	4/9/1992	1/8/1995
30	LIDIA LUIS PAZE	22/2/1985	1/8/1995	29	HOMERO RESENDE FILHO	26/6/1984	10/11/2003
31	LUCIANA RODRIGUES	16/6/1988	1/4/1999	30	IRALDO RODRIGUES JUSTINO	3/4/1970	1/12/1997
32	LUIZ APARECIDO ROMAO DA SILVA	19/5/1986	1/8/1995	31	MO PINHEIRO	4/11/1985	1/6/1998
33	MARCIA BENEDITA DE OLIVEIRA	3/7/1998	1/10/1998	32	JORGAS ALVES FERREIRA	3/8/1987	11/6/2001
34	MARCIA DE LOURDES GOMES	2/10/1985	1/8/1995	33	JOSIDELMA FRANCISCA DE SOUZA	13/3/2002	13/3/2002
35	MARIA ALICE GIANNONI	3/3/1997	3/3/1997	34	JOSUE HILARIO GAMA	1/8/1983	1/8/1995
36	MARIA HELENA TOBAR MARIUCCI	25/7/1972	7/6/1975	35	JOSÉ ADAUTO GOMES	1/12/1983	1/11/1996
37	MARIA LAVINIA TURAZZI	9/2/1987	1/11/1995	36	LAIRCE PRADO DE SOUSA	25/5/1987	1/8/1995
38	MARIA LUCIA DE SOUZA	13/4/1987	1/8/1995	37	LIDIA LUIS PAZE	22/2/1985	1/8/1995
39	MARIA TEREZA GRANZOTTO	22/11/1978	1/8/1995	38	LUCIA HELENA AGULHARI	24/2/1987	1/10/2003
40	MARINA HELENA P F CILUMBRIELLO	15/4/1985	1/8/1995	39*	LUCIANA RODRIGUES	16/6/1988	1/4/1999
41	MARTA FRANCISCA DE FREITAS	20/11/1980	1/8/1995	40	LUCIANE APARECIDA GRANDIN	23/5/1994	5/8/2002

cont.

Funcionários FE – 1999				Funcionários FE – 2003			
	Nome	Data Início Unicamp	Data início FE		Nome	Data Início Unicamp	Data início FE
42	NADIR APARECIDA GOMES CAMACHO	10/11/1983	1/8/1995	41	LUIZ APARECIDO ROMAO DA SILVA	19/5/1986	1/8/1995
43	PITAGORAS HENRIQUE DE SOUZA	20/7/1987	1/7/1995	42	MARCIA BENEDITA DE OLIVEIRA	3/7/1998	1/10/1998
44	REGINA MAURA MARTINS	5/10/1977	1/9/1997	43	MARCIA CRISTINA CANDIDO DOS SANTOS	31/3/1981	19/5/2003
45	RITA CRISTINA LANOUX	2/4/1996	1/5/1998	44	MARCIA DE LOURDES GOMES	2/10/1985	1/8/1995
46	ROBERTA RABELLO FIOLO POZZUTO	3/6/1996	3/6/1996	45	MARIA ALICE CHERUBIM	18/11/1985	31/1/2001
47	ROBERTA ROCHA BORGES	18/3/1996	18/3/1996	46	MARIA ALICE GIANNONI	3/3/1997	3/3/1997
48	ROSEMARY PASSOS	24/9/1984	1/9/1995	47	MARIA HELENA TOBAR MARIUCCI	25/7/1972	7/6/1975
49	SALVADOR ANTONIO IÓRIO DE SANTANA	11/4/1983	1/8/1995	48	MARIA LAVINIA TURAZZI	9/2/1987	1/11/1995
50	SUELI APARECIDA BONATTO	28/4/1986	1/8/1995	49	MARIA TEREZA GRANZOTTO	22/11/1978	1/8/1995
51	VERALUCIA FERREIRA C LOUZADA	22/10/1986	1/8/1995	50	MARINA HELENA P F CILUMBRIELLO	15/4/1985	1/8/1995
52	VERALUCIA GONÇALVES	26/10/1977	1/8/1995	51	MARLI MACHADO	4/5/1987	29/1/2003
53	VERALUCIA TORRES PINHEIRO	15/4/1986	1/8/1995	52	MARTA FRANCISCA DE FREITAS	20/11/1980	1/8/1995
54	YOKO TOMA CELESTINO	11/8/1986	1/8/1995	53	NADIR APARECIDA GOMES CAMACHO	10/11/1983	1/8/1995
				54	OSMAR PERES CAMPOI	16/5/1986	28/7/2003
				55	PITAGORAS HENRIQUE DE SOUZA	20/7/1987	1/7/1995
				56	REGINA MAURA MARTINS	5/10/1977	1/9/1997
				57	RITA CRISTINA LANOUX	2/4/1996	1/5/1998
				58	ROBERTA RABELLO FIOLO POZZUTO	3/6/1996	3/6/1996
				59	ROBERTA ROCHA BORGES	18/3/1996	18/3/1996
				60	ROSA MARIA MARINS GOBBI SEBINELLI	18/6/1986	16/7/2002
				61 *	ROSANI APARECIDA CARDOSO	19/11/1985	22/10/2001
				62	ROSEMARY PASSOS	24/9/1984	1/9/1995
				63	SALVADOR ANTONIO IÓRIO DE SANTANA	11/4/1983	1/8/1995
				64	SIVALDO LUIS MARTINELLI	10/9/2001	10/9/2001
				65	SONIA APARECIDA F DE CAMPOS	4/8/1992	3/11/2003
				66	SUELI APARECIDA BONATTO	28/4/1986	1/8/1995
				67	UBIRAJARA ALENCAR RODRIGUES	27/8/2003	27/8/2003
				68	VERALUCIA FERREIRA C LOUZADA	22/10/1986	1/8/1995
				69	VERALUCIA GONÇALVES	26/10/1977	1/8/1995
				70	VERALUCIA TORRES PINHEIRO	15/4/1986	1/8/1995
				71	YOKO TOMA CELESTINO	11/8/1986	1/8/1995

* Indica funcionários afastados (4).

Centro ou Núcleo Interdisciplinar

Como anunciado na descrição do organograma, a Faculdade de Educação criou em 2001 o Centro de Memória da Educação – CME. Além de contribuir para a preservação da documentação produzida na Região Metropolitana de Campinas, o CME oferece ricas potencialidades no que se refere à pesquisa na área de educação e ao ensino, configurando-se como um espaço privilegiado para a formação dos professores e de educadores em geral.¹⁵

Atuando na organização, referenciação e disponibilização de fundos e coleções documentais, o CME busca constituir-se em interlocutor na definição de uma política de preservação de acervos que se encontram depositados nas instituições escolares da região, os quais devem ser organizados e disponibilizados para consulta nas próprias instituições de origem.

Nesta direção, além de trabalhar no sentido de formar o seu próprio acervo, o Conselho Científico do CME tem discutido as formas de incentivar o desenvolvimento de pesquisas que favoreçam a identificação, o acolhimento, o tratamento das fontes e a criação de centros de documentação e museus vinculados às memórias das instituições escolares, principalmente da região.

A criação do CME articula-se às recentes preocupações em relação à preservação do patrimônio histórico e cultural manifestadas pelos pesquisadores em história da educação (notadamente os estudiosos de temas ligados às instituições escolares, culturas da escola, educação em espaços não-escolares), história do currículo (saberes para o ensino e saberes docentes), formação de professores, memórias da escolarização e processos educativos na formação dos sujeitos da educação (professores, estudantes, os próprios pesquisadores e gestores da educação). Todavia, a criação de um novo órgão voltado para a pesquisa, na Faculdade de Educação, expressa também modificações na maneira como esta faculdade e a própria instituição universitária concebem hoje a sua função acadêmica, o papel renovador dos seus espaços de pesquisa e a função política e cultural da organização do acervo histórico e patrimonial da educação brasileira.

Algumas iniciativas voltadas para inventariar e referenciar fontes de pesquisa já vinham sendo implementadas na Faculdade de Educação da Unicamp, mesmo antes da criação do CME, evidenciando essa sensibilidade dos pesquisadores em relação à preservação documental. Dentre essas iniciativas, pode-se destacar: o Centro de Documentação para o Ensino de Ciências (CEDOC); o Círculo de Estudos Memória e Pesquisa em Educação Matemática (CEPEM); os trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), pelo Grupo de Pesquisa MEMÓRIA, pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação Continuada (GEPEC) e pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sócio-Cultural (GEPEDISC); além de publicações como a “Série Fontes”. Alguns projetos desenvolvidos no âmbito desses grupos de pesquisa inserem-se nas discussões sobre memória e documentação da educação, acumulando fontes para pesquisas. Além dessas iniciativas, outros projetos, desenvolvidos no âmbito da Faculdade de Educação, têm sido responsáveis pela produção de materiais de campo que necessitam ser organizados e referenciados por centro de documentação especializado.

No processo de constituição do CME, assumiu papel decisivo o diálogo com o Centro de Memória da Unicamp (CMU), por meio do qual se explicitou a existência de conjuntos documentais, sob a guarda daquele centro, que poderiam dar início à constituição de um fundo específico sobre a memória das escolas; documentos esses que, em função dos temas e das propostas do CMU, não poderiam ser ali mantidos. Em seus depoimentos, os gestores do CMU destacaram as numerosas demandas que vinham recebendo no sentido de acolher e organizar arquivos escolares, chamando a atenção para a precariedade em que se encontra grande parte dos documentos das escolas da

¹⁵ O projeto do CME foi concebido, em 2001, por uma equipe nomeada pela direção da Faculdade de Educação, composta pelas professoras: Profa. Dra. Maria do Carmo Martins, Profa. Dra. Ana Maria Fonseca de Almeida, Profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani (elaboradoras da versão final do projeto) e contou com a colaboração da Profa. Dra. Maria Cristina Meneses e da funcionária Magali Reis. Atualmente, o Comitê Gestor do CME é composto pela Profa. Dra. Maria do Carmo Martins (coordenadora) e Profa. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha. O CME conta também com um Comitê Científico, integrado por representantes das 8 áreas temáticas do Programa de Pós-Graduação.

região. Esses elementos foram evidenciando a necessidade de uma política de arquivos, a fim de que, na própria escola, com suporte técnico e com projetos de preservação da memória escolar, pudesse ser consolidada uma cultura preservacionista desse material.

A fase inicial de implantação do CME coincidiu com o processo de implementação e organização dos Arquivos Setoriais, nas diversas unidades de ensino e pesquisa da Unicamp, pelo Sistema de Arquivos (SIARQ). A Faculdade de Educação, numa iniciativa pioneira, organizou o seu Arquivo Setorial (ASFE), valorizando não somente o acúmulo de documentos administrativos, mas procurando constituir um acervo que deposite e vivifique sua memória institucional e intelectual.¹⁶

Em sua etapa inicial de constituição, o Centro de Memória da Educação foi instalado, provisoriamente, no mesmo espaço em que já funcionava o Arquivo Setorial. Em 2002, foi alocada uma sala própria no prédio anexo da Faculdade de Educação, com uma área total de aproximadamente 60 m², sendo 23 m² destinados à guarda de documentação. Com auxílio da FINEP, foi possível realizar a reforma do espaço físico, além da aquisição de mobiliário para a área de guarda do acervo e de pesquisa, oferecendo as condições materiais para o início dos trabalhos.

A implantação do CME vem sendo concebida de maneira articulada com os trabalhos desenvolvidos nos diferentes grupos de pesquisa da Faculdade de Educação, visando desenvolver competências técnicas e assessoria para preservação, tratamento e descarte do material produzido ou colecionado no âmbito das atividades desses grupos. Tem-se, ao mesmo tempo, procurado vinculá-lo às ações de instalação do Arquivo Setorial, desenvolvendo, em parceria, competências técnicas e metodologias de preservação patrimonial e documental.

Nesse sentido, duas diretrizes têm sido significativas na constituição do CME: o desenvolvimento de projetos com instituições escolares e universitárias, visando constituir-se em centro de referência para organização, nos locais de origem, de arquivos e coleções de documentos e o apoio aos Programas de Graduação e Pós-Graduação quanto à organização de cursos, seminários, oficinas, congressos sobre a memória educacional, particularmente a escolar, além da participação em eventos dessa natureza, promovidos por outras instituições.¹⁷

¹⁶ O Arquivo Setorial da FE vem realizando uma primeira etapa de organização das memórias acadêmicas desta unidade, indo além da proposta do SIARQ/Unicamp, que construiu sua tabela de temporalidade e política de definição dos fundos e coleções a partir de regras administrativas. É necessário destacar que, na organização do sistema de arquivos da universidade, nada há que impeça a ampliação dos fundos segundo definição de prioridades de cada uma das unidades. O Arquivo da FE, em seu levantamento, localizou documentos desde 1968, caracterizando uma preocupação histórica, além da administrativa, uma vez que oferece possibilidades para a pesquisa de aspectos ligados à criação e ao desenvolvimento da Faculdade de Educação dentro da Universidade e os seus reflexos para a sociedade mais ampla.

¹⁷ O Centro de Memória da Educação tem promovido e apoiado eventos, juntamente com os grupos de pesquisa da Faculdade de Educação, na área de história da educação, visando adensar as discussões sobre as temáticas, objetos, fontes e metodologias de pesquisa na área e, ao mesmo tempo, aprofundar as discussões sobre a política de atuação do centro. Destacam-se, nesse sentido, os seguintes eventos: palestra com o Prof. Dr. Mariano Narodowski (Universidade de Buenos Aires), sob o título *Infancia y escolarización en la Pedagogia Moderna* (junho/2002); palestra com o Prof. Dr. António Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra), intitulada *Crianças da infância possível* (novembro/2002), seguida de encontro com grupos de pesquisa; palestra com o Prof. Dr. Jean Hebrard (INRP- França) sobre a história das práticas escolares de leitura; seminário com a Profa. Dra. Margarida Felgueiras (Universidade do Porto) sobre a constituição do Museu da Escola Primária e a organização do Centro de Documentação sobre História e Museologia da Escola; palestra com o Prof. Dr. Paolo Jedlowski (Universidade de Calábria/Itália e Lugano/Suíça), sob o título *Mídia e Memória*, seguida de sessão de discussão com pesquisadores vinculados a diferentes grupos de pesquisa (setembro/2003); V *Seminário de Fontes para a História da Educação no Século XIX* (abril/2003); seminário *Análise dos livros didáticos e estudos comparativos: questões de métodos*, ministrado pelo Prof. Dr. Alain Choppin (INRP- França) e pela Profa. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt (CME-USP), em outubro/2003. O CME da FE participou, também, da organização do *III Seminário de Pesquisa: As múltiplas faces da memória* (março/2003), em parceria com o Centro de Memória da Unicamp.

Avaliação interna das formas de organização, gestão e qualificação

Qualificação do Pessoal Docente

Para efeitos deste relatório, foram considerados dois indicadores para análise: (a) progressão na carreira por titulação e (b) a realização de atividades acadêmicas em períodos de pós-doutoramento e/ou semestre sabático. Conforme poderá ser observado, houve avanços significativos na titulação docente. No período a que se refere a presente avaliação, ocorreram **11** Concursos de Professor Assistente (MS5) e **3** Concursos de Professor Titular, além de **12** Concursos Públicos de ingresso no Quadro Permanente (PP).

A evolução da titulação do quadro docente da Faculdade pode ser observada no quadro abaixo:

Ano	MS1	MS2	MS3	MS4	MS5	MS6
1999	2	16	68	7	3	1
2000	1	9	80	6	2	2
2001	0	4	85	0	3	1
2002	0	1	89	0	4	3
2003	0	1	84	0	15	8

Fruto do esforço coletivo do corpo docente em sua capacitação, não há mais nenhum professor no nível MS1 desde 2001; no MS2 consta apenas 1 docente, dos 16 iniciais em 1999. O aspecto mais significativo se apresenta no nível MS3 que, em 1999, contava com 68 doutores e, em 2003, com 84.

Em 2001, uma reformulação da carreira docente pela universidade¹⁸ aglutinou o nível MS4 ao MS5, o que explica a inexistência de professores MS4 a partir de 2001 e o aumento significativo, ao final de 2003, de docentes em MS5, 15 ao todo, contra os 5 iniciais em 1999. No último nível da carreira (professores titulares), o número final em 2003 foi duplicado em relação a 1999.

Dos 11 cargos de titulares destinados para a Faculdade, foram utilizados 5 até 2003, além de mais 1 cargo reservado para concurso aberto em 2004. Isso demonstra que há possibilidades de progressão na carreira acadêmica, tanto para professor associado, acesso que não implica limitação por número máximo de cargos, quanto para professor titular, ainda com 5 vagas não preenchidas.

Um outro fator importante para a qualificação docente é a possibilidade de o docente se licenciar para realizar pós-doutorado (PD) e semestres sabáticos (SS). Em 1999, houve um total de 6 afastamentos (5 SS e 1 PD); o maior número de solicitações de afastamentos ocorreu nos anos de 2000 e de 2003 (10 em cada um deles), conforme tabela abaixo:

¹⁸ Deliberação CONSU A-15/2000, em vigor a partir de 3 de janeiro de 2001.

	1999		2000		2001		2002		2003	
	SS	PD	SS	PD	SS	PD	SS	PD	SS	PD
DASE	1	1	1	0	2	0	2	0	0	2
DEME	1	0	2	0	1	1	0	0	0	0
DEFHE	3	0	4	0	0	0	0	0	2	0
DEPE	0	0	0	0	1	0	2	0	5	0
DECISAE	0	0	3	0	1	1	1	1	0	1
Total Ano	5	1	10	0	5	2	5	1	7	3

A progressão na carreira docente e a possibilidade de licenciamentos em programas de qualificação diversos projetam-se nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade. Pode-se avaliar o papel das atividades de ensino em graduação pelo crescimento das bolsas de iniciação científica, pela maior participação dos professores na orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso — TCCs — (entre 1999 e 2003, foram 339) e pela melhoria da qualidade das aulas ministradas¹⁹.

No âmbito da pós-graduação, o aumento da titulação dos professores permitiu uma ampliação significativa do corpo docente integrante de seus programas. Conforme dados da Coordenadoria de Pós-Graduação, neste relatório registram-se três grandes ciclos de renovação na configuração do quadro docente ligado aos programas.

O primeiro ocorreu em 1989, com um aumento substantivo da titulação dos professores mestres da Faculdade de Educação, ocorrida em 1987. Nesse momento foi atingido um conjunto de 30 docentes, que passaram a atuar no programa de Pós-Graduação. Já em 1995, com outro ciclo de titulações, ocorrido em 1993, o número de professores credenciados passou a 75 doutores na FE, indo além de sua duplicação. Na década seguinte, esse número passou a ser de 108 docentes, todos incorporados aos programas. Isso nos permitiu identificar as mudanças no porte do programa, na constituição quantitativa e qualitativa das áreas de concentração; na recomposição, redefinição e alocação da produção das linhas de pesquisa que, nesta trajetória, se evidenciaram como tendências e permitiram sua evolução.²⁰

À medida que mais professores foram cadastrados no Programa de Pós-Graduação, foi possível tanto a ampliação do número de vagas como o aumento da média de titulação discente por ano. Para se ter uma idéia, entre 1984 e 1994, a média de titulação era de 31 alunos por ano. Na década seguinte, constatou-se um aumento substancial desse número, que passou para 74 alunos/ano.

Qualificação do Pessoal Não Docente – Funcionários

Para tratar da qualificação naquilo que se refere ao quadro de funcionários, faz-se necessário apresentar inicialmente algumas noções de como a Universidade tem administrado a carreira e a vida funcional.

No quinquênio 1999/2003, a Universidade processou uma reestruturação em sua Carreira Funcional. A nova carreira veio inserida num projeto maior, o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários – PCVS —, que pretendia não apenas estabelecer salários e funções, mas definir percursos profissionais que pudessem demonstrar aos servidores as possibilidades de crescimento em suas atividades, bem como motivá-los a progredir na função em que estavam e qualificar-se para mudar para uma função com horizontes mais amplos. O objetivo final do projeto era, então,

¹⁹ Vide o capítulo *Ensino de Graduação e Formação Profissional*, item *O processo de avaliação das atividades didáticas dos docentes e os impactos na qualidade do curso*.

²⁰ Vide o capítulo *Ensino de Pós-Graduação e Formação do Pesquisador*.

definir de forma mais precisa o plano de carreira, explicitando sua lógica de estabelecimento e progressão.

Metodologicamente, a Universidade efetuou um balanço do seu quadro de pessoal, considerando os seguintes aspectos: formação profissional, escolaridade, atividades existentes e regulamentações profissionais.

A formatação do Plano foi discutida com a comunidade ao longo da elaboração e teve uma primeira fase de implantação ocorrida em 2001.

O novo plano de carreira permitiu que os servidores visualizassem uma trajetória profissional. Nessa trajetória, a escolaridade foi vista como fator relevante de progressão, o que motivou o retorno de muitos servidores ao ensino formal. A valorização da escolaridade na fase de coleta de dados, num primeiro momento, e a apresentação da proposta de enquadramento, no momento seguinte, criaram uma expectativa de que somente a formação escolar permitiria uma progressão de função ou de salário. Assim, houve um movimento em toda a universidade no sentido de se retomar estudos abandonados há algum tempo. Esse movimento pôde ser notado também entre os funcionários da unidade: muitos procuraram terminar cursos já iniciados, ou ainda, começar os níveis seguintes aos concluídos — o segundo grau ou a graduação.

A Faculdade inseriu-se nesse movimento dos servidores, oferecendo, para os funcionários-estudantes, possibilidades de remanejamento de horário e também prioridade no preenchimento de vagas internas, sempre que a mobilidade funcional fosse favorável. Aos graduados foi estimulada a participação em cursos, seminários e colóquios de suas respectivas áreas, procurando distribuir os benefícios de forma a atingir o maior número possível de servidores do quadro.

O resultado dessa política foi visível na melhoria da titulação dos profissionais da Faculdade de Educação. Em 2003, havia²¹ 18 servidores graduados, 3 mestres e 2 mestrandos, 1 doutor, 42 técnicos de nível médio e apenas 10 funcionários com formação fundamental. Paralelamente, foram realizados processos de apoio à capacitação específica para a função, oferecida conforme as oportunidades surgidas, em treinamento para o uso de ferramentas de informática e formação em língua estrangeira (inglês e francês).

No âmbito da Universidade foi criada, em 1999, a Agência para Formação Profissional da Unicamp – AFPU, que iniciou suas atividades oferecendo cursos na área de administração e de informática. A partir de 2000, foi (re)estruturada e passou a captar junto às unidades as demandas de cursos profissionais, procurando atendê-los conforme a disponibilidade de pessoal na Universidade para ministrar cursos, ou buscando fora dela, quando necessário.

Os cursos de ordem administrativa são gerenciados e oferecidos pela própria AFPU; já os treinamentos em informática são realizados pelo Centro de Computação da Unicamp – CCUEC. A Faculdade conseguiu ser atendida em 30 oferecimentos de cursos em administração, ao longo do período desta avaliação, sendo que **15** servidores foram beneficiados, ou seja, cerca de 25 % da média de servidores da FE, em três anos. Em informática, os servidores da FE participaram de 36 diferentes cursos e **36** servidores tiveram acesso a eles, ou seja, aproximadamente 58%.

A Faculdade, no intuito de contribuir para a uma melhor qualificação de seus funcionários, aplicou parte de seus recursos no oferecimento de cursos que pudessem ser realizados nas próprias dependências da FE e que fossem significativos para o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, foi ministrado por 2 anos um curso de inglês básico. Aproximadamente 10 servidores participaram como alunos desse curso.

Identificou-se, como necessidade premente na administração, a utilização dos aplicativos em informática. Apesar dos treinamentos oferecidos pela AFPU/CCUEC, sentia-se a falta de uma noção mais clara da aplicabilidade. A própria equipe interna da Faculdade, com formação na área,

²¹ Os dados sobre escolaridade dos servidores são controlados pela DGRH. Não se encontra disponível relatório que consolide o histórico de todos os servidores no momento; assim, o levantamento é interno à unidade.

montou um curso, elaborou as apostilas e organizou o oferecimento. O curso teve 3 turmas, envolvendo 27 servidores, e foi realizado em um mês.

O primeiro aplicativo abordado foi o *Excel*, uma vez que a utilização de quadros e tabelas é grande e os recursos agilizam a montagem, garantem resultados mais confiáveis e uma apresentação dos dados esteticamente melhor. O aproveitamento foi grande e houve interesse na continuidade, tanto para aprofundar os conhecimentos desse primeiro nível, como para expandir a abordagem para outros aplicativos, como por exemplo o *Power Point*.

Quadro de funcionários participantes de cursos 1999-2003

	1999	2000	2001	2002	2003	Total Vagas	Total Funcionários Atendidos
Cursos em Procedimentos Administrativos (AFPU)	00	1	3	11	14	29	15
Cursos em Informática AFPU/CCUEC	26	8	00	40	16	91	36
Curso em Informática FE					27	27	27

Essa iniciativa tem importante significado nas atividades fins da unidade, uma vez que o uso dessas ferramentas é necessário à elaboração de relatórios, apresentação de resultados de pesquisa, ensino e extensão, além de contribuir para uma melhor qualidade das próprias atividades administrativas.

Nas atividades próximas ao gerenciamento da Unidade, a formação em nível superior é fundamental e a vivência acadêmica tem se mostrado um componente também necessário. A Faculdade contava, em 2003, como já foi informado, com 3 mestres e 2 mestrandos, que hoje estão todos já titulados, dois deles pleiteando o ingresso no doutorado.

A experiência acadêmica desses profissionais ampliou sua perspectiva quanto às atividades dentro da unidade e desta na universidade, o que tem significativa importância na elaboração do planejamento das áreas, na percepção e proposição de medidas que aproximem administração, ensino e pesquisa. E a Faculdade tem discutido e procurado meios de estimular também essa qualificação.

Qualidade da gestão administrativa da unidade CEE 04/00

A Faculdade de Educação configurou-se, ao longo de sua história, como um lugar onde as decisões são tomadas a partir de aprofundadas discussões. Desde seus primeiros anos, habituou-se a comunidade de professores, alunos e funcionários à participação nas decisões mais relevantes. As assembléias foram fóruns dos mais constantes nos primeiros tempos, quando a comunidade era composta de algumas dezenas de professores e funcionários, acrescidos de representantes dos estudantes. Cabíamos todos em uma sala, não muito grande, e podíamos nos comunicar sem microfones.

De lá para cá ocorreram muitas mudanças: a Faculdade tornou-se uma das maiores unidades de ensino e pesquisa da Unicamp; em número de estudantes e em número de professores, é a segunda maior unidade; em recursos orçamentários, a terceira. Essa expansão exigiu novas práticas, bem como um novo formato administrativo e político para a gestão da Faculdade de Educação.

Por outro lado, a institucionalização da Unicamp ocorrida em meados da década de 1980 (1985/1986) criou e regulamentou as instâncias executivas e colegiadas vigentes na universidade. Estruturaram-se as unidades de ensino e pesquisa através de departamentos, cujas chefias — escolhidas pelos seus pares, com mandatos de dois anos — encarregam-se de representar os departamentos nas instâncias internas e externas à unidade e de presidir as assembléias mensais onde se delibera sobre a vida departamental e de seus docentes.

Os cursos de graduação e pós-graduação são geridos por Coordenadores de curso, eleitos com mandatos de dois anos, assessorados por Comissões de Curso compostas por representantes de todos os departamentos da unidade, além de representantes discentes.

A Faculdade de Educação é gerida por um diretor e um diretor associado, escolhidos pelos três segmentos da comunidade (professores, estudantes e funcionários), com mandato de quatro anos, nomeados pelo Reitor da Universidade.

Embora todos os cargos na unidade sejam, pelo Regimento Geral da Universidade, de confiança do diretor, a prática corrente e a tradição da Faculdade de Educação tem sido de preencher os cargos através de um processo eleitoral o mais amplo possível.

O órgão colegiado máximo da FE é a Congregação, que se reúne mensalmente, aprecia e delibera sobre todos os principais assuntos acadêmicos e administrativos, formula políticas de ensino, pesquisa e extensão da unidade, além de se posicionar frente aos principais problemas da Faculdade. A Congregação é assessorada por comissões permanentes e *ad hoc* e é composta pelos três segmentos constitutivos da comunidade.

No período correspondente a esta avaliação institucional, a FE viveu um processo de discussão de sua estrutura organizacional, já que mudanças no Regimento Geral da Universidade permitiram novas formas de estrutura, por áreas ou linhas de pesquisa, com ou sem departamentos, com câmaras de ensino e pesquisa, com ou sem conselho interdepartamental; enfim, foi aberta a possibilidade de criação de estruturas que melhor se adequassem ao tipo de trabalho de cada unidade.

Desse processo resultou, como já dito anteriormente, uma nova constituição departamental na FE, alterando nome, conteúdo e composição dos departamentos, tendo em vista a trajetória da pesquisa articulada ao ensino na Faculdade; além disso, criou-se a Coordenação de Extensão e sua respectiva Comissão. Também a composição da Congregação foi alterada para se adequar às alterações regimentais superiores e às mudanças de estrutura organizacional da unidade. Todo esse processo foi feito tendo em vista uma política de gestão que garanta a ampliação da participação nos processos decisórios da FE, além de expressão e transparência dos objetivos e práticas da unidade.

As discussões, estudos e experiências foram registradas em um Regimento Interno para a Faculdade de Educação, aprovado em final de 2004 nos órgãos colegiados superiores da Universidade .

Uma das práticas constantes na gestão da FE é o trabalho — sempre que o objeto em estudo assim o exija — em comissões ampliadas, geralmente constituídas pela Congregação da unidade, a partir das comissões *ad hoc* e permanentes, buscando-se contemplar, na composição, as diferentes tendências teóricas, metodológicas e políticas existentes na unidade.

Finalmente, vale ressaltar ainda que os candidatos a cargos executivos na FE seguem a prática de submeter à comunidade uma carta programa com seu projeto de gestão, o qual é amplamente discutido em debates, devendo ser referendado ou não nas eleições que se seguem.

As formas de administração e de gestão da Unicamp no seu conjunto e seu impacto para o bom exercício das atividades fins

Desde 1985, momento de sua institucionalização, a Universidade Estadual de Campinas vem aprimorando seus mecanismos de gestão, para garantir a participação de todos os seus segmentos – professores, estudantes e funcionários – e de todas as suas unidades de ensino e pesquisa nas principais decisões que dizem respeito à vida universitária. Os principais cargos executivos são preenchidos após ouvidas as respectivas comunidades.

Para a escolha do Reitor e dos Diretores de Unidades são realizados processos de consulta, com edital público e a participação de toda a comunidade universitária. A forma de participação é proporcional, obedecendo-se o modelo: 3/5, 1/5, 1/5, para professores, estudantes e funcionários, respectivamente. Para as representações nos órgãos colegiados realiza-se um processo eleitoral. Todas as instâncias executivas presidem colegiados decisórios superiores aos seus níveis.

No nível mais alto – a Reitoria – temos o Conselho Universitário, composto por mais de setenta conselheiros, representando todas as áreas do conhecimento e todos os segmentos da universidade, mantendo também representação da comunidade externa à universidade. Reunindo-se ordinariamente a cada dois meses, aprecia, como instância de recurso, todos os assuntos e problemas que dizem respeito à universidade e sua comunidade. Abriga comissões permanentes, como a Comissão de Orçamento e Patrimônio, a Comissão de Legislação e Normas, entre outras, compostas anualmente e funcionando no sistema de rodízio, de forma a garantir que todas as áreas e segmentos tenham assento nos diferentes postos, ao longo do tempo. São também compostas comissões *ad hoc*, sempre que necessário.

O Conselho Universitário é assessorado por duas câmaras – Câmara de Administração e Câmara de Ensino e Pesquisa – compostas por membros daquele conselho e que apreciam previamente as matérias a ele encaminhadas. As duas câmaras se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, tanto quanto o Conselho Universitário, funcionam com comissões *ad hoc*.

No âmbito das Pró-Reitorias, temos as comissões centrais – Comissão Central de Graduação e Comissão Central de Pós-Graduação – formadas pelos respectivos coordenadores de cursos de todas as unidades da universidade. Essas duas comissões centrais apreciam toda a matéria concernente à Graduação e Pós-Graduação, desde currículos, carga docente, desempenho acadêmico dos estudantes, até as questões mais específicas relativas à vida acadêmica de alunos e professores, em situações especiais.

Uma instituição altamente complexa, como é uma universidade, recebe demandas em assuntos os mais diversos e exige, portanto, para uma gestão eficiente e compartilhada, um grande número de comissões específicas, para se obter a apreciação das respectivas matérias. Assim, a administração central da universidade mantém uma comissão especial ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa, para acompanhar não apenas o desempenho dos professores e pesquisadores, mas também as carreiras docentes e carreiras especiais: a Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional – CADI. Ligada ao Gabinete do Reitor, existe a Comissão Permanente de Dedicção Integral – CPDI —, encarregada de acompanhar o cumprimento das normas e obrigações dos regimes de trabalho de docentes e pesquisadores.

Presidida pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário – PRDU e com a participação do Coordenador da Diretoria Geral de Recursos Humanos – DGRH, funciona a Câmara de Recursos Humanos – CRH, que faz o acompanhamento da carreira dos servidores não docentes, entre outras atribuições de definição de políticas de RH.

As comissões acima citadas são todas compostas por membros indicados pelos diversos segmentos e pelas unidades de ensino e pesquisa.

Nos últimos tempos, tendo em vista uma política de otimização dos quadros docentes e de funcionários da universidade, foram criadas a Comissão de Vagas Docentes e a Comissão de Vagas não Docentes com a finalidade específica de analisar a expansão ou restrição dos quadros

das unidades da universidade. Tais comissões elaboram pareceres para a Câmara de Administração e para o Conselho Universitário e são presididas pelo Coordenador Geral da Universidade, sendo compostas por diretores de unidades e representantes docentes, membros do Conselho Universitário.

Diante desse quadro, embora não se tenha alcançado o sistema de eleições diretas para Reitor e Diretores de unidades de ensino e pesquisa e ainda existam muitos cargos de confiança, como os dos Pró-Reitores, Coordenador de Vestibular, Diretor da Editora, Prefeito do *Campus*, para citar apenas os mais importantes, pode-se considerar que a estrutura administrativa da Universidade Estadual de Campinas preserva os valores democráticos e está comprometida com uma efetiva participação da comunidade na condução da universidade.

A política universitária, entretanto, não se faz apenas pautada na estrutura e nas práticas oficiais de gestão administrativa, mas ela também sofre os efeitos da tradição e da cultura institucional, suas crenças e valores. Assim, é preciso ressaltar que a Unicamp, de corte marcadamente tecnológico e científico, possui uma alta representatividade das áreas tecnológicas e científicas, em detrimento das humanidades e artes. Tal fato repercute de forma complexa no trabalho das áreas minoritárias, uma vez que sua lógica de produção de conhecimento é diversa das primeiras. Assim, implica especificidades que dificultam as análises quantitativas e comparativas, que predominam nas ciências exatas e tecnológicas.

No âmbito das unidades de ensino e pesquisa, a lógica estrutural vigente na universidade (departamentos, coordenações de curso, etc) se mantém, conforme expresso em itens anteriores.

4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Nos últimos cinco anos, a Faculdade de Educação apresentou um crescimento substancial no número de alunos de graduação, motivado pela abertura de novos cursos. São números significativos que atingem diretamente tanto a infra-estrutura física como o quadro de pessoal, seja ele docente ou técnico. O quadro abaixo explicita o número de vagas abertas, no intuito de situar os volumes adicionais com que a Faculdade vem trabalhando.

Ano	Curso	Vagas/Ano
1999	Licenciatura Integrada em Química-Física	30
2001	Programa Especial de Formação Professores em Exercício – PEFOPLEX	45
2002	Programa Especial para Formação para Professores em Exercício na Rede Municipal da Região Metropolitana de Campinas – PROESF	400

Tal crescimento na oferta de vagas faz parte dos compromissos políticos da unidade com um projeto de formação de professores e pesquisadores capazes de atuar em todos os níveis e áreas dos sistemas de ensino brasileiro e exigiu investimentos em infra-estrutura física e de pessoal da FE. Como implicações dessa política, constatou-se que seriam necessárias ações no sentido de: apoiar a pesquisa – ampliando a cooperação em projetos de intercâmbio internacional, a realização de seminários e estágios de pesquisadores convidados e publicações de resultados de pesquisa —; criar uma política de extensão e convênios capaz de responder às demandas internas e externas, especialmente de órgãos públicos; desenhar, de forma democrática, uma estrutura organizacional contributiva para o seu projeto acadêmico; desenvolver uma política de expansão física e de serviços.

Cientes da necessidade de planejamento na obtenção de recursos e de racionalização na sua utilização para efetivar uma proposta de trabalho do porte a que se havia proposto, procedeu-se à formulação de um Plano Diretor para orientar a seqüência de etapas a serem implementadas. O Plano, num primeiro momento, contemplou a área que a Faculdade já dispunha dentro do *campus* para sua expansão, bem como as construções existentes, dentro da perspectiva de um aproveitamento mais funcional.

A seguir serão considerados os seguintes setores, ou aspectos, relacionados à infra-estrutura: biblioteca, rede lógica, videoconferência, multimeios e edificações.

Biblioteca

A Biblioteca “Prof. Joel Martins” (BFE) vem desenvolvendo as suas atividades desde 1972, em paralelo ao ano de fundação da própria Faculdade de Educação (FE), e tem como objetivo oferecer informações técnico-científicas como suporte aos programas de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos ou apoiados pela FE e permitir o acesso, pela comunidade acadêmica e científica, a toda informação armazenada e gerada na Unidade, bem como na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), promovendo dessa forma o intercâmbio de informações, experiências e documentos.

A BFE faz parte do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), formado por 19 bibliotecas. A BFE, além da responsabilidade pela política de informação, desenvolve atividades de processamento técnico relacionadas à aquisição, ao registro, à catalogação e à indexação de material bibliográfico, estabelecendo critérios e padrões para a organização de seu acervo.

A comunidade usuária, formada de professores, alunos e funcionários da FE, reúne em torno de aproximadamente 3.200 usuários cadastrados no sistema de circulação, considerados usuários potenciais, além do atendimento a usuários de outras unidades internas, universidades e centros de pesquisa, que não contabilizam o número anteriormente citado.

O investimento e a expansão da BFE se devem exclusivamente aos esforços da Direção da Faculdade e da Reitoria da Universidade, bem como da elaboração de projetos com agências de fomento, o que possibilitou o crescimento e o avanço da nossa biblioteca, desde 1999 até o atual período.

Acervo Bibliográfico

A BFE conta com um acervo especializado de livros de Educação e áreas afins; títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, oriundos de compra, doação e permuta (formando um acervo de títulos correntes e não correntes); bases de dados em CD-ROM das diversas áreas, sendo as mais consultadas a base ERIC (que hoje se encontra disponível gratuitamente pela Internet), Ageline (destinada a literatura em Gerontologia) e ANPEd (documentos, artigos e informações de dissertações e teses dos pós-graduandos em Educação no Brasil); teses microfilmadas; dissertações e teses impressas. Na tabela a seguir, pode-se observar a evolução do acervo, de 1999 a 2003:

Tabela 40. Quadro da evolução do acervo entre 1999 e 2003

	Livros	Teses	Periódicos	TCC	Acervo digital
1999	18.871	1.932*	1.213	-	-
2000	22.665	1.655	1.252	-	5
2001	30.030	2.535	1.385	-	50
2002	36.127	2.598	1.487	-	65
2003	40.327	2.994	1.488	341	386

* No ano de 2000 foram retiradas do acervo 2.77 teses do total de 1.932, pois eram teses duplicatas.

Acervo Especializado

Em meados de julho de 2000, foi adquirida a Coleção do intelectual Prof. Maurício Tragtenberg, no valor de R\$283.000,00, bastante significativo para a BFE, dada a importância que este acervo representa aos pesquisadores e professores da Faculdade e da Universidade. A coleção (denominada de “FE-MT”), totalizando 10.000 volumes, pertencente ao pesquisador Prof. Maurício Tragtenberg, ex-professor da FE, foi adquirida com recursos da Reitoria da Universidade. Destes 10.000 volumes, 8.500 são livros, e 1.500 são folhetos, periódicos e teses. A coleção foi

higienizada, patrimoniada e catalogada. A coleção está disponibilizada ao público desde janeiro de 2003, apenas para consulta, pois trata-se de uma Coleção Especial, conforme se observa no gráfico a seguir. É interessante notar, também, que a coleção é mais consultada por alunos de pós-graduação:

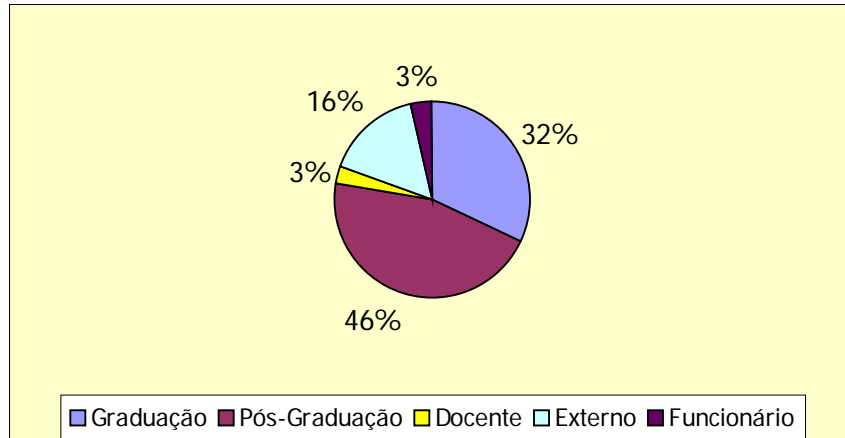


Gráfico 1. Porcentagem por categoria

Este acervo está sendo analisado por especialistas da área na FE e por profissionais bibliotecários, que já iniciaram a organização de um catálogo analítico do que ali existe. Destacam-se os seguintes assuntos: Anarquismo, Comunismo, Socialismo, Fascismo, História dos Judeus e outros, ligados à Educação. Hoje a coleção pode ser acessada na base de dados da Unicamp (Acervus), faltando apenas catalogar os folhetos e as teses/dissertações, que estão sendo higienizados pelos próprios funcionários da biblioteca. Além da preocupação com o desenvolvimento da coleção corrente da BFE, as questões de História e Memória da Educação também são objetos de destaque na estruturação do acervo; nesse intuito, está sendo implantado na BFE um local especializado para acondicionamento de coleções especiais, compostas por obras raras em Educação; a princípio já foram localizadas 17 obras raras pertencentes à coleção Maurício Tragtenberg. No mesmo local, será montado um pequeno laboratório para a conservação e preservação dessas obras, com equipamentos e materiais indicados para tal atividade.

Biblioteca Digital da Unicamp: acervo digital

Disponibilizada desde março de 2002, a Biblioteca Digital da Unicamp contempla documentos digitais produzidos na Universidade, como periódicos, hemeroteca e trabalhos apresentados em eventos pelos pesquisadores e bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU), cujo foco principal é a produção intelectual de Teses e Dissertações em formato digital, contemplando as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências Tecnológicas e Ciências Biológicas.

Na Biblioteca Digital, é digno de nota que a Faculdade, representada até o momento por um acervo digital de 519 teses e dissertações, tenha, como uma das mais consultadas, com 74% de acesso e maior número de arquivos baixados, a dissertação *“Tecnologia e educação”*²². O acesso pode ser feito através da URL (www.unicamp.br/bc).

²² Dissertação de mestrado, de autoria de Marcos Vinicius Ozóres, sob a orientação do Prof. Dr. José Dias Sobrinho.

Catálogo e recuperação dos materiais bibliográficos

A Biblioteca Central e as demais Bibliotecas Setoriais do SBU, incluindo a BFE, realizam a catalogação de monografias (livros, dissertações, teses e TCCs) através de planilha eletrônica, derivada do CD-ROM de dados bibliográficos mantido pela Rede Bibliodata.

Essa rede de catalogação cooperativa no Brasil é coordenada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). O gerenciamento dos outros materiais bibliográficos (periódicos, folhetos, textos, documentos especiais, etc.) pela BFE é realizado através de programas de automação locais, sendo um deles o Micro CDS/ISIS (UNESCO). O novo sistema de gerenciamento das funções integradas, implantado em 80% das bibliotecas da Unicamp, é o *software* VIRTUA, da empresa americana VTLIS Inco, que possibilita o oferecimento de dados sobre catalogação, recuperação das informações (OPAC)²³, circulação de materiais (empréstimo), controle e recuperação de periódicos.

Os dados de catalogação gerados na Rede Bibliodata foram migrados para o novo sistema, funcionando em conjunto com o módulo OPAC, e, no final de 2002, ficou acessível o módulo Circulação, que possibilita a realização de rotinas de empréstimo com funcionamento em rede na Universidade.

A catalogação dos materiais bibliográficos está sendo estudada para garantir a rapidez na acessibilidade ao documento, e para isso a Direção contratou 3 estagiários em Biblioteconomia, pelo período de 6 meses, que trabalharam em conjunto com os bibliotecários da BFE na agilização da catalogação.

Vale ressaltar a automação dos TCCs (trabalhos de conclusão de curso) na BFE, realizada em meados de 2003, quando solicitou-se à Coordenação do Sistema de Bibliotecas da Unicamp que incluísse, nos procedimentos de rotina de serviços, a catalogação dos TCCs, viabilizando assim o aumento na demanda de acesso e também a divulgação da produção da Faculdade por meio eletrônico. Uma vez aceito pelo SBU, iniciou-se a catalogação, que hoje alcança 468 volumes.

Base de dados e indexação de artigos

Conforme relato anterior, os documentos bibliográficos que não foram automatizados pelo novo *software* de gerenciamento de funções (VIRTUA) são implementados pelas próprias bibliotecas setoriais, que se utilizam de recursos alternativos, como a geração de bases de dados locais. Nesse quesito, a BFE lidera no SBU, com a criação da base de dados elaborada em Micro CDS/ISIS: EDUBASE (base especializada na indexação de artigos de periódicos nacionais em educação, folhetos, relatórios, textos e anais de eventos na área educacional).

A EDUBASE é uma das bases de dados brasileiras de indexação de periódicos, cadastradas no Centro Brasileiro do ISSN, do IBICT. Por essa razão, a BFE, como gerenciadora da EDUBASE, recebe e indexa fascículos de periódicos pertinentes à área da Educação de diversas instituições que desejam disponibilizar seu material bibliográfico; em troca da indexação, recebe a coleção completa das instituições (totalizando 38 títulos). Dentre os títulos recebidos estão: Revista da FAEEDBA (UFBA); Educação e Pesquisa (USP); Caderno Brasileiro de Ensino de Física (UFSC); Teias: Revista da Faculdade de Educação (UERJ); Teoria e Prática da Educação (UEL); A Terceira Idade (SESC/SP); Educar em Revista (UFPR); Avaliação (RAIES); Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (Cesgranrio/RJ) e a Revista Brasileira de Educação (ANPEd).

Esses títulos são provenientes de instituições de diversos tipos, conforme expressa o gráfico abaixo:

²³ OPAC é a sigla do sistema de Catálogo de Acesso Público *on line*.

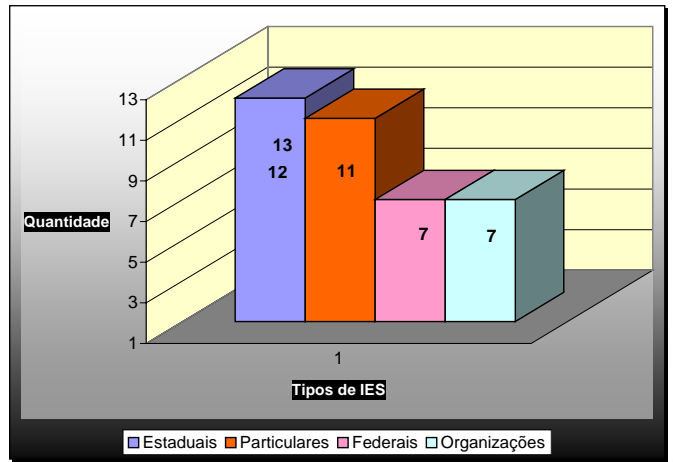


Gráfico 2. Distribuição por tipo de instituição

Participação em consórcios e programas

A BFE participa, com as demais bibliotecas do SBU, do consórcio das 3 Universidades Paulistas (Unicamp, USP e Unesp) de bases de dados referenciais: Biblioteca de Referência Eletrônica (ERL), financiada pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP). Outro grande consórcio é o ProBE (Programa Biblioteca Eletrônica), envolvendo as Universidades Paulistas, a BIREME, a UNIFESP, a UFSCar, e mais de 36 centros de pesquisa brasileiros, em parceria com o Portal da CAPES, que tem a mesma funcionalidade e permite o acesso a mais de 5.000 títulos completos de periódicos estrangeiros de diversas agências publicadoras, tendo o auxílio inicial do projeto, financiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Desde novembro de 2001, a BFE participa como cooperante na elaboração e alimentação do Thesaurus Brasileiro de Educação (BRASED), coordenado pelo CIBEC/INEP, sendo uma das ferramentas nos serviços técnicos e no auxílio às pesquisas dos alunos de graduação e pós-graduação.

Outra recente participação da BFE em programas é a sua inscrição na REBAP (Rede de Bibliotecas da Área de Psicologia), que indexa toda a produção bibliográfica brasileira na área de Psicologia.

No que se refere aos Programas de Comutação Bibliográfica (COMUT) e BIREME, a BFE – como biblioteca cooperante/solicitante – atendeu, no período entre 1999 a 2003, a 4.269 pedidos ou solicitações, destacando-se, dentre as bibliotecas da área de Humanas no SBU, como a biblioteca que mais atende a esse serviço (conforme relatório anual do SBU).

Com o aumento da coleção, devido à aquisição de material bibliográfico através de recursos obtidos por convênio com a Região Metropolitana de Campinas – RMC, a partir de 2002 e 2003, houve maior visibilidade dos dados bibliográficos disponíveis na base de dados da Unicamp e, com isso, um aumento significativo na solicitação do Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), totalizando 807 atendimentos, com maior destaque para as bibliotecas da Unesp, que consideram o nosso acervo como um dos melhores em Educação.

Periódico digital da Biblioteca

Em outubro de 1999, a BFE lançou o primeiro número da revista eletrônica via Internet, denominada *Revista On-line da Biblioteca Prof. Joel Martins*, que a partir de dezembro/2001 denominou-se *ETD – Educação Temática Digital*, com cadastramento no ISSN (1517-3992) pelo IBICT, indexada em bases nacionais (EDUBASE, BBE) e internacionais (IRESIE, CLASE, LATINDEX), avaliada pelo Qualis da CAPES na categoria Nacional C, mantendo a sua periodicidade semestral.

Dessa forma, pretende-se transformá-la em uma rica fonte bibliográfica para as pesquisas da FE. A revista tem como objetivo publicar, eletronicamente, os trabalhos dos Grupos de Pesquisa da Faculdade de Educação e outros Grupos de Pesquisa brasileiros. As áreas existentes na revista são: Biblioteconomia & Ciência da Informação, Cidadania e Movimentos Sociais, Comunicação e Tecnologia, Educação e Saúde, Educação na América Latina, Escola e Diversidade, Gerontologia, História da Educação, Instituição Escolar e Organizações Familiares, Leitura, Planejamento Educacional, Gestão Educacional, Estudos Piagetianos e Psicologia Genética, Educação e Arte.

O corpo editorial é constituído pelos Coordenadores dos Grupos de Pesquisa, Bibliotecários da Faculdade, e participantes de outras instituições. Atualmente a revista encontra-se com 12 números digitais até dezembro de 2004. Em julho de 2003, a revista mudou de plataforma, passando a utilizar o SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas, gerenciado pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica —, tornando-se a segunda revista brasileira a utilizar tal sistema para editorar seus artigos científicos, além de ser apresentada em comunicação oral no XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (Natal – RN).

Ferramentas e suportes à pesquisa bibliográfica

A BFE disponibiliza em seu *website* uma área específica para auxiliar os alunos (graduação e pós-graduação), além de professores e pesquisadores, na organização e elaboração das referências e citações bibliográficas, bem como apresenta um guia para estruturação de trabalhos acadêmicos, voltado à padronização da produção técnico-científica da Faculdade. Nesse contexto, a BFE está sempre presente para auxiliar os docentes da FE, em suas aulas destinadas à normalização e pesquisa bibliográfica, disponibilizando os serviços de seus profissionais, para aplicação de orientações técnicas necessárias, sempre que solicitadas.

Catálogo bibliográfico on-line de dissertações e teses

A biblioteca possui outra publicação: Catálogo Bibliográfico da produção da Faculdade de Educação – Dissertações (Mestrado) de 1977 a 1997 —, disponível tanto no formato impresso como eletrônico, que conta com a atualização dos anos de 1998 a 2000, via Internet. Nesse catálogo, constam pontos de recuperação por assuntos, autores e orientadores, contendo dados com resumos, localização no acervo da biblioteca e data de defesa. O acesso também pode ser realizado pela página da biblioteca. Em fase de conclusão, encontra-se a versão impressa das teses (doutorado), que terá o mesmo destaque que as dissertações em formato digital.

Infra-estrutura: espaço físico, mobiliário e recursos humanos

Desde março de 2002, a BFE está instalada em um prédio de três andares, ocupando uma área de 1.668 m², destacando-se no *Campus* como a segunda maior biblioteca do SBU em espaço físico. A Direção da Faculdade tem investido na climatização e em reformas nos ambientes e espaços físicos da BFE, valorizando ainda mais a infra-estrutura do prédio, no intuito de proporcionar, a nossos usuários e aos funcionários um local mais agradável de trabalho, permitindo, assim, condições mais confortáveis para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Com apoio da Fapesp, pôde ser reformular toda a infra-estrutura da biblioteca, com a aquisição de novos mobiliários para as áreas de pesquisa e administrativa, bem como novos equipamentos de

informática, totalizando em torno de 30 microcomputadores, voltados para o acesso às bases de dados e às consultas locais, além de fornecer subsídios para a área da administração. Toda a rede lógica de informática também foi beneficiada pelo projeto Fapesp e atualmente é reformulada com recursos da própria Faculdade.

Rede Lógica

A Rede Local (também denominada LAN – *Local Area Network*) da Faculdade de Educação é responsável pela interligação de todos os micros de todos os prédios que compreendem a FE em rede, isto é, todos esses equipamentos podem se comunicar entre si e também com a Internet. Essa interligação possibilita o acesso a diversos serviços disponibilizados pela Unicamp e Internet, aumentando assim a agilidade e precisão nos dados consultados e informados.

No ano de 2000, essa rede era composta por aproximadamente 200 pontos interligados através de *hubs* e *switchs* que trabalhavam a uma velocidade de conexão de 10Mbps, distribuídos nos 3 andares do prédio principal e anexo II.

Em 2001, com a construção do novo prédio da biblioteca, foram instalados mais 30 pontos. Em 2003, deu-se início a uma ampliação e reforma estrutural da rede da FE. No Prédio Principal todo o cabeamento, canaletas e equipamentos de rede utilizados foram substituídos por uma nova tecnologia denominada de **rede estruturada**, na qual dados e voz caminham juntos. Essa ampliação possibilitou um ganho de velocidade de 10Mbps para 100Mbps, devido à substituição de todos os *hubs* por *switchs*. Isso também melhorou a parte de telefonia, que se encontrava com problemas.

Para a passagem desses novos cabos foram substituídas as canaletas existentes e colocadas eletrocalhas pelas paredes laterais dos blocos, o que veio a facilitar e melhorar a disponibilidade dos pontos de redes.

As salas de aulas no Anexo I, bem como o Prédio Principal, foram contemplados com essa nova tecnologia, o que possibilitou a interligação em rede entre os dois edifícios e a sua conexão com a internet.

Também em 2003, a biblioteca foi contemplada com a rede estruturada, aumentando a quantidade de pontos de 20 para 50.

Toda essa evolução trouxe uma melhora considerável ao acesso dos dados disponibilizados pela Unicamp e internet, melhorando assim as pesquisas e as atividades da FE.

Com essa reforma estrutural da rede da FE, entre dados e voz, o número de pontos passou de 200 para aproximadamente 650, todos identificados e certificados, possibilitando assim um total controle para a sua manutenção e facilidade para mudanças de microcomputadores, telefones, bem como novas instalações destes.

Atualização e expansão do parque computacional

No final de 2000, a Faculdade de Educação foi contemplada com 26 microcomputadores Pentium III 800 para a modernização e expansão do laboratório dos alunos de graduação. Com isso, foi possível montar mais uma sala no laboratório de informática — no bloco F, 1º andar, com 20 microcomputadores e capacidade para 40 alunos —, o qual pode ser usado pelos alunos, quando não está reservado para que ali se ministrem aulas.

Em 2002, foi dado início a uma ampliação e atualização dos microcomputadores dos setores administrativos: foram adquiridas, nesse período, aproximadamente 90 novas máquinas.

Em 2003, com a construção de novas salas de aula no Prédio Anexo I, uma delas foi reformada e adequada para a montagem de uma sala de aula, com móveis ergométricos, estabilizadores de tensão, sistema de segurança com câmeras de circuito fechado de TV, 30 microcomputadores e capacidade para 60 alunos.

Abaixo segue um demonstrativo do crescimento e atualização dos equipamentos de Informática da Faculdade de Educação:

Setores	2001-2003 Adquiridos/Atualizados	2004 Quantidade Atual
Licenciatura/Pedagogia/ Pefopex	6	9
Biblioteca	5	24
Direção	8	16
Pós-Graduação	6	11
Proesf	3	3
Arquivo Setorial	2	2
Almoxarifado	1	2
Centro Memória	1	2
Extensão	1	1
Departamentos	10	10
Laboratório Informática	14	52
Sala de Informática (Anexo I)	30	30
Sala Professores (Informática)	3	6
Total	90	168
Crescimento geral setor de informática da FE (%)		(86,66%)

Videoconferência

O projeto da Sala de Videoconferência²⁴ tornou-se possível por um esforço conjunto da Faculdade de Educação, da Reitoria e do laboratório LITE (Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais) e LOED (Laboratório de Observação e Estudos Descritivos), coordenados, respectivamente, pelos professores Ivany Pino e Luiz Carlos de Freitas. Decorrente do empenho desses coordenadores, da Direção da Faculdade e da Reitoria da Universidade foram obtidos os recursos necessários à sua aquisição e implantação.

O LOED, através de apoio da Fundação FORD, viabilizou a elaboração do projeto de arquitetura, reforma e implantação de toda infra-estrutura técnica da Sala; a Reitoria da Universidade investiu US\$ 100,000.00 para aquisição dos equipamentos; e a Faculdade utilizou parte de seu orçamento em todas as demais necessidades do projeto.

A concepção da Sala permite a acomodação de aproximadamente 40 pessoas, é composta por 11 mesas que permitem formar diversas configurações para um melhor enquadramento nas transmissões.

Dispõe da mais moderna tecnologia no que diz respeito a arquitetura, isolamento acústico, climatização, iluminação artificial (com controle remoto da intensidade de luminosidade), sonorização, piso, ergonomia dos móveis e até mesmo da pintura das paredes, que foi analisada profundamente por professor especialista no assunto, de maneira que as imagens geradas no ambiente tivessem a melhor qualidade possível, comparável com as imagens geradas em estúdios de emissoras profissionais de televisão.

Conforme acordo com a Reitoria da Unicamp, durante a negociação dos recursos em 2.000, a Sala poderá ser utilizada, em 25% do tempo de sua disponibilidade, para outras faculdades e institutos da universidade.

Encontram-se em fase de elaboração as condições de utilização da Sala, bem como os valores das possíveis taxas de utilização da mesma. O equipamento de videoconferência (CODEC) de marca TANDBERG, modelo Educator, que é o primeiro a ser importado na América Latina, é de tecnologia norueguesa e tem aplicações orientadas para a área de Educação, pois, diante da facilidade operacional através de sua interface amigável, permite que o professor não desvie o foco de sua aula, palestra, apresentação, etc., com a operação do Sistema.

Com a integração do CODEC a uma Unidade Central de Gerenciamento – MCU —, é possível a comunicação de até 20 *sites* simultaneamente.

²⁴ Consiste de um conjunto de equipamentos de áudio, vídeo, informática e telecomunicações que, através da interconexão com outro(s) equipamento(s) em localidade(s) distinta(s), permite a comunicação com imagens, áudio e textos em tempo real. É possível a transmissão e recepção de imagens de pessoas, conteúdos de livros, transparências, bem como arquivos eletrônicos em diversas mídias, tais como: DVDs, CDs, disquetes, fitas VHS, e até mesmo arquivos de *sites* pessoais e/ou institucionais. A videoconferência consiste na captação, codificação e transmissão das imagens, sinais de áudio e textos do ambiente, para o(s) local(is) remoto(s). Referidas imagens podem ser obtidas através das câmeras de vídeo, equipamento Leitor de Documentos, aparelhos de DVDs, Quadro Eletrônico, Notebook e aparelhos de videocassetes, todos disponíveis na Sala de Videoconferência. O equipamento permite conexões de até 4 *sites* simultaneamente (incluindo a FE), com velocidade de até 3 Mbps (ponto a ponto), através da internet, e 2 Mbps, pela rede telefônica, embora atualmente a FE disponha de *link* de telefonia para velocidade de 384 Kbps. Estas conexões podem ser realizadas das seguintes maneiras: todas através da internet, todas através da rede telefônica, ou com os dois tipos de conexões simultaneamente. Quando o evento é realizado com 4 *sites* simultaneamente, é possível que todos conversem entre si, bem como visualizem todas as imagens. A realização dos eventos independe de serem *sites* locais, nacionais ou internacionais. Basta que os demais *sites* a participarem do evento disponham de equipamentos compatíveis com o da FE, o que tem sido usual nas demais universidades, bem como instituições corporativas. Quando as conexões são realizadas pela internet, o custo é “ zero ”. Quando realizadas pela rede telefônica, o custo corresponde ao valor de ligações telefônicas.

Equipamentos disponíveis para o sistema²⁵ de videoconferência

Todos os equipamentos relacionados abaixo permitem que os seus conteúdos sejam transmitidos para os participantes da sala da FE, do(s) outro(s) *site(s)* (durante uma sessão de videoconferência, por exemplo), e para as pessoas que estejam assistindo ao evento através do *streaming*.

- CODEC: Processa todos os sinais de imagens, áudio e textos recebidos e transmitidos durante uma sessão de videoconferência e/ou *streaming*;
- Quadro Eletrônico: pode funcionar de dois modos:
 - Interativo: permite que a imagem enviada pelo notebook ao Projetor de Multimídia e que é projetada no Quadro Eletrônico seja explorada através de toques na tela do Quadro, transformando-o em um verdadeiro teclado, permitindo ativar todos recursos do notebook com apresentações no Quadro.
 - Desenho: permite escrever, bem como apagar escritas de desenhos, gráficos e outros, com canetas secas e/ou a tinta.
- Leitor de Documentos: realiza a leitura de documentos diversos, tais como: livros, transparências e outros, podendo ampliá-los até 128 vezes.
- Monitores de 50" (2): disponibilizam aos participantes do evento, na sala da FE, a visualização das imagens do *site* remoto. O outro permite a visualização de conteúdos que estão sendo gerados e transmitidos da sala da FE.
- Câmeras (2): possibilitam a captação das imagens dos participantes de algum evento na Sala de Videoconferência da FE. São direcionadas aos participantes, imediatamente após os mesmos tocarem nos microfones instalados nas mesas da Sala.
- Projetor de Multimídia: recebe os sinais do notebook e projeta-os no Quadro Eletrônico que, quando configurado para operar no modo interativo, transforma o Quadro em teclado, permitindo todos recursos disponíveis no notebook, inclusive impressão, armazenamento, acesso à internet e outros.
- Notebook: permite ao apresentador dispor de recursos armazenados em DVDs, CDs ou internet, para apresentação a todos participantes do evento, tanto locais como remotos.
- DVD Players (2): disponibilizam conteúdos para a transmissão tanto para a Sala da FE, como para os participantes remotos.
- Videocassetes (2): possibilitam a gravação das imagens locais e remotas durante qualquer evento realizado na Sala de Videoconferência.
- Microfones de lapela (2): permitem que, durante uma palestra, o professor possa mobilizar-se durante sua apresentação, transmitindo sua voz tanto para a sala da FE, como para os participantes remotos.

²⁵ *Facilidades do Sistema:*

Streaming: permite que os participantes, que estão em pontos distantes da Sala de Videoconferência da FE, assistam, através da internet, os eventos realizados na FE, seja apenas uma palestra, ou a efetiva realização de uma sessão de videoconferência.

Para utilizar esta facilidade, o interessado tem que dispor de um microcomputador utilizando internet banda larga em sua residência, ou em qualquer outro local onde ele se encontrar. O sistema permite a disponibilização das imagens com som em velocidade de até 320 Kbps, o que permite excelente qualidade para se assistir a eventos.

Interatividade: Permite que o usuário, que está assistindo ao evento através do *streaming*, efetue perguntas aos professores, apresentadores, etc., que estão na sala de videoconferência da FE, e até mesmo aos que estão em outras salas, caso o evento seja uma sessão de videoconferência. Tudo isso é feito através do ícone de *Chat* disponível no próprio equipamento.

- Microfones de mesa (11): estão instalados nas mesas da Sala de Videoconferência. Através de um toque em algum microfone, é possível a abertura do mesmo, e a câmera da frente da sala é direcionada imediatamente ao participante, permitindo-lhe a comunicação.
- Receiver de áudio e vídeo: torna possível a integração dos diversos aparelhos e equipamentos existentes nas salas da FE (Salas de: Videoconferência, Edição e Tradução).
- Mesa de som: faz a integração dos microfones de lapela e outros sinais de áudio com os ambientes remotos e local.

Equipamentos a serem adquiridos

- Servidor de streaming: permitirá a disponibilização de vídeos, para que alunos e demais interessados possam assisti-los após a realização dos eventos.
- Gravador de DVD – DVDR: tornará possível a gravação de eventos em mídias DVD-R e DVD-RW, com qualidade profissional;
- Monitor de Plasma: será instalado ao fundo da Sala, e permitirá que o professor/apresentador que estiver na frente da sala, visualize a imagem do outro participante da videoconferência, de frente. Atualmente a imagem remota é disponibilizada em um dos monitores da sala, que permite a visualização das imagens de frente, para os participantes dos eventos. Está instalado em painel atrás do professor/palestrante.
- Storage: permitirá o armazenamento de aproximadamente 800 horas de vídeo para atendimento ao Servidor de streaming;
- TV 15" tela plana: possibilitará o acompanhamento das imagens que serão gravadas na Sala de Edição;
- Monitores de 15" tela plana: tornarão possível, aos tradutores, a visualização das imagens locais e remotas, para tradução simultânea de eventos.

Aplicações na Educação

Pode-se dizer que a tecnologia de videoconferência aplicada à educação, além de ser revolucionária, é relativamente recente, quando comparada com outras tecnologias de comunicação. Esta solução tecnológica tem sido amplamente implementada por universidades públicas brasileiras, e até particulares, com o objetivo de popularizar o conhecimento e diminuir os custos de projetos educacionais.

Através de pesquisas baseadas na área cognitiva, tem sido comprovado que a aprendizagem é facilitada quando há imagem. É normal as pessoas terem a memória visual mais aguçada que a auditiva. Em outros países, a experiência de ensino à distância, utilizando a videoconferência como tecnologia de comunicação, tem motivado positivamente tanto professores como alunos. No Brasil, diante de suas dimensões físicas, a utilização da videoconferência é altamente justificável, quando se pretende levar educação a diversos lugares com qualidade, rapidez e baixos custos.

A aplicação desta tecnologia nas universidades brasileiras possibilita a criação de Centros de Ensino Continuados, permitindo amplamente a formação de profissionais da educação em curto espaço de tempo.

Outras aplicações relevantes para utilização da videoconferência como tecnologia são seminários, palestras, debates, mesas redondas, reuniões técnicas e acadêmicas, onde podem ser debatidos assuntos pertinentes a ensino e pesquisas acadêmicas das instituições envolvidas. Análises de pacientes e exames médicos à distância, aulas à distância, Educação Continuada, defesas de teses, etc., são outras aplicações já bastante utilizadas.

Benefícios da utilização de videoconferência, sob o aspecto operacional

Os itens a seguir relatam os ganhos com a utilização deste recurso:

- Otimização do tempo: não há necessidade de diversas pessoas viajarem para a cidade onde será realizado o evento.
- Agilidade para realização de eventos: basta o agendamento, pela internet, por exemplo, com dia e horário, para que as pessoas se dirijam até as salas de videoconferência em suas cidades, facilitando a mobilidade.
- Eliminação dos riscos de viagens, tais como: atraso, cancelamento de vôos e outros.
- Redução de despesas com: passagens aéreas, transportes rodoviários, hotéis, pedágios, estacionamentos, refeições, comunicação através de telefone, fax e outros.
- Reunião virtual, em tempo real, com a participação de palestrantes e outros interessados, em cidades distintas, com abrangência global.
- Propagação de sinais de qualquer evento, em tempo real, para diversos participantes remotos.

Para gerar uma videoconferência, é necessário que o outro *site* (universidade, etc) disponha de 1 equipamento de videoconferência compatível com o equipamento instalado na FE.

Outras salas disponíveis na FE são: Sala de Tradução Simultânea e Sala de Edição, sendo que a primeira permite a acomodação de até 2 tradutores, para tradução simultânea de eventos realizados em outros idiomas. A segunda é o local onde estão instalados os equipamentos para armazenagem de conteúdos, gravação de eventos, bem como edição destes.

Ampliação do Projeto para a Região Metropolitana de Campinas – RMC

Encontra-se em estudo a ampliação do Sistema da FE para as 19 Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas – RMC —, com o objetivo de atender a demanda de cursos que terão como objetivo a Educação Continuada a Distância.

Multimeios

O Setor de Multimeios responde pela coordenação e execução das atividades que envolvem a utilização de recursos audiovisuais na Faculdade e foi totalmente reorganizado no período. Recebeu melhorias no seu espaço físico, na quantidade e qualidade dos equipamentos e teve ainda sua equipe ampliada, para oferecer à comunidade acadêmica estrutura de apoio de qualidade para aulas, pesquisas e eventos diversos.

Dessa forma, o setor dispõe de condições para:

- instalar equipamentos de apoio acadêmico nas dependências de aulas de graduação e pós-graduação, além de eventos da FE;
- realizar filmagens de eventos em geral no âmbito da FE;
- realizar serviços complementares, destinados à produção de material não apenas para apoio didático, para fins acadêmico-científicos e de pesquisa, mas também para utilização por usuários da biblioteca;
- oferecer serviços técnicos de reprodução e transcrição de fitas de áudio e vídeo e de edição analógica e digital;
- apoiar empréstimo de equipamentos para uso interno ou externo para fins de ensino (estágios, por exemplo) e pesquisa.

Cuidou-se também da modernização dos equipamentos de ensino: foram adquiridos seis projetores multimídia, reservados para apoiar aulas, defesas de teses e dissertações, colóquios de grupos de pesquisa, etc., bem como câmera fotográfica digital e filmadora digital. Também foram instaladas TVs de 34”, com vídeo e DVD em seis salas de aula para 60 alunos cada. Ainda no período de 1999 a 2003, cuidou-se para que todas as salas de aula, laboratórios, auditórios e salas de reunião tivessem fixos equipamento mínimo de audiovisual: TV, vídeo e retroprojetor.

Edificações

No aspecto da infra-estrutura física e de equipamentos, o parque da Unidade cresceu várias vezes desde que a Faculdade foi instalada no prédio novo (em 1985/86 – época em que deixou o Prédio do Ciclo Básico). Isto, necessariamente, exigiu adequada administração do espaço (orientação a usuários, controle da circulação de pessoas, materiais e equipamentos, segurança), sua manutenção (alvenaria, hidráulica, elétrica e eletrônica), almoxarifado de materiais e serviço de copa e limpeza. Esses últimos foram terceirizados por opção da Universidade.

As alterações na estrutura da Unidade justificam-se também pelo seu estágio de maturidade, em que várias possibilidades de gerenciamento de suas atividades tiveram oportunidade de serem discutidas e implementadas, ou descartadas.

Estrutura Física Atual

Área Total Construída	8.312 m ²
Prédios do complexo:	
Principal	4.089 m ²
Anexo I	690 m ²
Anexo II (entrega em maio/03)	900 m ²
Biblioteca	1.668 m ²
Centro de Vivência	350
Área total disponível	16.009 m ²

A Faculdade conta hoje com salas e equipamentos (microcomputadores, *data show*, vídeos, DVDs, aparelhos de TV, aparelhos de som – gravação e reprodução) para realização de aulas e outras atividades de ensino-aprendizagem. Todos os espaços didáticos estão equipados com aparelhos de TV, vídeo e retroprojeto; são 15 salas contando com esses recursos, mais 6 salas com equipamentos de DVD, além dos já citados, e 6 salões para eventos, dos quais 2 contam, além dos recursos presentes nas salas, com equipamento para filmagem e sonorização.

A experiência com o novo prédio da Biblioteca demonstrou a importância de nichos para o estudo individual e em pequenos grupos, a pesquisa em computadores e nos livros, a visibilidade e integração dos espaços, a convivência com áreas verdes internas e externas.

Para os próximos 10 anos, o Plano Diretor da FE prevê a ampliação do espaço físico atual incorporando mais 6.600 m² de área construída, contemplando salas de aula e de grupos de pesquisa, espaços de vivência e um Centro de Formação Continuada. Nesse Centro, além de laboratórios de ensino e salas de apoio, está prevista a criação de um anfiteatro para 400 pessoas, que deve permitir a realização de grandes eventos culturais e acadêmicos, envolvendo não só a faculdade como também a comunidade acadêmica da Unicamp.

Espaços Acadêmicos

Na Faculdade de Educação foram criados espaços para estudo, pesquisa, ensino, reuniões — áreas multifacetadas que apóiam e estimulam as atividades acadêmicas dos 34 grupos de pesquisa atualmente existentes.

Esses espaços são compartilhados, em situações específicas, com outros grupos e também disponibilizados para aulas de graduação, de pós-graduação, trabalhos de extensão, seminários

de pesquisa e outros eventos acadêmicos. São comumente denominados “laboratórios didáticos”, mas suas finalidades extrapolam o conceito tradicional de atividade “de ensino”.

No momento, dentro desse conceito, existem cinco laboratórios em funcionamento:

- Laboratório Didático de Biologia, Ciências, Física, Química e Saúde I;
- Laboratório Didático de Biologia, Ciências, Física, Química e Saúde II;
- Laboratório Didático de Português e Estudos Sociais;
- Laboratório Didático de Matemática
- Laboratório Didático de Arte e Dança.

Sob responsabilidade das Coordenações de Pedagogia e de Licenciaturas, a circulação de usuários e a infra-estrutura desses espaços são determinados preferencialmente pelas necessidades de cursos de graduação, constituindo-se em salas ambiente destinadas a disciplinas específicas desses cursos, à realização de trabalhos de final de curso e à iniciação científica.

Os dois Laboratórios de Informática, equipados com, respectivamente, quarenta e trinta máquinas de última geração, destinam-se, igualmente, a atender atividades acadêmicas diversas relacionadas ao ensino e à pesquisa, sendo utilizados por alunos de graduação, de pós-graduação e docentes.

5. ENSINO DE GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Faculdade de Educação da Unicamp, ao longo de sua história, notabilizou-se pela defesa em favor de uma universidade democrática, com acesso garantido à maioria da população, questionando, através de sua produção acadêmica e de suas manifestações políticas, uma educação superior de elite e fechada aos setores mais pobres da população. Foi graças a essa posição que, no final da década de 1980, implantou, como primeira unidade da Unicamp em horário noturno, mais um curso de pedagogia. Desde então seguiu lutando por infra-estrutura e condições adequadas para a realização dos cursos noturnos, numa universidade criada para ter como prioridade o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. Dentro da mesma política, esteve sempre favorável à abertura de novos cursos noturnos, com ou sem a sua participação direta.

Com tal perfil político, a Faculdade de Educação chegou aos primeiros anos da década de 2000, respondendo por 19 cursos de licenciatura, além de seus Cursos de Pedagogia regulares e os Cursos de Pedagogia para Professores em Exercício. Tal fato demonstra a sua relevância no âmbito da Unicamp e no cenário regional e nacional.

Durante o período deste relatório, intensificou-se na Unicamp a tendência à expansão de vagas na graduação, o que vinha responder as pressões da sociedade e do Poder Público. Para a FE, essa já era a política assumida e, portanto, fiel ao princípio de democratização da universidade, priorizou a sua meta de **expansão de vagas na graduação** através de três estratégias distintas:

1. Abertura de novos cursos de Licenciatura. Foram criados neste período o Curso de Licenciatura em Geografia (noturno) com 30 vagas, o Curso de Licenciatura em Educação Física (noturno) com 50 vagas e o Curso de Licenciatura Integrada em Química e Física (noturno) com 30 vagas, totalizando 110 novas vagas.
2. Abertura do Curso de Pedagogia para Professores em Exercício (PEFOPEX), o que não implicou a criação de novas vagas, mas uma reorganização de turmas, aumentando o número de estudantes em cada uma delas. Isto resultou em uma diversificação da oferta do curso de Pedagogia e no atendimento da demanda de professores em exercício pelo nível superior.
3. Criação do Curso de Pedagogia, dentro do Programa Especial de Formação de Professores para as redes municipais da Região Metropolitana de Campinas (PROESF), com 400 vagas / ano, estando hoje na sua 3ª turma e totalizando 1.200 alunos.

Sendo assim, consideramos que a meta – expansão de vagas – foi plenamente alcançada com um aumento total de 510 vagas. Vale citar também que houve aumento no reingresso de bacharéis de diferentes áreas, chegando a FE, no período deste relatório, a receber 630 estudantes reingressantes nas licenciaturas.

O volume total da expansão ocorrida ultrapassou os 30% nas vagas da FE. Cabe dizer que tal expansão foi realizada sem qualquer aumento do quadro docente, mas com o apoio de dois projetos de docência em vigência na Faculdade.

Primeiro, o projeto que viabilizou a realização do Programa Especial de Formação de Professores para as redes municipais da Região Metropolitana de Campinas (PROESF), implicando na formação, em pós-graduação (*lato senso*), de um conjunto de 68 Assistentes Pedagógicos que, como bolsistas da Unicamp, trabalham na docência associados e acompanhados pelos professores da Faculdade de Educação.

Segundo, um projeto chamado Programa Piloto de Bolsas a Instrutores Graduados – PPBIG – com objetivo de oferecer estágio docente de nível superior aos estudantes de doutorado, oferece, paralelamente, novos professores para atuarem no ensino de graduação. Esse programa criado pela universidade teve implantação polêmica, por significar um risco para a carreira docente; no entanto, se bem gerenciado, pode significar importante espaço de qualificação e renovação dos quadros universitários. A experiência que vimos realizando com 5 bolsistas do programa tem sido muito bem avaliada, tanto pelos docentes orientadores, quanto pelos estudantes.

Pedagogia

Os cursos regulares de Pedagogia são oferecidos nos períodos vespertino e noturno.

O profissional formado nesses cursos poderá atuar tanto no Magistério como na Administração, Supervisão, Assessoria Pedagógica e Educacional, em instituições escolares dos diferentes graus de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), em instituições não escolares (como sindicatos, empresas, etc.), ou ainda em clínicas especializadas em Educação Especial. O estudante sairá licenciado em Pedagogia com possibilidades de atuação docente nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil; estudará e pesquisará o trabalho pedagógico nestes níveis de ensino e poderá trabalhar como pedagogo na direção e coordenação do planejamento, execução e avaliação de sistemas escolares e das unidades que os compõem. Seu campo de atuação amplia-se ainda para as instituições não escolares e não formais, bem como para classes ou instituições que recebem alunos especiais.

Para graduar-se nestes cursos, o aluno deverá cumprir o total de 190 créditos, equivalentes a 2.850 horas.

O curso poderá ser integralizado em 8 semestres, conforme sugestão da unidade para o cumprimento do currículo pleno, sendo o prazo máximo de integralização 12 semestres.

Projeto Pedagógico – Pedagogia

1. Competências e Habilidades

- capaz de entender os novos parâmetros da cultura como atividade humana, como prática de produção e de criação;
- compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal, assim como as condições de desenvolvimento da criança de 0 a 10 anos;
- compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta, nas instituições escolares, e também fora delas, nos movimentos sociais;
- equacionar os fundamentos das políticas públicas, em especial no campo educacional e, a partir delas, intervir nas diferentes instâncias – em nível dos sistemas municipal, estadual e federal –, em condições de propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares que eliminem a discriminação e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;
- buscar elementos articuladores que garantam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico, tendo parâmetros claros para a tomada de decisão em relação à seleção, organização e seqüência dos conteúdos curriculares que superem a forma atual de organização da escola e do currículo;
- vivificar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- assumir o compromisso de transformar a educação e as condições sociais sobre as quais ela se dá, tendo como norte a transformação da sociedade.

2. Princípios norteadores da proposta curricular

- Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação, independente de seu campo de atuação futura.
- Sólida formação teórica, permitindo a compreensão da educação em todas as suas dimensões, de modo a responder às exigências da realidade atual em relação à educação – escolar e não escolar – e também às necessidades e problemas sociais e às demandas da escola pública.
- Garantia de espaço para a pesquisa e conhecimento/intervenção na realidade escolar. Com esse objetivo, foram mantidas as disciplinas do eixo prático do currículo – Pesquisa Pedagógica I e II (atualmente Pesquisa e Prática Pedagógica), Metodologia do Ensino Fundamental (atualmente Metodologia do Ensino do 1o. Grau). Foi aumentada a carga horária da disciplina Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação para 8 horas (mantendo apenas 4 em sala de aula). Incorporou-se, ainda, a proposta, contida na nova LDB, de 300 horas para a prática de ensino.
- Desenvolvimento do trabalho partilhado/coletivo – de mais de um docente – nas disciplinas. Na medida em que se eliminam as divisões entre as Habilitações, os conhecimentos específicos passam a ser trabalhados nas disciplinas existentes, as quais deverão, necessariamente, contemplar unidades que desenvolvam determinados conteúdos necessários para a formação dos estudantes.
- Garantia das possibilidades do trabalho interdisciplinar, de articulação entre os docentes, entre diferentes grupos de pesquisa da FE e entre as diferentes unidades da Unicamp, possibilitando aos alunos a construção de caminhos particulares e, ao mesmo tempo, de aprofundamento e ampliação de conhecimentos sobre diferentes temas educacionais.
- Possibilidade de novas formas de relação/unidade teoria-prática no interior do currículo. Neste sentido, procedeu-se a uma avaliação das experiências desenvolvidas nas disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica I, II e III, propondo novos articuladores para estas disciplinas com as demais do semestre e as subseqüentes;
- Trabalho com a concepção de formação continuada, em contraposição à idéia de que se deve ter um currículo extensivo. O “enxugamento” do currículo, sem comprometer a formação teórica de qualidade — permitindo que o aluno retorne à Universidade, via cursos de extensão/especialização a partir do contato com o mundo do trabalho —, parece ser um bom caminho para “oxigenar” e redimensionar o trabalho da universidade, entre outros benefícios.

3. Núcleos Temáticos

A constituição dos Núcleos Temáticos, compostos de disciplinas/componentes curriculares de caráter eletivo, se configura como aprofundamento e ampliação do conhecimento sobre diferentes temas. Os Núcleos Temáticos deverão contemplar temáticas abordadas de maneira interdisciplinar, que possibilitem aprofundamento e ampliação de conhecimentos, não se configurando, portanto, como espaços de habilitação e/ou especialização dos formandos. Esses Núcleos Temáticos podem tratar tanto dos conhecimentos específicos relativos ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola – no campo da administração, supervisão, educação especial, educação infantil e 1a. a 4a. séries – quanto de novas temáticas, como novas linguagens e educação; informática e educação; novas tecnologias; sociologia do trabalho; novas tecnologias e educação; educação infantil; educação de jovens e adultos; ensino fundamental e currículo, etc. Desses núcleos temáticos poderão fazer parte disciplinas de outros institutos da Unicamp.

Núcleo Comum ao Curso (disciplinas obrigatórias)

EP107 Introdução à Pedagogia – Organização do Trabalho Pedagógico	EP108 Pesquisa Pedagógica I
EP109 Seminários de Pesquisa Pedagógica I	EP110 História da Educação I
EP111 Fundamentos da Educação Especial	EP122 Introdução à Psicologia
EP123 Psicologia Educacional	EP126 Psicologia, Educação e Pesquisa
EP127 Pensamento, Linguagem e Desenvolvimento Humano	EP130 Filosofia da Educação I
EP140 Sociologia Geral	EP141 Comunicação, Educação e Tecnologias
EP142 Educação e Antropologia Cultural	EP143 Educação Não Escolar
EP144 Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação I	EP145 Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação II
EP151 Leitura e Produção de Textos	EP152 Didática – Teoria Pedagógica
EP153 Metodologia do Ensino Fundamental	EP154 Fundamentos da Alfabetização
EP155 Fundamentos do Ensino de Matemática	EP156 Fundamentos do Ensino de História e Geografia
EP157 Fundamentos do Ensino de Ciências	EP158 Educação, Corpo e Arte
EP159 Prática de Ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	EP162 Escola e Currículo
EP163 Política Educacional: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar
EP200 Estágio Supervisionado I	EP206 Estágio Supervisionado II
EP208 Pesquisa Pedagógica II	EP209 Seminários de Pesquisa Pedagógica II
EP210 História da Educação II	EP230 Filosofia da Educação II
EP340 Sociologia da Educação I	EP412 História da Educação III
EP445 Sociologia da Educação II	EP463 Planejamento Educacional
EP765 Fundamentos da Educação Infantil	EP808 Trabalho de Conclusão de Curso I
EP809 Trabalho de Conclusão de Curso II	EP887 Educação Não Formal

Disciplinas Eletivas

EF448 Ativ. Corporais para Deficientes Mentais	EP125 Psicologia e Ensino
EP161 Movimentos Sociais e Gestão	EP204 Introdução à Pedagogia II
EP223 Psicologia Genética	EP225 Psicodrama Pedagógico
EP240 Educação e Transformação Social	EP243 Antropologia da Educação
EP310 História da Educação do Pré-Escolar	EP320 Aprendizagem e Informática na Educação I
EP325 Jogos Dramáticos na Pré-Escola	EP331 Antropologia Filosófica
EP343 Comunicação e Educação	EP355 Metodologia, Ciência e Sociedade
EP356 Literatura e Educação	EP357 Alfabetização: A Prod. Social da Escrita
EP363 Economia da Educação	EP364 Legislação do Ensino
EP366 Comportamento Humano nas Organizações	EP368 Educação, Saúde e Trabalho
EP402 Educ. Física e Recreativa do Pré-Escolar	EP407 Educação e Sexualidade Humana
EP420 Aprendizagem e Inform. na Educação II	EP422 Psicologia da Personalidade
EP427 Pensamento, Ling. e Desenvolv. Humano I	EP441 Sociologia da Educação – Trabalho
EP444 Teorias Políticas e Educação	EP446 Direito à Infância e Educação
EP464 Administração Educacional e Ideologia	EP465 Desenvolvimento Organizacional
EP467 Tópicos Esp. em Administração Escolar	EP507 Fracasso Escolar
EP511 Tóp. Especiais em História da Educação	EP514 Tóp. Esp. Em Educ. do Def. Mental I
EP519 Desenv. Emocional da Criança Deficiente	EP521 Tóp. Especiais em Psicologia da Educação
EP524 Psicomotricidade	EP525 Psicologia Social da Educação
EP527 Aprendizagem e Educação Especial	EP531 Tóp. Especiais em Filosofia da Educação
EP532 Filosofia da Educação – Cult. e Valores	EP550 Planejamento de Ensino
EP551 Tóp. Especiais em Didática	EP554 Educação da Saúde no 1o. e 2o. Graus
EP562 Seminários de Administração Educacional	EP563 Seminários de Supervisão Educacional
EP625 Psicologia do Trabalho	EP626 Tópicos Esp. em Psicologia da Educação I
EP631 Teorias da Educação	EP632 Filosofia das Ciências Humanas
EP644 Questões Atuais da Pol. Educacional	EP650 Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
EP711 Evol. Política Educacional Brasileira	EP721 Psicologia da Motivação
EP722 Tópicos Esp. em Psicol. do Def. Mental	EP732 Epistemologia das Ciências da Educação
EP742 Prát. Pedag. Inst. Sociais Não Escolares	EP743 Anal. Sócio-Pol. Pens. Pedag. Brasileiro
EP756 Pesquisa em Metodologia de Ensino I	EP802 Seminário sobre Criatividade Infantil
EP803 Tópicos Espec. em Educ. Pré-Escolar	EP807 Atividades Livres
EP842 Tóp. Esp. Ciências Sociais Apl. Educação	EP844 Educação e Populações Rurais
EP854 Tópicos Especiais em Alfabetização	EP856 Pesquisa em Metodologia de Ensino II
EP885 Alfabetização de Adultos	EP886 Educação de Adultos
EP992 Movimentos Sociais e Educação	EP993 Educação Sindical
EP994 Política Educacional	

Cumprimento de Disciplinas Eletivas

Para a integralização do curso, o aluno necessita cumprir:

12 créditos dentre: (Eletivas de Núcleos Temáticos)

EP170 História das Políticas Educacionais	EP171 Educação e Cidadania
EP172 Organização do Trabalho Cotidiano da Sala de Aula	EP173 Elaboração de Material Didático
EP174 Olhando a Produção do Aluno	EP175 Cultura Escrita, Leitura e Sociedade
EP176 A Família, a Lei, a Escola	EP177 O Saber Histórico e Geográfico e suas Dimensões Educacionais
EP178 Questões de Desenvolvimento e Linguagem	EP179 Educação Estética, Cultural e Política
EP207 Teoria Social	EP304 Oficina sobre Direitos Humanos e Cidadania
EP403 Escolas Abertas à Diversidade	EP406 Seminário Interdisciplinar em Educação Infantil
EP407 Educação e Sexualidade Humana	EP408 Imagens do Outro: Educação, Cultura e Alteridade
EP409 Ética e Diversidade	EP503 Língua(gem), Poder e Práticas Educacionais
EP504 Educação, Tecnologia e Sociedade	EP506 Pedagogia da Imagem
EP509 Ambientes Educacionais Virtuais	EP562 Seminários de Administração Educacional
EP563 Seminários de Supervisão Educacional	EP600 Seminários Sobre Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação (Tics)
EP601 Ensinar, Aprender e Avaliar: As Tics nas salas de aula	EP602 Aspectos da Comunicação na rede Internet
EP603 História, Política e Educação	EP604 Filosofia da Cultura
EP606 História e Educação Pública	EP607 Educação, Filosofia e Sociedade
EP608 Ética e Educação	EP609 Família: Diferenciação Sociocultural e Representação
EP641 Educação e Ideologia	EP843 Deficiência Mental e Família

10 créditos dentre qualquer disciplina com código AC, AD, AM, AP, EF, EL, EN, EP, HG, HH, HL, HZ, LA, MA, MC, MD, ME, MH, UM, PD, PT, TL

Grade Curricular – Pedagogia

1º. S.	107 Introdução à Pedagogia – Org.Trab.Ped	108 Pesquisa Pedagógica I (4 horas)	140 Sociologia Geral	122 Introdução à Psicologia	130 Filosofia da Educação I	109 Seminários de Pesq. Pedagógica I (2 horas-sáb.)	
2º. S.	110 História da Educação I	208 Pesquisa Pedagógica II (04 horas)	340 Sociologia da Educação I	123 Psicologia Educacional	230 Filosofia da Educação II	209 Seminários de Pesq. Pedagógica II (2 horas-sáb.)	
3º. S.	210 História da Educação II	152 Didática – Teoria Pedagógica	445 Sociologia da Educação II	126 Psicologia, Educação e Pesquisa	141 Comunicação, Educação e Tecnologias		
4º. S.	412 História da Educação III	153 Metodologia do Ensino Fundamental	127 Pensamento, Ling. e Desenv. Humano	162 Escola e Currículo	163 Polít. Educ. Estr. e Func. da Ed. Básica		
5º. S.	154 Fundamentos da Alfabetização	159 Prát. Ensino nas Séries Inic. do Ensino Fundamental	155 Fundamentos do Ensino de Matemática	156 Fundam. do Ensino de História e Geografia	157 Fundamentos do Ensino de Ciências	Eletiva (4 cr.)	
6º. S.	111 Fundamentos da Educação Especial	200 Estágio Superv. I	144 Metodol. da Pesquisa em Ciências da Educação I	151 Leitura e Produção de Textos	765 Fundamentos da Educação Infantil	Eletiva (4 cr.)	
7º. S.	142 Educação e Antropologia Cultural	158 Educação, Corpo e Arte	145 Metodol. da Pesquisa em Ciências da Educação II	808 Trabalho de Conclusão de Curso I	164 Organização Trab. Ped. e Gestão Escolar	463 Planejamento Educacional	Eletiva (2 cr.)
8º. S.	143 Educação Não Escolar (2 cr.) ----- Educação Não Formal (2 cr.) 887	809 Trabalho de Conclusão de Curso II	206 Estágio Superv. II	Eletiva Núcleos Tem. (4 cr.)	Eletiva Núcleos Tem. (4 cr.)	Eletiva Núcleos Tem. (4 cr.)	

148 créditos em 39 disciplinas obrigatórias = 2.220 h
 22 créditos em 6/9 disciplinas optativas = 330 h
 20 créditos de Prática de Ensino/Estágios = 300 h
 TOTAL DE CRÉDITOS: 190 créditos, totalizando 2.850 horas

Programa Especial para Formação de Professores em Exercício (PEFOPEX)

Este curso é oferecido no período noturno, com 40 vagas para professores em exercício na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

O perfil do profissional formado neste programa é o mesmo dos cursos regulares de Pedagogia. Para graduar-se neste curso, o aluno deve cumprir o total de 234 créditos, equivalentes a 3.510 horas.

O curso poderá ser integralizado em 8 semestres, conforme sugestão da unidade para o cumprimento do currículo pleno, sendo o prazo máximo de integralização 12 semestres.

Projeto Pedagógico

A proposição de um Programa Especial de Formação de Professores em Exercício – Pedagogia, destinado a professores das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública foi motivada por mudanças instituídas pela nova LDB, que determina a formação superior para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e estabelece um prazo de dez (10) anos para que os professores em exercício ainda não graduados possam adequar-se às novas exigências da lei (artigos 61 a 67 e 87).

Face a esta nova condição, e à necessidade que se criou entre um grande número de professores da rede pública, a Faculdade de Educação propôs uma modalidade de graduação que contribua para a formação desses profissionais.

Sendo a finalidade deste curso bastante específica, ele se reveste de características singulares. Seu início se deu em março de 2001 e sua duração será correspondente a 4 entradas. Após esse tempo, ele sofrerá uma avaliação quanto a sua pertinência e estrutura.

A população alvo é a de professores da rede pública, em efetivo exercício e que não possuam curso universitário.

O processo de seleção, embora desenvolvido pela Comissão de Vestibulares da Unicamp – Comvest – não se assemelha ao desenvolvido para os demais cursos desta universidade, mas exige conhecimentos práticos e teóricos relativos ao fazer pedagógico escolar, condizentes com o nível médio da habilitação de magistério. Os candidatos são selecionados mediante processo específico, para o qual se exigem conhecimentos fundamentais de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, bem como aqueles relacionados à organização do trabalho pedagógico na sala de aula e na escola.

O curso é de licenciatura plena, desenvolvido no período noturno, com aulas presenciais diárias, seguindo o calendário da Unicamp. Sua estruturação curricular tem a preocupação de propiciar ao professor a oportunidade de reflexões fundamentadas no conhecimento que embasa a sua área de atuação. A composição curricular foi planejada para que sua formação superior lhe permita uma mais ampla e profunda compreensão das suas atuais atividades docentes. Assim, o curso pretende ser um espaço de reflexão, estudo e pesquisa das suas atuais condições de desempenho profissional sendo, ao mesmo tempo, formação inicial e continuada.

Justificativa

Os problemas que historicamente continuam a persistir na escola pública brasileira são de variadas ordens. Os mais destacados são os referentes à falta de uma política de valorização do magistério que associe a formação inicial e continuada não apenas à melhoria das condições de trabalho e de salário, mas também à configuração de planos de carreira docente. Somente grandes esforços, concentrados na definição e aplicação de uma política voltada ao atendimento dessas necessidades, poderão mudar radicalmente a história, por vir, da nossa escola pública.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em um levantamento de 1998, apontou um número bastante alto de professores de sua rede pública (aproximadamente, 27.387 professores), atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sem licenciatura plena. Esse número, para o interior do Estado, era de 13.268 professores e, para a região metropolitana de Campinas, de 1.939.

A Faculdade de Educação da Unicamp, centro de referência na formação de educadores há quase 30 anos, atuando nos níveis de graduação e pós-graduação, e tendo se destacado no cenário nacional como um grande centro de pesquisas na área educacional, reconheceu a importância dos termos dos artigos 61 a 67 da LDBN/96 e da crescente solicitação de professores e de diversas instituições que formam os sistemas de ensino – escolas, Secretarias Municipais e Estaduais em relação à educação continuada. Assim, ao lado das constantes lutas em prol das melhorias de qualidade da educação, das condições de trabalho e salário dos professores, enfatizando a necessidade de ações políticas e sociais que possibilitem a valorização do profissional da educação e de sua carreira, a Faculdade de Educação da Unicamp propôs o **Programa Especial de Formação de Professores em Exercício – Curso de Pedagogia**, voltado aos professores que estão trabalhando na rede pública de ensino, entendendo, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público, num estreito relacionamento com a comunidade escolar e a sociedade em que está inserida.

Enfatizamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N° 9.394/96 — reconhece a necessidade dessa valorização para os profissionais da educação e expõe a capacitação profissional como um dos elementos fundamentais para essa política, principalmente em seu artigo 67, que declara:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

Parágrafo único. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

A Congregação da Faculdade de Educação, em sua 141ª Sessão Ordinária, realizada a 29 de março de 2000, deliberou pela aprovação da Proposta de Currículo para o Programa em questão. Este projeto dá andamento a essa deliberação e apresenta a proposta curricular, nos moldes expostos abaixo.

Objetivos

Geral

- Formar, com Licenciatura Plena em Pedagogia, professores das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública em exercício em escolas da Rede Municipal/Estadual.

Específicos

- Propiciar a reflexão sobre o fazer pedagógico a partir do conhecimento dos fundamentos básicos da área e específicos curriculares.
- Desenvolver conhecimentos e o pensamento investigativo que possibilitem a formulação questões e proposição de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano pedagógico, numa perspectiva multidisciplinar e colaborativa.
- Propiciar a construção de múltiplas linguagens na perspectiva da ampliação dos horizontes culturais do estudante.
- Propiciar condições para um pensar autônomo multirreferenciado, para uma compreensão do trabalho pedagógico como ação coletiva, ética e democrática.
- Promover o desenvolvimento profissional pela reflexão teórico-prática e pela sistematização dos saberes docentes.
- Compreender a ação educacional em espaços profissionais não-escolares.
- Aprofundar os conhecimentos específicos na perspectiva da atuação interdisciplinar nas séries iniciais.
- Saber trabalhar com as diferenças e com as necessidades especiais, visando a inclusão social.
- Articular ensino e pesquisa na produção de saber e prática pedagógica.
- Trabalhar as questões de avaliação como um processo de autoformação.

Organização e Funcionamento

O Programa prevê o Curso de Pedagogia para ser realizado por um período que atenda 4 entradas, em caráter especial, com 45 vagas, no período noturno, com aulas diárias e presenciais.

São considerados aptos a se inscreverem no processo seletivo os candidatos que satisfazem os seguintes critérios:

- ter a Habilitação para o Magistério de nível médio ou
- comprovar o exercício em uma das quatro séries do Ensino Fundamental da rede pública.
- contar, pelo menos, com oito anos para integralizar o tempo de sua aposentadoria, conforme legislação vigente;
- ter sido classificado em processo seletivo, coordenado pela Faculdade de Educação e desenvolvido pela Comvest/Unicamp

Princípios Orientadores

O desenvolvimento deste curso visa atender as peculiaridades da população alvo e, por essa razão, as finalidades de seus princípios orientadores são:

- Sistematizar a experiência profissional dos estudantes/professores e professoras.
- Ser espaço de aprofundamentos culturais e educacionais.
- Garantir novas formas de vinculação entre teoria e prática docente.
- Garantir o espaço para a pesquisa e conhecimento/intervenção na realidade escolar.
- Propiciar a vivência do contexto universitário.
- Promover o exercício da ação reflexiva da prática docente.

- Formar o professor-pesquisador com visão multidisciplinar e colaborativa.
- Construir a autonomia profissional na interdependência do trabalho coletivo.
- Trabalhar as culturas locais, regionais e nacionais, mediante a apreensão de diferentes linguagens.
- Trabalhar, curricularmente, temáticas a partir do cotidiano escolar.
- Promover a consideração das diferenças, para trabalhar as possibilidades da inclusão social.
- Sistematizar um processo auto-avaliativo como desenvolvimento da auto-formação.

Justificativa da Organização Curricular

Diante da especificidade do tipo de estudante que constitui o quadro discente – professores da rede pública —, a estrutura curricular que compõe este Programa e o Curso de Pedagogia apresenta uma grade curricular fundamentada nos eixos norteadores abaixo, buscando refletir um movimento que parta da prática do professor para níveis mais profundos de abstração, representados pelas teorias. A cultura escolar aparece como tema articulador do currículo proposto:

- culturas escolares e prática docente;
- culturas e linguagens;
- epistemologia e práxis;
- pesquisa e ação;
- processos avaliativos e auto-formação.

A organização curricular foi pensada não como uma justaposição de disciplinas fragmentadas, mas numa perspectiva integrada que possibilite um conjunto de aprendizagens e desenvolvimento pessoal, profissional e cultural, a partir da multidimensionalidade das questões educacionais e do fazer pedagógico.

A construção curricular pretende, ao mesmo tempo, ser uma continuidade da formação inicial de magistério, favorecer novos conhecimentos e formas de ação e ser uma reflexão instrumentada sobre a prática cotidiana.

Assim, a estruturação curricular visa estimular o estudante-professor a reconhecer a contínua interação entre a atividade prática e a fundamentação teórica; a necessidade da aprendizagem contínua; a importância do trabalho com a pesquisa; e o agir coletiva e colaborativamente.

A disciplina Articulação de Projetos de Pesquisa Educacional (APPE) acompanha o aluno até o 7º Semestre (período que inicia a sistematização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) e deve introduzi-lo no processo de produção de conhecimento através da reflexão de sua prática. Visa também envolver o aluno na vida acadêmica por meio de atividades articuladoras e favorecer a construção de projetos interdisciplinares:

- a) No primeiro semestre, a APPE prioriza as formas de acesso ao conhecimento e iniciará a reflexão da prática pedagógica.
- b) No terceiro semestre, abrange a questão da especificidade do conteúdo curricular e a continuidade da reflexão da prática pedagógica.
- c) No quinto semestre, a ênfase da APPE é o aprofundamento das reflexões teóricas produzidas.
- d) No sétimo semestre, a APPE se integra com a produção do TCC.

Os alunos podem cursar disciplinas eletivas, da Faculdade de Educação, ou de qualquer curso da Unicamp.

Considerando que esse aluno tem a peculiaridade de já ser um professor e que a LDB permite a formação em serviço (art. 61), são computadas, da prática docente, 2 horas por disciplina no semestre, orientadas com projetos de trabalho gerados nas disciplinas e articulados nas APPEs, perfazendo um total de 950 horas curriculares.

Neste Programa, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se configura num relato analítico–interpretativo do percurso da formação profissional vivenciada na articulação teoria-prática. Espera-se que o aluno analise e reflita sua prática pedagógica, sob a ótica das teorias e conhecimentos apreendidos, relate descobertas, problematize e encontre respostas. Durante o desenvolvimento curricular, o TCC vai se estruturando e adquirindo profundidade teórica que se consolidará nos últimos semestres, quando é sistematizado através de um acompanhamento mais efetivo. Essa atividade se constitui um processo de pesquisa–ação, resultando, ao final, em síntese da produção do conhecimento construído ao longo do Programa. Durante o 1º ano do desenvolvimento do Programa, professores, estudantes e coordenação constroem indicadores para uma apreciação deste, visando possíveis adequações.

Avaliação

A avaliação tem por base os critérios de assiduidade e aproveitamento aferidos conforme as normas regimentais da Unicamp.

Como um processo contínuo, a avaliação considera os seguintes aspectos:

- leitura da bibliografia indicada nos eixos temáticos;
- frequência no horário regular das aulas e atividades programadas;
- produção de textos e apresentação de trabalhos;
- entrega de trabalhos nos prazos previstos;
- preparação, organização e participação nos seminários temáticos;
- participação em atividades culturais e científicas promovidas no horário regular das aulas.

Inclui-se, na avaliação, a realização de vivências profissionais complementares, as quais envolvem projeto, relato e apreciação da experiência, por escrito.

O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso —, cujo problema deve decorrer da experiência profissional e das reflexões decorrentes do Curso, tem uma avaliação específica de um segundo leitor do trabalho, além do professor orientador.

Os docentes que trabalham neste curso são os mesmos docentes do curso de Pedagogia da FE.

Grade Curricular – Pefopex

1º. S.	FP107 Introdução à Pedagogia – Org.Trab.Ped. (4 + 2 horas)	FP108 Pesquisa Pedagógica I (4 + 2 horas)	FP141 Comunicação, Educação e Tecnologias (4 + 2 horas)	FP162 Escola e Currículo (4 + 2 horas)	FP208 Pesquisa Pedagógica II (APPE I) (4 + 2 horas)	
2º. S.	FP110 História da Educação I (4 + 2 horas)	FP123 Psicologia Educativa (4 + 2 horas)	FP130 Filosofia da Educação I (4 + 2 horas)	FP340 Sociologia da Educação I (4 + 2 horas)	FP143 Educação Não Escolar (2 cr. + 1) ----- Educação Não Formal (2 cr. + 1) FP887	
3º. S.	FP154 Fundamentos da Alfabetização (4 + 2 horas)	FP155 Fundamentos do Ensino de Matemática (4 + 2 horas)	FP156 Fundam. do Ensino de História e Geografia (4 + 2 horas)	FP157 Fundamentos do Ensino de Ciências (4 + 2 horas)	FP153 Metodologia do Ensino Fundamental (APPE II) (4 + 2 horas)	
4º. S.	FP151 Leitura e Produção de Textos (4 + 2 horas)	FP255 Fundamentos do Ensino de Matemática II (4 + 2 horas)	FP256 Fundam. do Ensino de História e Geografia II (4 + 2 horas)	FP257 Fundamentos do Ensino de Ciências II (4 + 2 horas)	Eletiva (4 horas)	
5º. S.	FP111 Fundamentos da Educação Especial (4 + 2 horas)	FP144 Metodol. da Pesquisa em Ciências da Educação I (4 + 2 horas)	FP158 Educação, Corpo e Arte (4 + 2 horas)	FP164 Organização Trab. Ped. E Gestão Escolar (4 + 2 horas)	FP159 Prát. Ensino nas Séries Inic. do Ensino Fundamental (APPE III) (4 + 2 horas)	
6º. S.	FP127 Pensamento, Ling. e Desenv. Humano (4 + 2 horas)	FP230 Filosofia da Educação II (4 + 2 horas)	FP152 Didática – Teoria Pedagógica (4 + 2 horas)	FP765 Fundamentos da Educação Infantil (4 + 2 horas)	FP200 Estágio Superv. I (2 + 4h)	Elet. (4 h)
7º. S.	FP445 Sociologia da Educação II (4 + 2 horas)	FP463 Planejamento Educativo (4 + 2 horas)	FP808 Trabalho de Conclusão de Curso I (4 horas)	FP206 Estágio Superv. II (APPE IV) (2 + 4h)	Eletiva (4 horas)	
8º. S.	FP126 Psicologia, Educação e Pesquisa (4 + 2 horas)	FP210 História da Educação II (4 + 2 horas)	FP163 Polít. Educ.: Estr. e Funcionamento. da Educação. Básica (4 + 2 horas)	FP809 Trabalho de Conclusão de Curso II (4 horas)	Eletiva (4 horas)	

144 créditos de 38 disciplinas obrigatórias = 2.160h
 16 créditos de 4 disciplinas eletivas = 240h
 74 créditos de Supervisão de Atividade Docente = 1.110h
 TOTAL DE CRÉDITOS: 234 créditos, totalizando 3.510h

Programa Especial para Formação de Professores em Exercício da Rede Municipal da Região Metropolitana de Campinas – PROESF

Este curso é oferecido no período noturno para professores municipais da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental dos municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas.

Como no PEFOPEX, o perfil do profissional formado nesse programa é o mesmo dos cursos regulares de Pedagogia. Para graduar-se neste curso, o aluno deverá perfazer o total de 220 créditos, equivalentes a 3.300 horas. O curso poderá ser integralizado em 6 semestres, conforme sugestão da unidade para o cumprimento do currículo pleno, sendo 9 semestres o prazo máximo de integralização.

I – A Proposta

A proposição deste curso de Pedagogia, destinado a professores da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal, foi motivada a partir das mudanças instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases no. 9.394/96 que determinaram a formação superior para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e estabeleceram um prazo de 10 anos para que os professores em exercício, ainda não graduados, possam adequar-se às novas exigências da lei. O curso foi planejado, organizado e está sendo desenvolvido em uma parceria entre a Unicamp e as 19 Secretarias de Educação dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas. Cabe salientar que, em levantamento efetuado no ano de 2001 junto às Secretarias Municipais de Educação da Região Metropolitana de Campinas, detectou-se que, naquele momento, 2.780 professores encontravam-se em exercício e sem curso superior.

A Faculdade de Educação da Unicamp, centro de referência na formação de educadores, há mais de 30 anos atuando nos níveis de graduação e pós-graduação, reconhecendo a importância e a necessidade da adequação dos profissionais em exercício, bem como a sempre crescente demanda por parte dos professores e dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, aceitou esse desafio, buscando, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público, num estreito relacionamento com a comunidade escolar e a sociedade em que está inserida. Anexo – documento n.º 1 – encontra-se extrato da Deliberação do Conselho Universitário que aprovou a criação do curso, publicada no Diário Oficial do Estado..

Para concretização deste projeto, conta-se com verbas especialmente aprovadas para esse fim pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, através da Lei no. 11.010, de 28 de dezembro de 2001.

II – Os Fundamentos

Os fundamentos legais do curso de Pedagogia são os estabelecidos pela LDB 9.394/96, conforme destaques listados a seguir:

Art. 61 – A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

(...)

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho.

(...)

Art. 70 – Considerar-se-ão como manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I – remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.

(...)

Art. 81 – É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

(...)

Art. 87 § 3º – Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância;

§ 4º – Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamentos em serviço.

O curso também guarda coerência com o conjunto das disposições do Conselho Nacional de Educação que regem a formação de docentes, como a Resolução CNE/CP 1/99, o Parecer CNE/CP 4/97, a Resolução CNE/CP 2/97, o Parecer CNE/CEB 1/97, a Resolução CNE/CB 2/99 e, de forma especial, os Pareceres CNE/CP 9/01, CNE/CP 27/01 e o Parecer CNE/CP01. Quanto ao Conselho Estadual de Educação, o curso estrutura-se em consonância com a Deliberação CEE 12/2001, destacando-se os artigos: 1º, que delibera sobre os Programas Especiais de Formação Pedagógica; 2º, que regula o oferecimento dos Programas Especiais por universidades ou por instituições de ensino superior, jurisdicionadas ao CEE, que já possuam autorização para curso de licenciatura plena; e 5º, que trata do certificado a ser entregue ao aluno.

A – Características do Programa

O Programa Especial de Formação de Professores em Exercício nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas (PROESF), como seu próprio nome já diz, visa atender aos professores em exercício na Rede Municipal da Região Metropolitana de Campinas, portadores da Habilitação para o Magistério em nível médio. Iniciou-se em agosto de 2002, com 10 classes de, em média, 40 alunos. Para um melhor atendimento da demanda da região metropolitana de Campinas, a Faculdade de Educação propôs-se a desenvolver o curso abrindo dois outros pólos, localizados nas cidades de Vinhedo e Americana, as quais, pela localização geográfica, permitem que os alunos do curso, oriundos das diferentes cidades, ²⁶próximas a estas duas, não tenham que percorrer uma grande distância.

Com uma carga horária de 3.300 horas e duração de seis semestres, o curso é presencial e com entradas anuais regulares, através de processo seletivo próprio e desenvolvido pela Comissão de

Vestibulares (Comvest) da Unicamp. Até o momento já foram realizados três processos seletivos (anos 2002, 2003 e 2004), totalizando 1.200 alunos ingressantes.

Objetivos

Geral

Formar em Pedagogia, com Licenciatura Plena, professores em exercício em escolas da Rede Municipal da RMC na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Específicos

Propiciar a reflexão sobre o fazer pedagógico a partir do conhecimento dos fundamentos básicos da área e específicos, curriculares.

- Desenvolver conhecimentos e o pensamento investigativo que possibilitem a formulação de questões e proposição de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano pedagógico, numa perspectiva multidisciplinar e colaborativa.
- Propiciar a construção de múltiplas linguagens, na perspectiva da ampliação dos horizontes culturais do estudante.
- Propiciar condições para um pensar autônomo multirreferenciado, para uma compreensão do trabalho pedagógico como ação coletiva, ética e democrática.
- Promover o desenvolvimento profissional pela reflexão teórico-prática e pela sistematização dos saberes docentes.
- Compreender a ação educacional em espaços profissionais não escolares.
- Aprofundar os conhecimentos específicos, na perspectiva da atuação interdisciplinar nas séries iniciais.
- Saber trabalhar com as diferenças e com as necessidades especiais, visando a inclusão social.
- Articular ensino e pesquisa na produção de saber e prática pedagógica.
- Trabalhar as questões de avaliação como um processo de autoformação.
- Desenvolver o conhecimento dos processos de organização, coordenação e gestão do trabalho pedagógico, em espaços escolares e não escolares.

Para avaliar se os objetivos do Programa estavam sendo atingidos, a Coordenação realizou, no final de 2003, uma ampla avaliação, levantando dados junto aos quatro segmentos que o compõem: Alunos, Assistentes Pedagógicos, Professores-Orientadores e Secretários de Educação. Os resultados obtidos encontram-se no Anexo no. 2.

Estruturação e Composição Curricular

A estruturação curricular do curso teve como preocupação propiciar ao professor a oportunidade de reflexões fundamentadas no conhecimento que embasa a sua área de atuação. A composição curricular foi planejada para que a formação superior lhe permita ampliar e aprofundar a compreensão das suas atuais atividades docentes, tendo como eixo identitário a organização do trabalho pedagógico. Assim, o curso propõe-se a ser um espaço de reflexão, estudo e pesquisa das suas atuais condições de desempenho profissional e das novas atividades educacionais, sendo, ao mesmo tempo, formação inicial e continuada.

Quatro dimensões principais fundamentam a estruturação curricular, refletindo um movimento que parte da prática docente do professor, para níveis mais aprofundados de reflexão e ação, ressignificando as teorias parciais e as percepções difusas:

- cultura geral e cultura pedagógica;
- pesquisa e ação docentes;
- visão interdisciplinar do conhecimento;
- processos reflexivos de autoformação.

A organização curricular privilegia uma perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, profissional e cultural, tomando como núcleo a multidimensionalidade das questões educacionais e do fazer pedagógico, e engloba atividades diversificadas e interdependentes com o uso de materiais, estratégias e tecnologias diferenciadas.

Composição Curricular

O curso é desenvolvido em 24 áreas curriculares, organizadas em três blocos.

O Bloco 1 – **Cultura Teórico-Educativa e Organização do Trabalho da Escola** – contempla um aprofundamento nas questões dos fundamentos educativos, o domínio desses conhecimentos e a articulação entre eles.

Disciplinas

- 1 – Pensamento Filosófico e Educação;
- 2 – Pensamento Psicológico e Educação;
- 3 – Pensamento Sociológico e Educação;
- 4 – Pensamento Histórico e Educação;
- 5 – Política Educacional e Reformas Educativas;
- 6 – Planejamento e Gestão Escolar;
- 7 – Educação e Tecnologia;
- 8 – Currículo e Escola.

As questões do Bloco 2 – **Cultura Pedagógica e Produção de Conhecimento** – aprofundam as preocupações com o trabalho pedagógico e a produção recente de conhecimentos nessas áreas.

Disciplinas

- 9 – Teoria Pedagógica e Produção em Língua Portuguesa;
- 10 – Teoria Pedagógica e Produção em Matemática;
- 11 – Teoria Pedagógica e Produção em Arte;
- 12 – Teoria Pedagógica e Produção em Educação Física;
- 13 – Teoria Pedagógica e Produção em História;
- 14 – Teoria Pedagógica e Produção em Geografia;
- 15 – Teoria Pedagógica e Produção em Ciências e Meio Ambiente;
- 16 – Teoria Pedagógica e Produção em Saúde e Sexualidade.

O Bloco 3 – **Cultura Inclusiva e Políticas de Educação** – discute os aspectos da amplitude e abrangência da ação educativa, a reflexão crítica das políticas educacionais atuais e os aspectos da realidade escolar.

Disciplinas

- 17 – Multiculturalismo e Diversidade Cultural
- 18 – Pedagogia da Educação Infantil;
- 19 – Educação da Criança de 0 a 6 anos;
- 20 – Educação Não Formal;
- 21 – Avaliação;
- 22 – Pesquisa Educacional;
- 23 – Educação Especial;
- 24 – Temas Transversais.

Neste paradigma curricular, os conteúdos e atividades programadas constituem as bases para que os alunos possam desenvolver capacidades e constituir competências. Cada bloco envolve 600 horas de atividades, e seus objetivos e conteúdos devem, necessariamente, estabelecer a relação entre o conhecimento produzido a partir do tema e as práticas desenvolvidas nas escolas pelos educadores.

Práticas Culturais

Além das 24 áreas, estão previstas 450 horas em Atividades de Práticas Culturais, a serem distribuídas durante os seis semestres, envolvendo os seguintes temas:

- Ciência, arte e tecnologia;
- Cultura da infância e culturas infantis;
- Professor: profissão de gênero feminino?
- Utopias e realidade;
- Organização e produção do conhecimento;
- Diversidade cultural e desigualdade – as diferenças étnicas;
- A educação fora da escola;
- O espaço físico;
- O papel da escola e do professor no mundo globalizado;
- Educação e mídia.

O objetivo dessas práticas é garantir aos professores-alunos uma formação mais integral e crítica, voltada às principais questões que afetam nossa sociedade e, dentro desse contexto, o papel da Escola. Tais práticas são desenvolvidas a partir de uma aproximação com os Grupos de Pesquisa da Faculdade de Educação e Docentes da Unicamp, de acordo com os objetos a serem abordados nessas práticas.

Práticas Curriculares

As Práticas Curriculares, com 600 horas, estão concebidas de acordo com o Parecer CNE 09/01, que as vê como um componente curricular, o que implica tomá-las “*como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional*”. Nessas 600 horas estamos englobando a prática como componente curricular (Parecer CNE 09/01) e a prática de ensino.

Sendo a prática um trabalho consciente, cujas atividades se nutrem da correlação teoria e prática, ela é definida como um movimento contínuo entre saber e fazer. Um movimento que, partindo da realidade, é atravessado pela teoria; assim, a prática não é uma cópia da teoria; nem a teoria, um

reflexo da prática. Teoria e prática buscam significar, conceituar e com isso trabalhar o campo e o sentido da educação na realidade presente.

Com esse amplo entendimento, as Práticas Curriculares acontecem desde o início do processo formativo, em articulação com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, formando a identidade do professor como educador.

As Práticas Curriculares neste curso são compreendidas como uma ação de orientação, intervenção e acompanhamento do professor-aluno, sob a responsabilidade de professores-assistentes. O objetivo principal das Práticas Curriculares é buscar uma maior integração entre a formação acadêmica e a formação em serviço, ou seja, entre a teoria e a prática pedagógica dos professores-alunos. Assim, estas Práticas estabelecerão situações em que se poderá dialogar, ouvir, discutir, aproveitar críticas, agir, e nas quais o ciclo ação/reflexão/ação possa ocorrer de forma contínua e interdisciplinar.

Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado, definido no Parecer CNE/CP 21/2001, está previsto com a duração de 450 horas. Trata-se de um modo especial de atividade de capacitação em serviço, que é desenvolvido a partir da própria prática pedagógica realizada pelo aluno, em sua respectiva classe, com a competente supervisão do professor responsável.

Carga Horária

- 24 áreas de 75 horas.....	1.800 horas
- Práticas Culturais.....	450 horas
- Práticas Curriculares	600 horas
- Estágio Supervisionado	450 horas
- TOTAL	3.300 horas

Avaliação do corpo discente

Compondo o quadro de avaliação, o Curso apresenta como um aspecto avaliativo a construção de um *Memorial de Formação* que constitui um momento culminante do processo de formação. O Memorial de Formação é constituído de momentos significativos da passagem do professor-aluno pela universidade, envolvendo a sua capacidade em termos de assimilação da cultura acadêmica e a reflexão sobre a sua prática pedagógica. Voltado para as vivências pedagógicas dos professores-alunos, significa um momento oportuno para uma maior sistematização de conhecimentos e atividades docentes, que melhor contribuem para integrar formação acadêmica com formação em exercício. Para realizá-lo, o professor-aluno deve ser ciente de que é preciso rever suas influências e sua construção particular das teorias e práticas, alinhavando um fio condutor destas e as reestruturações ocorridas.

Será considerado aprovado e terá direito ao Diploma, o aluno que obtiver frequência mínima de 75% e menção acima de 5 (cinco).

Grade Curricular

1º Semestre						
PE100 Atividades Culturais I	PE101 Educação e Tecnologia	PE102 Pensamento Histórico e Educação	PE103 Teoria Pedagógica e Produção em Língua Portuguesa	PE104 Multiculturalismo e Diversidade Cultural	PE105 Estágio Supervisionado I	
2º Semestre						
PE200 Atividades Culturais II	PE201 Pensamento Filosófico e Educação	PE202 Pensamento Sociológico e Educação	PE203 Teoria Pedagógica e Produção em Matemática	PE204 Pesquisa Educacional	PE205 Estágio Supervisionado II	PE206 Prática Curricular I
3º Semestre						
PE300 Atividades Culturais III	PE301 Pensamento Psicológico e Educação	PE302 Teoria Pedagógica e Produção em História	PE303 Teoria Pedagógica e Produção em Arte	PE304 Avaliação	PE305 Estágio Supervisionado III	PE306 Prática Curricular II
4º Semestre						
PE400 Atividades Culturais IV	PE401 Política Educacional e Reformas Educativas	PE402 Teoria Pedagógica e Produção em Ciências e Meio Ambiente	PE403 Teoria Pedagógica e Produção em Geografia	PE404 Educação da Criança de 0 a 6 anos	PE405 Estágio Supervisionado IV	PE406 Prática Curricular III
5º Semestre						
PE500 Atividades Culturais V	PE501 Planejamento e Gestão Escolar	PE502 Teoria Pedagógica e Produção em Saúde e Sexualidade	PE503 Pedagogia da Educação Infantil	PE504 Temas Transversais	PE505 Estágio Supervisionado V	PE506 Prática Curricular IV
6º Semestre						
PE600 Atividades Culturais VI	PE601 Currículo e Escola	PE602 Teoria Pedagógica e Produção em Educação Física	PE603 Educação Especial	PE604 Educação Não Formal	PE605 Estágio Supervisionado VI	PE606 Prática Curricular V

Licenciaturas

No período de 1999 a 2003, a Faculdade de Educação foi responsável por todos os cursos de licenciatura oferecidos pela Unicamp, cuja maior parte dos currículos ainda estava bastante centrada na perspectiva do conhecido modelo 3+1, o que se configura num percurso que dimensiona a licenciatura como complementação pedagógica do bacharelado. Nele, a ênfase no bacharelado era dada no decorrer de quase todo o percurso e a parte pedagógica da formação tratada, mais ao final do curso, pela Faculdade de Educação. São eles: Ciências Biológicas, Enfermagem, Educação Física, Matemática, Física, Química, Letras, Dança, Educação Artística, História, Ciências Sociais, Filosofia e Geografia).

Os princípios do projeto pedagógico instalado que norteiam essa concepção de formação docente ainda têm as marcas presentes no modelo predominante no cenário nacional, instalado a partir da década de 70, com orientações curriculares relacionadas com a legislação vigente na época. Com a ampliação intensa do acesso à escola pública, principalmente nas últimas décadas, e um conseqüente aumento da demanda de professores, os problemas relacionados aos programas de profissionalização foram sendo cada vez mais escancarados e colocados sob suspeita. Tais problemas referiam-se principalmente às lacunas trazidas pelo modelo de formação calcado na racionalidade técnica e à ausência de aprofundamento nas questões relacionadas com a profissionalização docente.

Tendo em vista esse contexto, a assunção de uma identidade própria para os cursos de licenciatura vai sendo cada vez mais requisitada nos debates internos à FE e também, em âmbito externo, em fóruns nacionais. O reconhecimento de sua legitimação no campo de formação de professores sempre trouxe, à FE, a liderança e a autoridade para tratar do assunto. No período relacionado ao presente relatório de avaliação (1999-2003), cresceu muito intensamente o vigor em torno do debate a respeito dessas tensões, que passam por aspectos identitários inerentes aos programas de formação. Destaca-se o intenso processo vivido com a elaboração do trabalho conhecido como *Diagnóstico das Licenciaturas*, coordenado pela Profa. Elizabeth Mercuri, envolvendo cerca de 60 participantes docentes e discentes da FE e também de outros institutos e faculdades.

Já no início do referido período, em 1999, essas discussões geram um primeiro investimento concreto direcionado a um redimensionamento das abordagens presentes nos programas de formação. Esse investimento é representado pela criação da Licenciatura Integrada em Química e Física, em co-responsabilidade com os Institutos de Química e de Física.

Assim, atualmente, a FE abriga em co-responsabilidade a Licenciatura Integrada em Química e Física, curso iniciado em 1999, com 30 vagas no vestibular e que vem gradativamente assumindo identidade própria e o estabelecimento de uma relação de pertencimento bastante peculiar com o campo de formação de professores. A Licenciatura Integrada hoje conta com 145 alunos matriculados no curso, sendo que desde sua abertura, já formou 19 professores de Química e Física para o ensino médio da escola básica.

Destaca-se no desenvolvimento da prática curricular da Licenciatura Integrada em Química e Física, a interlocução com os Institutos de Química e de Física que, de forma peculiar, vêm trazendo olhares, aproximações e desafios na tessitura de um caminho comum e ao mesmo tempo, particular, para a constituição desse professor do ensino médio, que trabalha em disciplinas escolares da área das ciências.

Projeto Pedagógico – Licenciatura Integrada em Química e Física

A pesquisa nos últimos 100 anos registra uma grande integração entre diversas áreas da Física e da Química. Esta integração tão evidente no campo da pesquisa, não tem atingido a formação do professor, a qual trata o conhecimento de um modo fragmentado e estanque. A similaridade de conceitos e a quebra de fronteiras no campo da Química e da Física tratados pela Ciência atual, têm passado ao largo da formação de professores.

O Curso de Licenciatura Integrada em Química e Física visa preencher esta lacuna na formação do professor a partir de uma estrutura que integra conhecimentos específicos dos diferentes campos do saber, com o desenvolvimento de habilidades e competências para a docência.

Tem como objetivo geral formar professores de Química e de Física para atuarem no ensino básico.

O curso faz parte da Área de Ciências Humanas e é alocado na Faculdade de Educação, o que visa favorecer o desenvolvimento da identidade do licenciado como professor e do magistério como profissão.

O Instituto de Química e o Instituto de Física participam do desenvolvimento deste curso atuando como co-responsáveis oferecendo as disciplinas de conteúdo específico. Sendo um curso integrado, as responsabilidades para seu desenvolvimento são partilhadas e o resultado dos processos de avaliação analisados em conjunto pelas unidades envolvidas.

Entendendo que a vida universitária desempenha um papel formador para o estudante, este curso busca desenvolver a autonomia do estudante, incentivando suas buscas para aprender, bem como sua co-responsabilidade no desenvolvimento do curso, através de:

- ênfase nos laboratórios, demonstrações em sala de aula, bem como na pesquisa bibliográfica;
- contato permanente com a Faculdade de Educação através de disciplinas, participação em grupos de pesquisa, seminários, colóquios, palestras etc.

O curso é composto por uma fase comum, que tem a duração de quatro semestres, seguida de uma fase específica à formação de cada uma das modalidades (Química ou Física). Ao final do 4º semestre o aluno deve optar por uma das modalidades e ao finalizá-la poderá reingressar para finalizar a outra.

Na grande maioria dos semestres, a grade de horário prevê espaços disponíveis que permitem ao estudante do curso noturno a realização de consultas e pesquisas bibliográficas necessárias em diversas disciplinas, particularmente naquelas que envolvem trabalhos monográficos e relatórios. Esse espaço no horário também deverá possibilitar ao aluno de licenciatura, o desenvolvimento de trabalhos de iniciação científica, voltado principalmente para a preparação no campo de pesquisa em ensino nas áreas afins.

Este curso, ao pretender mostrar a interdisciplinaridade como forma de compreensão da natureza, aponta para uma integração que pode ser ampliada ou intensificada através de créditos em disciplinas eletivas escolhidas entre quaisquer cursos oferecidos pela Unicamp.

Para graduar-se neste curso, o aluno deverá cumprir o total de 134 créditos equivalentes a 2010 horas para a modalidade Ensino de Química e um total de 132 créditos correspondentes a 1980 horas para a modalidade Ensino de Física.

O curso poderá ser integralizado em 08 semestres, conforme sugestão da unidade para cumprimento do currículo pleno, sendo o prazo máximo de integralização 12 semestres. O limite máximo de créditos para matrícula semestral é de 22 créditos.

Núcleo Comum ao Curso

EL-136	(04)	Problemas do Ensino de Física e Química
EL-180	(04)	Fundamentos Filosóficos da Educação: Filosofia e História da Educação
EL-202	(04)	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio: Educação e Sociedade
EL-300	(04)	Psicologia Educacional Adolescência
EL-413	(04)	Psicologia Educacional Aprendizagem Aplicada ao Ensino de Ciências
EL-656	(04)	Exatas
F-128	(04)	Didática Aplicada ao Ensino de Física e Química
F-129	(02)	Física Geral I
F-228	(04)	Física Experimental I
F-229	(02)	Física Geral II
F-328	(04)	Física Experimental II
F-329	(02)	Física Geral III
GT-001	(02)	Física Experimental III
MA-141	(04)	Ciência, Tecnologia e Sociedade
MA-151	(04)	Geometria Analítica e Vetores
MA-251	(04)	Cálculo I
QA-281	(04)	Cálculo II
QA-280	(04)	Química analítica Clássica Experimental
QF-431	(04)	Química Analítica Clássica
QG-108	(04)	Físico-Química I
QG-109	(04)	Química Geral Teórica
		Química Geral Experimental

Licenciatura em Química

Além do núcleo comum, o aluno deverá cumprir:

EL-767	05	Prática de Ensino de Química e Estágio Supervisionado I
EL-877	05	Prática de Ensino de Química e estágio Supervisionado II
GM-720	06	Mineralogia
QA-815	02	Química do Meio Ambiente
QF-531	04	Físico-Química II
QF-952	06	Físico-Química Experimental
QG-650	06	Laboratório de Síntese Orgânica e Inorgânica
QI-243	04	Química Inorgânica I
QO-321	04	Química Orgânica I
QO-421	04	Química Orgânica II
QO-551	04	Bioquímica Estática

Disciplinas eletivas

8 créditos dentre qualquer disciplina da Unicamp

Licenciatura em Física

Além do núcleo comum, o aluno deverá cumprir:

EL-763	04	Prática de Ensino de Física e Estágio Supervisionado I
EL-873	04	Prática de Ensino de Física e Estágio Supervisionado II
F-315	04	Mecânica Geral I
F-428	04	Física Geral I
F-429	02	Física Experimental IV
F-489	04	Estrutura da Matéria II
F-502	04	Eletromagnetismo I
F-589	04	Estrutura da Matéria
F-604	04	Física Estatística
F-740	04	Métodos da Física Experimental III
F-809	04	Instrumentação para Ensino
MA-351	04	Cálculo III

Disciplinas eletivas

10 créditos eletivos dentre qualquer disciplina da Unicamp

Grade Curricular – Licenciatura Integrada em Química e Física

Parte Comum

1º S	QG-108(4)	F-129(2)	GT-001 (2)	EL-136(4)	MA-141(4)
2º S	QG-109(4)	F-128(4)	EL-180(4)	MA-151(4)	
3º S	QA-280(4)	QA-281(4)	F-228(4)	EL-202(4)	MA-251(4)
4º S	QF-431(4)	F-229(2)	F-329(2)	F-328(4)	EL-300(4)

Modalidade: Licenciatura em Física

5º S	F-428(4)	F-315(4)	MA-351(4)	EL-413(4)	
6º S	F-502(4)	F-589(4)	F 429 (2)	Eletiva(2)	EL-656(4)
7º S	F-489(4)	F-740(4)	Eletiva(4)	EL-763(4)	
8º S	F-604(4)	F-809(4)	Eletiva(4)	EL-873(4)	

Modalidade: Licenciatura em Química

5º S	QO-321(4)	QF-531(4)	Eletiva(4)	EL-413(4)
6º S	QO-421(4)	QI-243(4)	QF-952(6)	EL-656(4)
7º S	QA-815(2)	GM-720(6)	Eletiva(4)	EL-767(5)
8º S	QO-551(4)	QG-650(6)		EL-877(5)

OBS. Os números entre parênteses são referentes aos créditos das disciplinas.

As iniciativas da unidade em relação à evolução da demanda e número de vagas oferecidas, evasão e número de formandos

As Coordenações têm se esforçado para que os alunos se formem dentro do prazo limite de integralização dos cursos, autorizando matrículas aos alunos que estão defasados com relação à sua turma, desde que o estudante possua os pré-requisitos necessários.

Antes da mudança de currículo, ocorrida em 1998, os alunos do curso de Pedagogia concluíam o curso em 9 semestres. Assim, a maioria dos alunos, em fase com a grade curricular proposta, colava grau no primeiro semestre de cada ano. Até o ano de 2000, portanto, temos a grande maioria de alunos se formando com o currículo antigo. A primeira turma de formandos após a mudança do currículo foi a de 1998, colando grau em 2001, já que o curso passou a ter 8 semestres. Isso explica o motivo pelo qual os alunos em fase concluem o curso no segundo semestre do ano. Isso pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 2. Número de formandos nos cursos de Pedagogia

Ano	Formandos Pedagogia (D)	Formandos Pedagogia (N)
1º sem/ 1999	50	33
2º sem/1999	40	6
1º sem/ 2000	50	27
2º sem/2000	32	17
1º sem/ 2001	10	7
2º sem/2001	49	11
1º sem/ 2002	22	5
2º sem/2002	36	31
1º sem/ 2003	7	15
2º sem/2003	23	18

Na tabela 2 estão os números dos concluintes dos cursos de formação de professores das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A primeira turma de concluintes da Licenciatura Integrada Química-Física foi em 2002, visto que o curso teve seu início em 1999. O baixo número de formandos deve-se às freqüentes reprovações nas disciplinas da área de exatas, o que acaba fazendo com que os alunos fiquem defasados em relação à grade e se formem em 9 ou 10 semestres, ao invés de 8. O curso de Licenciatura em Letras teve seu início em 2000, e a primeira turma de concluintes em 2003.

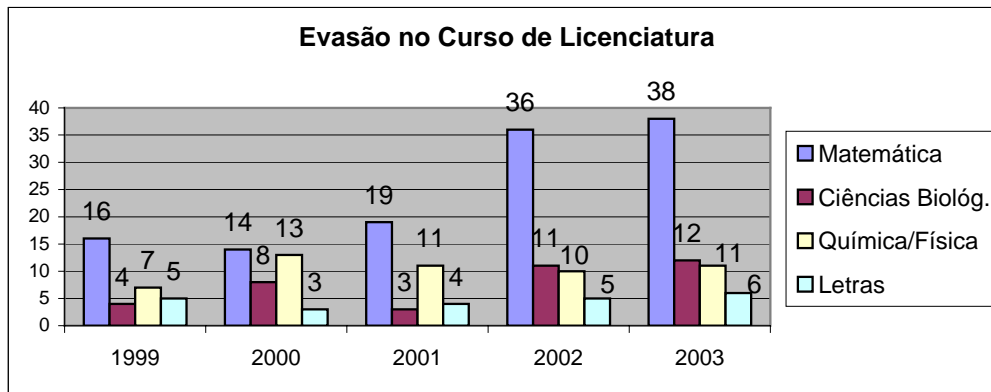
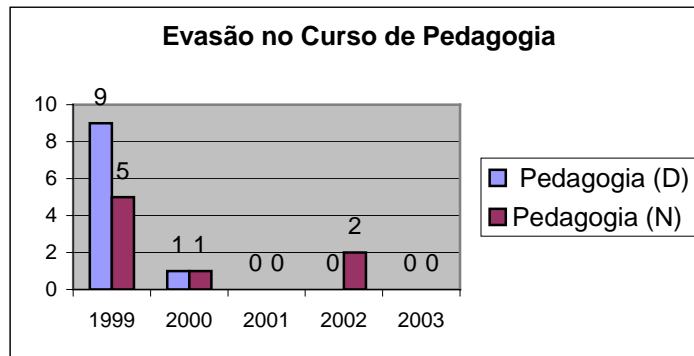
Na tabela 2, é possível visualizar um quadro que demonstra o fluxo de ingressantes e formandos nos cursos de licenciaturas, sejam eles modalidades ou de entrada exclusiva no vestibular.

Tabela 3. Número de formados dos cursos de Licenciatura

Cursos	Concluintes 2000	Concluintes 2001	Concluintes 2002	Concluintes 2003
01	06	08	08	22
29	12	16	23	27
04	14	07	14	14
40	01	09	08	11
05	22	11	21	38
06	22	19	35	27
46	20	35	40	41
07	28	32	21	33
57	--	--	--	12
16	12	18	18	14
44	10	14	12	27
19	18	25	26	25
21	26	27	14	22
23	16	19	20	20
25	04	24	15	25
27	31	14	26	31
45		03	01	04
30	03	04	08	06
55	--	--	03	14
56	--	--	05	14
Total	245	285	318	427

Com relação ao número de evasão dos alunos de graduação, cursos de Pedagogia e de Licenciaturas, as vagas são preenchidas através dos processos de remanejamento interno ou de vagas remanescentes. Quando isto não ocorre, as vagas dos evadidos são preenchidas pelo vestibular. Assim, as vagas não ficam ociosas.

A seguir estão os gráficos indicando a evasão dos alunos nos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas.



Na tabela abaixo estão as relações candidato-vaga dos cursos com entrada exclusiva para a Licenciatura. São todos cursos oferecidos no período noturno. Há cursos de Licenciatura no período diurno, porém, neles a entrada não é exclusiva (o estudante pode fazer a opção apenas para o bacharelado, por exemplo). Desse modo, a tabela abaixo oferece um indicador da procura por cursos de formação de professores.

Tabela 4. Relação candidato / vaga no Vestibular- Licenciaturas

Ano	Curso	1ª fase	2ª fase	Nº de vagas
1999	Ciências Biológicas Lic. (N)	14,1	3,2	40
	Letras Lic (N)	6,6	3,23	30
	Matemática Lic.(N)	5,3	4	45
	Química/Física Lic. (N)	1,5	1,37	30
2000	Ciências Biológicas Lic. (N)	19,4	3,39	40
	Letras Lic (N)	13,5	3,03	30
	Mat Lic.(N)	6,1	3,18	45
	Química/Física Lic. (N)	10,4	4,53	30
2001	Ciências Biológicas Lic. (N)	19,6	5,53	40
	Letras Lic (N)	10,3	3,7	30
	Mat Lic.(N)	6,6	3,24	45
	Química/Física Lic. (N)	2,3	2,1	30
2002	Ciências Biológicas Lic. (N)	20,8	6,78	45
	Letras Lic (N)	14,4	3,27	30
	Mat Lic.(N)	6,6	3,2	45
	Química/Física Lic. (N)	12,2	4,6	30
2003	Ciências Biológicas Lic. (N)	19	7,07	45
	Letras Lic (N)	13,5	3,07	30
	Mat Lic.(N)	6,8	3,4	60
	Química/Física Lic. (N)	3,7	3	30

Na tabela anterior podemos observar que:

- o curso de **Licenciatura em Ciências Biológicas** teve o número de candidatos crescente em todos os anos, nas duas fases. Apenas em 2003, houve uma discreta queda na relação candidato / vaga. Porém o curso teve 5 vagas a mais a partir do vestibular de 2002.
- na primeira fase, a relação candidato / vaga no curso de **Licenciatura em Letras**, praticamente dobrou no ano de 2000 com relação a 1999 e nos anos seguintes se manteve constante. Na segunda fase foi praticamente a mesma a relação de 3 candidatos por vaga.
- o curso de **Licenciatura em Matemática** também teve a relação candidato / vaga crescente no período 1999 – 2003 em 22%. Na segunda fase, a relação manteve-se constante em uma média de 3 candidatos por vaga. A partir de 2003 foram criadas 15 novas vagas para o curso.
- já o curso de **Licenciatura Integrada em Química-Física**, no primeiro ano da implantação do curso, em 1999, a relação era de 1,5 candidatos por vaga. Já no ano seguinte o número de candidatos aumentou para 10,4 por vaga. O número de inscritos voltou a decair em 2001, a aumentar em 2002, e a cair novamente em 2003,

Com relação aos cursos de Pedagogia Diurno (45 vagas) e Noturno (45 vagas), analisando a tabela a seguir, podemos notar que:

- o curso de **Pedagogia Diurno** tem menor concorrência que o Noturno. Mas desde 1999, a relação candidato / vaga tem aumentado, ficando em média com 8,2 candidatos por vaga.
- no curso de **Pedagogia Noturno**, cuja relação candidato vaga é maior do que o do curso diurno, há uma média de 10, 3 inscritos na primeira fase. Isso ocorre devido a entrada no noturno de muitos alunos que trabalham em tempo integral ou parcial.

Tabela 5. Relação candidato / vaga no Vestibular – Pedagogia

Ano	Curso	1ª Fase	2ª Fase	Vagas
1999	Pedagogia (D)	6,6	3,31	45
	Pedagogia (N)	8,1	3,13	45
2000	Pedagogia (D)	8,2	3,27	45
	Pedagogia (N)	11	3,09	45
2001	Pedagogia (D)	8,7	3,18	45
	Pedagogia (N)	11	3	45
2002	Pedagogia (D)	9	3,27	45
	Pedagogia (N)	9,7	3,11	45
2003	Pedagogia (D)	8,4	3,22	45
	Pedagogia (N)	11,5	3,18	45

O processo de avaliação das atividades didáticas dos docentes e os impactos na qualidade do curso

A Coordenação de Graduação da Faculdade de Educação – Unicamp, acreditando na importância que as avaliações discentes têm na qualidade do curso, propõe três momentos de avaliação das atividades docentes das disciplinas de graduação:

- avaliação das disciplinas em sala de aula: uma semana no calendário é reservada para que alunos e docentes conversem sobre o andamento da disciplina, sobre o modo como a disciplina está sendo conduzida, se alunos e professores estão satisfeitos...
- assembléia de Avaliação de cursos: já com data marcada no calendário da Universidade, as Assembléias são espaços dos estudantes, reunidos juntamente com as coordenações e professores, para discussão sobre as aulas, disciplinas, problemas encontrados, mudanças... As atas das Assembléias são registradas e ficam à disposição dos interessados.
- questionário de avaliação discente: os alunos recebem um questionário de avaliação para cada disciplina de graduação que estão cursando. Os alunos de Pedagogia recebem um questionário que exige respostas discursivas sobre a avaliação da disciplina e a avaliação discente, posteriormente tabulados na Coordenação de Pedagogia. Todos os docentes recebem uma carta sobre a avaliação dos estudantes, e os relatórios das disciplinas avaliadas ficam à disposição para consulta na coordenação. Nos cursos de Licenciatura, como nos demais cursos da Unicamp, devido à grande quantidade de alunos, é aplicado um questionário elaborado e analisado pela Comissão de Vestibulares da Universidade.

Todos os docentes são avaliados a cada três anos sobre suas atividades. Os pareceristas dos relatórios de avaliação trienal levam em consideração as avaliações discentes das disciplinas para emitir um parecer final.

Os resultados obtidos nos questionários de avaliação discente e nas Assembléias de Avaliação de Curso são discutidos nas reuniões da Comissão de Pedagogia e nas reuniões da Comissão de Licenciatura, sempre procurando atender às sugestões possíveis. Pelos relatos que têm sido tirados de todas as etapas das avaliações, percebe-se que as questões giram em torno dos temas: currículo dos cursos, integração graduação-pesquisa, problemas de infra-estrutura, estágios, didáticas, conteúdos das disciplinas... isso demonstra que momentos de avaliação são importantes, devendo ser preservados e aperfeiçoados para que haja uma maior participação de alunos e professores e para que sirvam de momentos de reflexão pedagógica sobre o andamento dos cursos.

A grande maioria das disciplinas e dos professores da graduação tem sido bem avaliada pelos estudantes. Quando problemas são apontados, a Coordenação de Graduação intercede e tenta encontrar uma solução justa para docentes e estudantes, para que não mais ocorram. E entende também que os momentos de avaliação se configuram em um espaço democrático, no qual há a possibilidade de redirecionamento da disciplina, do cronograma, das relações entre docentes e alunos, da qualidade dos cursos oferecidos; pontos importantes para ambas as partes.

Nessas avaliações das disciplinas, também a atuação dos bolsistas PAD – Programa de Apoio Didático, e PED – Programa de Estágio Docente, é avaliada. Os estudantes apontam que os Programas são importantes na relação professor-aluno, e no desenvolvimento das disciplinas.

O perfil sócio/econômico/cultural do aluno ingressante

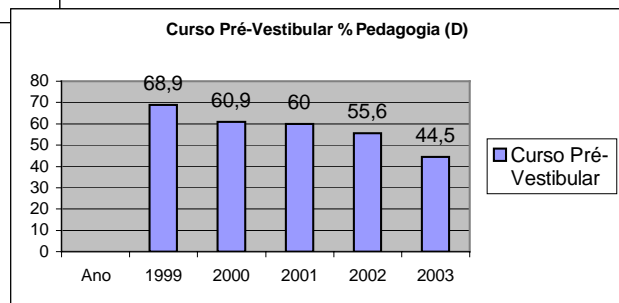
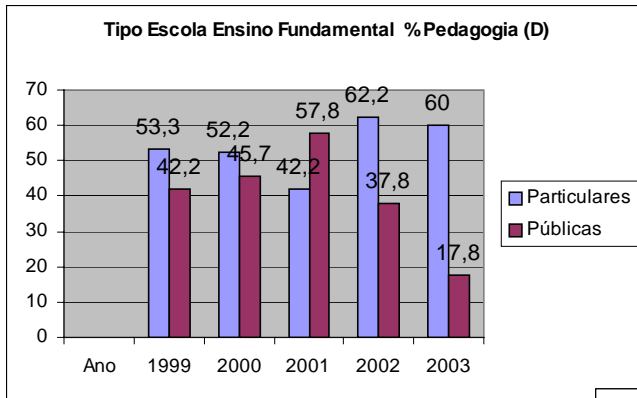
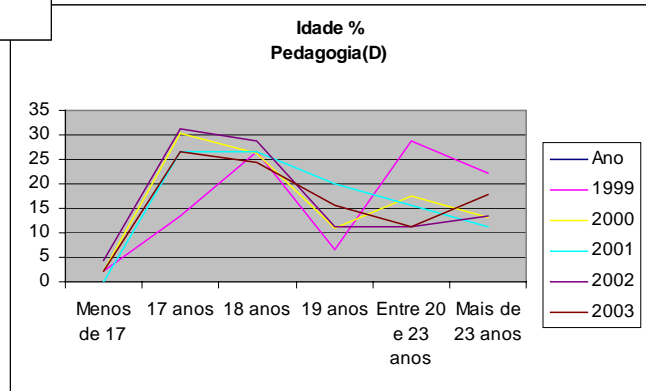
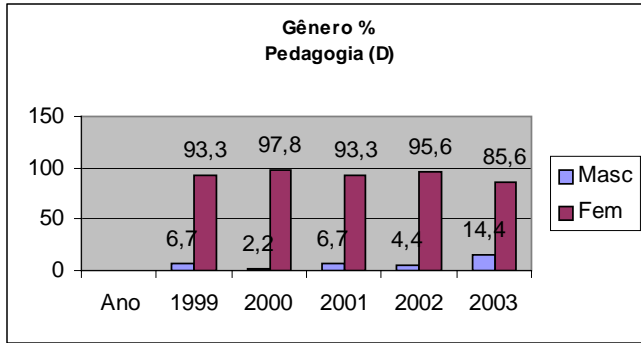
Através de um questionário elaborado pela Comissão de Vestibulares – COMVEST, e entregue aos ingressantes no ato da matrícula, é que conseguimos traçar um perfil dos alunos na Faculdade de Educação. **Nos cursos onde a licenciatura é modalidade do bacharelado, não há como levantar esses dados via vestibular, pois os alunos ingressam no programa nessa última opção.** Os cursos cujos alunos ingressam via vestibular, já na modalidade licenciatura, são:

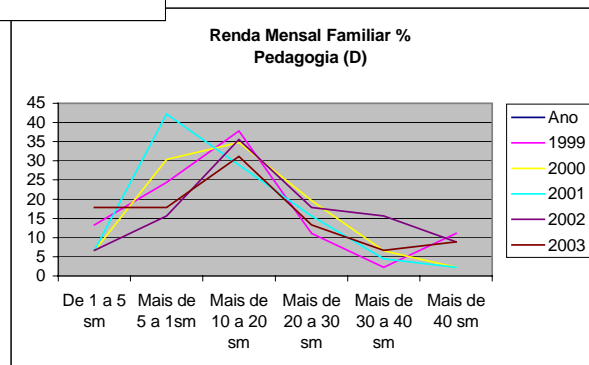
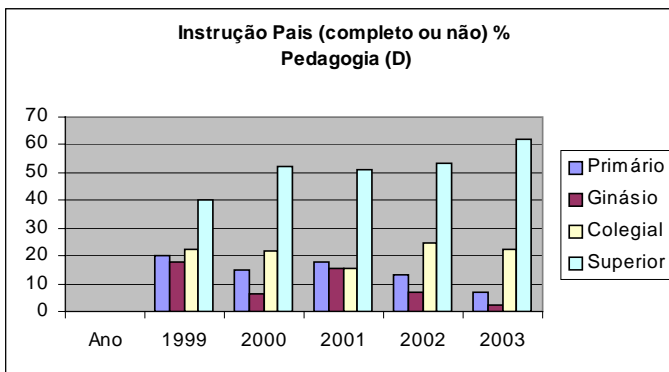
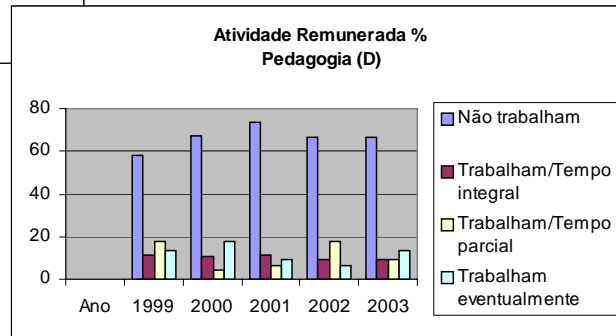
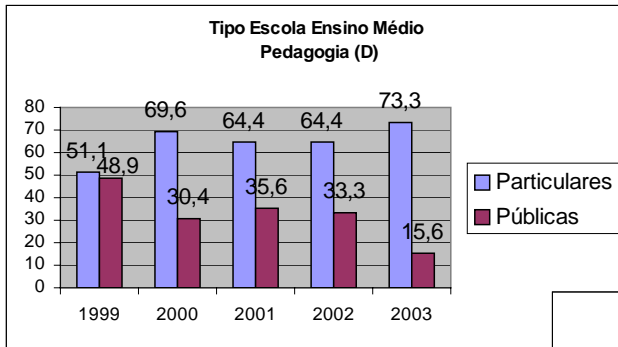
- Licenciatura em Matemática (noturno),
- Licenciatura em Letras (noturno),
- Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno),
- Licenciatura Integrada Química-Física (noturno),
- Pedagogia (noturno),
- Pedagogia (diurno).

O levantamento dos dados de **1999 a 2003** possibilitou que fosse traçado um perfil do aluno ingressante, como podemos verificar abaixo através da média no período em que os dados foram analisados. Os gráficos a seguir mostram a evolução das variáveis, ano a ano.

Curso Pedagogia Diurno

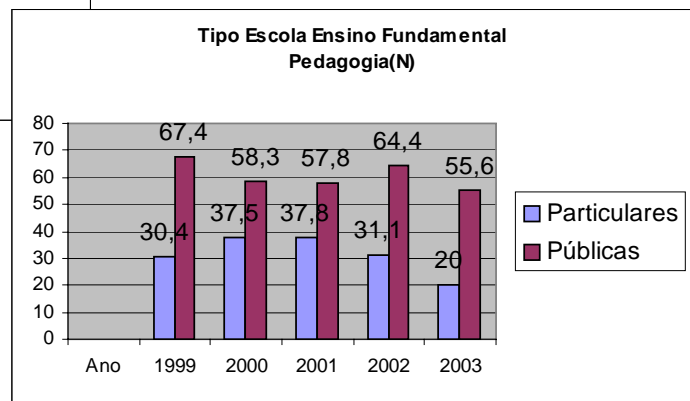
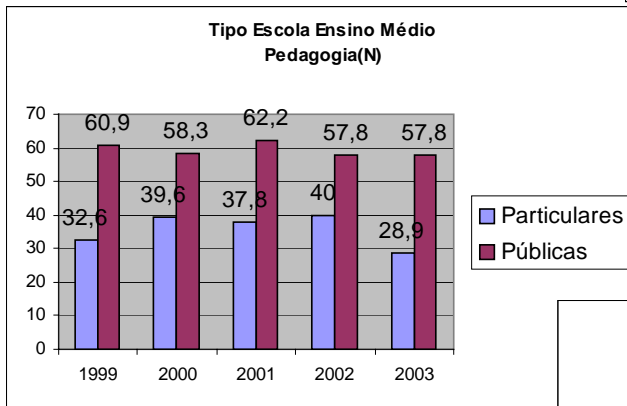
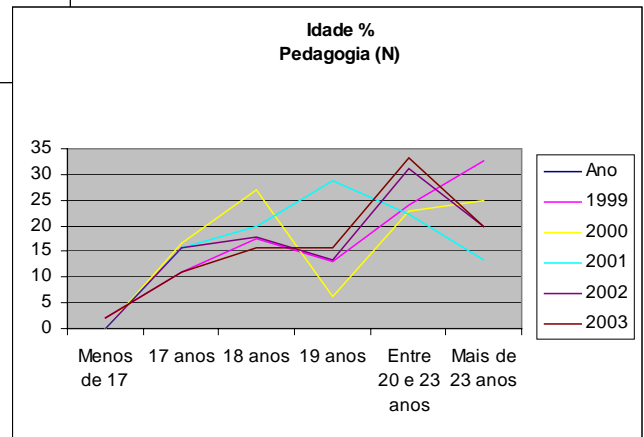
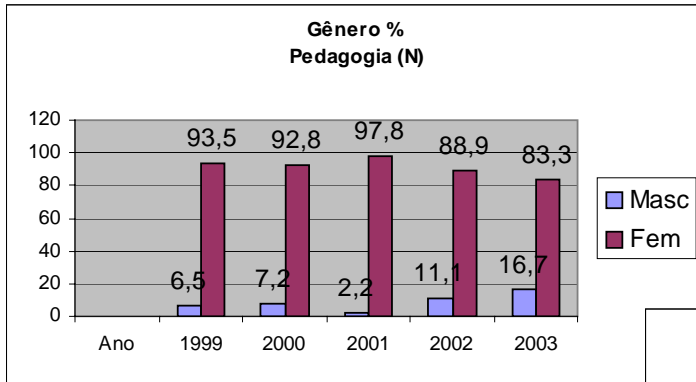
- A grande maioria é do sexo feminino (93%). Com relação à idade, a maior concentração de ingressantes se encontra na faixa entre 17 e 18 anos,
- Quanto ao tipo de escola de Ensino Fundamental cursada, em 1999 e 2000 cerca de 95,2% dos estudantes vieram de escolas particulares. Já em 2001, a maioria (58%) cursou o Ensino Fundamental em escolas públicas. A situação volta a se reverter nos anos seguintes, e cerca de 61% são oriundos de escolas particulares,
- Sobre o tipo de escola do Ensino Médio, a maioria (média de 64%) cursou escolas particulares. O mesmo acontece com relação ao tipo de curso do Ensino Médio: a maioria cursou o ensino comum e não o ensino técnico.
- Fizeram curso pré-vestibular mais da metade dos alunos, até o ano de 2002. Em 2003 as estatísticas apontam que 43% dos ingressantes fizeram cursinho e 47% não,
- Uma média de 66,4% dos alunos não trabalhavam na época em que ingressaram no curso,
- Somente a partir do ano de 2003 é que a variável “cor ou raça declarada” passou a fazer parte do questionário da Comissão de Vestibulares. Nesse ano, a maioria (82,2%) dos ingressantes se declarou de cor branca. Não houve declaração de alunos da raça negra.

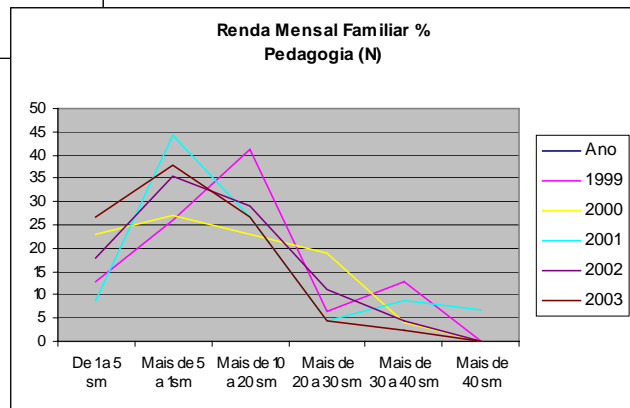
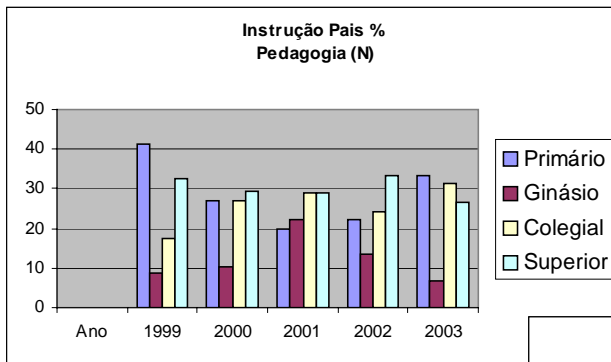
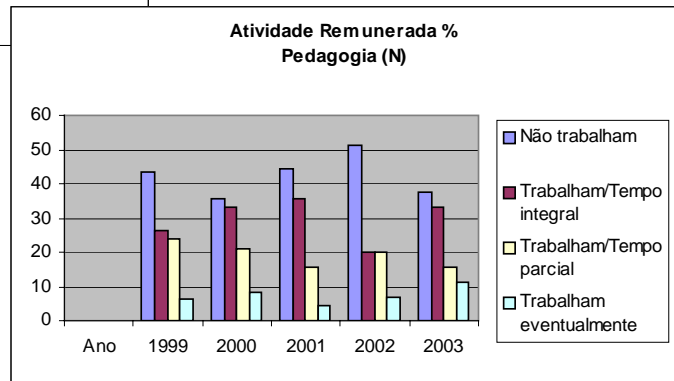
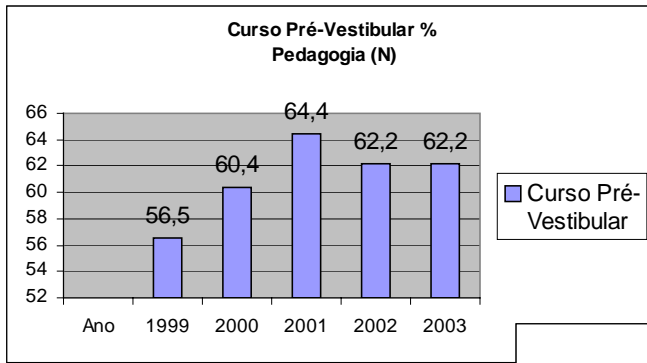




Curso Pedagogia Noturno

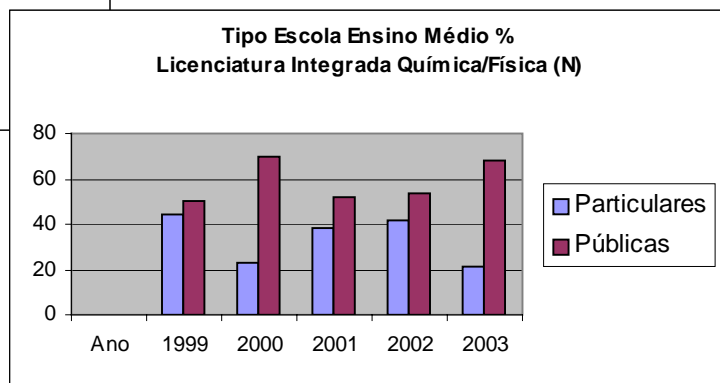
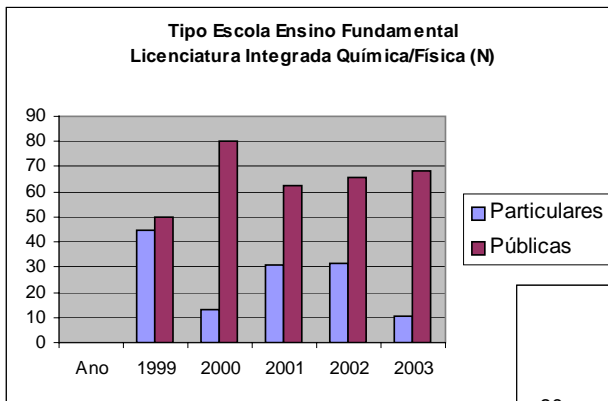
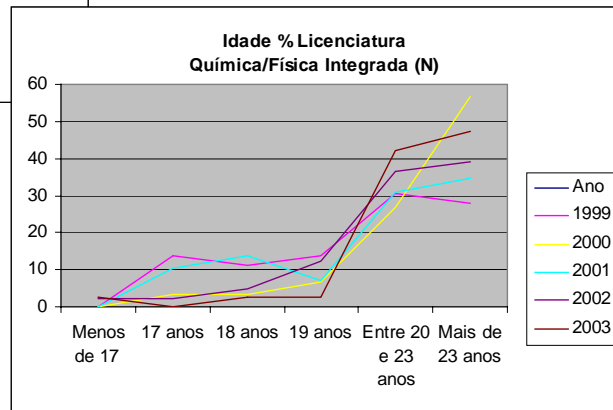
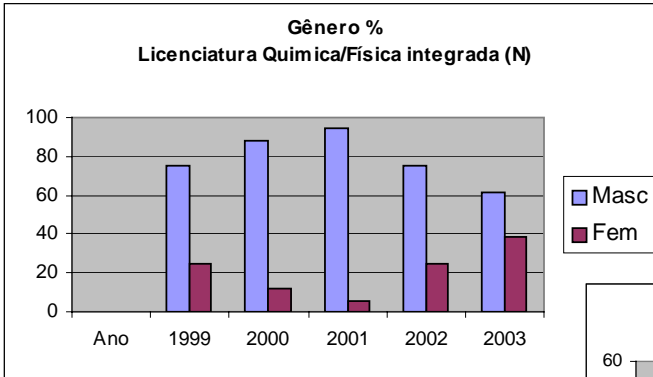
- A grande maioria (mais de 90%) dos ingressantes é do sexo feminino. Quanto a faixa etária, em 1999, a maioria (33%) tinham mais de 23 anos; em 2000, 27% tinham 18 anos; a maioria (29%) tinha 19 anos quando ingressou no curso em 2001; a maioria tem entre 20 e 23 anos nos dois anos seguintes,
- Quanto ao tipo de escola do Ensino Fundamental, a maioria (60,6%) dos alunos do curso de Pedagogia noturno são provenientes de escolas públicas. Uma boa parte dos alunos fez o Ensino Médio comum, embora cerca de 18% vieram do Ensino técnico, alguns do Magistério, outros de cursos técnicos (química, administração...),
- Cerca de 60% dos ingressantes no curso de Pedagogia Noturno fez o Ensino Médio em escolas públicas. Porém 61% do total de alunos fizeram curso pré-vestibular,
- Uma média de 41,8% não trabalhava na época em que ingressou no curso. E 29% trabalhavam em tempo integral,
- 82,2% dos ingressantes declararam ter a cor branca, e 2,2% da cor negra.

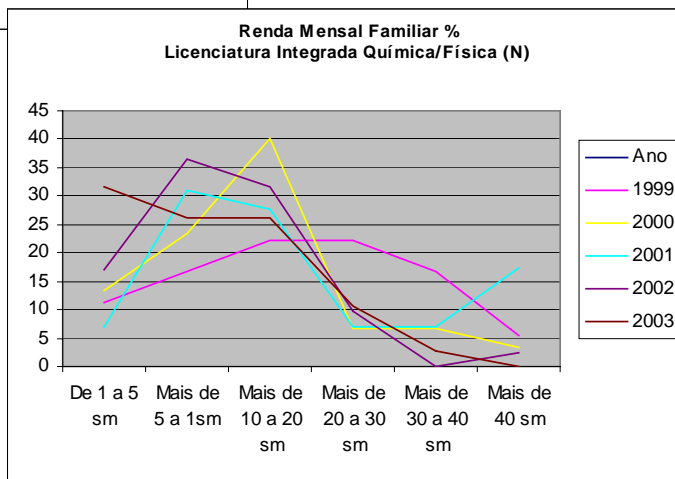
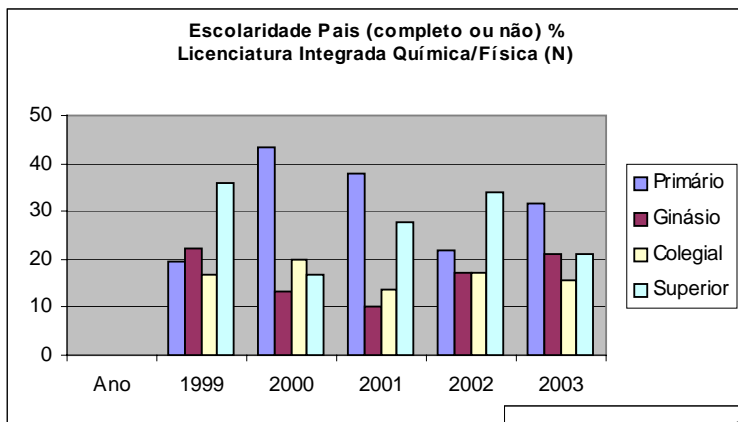
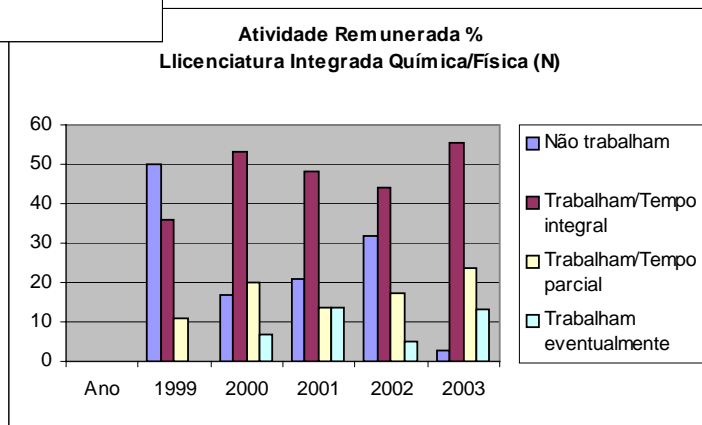
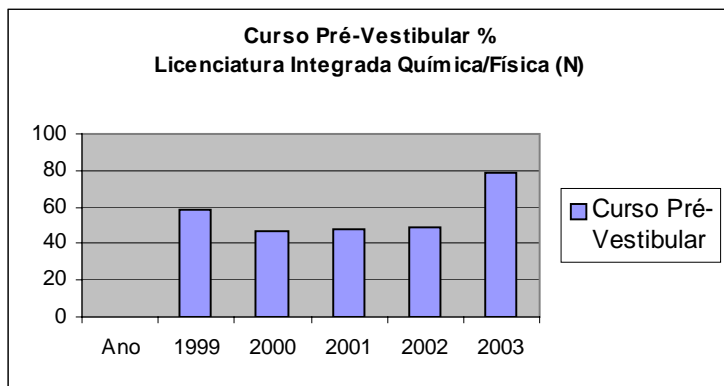




Curso Licenciatura Integrada em Química e Física

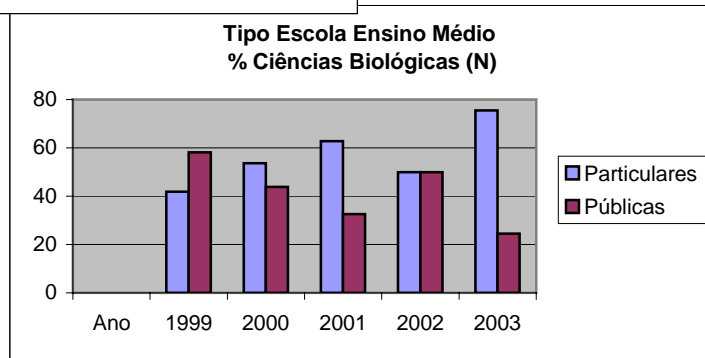
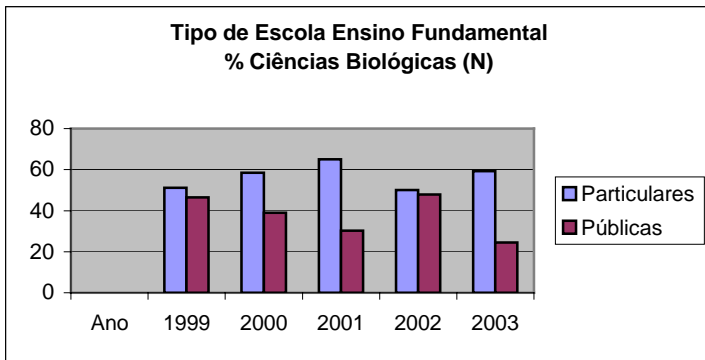
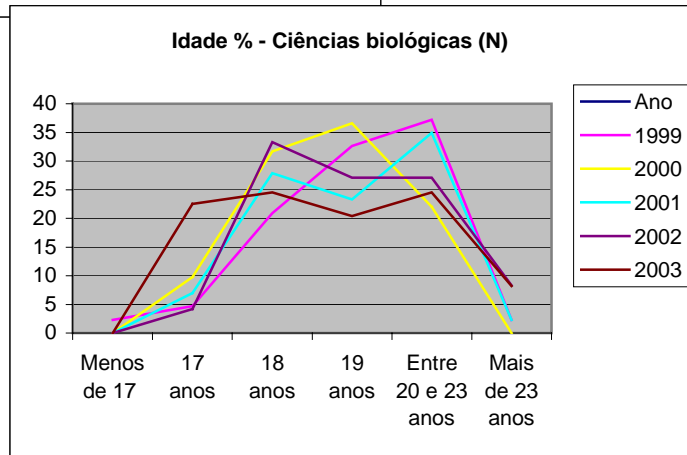
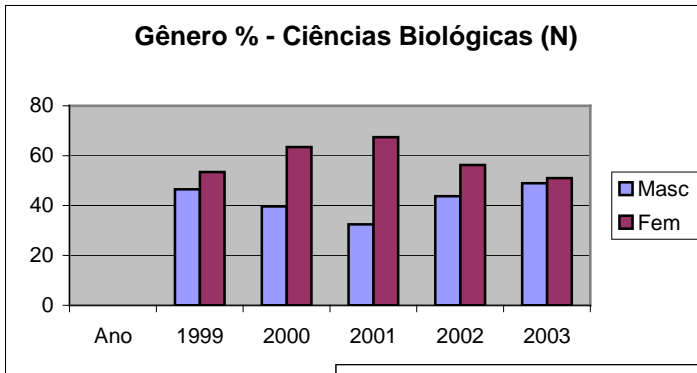
- Entre 1999 e 2002, a grande maioria (cerca de 83,5%) dos ingressantes era do sexo masculino. Já em 2003, a porcentagem de alunas aumentou para 38,2%. Quanto à idade, a grande maioria dos alunos está entre 20 a 23 anos (34%) e com mais de 23 anos (41,4%),
- Mais da metade dos alunos do curso fizeram o Ensino Fundamental na escola pública; em 2000 esse índice chegou a 80% e em 2003 a 70%,
- O mesmo acontece com o Ensino Médio. A maior parte fez o Ensino Médio na escola pública. Nos anos de 2000 e 2003 os índices foram de 70% de alunos oriundos de escolas públicas,
- Até 2001 a metade dos ingressantes tinha feito curso pré-vestibular. A partir de 2003, quase 80% dos alunos frequentou cursinhos,
- Em 1999, 50% dos estudantes não trabalhavam na época do vestibular; e trabalhavam em tempo integral 36,1%. Já em 2000, 53% trabalhavam em tempo integral e 20% em tempo parcial. Os dados praticamente se mantêm até 2002. Já em 2003 apenas 2,6 dos alunos não trabalhavam; 55,3% trabalhavam em tempo integral e 23,7% em tempo parcial.
- Em 2003, 81,6% dos ingressantes se declararam de cor branca e 7,9% da cor negra.

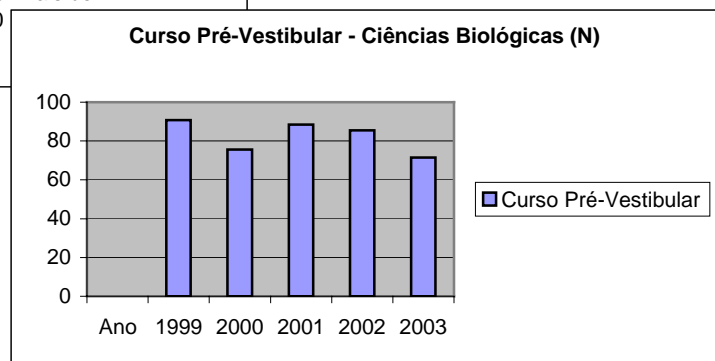
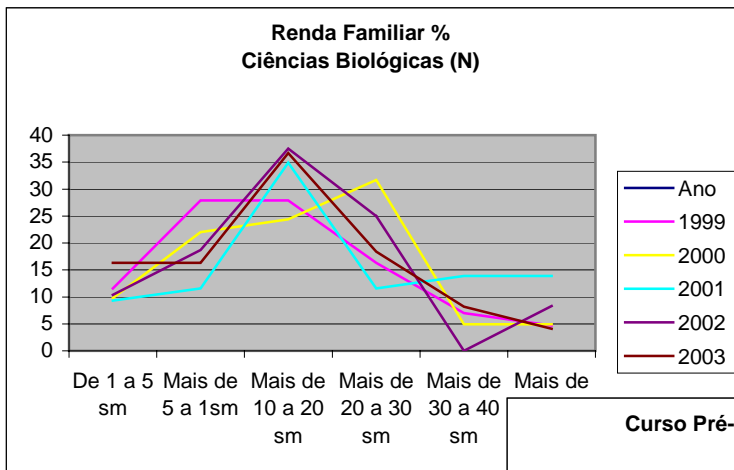
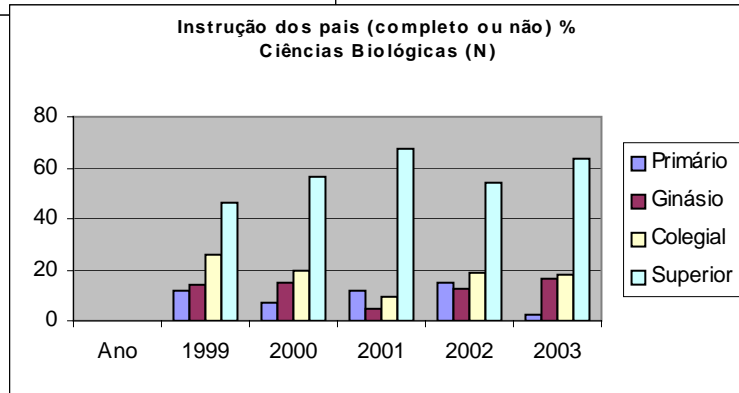
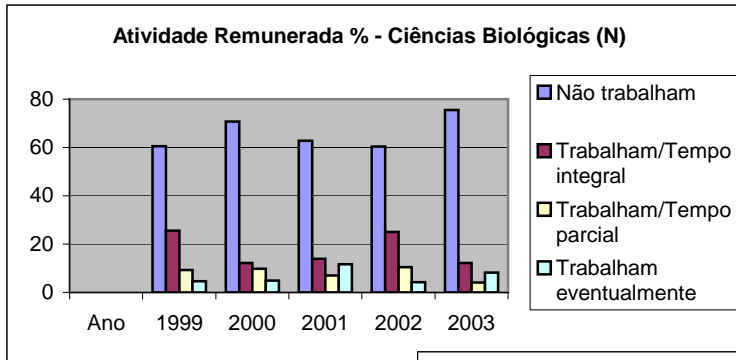




Ciências Biológicas Noturno

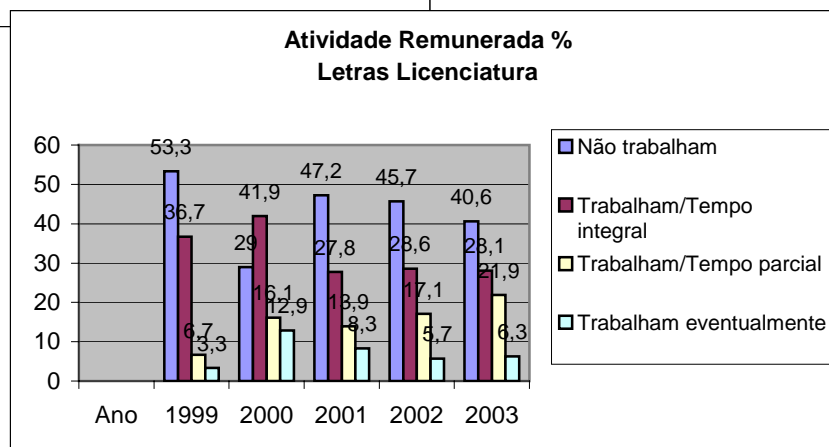
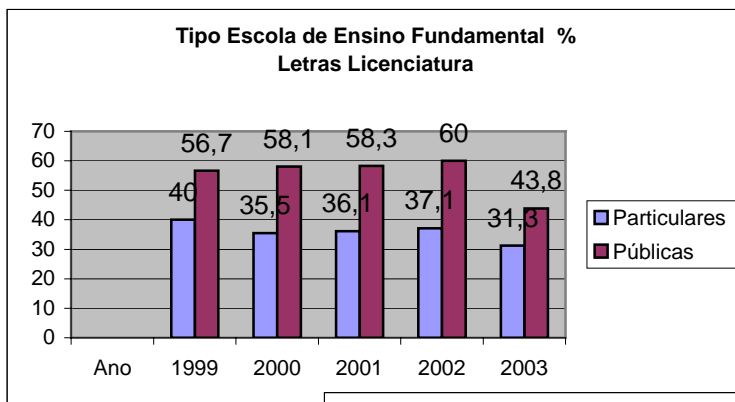
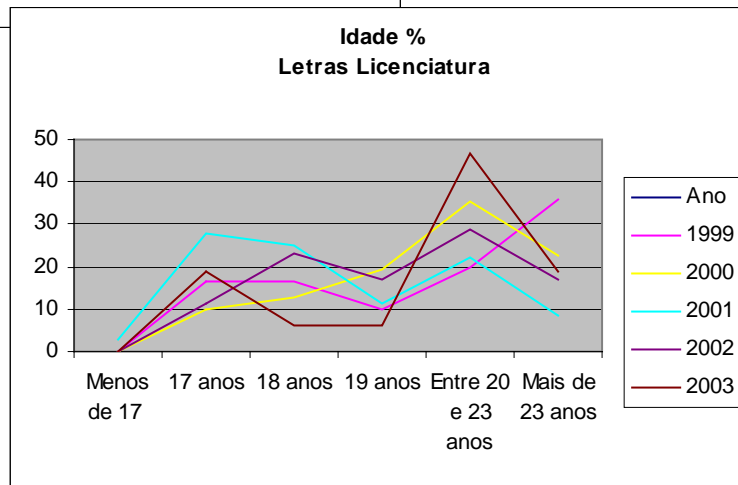
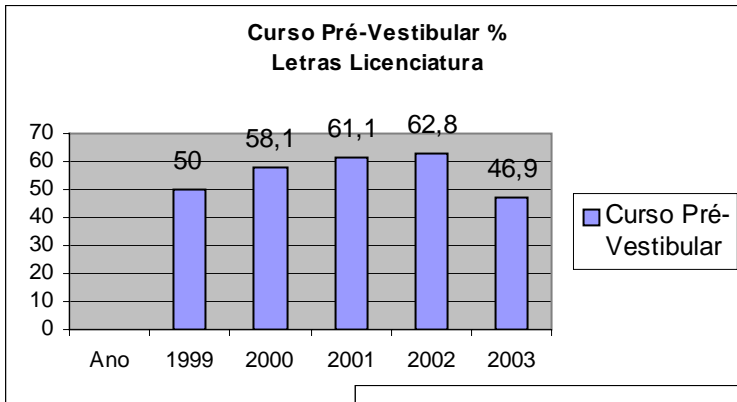
- Há pouca diferença entre os sexos durante os anos de 1999, 2002 e 2003, prevalecendo o sexo feminino. Nos anos de 2000 e 2001 a porcentagem de mulheres aumentou, representando 63,% e 67,5% respectivamente.
- A característica faixa etária dos alunos ingressantes corresponde às idades entre 18 e 23 anos.
- No período de 1999 a 2003, apenas nos anos de 2001 e 2003 a porcentagem de ingressantes vindos de escolas do ensino médio particulares foi significativamente maior, 62,8% e 75,5% respectivamente. A porcentagem de ingressantes que realizaram o ensino fundamental em escolas particulares têm um número significativo nos anos de 2000, 2001 e 2003, sendo 58,5%, 65,1% e 59,2% respectivamente.
- Sobre o tipo de ensino médio, observa-se que a maioria veio de escolas comuns, com a média de 72,16% dos alunos.
- Há um alto número de ingressantes (média de 82,3% nos quatro anos) que realizaram cursos pré-vestibulares para ingressar no curso.
- Referente a atividade remunerada dos ingressantes, constata-se que a maioria não trabalha (média de 65,98%).
- 85,7% se declararam de cor branca. 10,2% de cor parda e 4,1% de cor amarela. Ninguém se declarou negro e indígena.

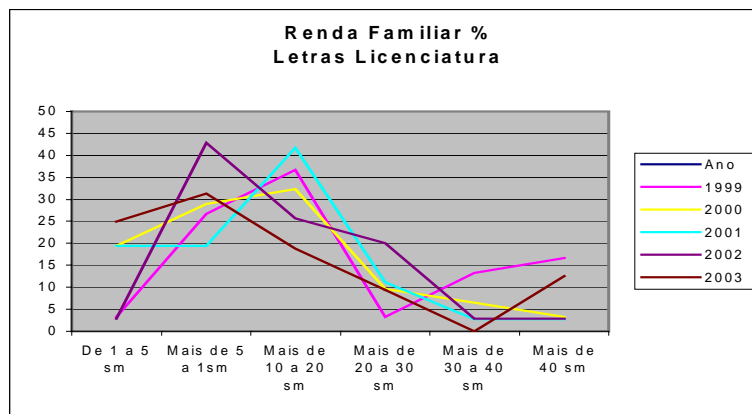
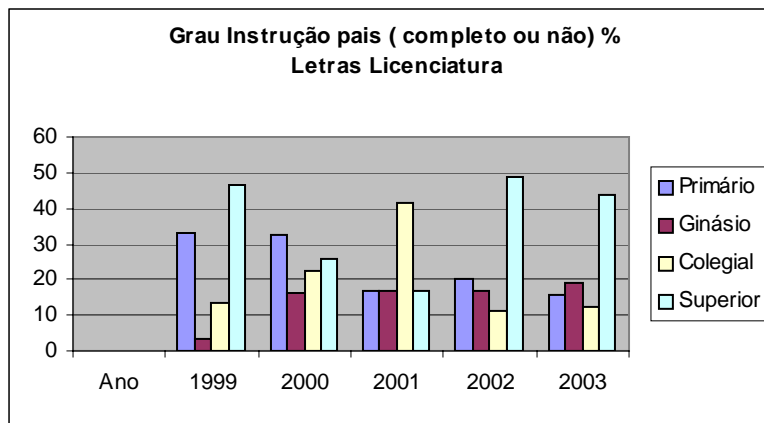
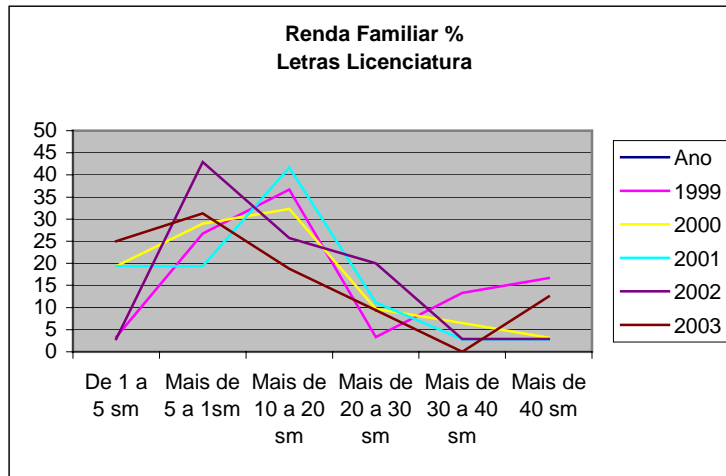




Letras Licenciatura Noturno

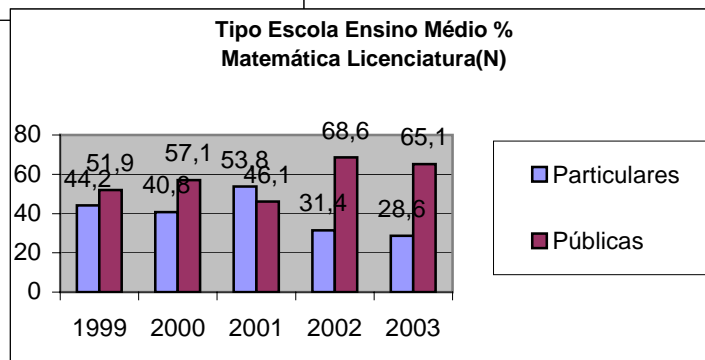
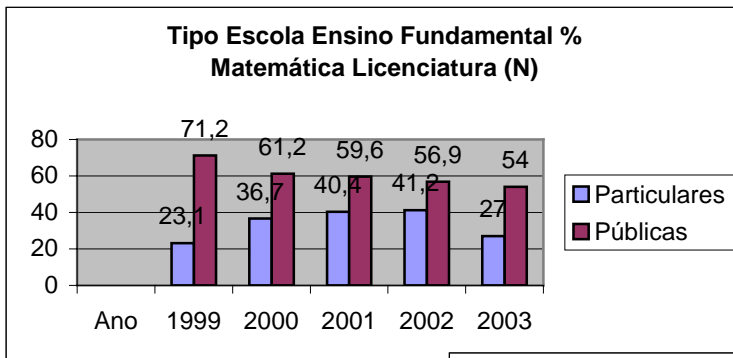
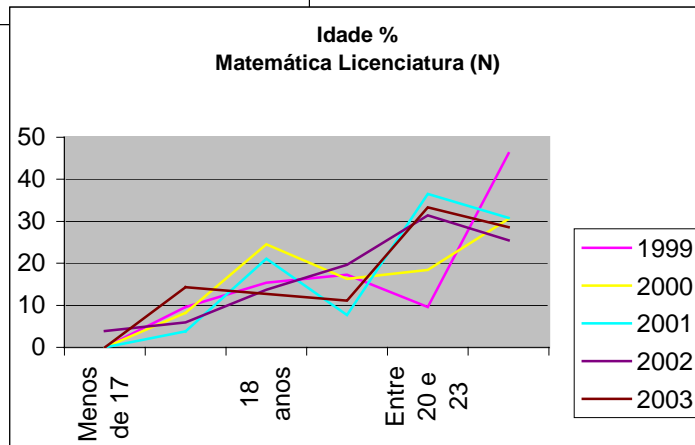
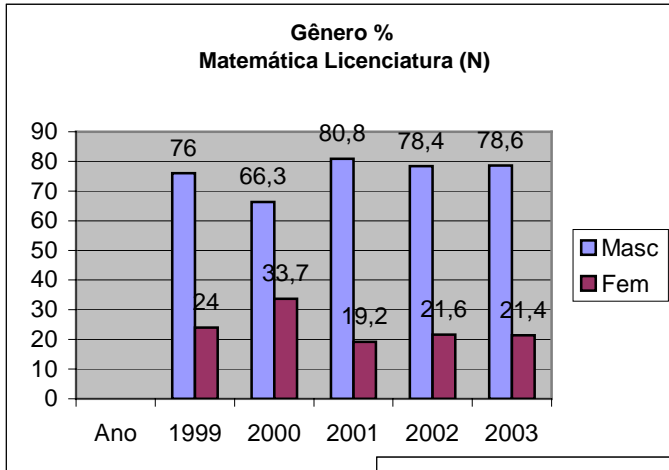
- Nos anos de 2000, 2001 e 2002, o número de ingressantes do sexo feminino foi maior que do sexo masculino, com a porcentagem de 64,5%, 73,6%, 74,3%, respectivamente. Nos anos de 1999 e 2003, não houve grande diferença no percentual. Cabe colocar que apenas no ano de 1999 o percentual masculino foi superior (53,3%)
- No período avaliado, a faixa etária predominante de ingressantes está entre 20 e 23 anos, com a maior porcentagem no ano de 2003 (46,9%).
- Em todos os anos, a maioria dos estudantes ingressantes (média de 90%) realizou o ensino fundamental em escolas públicas. Já com relação ao ensino médio, há uma oscilação entre as duas variantes (públicas e particulares). Nos anos de 1999 e 2002, há uma maior porcentagem de alunos vindos de escolas particulares (60% e 51,4%), Nos anos de 2000 e 2001, houve um número significativo de alunos vindos de escolas públicas (64,5% e 61,1%). Em 2003 não foi grande a diferença. Em ambas as redes escolares, a maioria dos ingressantes — uma média de 67,04% — realizou o seu ensino médio em cursos comuns não profissionalizantes.
- No período todo, há uma média de 55,78% (considerando esses quatro anos) de alunos que fizeram curso pré-vestibular.
- Apenas no ano de 2000, o número de ingressantes que trabalham em tempo integral foi maior (41,9%). Nos outros anos, o número de estudantes que não trabalham se destacou (média de 46,7%).
- Durante todo o período analisado, 84,4% declararam ter cor branca, 6,3% se declararam pardos, 6,3% se declararam de cor amarela.

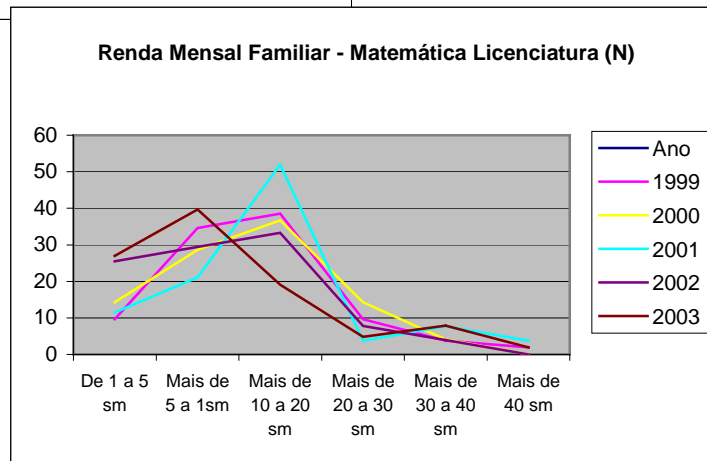
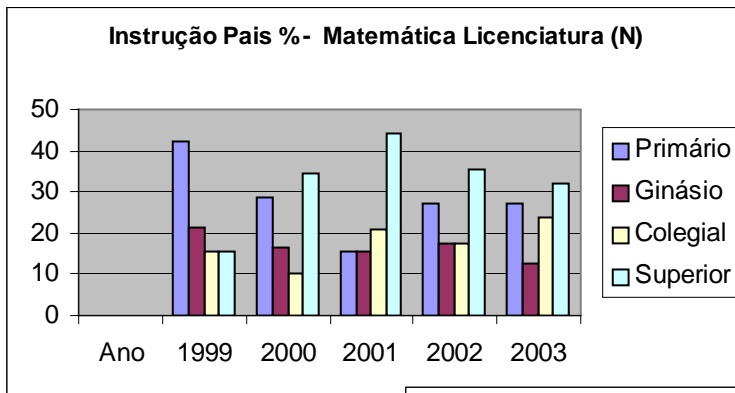
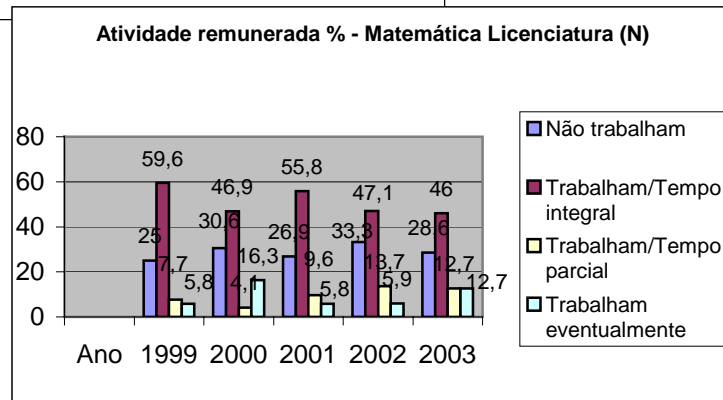
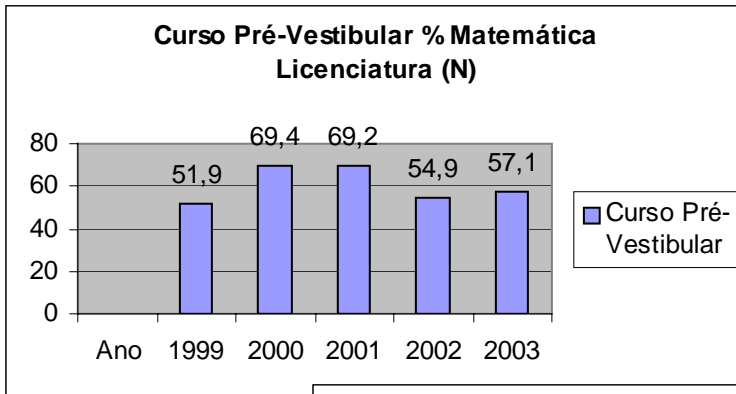




Matemática Licenciatura Noturno

- De acordo com os dados do período, observa-se uma predominância de ingressantes do sexo masculino, com uma média de 76,02%.
- Nos anos de 2001, 2002 e 2003 houve predominância de ingressantes na faixa etária entre 20 e 23 anos, Enquanto nos anos de 1999 e 2000 houve um maior percentual na faixa etária acima de 23.
- Em todos os anos, uma média de 60,78% veio do ensino fundamental de escolas públicas. , , representa a maioria Porém, com relação ao ensino médio, 2001 foi o único ano em que a maioria de alunos veio de escolas particulares: 53,8%.
- Nos anos de 1999, 2000 e 2003, houve uma predominância de alunos vindos de colégios técnicos, com 55,08%, 51% e 50,8%, respectivamente, havendo, porém, um balanceamento entre alunos provenientes de escolas comuns e de escolas técnicas.
- No período desses quatro anos, há uma média de 60,5% de alunos que fizeram curso pré-vestibular.
- Em todos os anos, o percentual de alunos que trabalham foi superior, com uma média de 51,08%.





Os impactos do Programa de Iniciação Científica na formação dos alunos

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC — é um programa do CNPq, através do qual a Pró-Reitoria de Pesquisa da Unicamp obtém anualmente uma quota institucional de Bolsas de Iniciação Científica. As bolsas dessa quota têm período de vigência de doze meses, iniciando-se no mês de agosto de cada ano. A quota é distribuída, de acordo com critérios de mérito acadêmico, por um Comitê Assessor composto por docentes da Unicamp. Esse mesmo Comitê Assessor acompanha o desenvolvimento dos bolsistas através de relatórios semestrais e da apresentação obrigatória, pelos alunos bolsistas, dos trabalhos por eles elaborados, no Congresso Anual de Iniciação Científica da Unicamp.

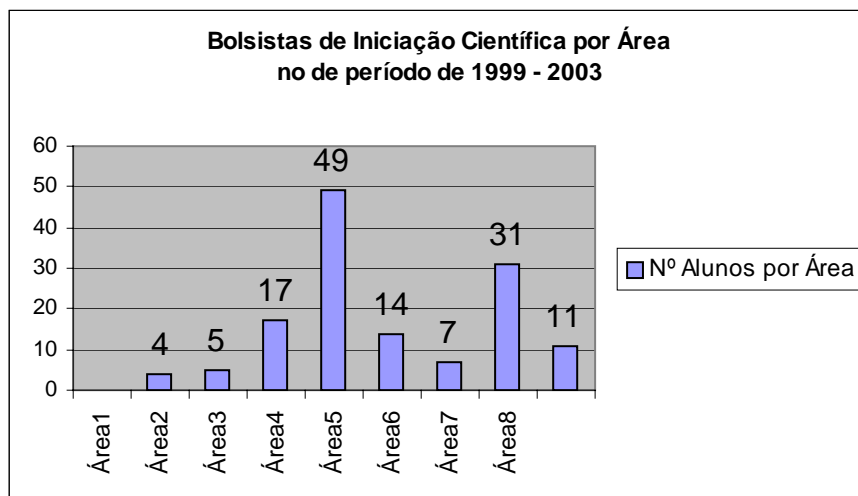
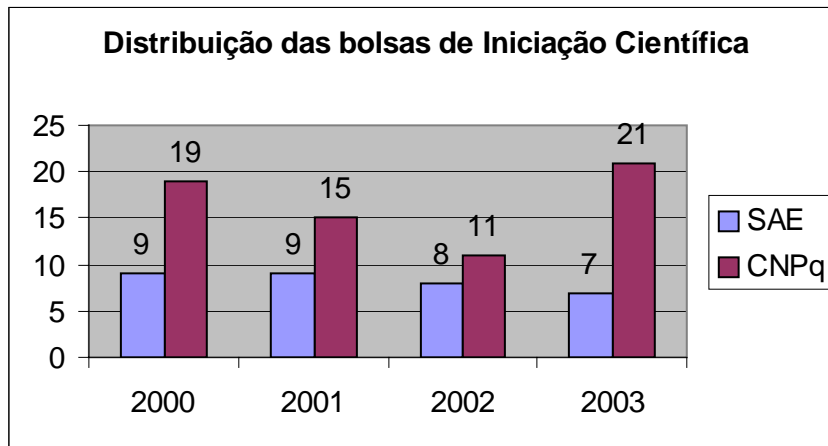
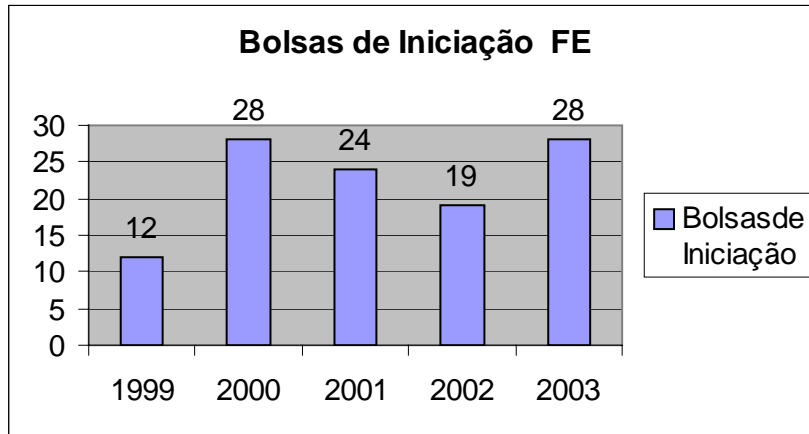
Além das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq – e das bolsas oferecidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp —, a Unicamp possui um programa de bolsas com recursos próprios, através do Serviço de Apoio ao Estudante, SAE.

A Faculdade de Educação tem recebido e incentivado vários projetos de alunos de graduação dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura, distribuídos nas suas oito áreas de pesquisa:

- Área 1 – Políticas de Educação e Sistemas Educativos,
- Área 2 – Educação, Ciência e Tecnologia,
- Área 3 – História, Filosofia e Educação,
- Área 4 – Ensino, Avaliação e Formação de Professores,
- Área 5 – Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação,
- Área 6 – Educação Matemática,
- Área 7 – Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte,
- Área 8 – Educação, Sociedade, Política e Cultura.

O número de bolsas de iniciação científica deste período em análise indica que o currículo atual dos cursos de Pedagogia e de Licenciatura Integrada tem incentivado não apenas a participação dos alunos em projetos de pesquisa, bem como um maior aproveitamento dessas pesquisas para a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso.

Os gráficos a seguir mostram o número de bolsas de iniciação científica entre 1999 e 2003:



Análise de impactos da Iniciação Científica (IC), na visão dos professores da FE

Para avaliar o impacto da Iniciação Científica (IC) na formação dos alunos, segundo a opinião dos professores da Faculdade de Educação, procedemos a um levantamento junto aos 35 docentes que tiveram orientandos nos últimos 5 anos.

O levantamento foi realizado através de um questionário, elaborado a partir dos dados da Dissertação de Mestrado “A Iniciação Científica na Formação do Universitário”, de Jamile C. A. Bridi (2004). Os resultados do trabalho, que serviram de base para a elaboração do questionário submetido aos professores da FE, revelaram que alunos e professores-orientadores de Iniciação Científica apresentaram três áreas principais de impacto da IC na formação do alunos: área acadêmica, profissional e pessoal. Na área acadêmica, os dados apontaram benefícios em quinze aspectos da vida estudantil. Na área profissional, foram mencionados seis aspectos como sendo os mais beneficiados pela IC e, na área pessoal, dez aspectos.

O questionário, enviado por *e-mail* aos professores da FE, abrangeu a totalidade dos aspectos apontados nessas áreas e a resposta aos itens do questionário foi procedida *on-line*, na configuração de escala valorativa, com as opções: concordo, discordo e não observado. Com a finalidade de levantar a mais ampla percepção dos professores quanto aos impactos da IC, foram oportunizados, em cada alternativa, espaços para o professor completar seu pensamento ou apresentar nova consideração.

Responderam ao questionário 20 professores que, ao todo, marcaram 445 opções, na seguinte distribuição: 239 opções na área acadêmica, 132 na área pessoal e 74 na área profissional.

De forma geral, os professores apresentam a área acadêmica como a que mais se beneficia da vivência da Iniciação Científica, ou seja, embora as outras duas áreas também revelem ganhos com a experiência, é na área acadêmica que a IC tem maior impacto, segundo a visão desses professores. Também é nessa área que há maior concordância entre os professores sobre quais os aspectos mais beneficiados pela IC, pois todos os quinze aspectos ali listados tiveram alta porcentagem da resposta “concordo”. Em sete deles houve total concordância dos professores (100% de respostas ao item). Estes foram os aspectos considerados:

- favorece uma formação mais abrangente;
- permite formação diferenciada voltada para a pesquisa;
- possibilita que o aluno estude um tema de seu interesse;
- leva o aluno a ser mais ativo na busca de conhecimentos;
- promove o contato com trabalhos científicos;
- cria condições para a participação em eventos científicos e publicações;
- favorece a sistematização das leituras.

É interessante apresentar alguns depoimentos quanto a esses itens, expressos pelos professores nos espaços propiciados para considerações.

A possibilidade de fazer IC dá um diferencial de qualidade na formação do aluno, em qualquer área.

Orientar bolsista de IC é extremamente importante, formando alunos que conseguem articular ensino e pesquisa e avançar significativamente na sistematização de seus estudos.

A IC articula os conteúdos institucionais com a síntese crítica do aluno/pesquisador.

Embora assinalando o item “concordo”, quanto à IC fornecer uma formação mais abrangente, um professor expressou que “a formação mais abrangente depende em parte da forma como o

orientador entende pesquisa na graduação e do grau de autonomia que o estudante desenvolve no seu processo de realização da iniciação científica”.

Outros três itens relativos à área acadêmica tiveram um percentual de 94,1% de respostas. São eles: “possibilita aquisição de conhecimento científico específico”, “proporciona o aprendizado de metodologia científica” e, “promove o aprendizado de pesquisa bibliográfica”.

Quanto aos depoimentos dos professores, um deles afirmou que a aprendizagem da metodologia científica é “fundamental para quem quer seguir carreira de pesquisador ou manter-se como um docente-pesquisador”. No entanto, um professor assinalou que discorda da possibilidade de aquisição de conhecimento científico específico e um outro discorda que a IC promova o aprendizado de pesquisa bibliográfica.

Dois outros itens tiveram 88,2% de respostas: “possibilita uma maior integração com a instituição” e “desenvolve a habilidade de escrita do aluno”. Referindo-se ao primeiro item, um professor acentuou que a integração com a instituição é favorecida “plenamente e o pesquisador-aluno passa a manejar os meios materiais e institucionais para a pesquisa”. Quanto à questão da escrita, os professores manifestaram:

Este item é extremamente importante para o caso de alunos de Licenciatura em Matemática, uma vez que eles têm poucas oportunidades, em disciplinas específicas, de escrever.

Exige uma formalização mais adequada ao relatório científico, embora não altere a qualidade estilística de cada pessoa.

No entanto, um professor discorda e acredita que a habilidade de escrita “deveria ser encargo de qualquer disciplina”.

Os últimos três itens da área acadêmica tiveram 82,4% de concordância nos seguintes aspectos: “desenvolve maior motivação em relação ao curso” (dois professores assinalaram não ter observado esse aspecto), “melhora o desempenho no curso de graduação” e “possibilita uma maior aproximação com professores qualificados” (dois professores não observaram esses últimos aspectos, e um não os respondeu).

Alguns dos depoimentos relativos a esses itens reforçam a percepção do seu impacto na formação do aluno:

Tive orientandos da Pedagogia que nem queriam mais ser professores e, a partir da iniciação científica, se apaixonaram novamente pela escola.

Pela minha experiência, como os trabalhos de iniciação são de educação matemática, entendo que existe uma mudança de postura na forma como o aluno se relaciona com o curso de graduação. Entretanto, particularmente nas disciplinas do Instituto de Matemática, nem sempre existe uma melhora de desempenho.

Não gosto do uso do termo qualificado. Acredito que o aluno estabelece uma relação mais próxima com o orientador, seu grupo de pesquisa e sua área temática. Dessa forma, ele tem contato com professores, com alunos de pós-graduação da área e do grupo, o que, sem dúvida, é extremamente importante para a sua formação profissional.

Quanto à área profissional, não houve total concordância em qualquer um dos seis aspectos listados. O aspecto mais apontado, com 94,1%, foi “enriquece o currículo profissional”o qual, embora esteja voltado para a área profissional, tem uma estreita relação com a área acadêmica. O segundo aspecto mais acordado entre os professores foi o aspecto “prepara o aluno para a pós-graduação” com 88,2%.

Os aspectos “possibilita definir uma área de interesse” e “possibilita contatos com profissionais da área” tiveram, respectivamente, 76,5% e 70,65 de concordância. Quatro professores se manifestaram contrários aos dois aspectos.

Nessa área, os aspectos “proporciona um direcionamento na carreira” (58,8%) e “desenvolve a habilidade de relacionamentos” (47,1%) receberam menor índice de concordância, embora somente dois professores tenham mencionado não concordar com o item. A maior manifestação dos professores foi a de não ter observado esses aspectos (seis professores).

Os depoimentos transcritos abaixo revelam o pensamento dos professores quanto a esses dois itens:

Há inúmeros fatores intra e extra-acadêmicos que fornecem direcionamentos para a carreira.

Nem sempre. Para muitos alunos isso realmente acontece.

Depende das características pessoais dos alunos.

Quanto à área pessoal, os itens “proporciona satisfação pessoal” e “desenvolve a responsabilidade” foram os mais acordados, com 94,1%. Apenas um professor apontou não ter observado o item, mas não houve manifestação de não-concordância com o item.

Dois outros aspectos também não tiveram discordância, mas 88,2% manifestaram-se de acordo com os itens: “favorece o desenvolvimento da maturidade” e “desenvolve a autonomia”. Dois dos professores pesquisados apontaram não ter observado os itens. Na percepção de um professor, esses itens tinham grande relação entre si:

Não sei se é maturidade, pois isto a própria formação acadêmica proporciona, mas acredito que o melhor termo seja “autonomia”.

O item que teve maior número de “não concordo” e de “não observado”, com três menções de professores em cada um dos dois posicionamentos, foi “desenvolve a criatividade”: 64,7% foi o índice de acordo quanto a esse aspecto.

Outros três aspectos tiveram 76,5% de concordância: o item “desenvolve uma postura crítica” teve duas manifestações de desacordo e duas de “não observado”; e os itens “favorece uma maior desenvoltura pessoal” e “leva o aluno a aprender a enfrentar desafios” tiveram uma discordância e três “não observado”.

Depoimentos dos professores em relação a esses itens mencionaram que a postura crítica “depende da área temática e dispositivos políticos da relação de orientação” e que aprender a enfrentar desafios através da iniciação científica “vai depender do nível de desafio proporcionado pela experiência”.

Majoritariamente, é na área acadêmica que os professores percebem melhor os impactos e a contribuição da iniciação científica na formação do aluno. O índice de acordo entre eles nessa área é de 93,7%, contra 77,6% na área pessoal e 72,5% na área profissional.

Já as discordâncias foram maiores na área pessoal, com 5,9%, seguida da área profissional, com 4,9% e bem pequena na área acadêmica: 1,2%.

Os professores manifestaram que a área onde é mais difícil perceber os impactos da iniciação científica na formação do aluno é a profissional. Um sinal disso é que 19,6% apontaram que os itens dessa área não foram observados. A área pessoal tem 15,3% de informes sobre a não-observação dos itens, e apenas 3,9% dos professores apontaram não terem observado os aspectos listados nos itens da área acadêmica.

Em toda a pesquisa, foi muito baixo o índice de itens sem resposta. A área profissional teve 2,9% e as áreas pessoal e acadêmica tiveram 1,2% cada uma.

Acreditamos que o levantamento proporcionou um quadro claro sobre os impactos da iniciação científica na formação do aluno.

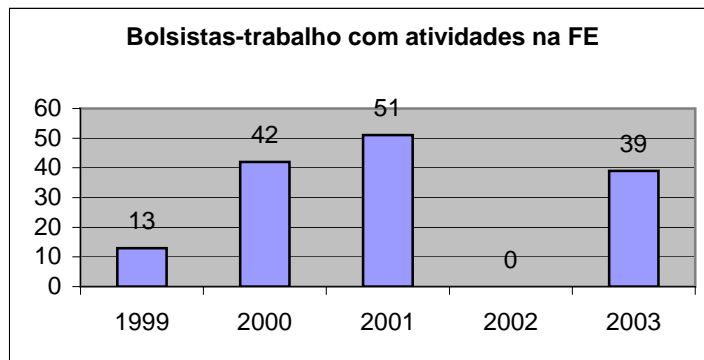
Os impactos do programa Bolsa-Trabalho e outras modalidades de apoio aos alunos

A Faculdade de Educação tem colaborado com os estudantes, tanto no que compete à liberação de possíveis verbas para participação de estudantes em Congressos, etc., quanto no apoio relativo à organização e estrutura de eventos, seminários abertos, palestras, oficinas.

Além disso, o Programa Bolsa-Trabalho do SAE – Serviço de Apoio ao Estudante – é um dos muitos programas oferecidos para apoio e orientação aos alunos. Dentre esses programas constam: serviços de orientação jurídica, psicológica e educacional; bolsas pesquisa, bolsas auxílio, bolsa alimentação e bolsa transporte; moradia estudantil. O SAE procura atender o aluno em suas necessidades, para que este possa desenvolver suas atividades acadêmicas, visando a excelência na sua formação integral, com ética e responsabilidade.

Muitos alunos da FE têm participado do Programa Bolsa-Trabalho do SAE, cujo objetivo principal é colaborar com o estudante de graduação em dificuldade socioeconômica, cuja família não tenha condições de mantê-lo na Universidade. Em contrapartida, o bolsista trabalhará 15 horas semanais em unidades da Unicamp, em compatibilidade com o horário escolar. Tais bolsistas têm, como acréscimo, a oportunidade de contato com a experiência do trabalho.

Nos gráficos a seguir podemos verificar o número de alunos da FE que foram beneficiados com o programa e também os bolsistas que a Faculdade recebeu no período compreendido entre 1999 e 2003:



O Programa PAD e seus reflexos no ensino de graduação

O PAD – Programa de Apoio Didático — (exclusivo aos alunos de graduação regularmente matriculados) é coordenado pela PRG – Pró Reitoria de Graduação —, através da Comissão de Apoio Didático. Essa Comissão é formada por um representante de cada uma das Unidades de Ensino da Unicamp.

O bolsista atua basicamente no auxílio a determinada(s) disciplina(s) de graduação, dentro e fora de sala de aula, em atividades como: auxílio na preparação de aulas e de material didático; aulas de reforço (teóricas e de laboratórios); correção de listas de exercícios; etc., possibilitando assim um melhor aproveitamento da(s) disciplina(s) envolvida(s), bem como um maior desenvolvimento acadêmico do bolsista no seu curso de graduação.

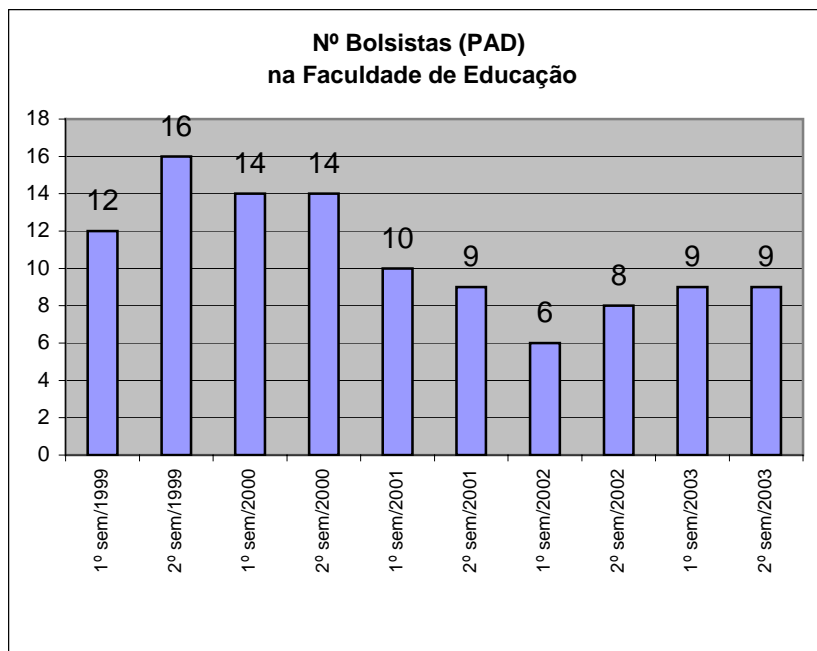
O Programa tem tido boa receptividade dos alunos de graduação da Faculdade de Educação, o que se comprova pelas avaliações discentes de disciplinas de graduação com o bolsista PAD, em que são comuns comentários como:

Os monitores desse semestre tiveram uma participação enriquecedora. (aluno(a) Pedagogia 1º ano diurno – 2º semestre 2003).

O monitor foi essencial para a disciplina. (aluno(a) Pedagogia 3º ano noturno – 2º semestre de 2003)

O bolsista PAD foi atencioso e teve participação importante no curso. Faltou comunicação entre bolsista e professor. (aluno(a) de disciplina eletiva – 2º semestre de 2003).

O gráfico a seguir mostra o número de bolsistas PAD (número de disciplinas atendidas pelo Programa) da FE, no período entre 1999 e 2003:



A redução do número de bolsistas a partir do 1º semestre de 2001 deve-se ao fato de a PRG ter diminuído o número de bolsas, de acordo com a verba disponível das disciplinas que serão atendidas pelo Programa de Apoio Didático.

Na FE o Programa tem priorizado:

- as disciplinas dos primeiros anos;
- as disciplinas do período noturno;
- as disciplinas nas quais o docente responsável assume mais de uma disciplina ou cargo administrativo.

Ao final do semestre letivo, o docente que recebeu o bolsista emite um relatório no qual descreve as atividades executadas e a avaliação do trabalho do aluno participante no Programa. As Coordenações de Pedagogia e de Licenciatura avaliam esses pareceres e enviam à PRG um relatório sobre o Programa.

Na FE, os bolsistas PAD devem, necessariamente, ter cursado a disciplina da qual desejam ser monitores. Isso favorece um melhor relacionamento entre docente responsável e estudantes. Do ponto de vista do bolsista, trata-se de uma vivência importante na formação, na medida em que permite a visão do desenvolvimento da disciplina e sua relação com a mesma; valoriza-a; e enriquece as relações de ensino-aprendizagem nela estabelecidas, possibilitando aos alunos – futuros professores – a vivência de todo o processo envolvido no ensino.

Na perspectiva dos professores, a presença do apoio didático na disciplina auxilia em todo o processo de construção/execução do plano, já que o bolsista participa da atualização da bibliografia e proposição de estratégias, das atividades em sala de aula, da orientação individualizada de alunos e grupos, da leitura de trabalhos e do processo de avaliação. Os docentes destacam a atuação dos bolsistas como facilitadores da relação professor-aluno. Docentes e alunos destacam a necessidade de continuidade do programa para o aprimoramento dos estudantes e para a melhoria de atendimento da disciplina, bem como sugerem insistentemente que o Programa de Apoio Didático seja ampliado.

Infra-estrutura para os Cursos Noturnos

Uma segunda meta definida pela Faculdade de Educação após a implantação dos cursos noturnos, que se expandiram ainda mais com a criação do PROESF, foi a melhoria da infra-estrutura para os cursos noturnos.

As unidades que mantinham cursos noturnos deparavam-se com a falta de funcionários no horário, resultando em fechamento da biblioteca, dos laboratórios e até da cantina, livraria e demais setores de apoio, na metade do período. O pequeno número de funcionários em cada unidade, aliado ao fato de que vários espaços permaneciam fechados, apresentava problemas de segurança e medo entre alunos, funcionários e professores.

A política de valorização dos cursos noturnos, defendida e implementada pela FE e assumida em parte pela universidade, garantiu o funcionamento de todos os setores de apoio à docência em horário completo, tendo sido duplicado o número de funcionários no período noturno – de 7 para 13 – que hoje recebem gratificação especial para se dedicarem ao período noturno. Toda a infra-estrutura de cantina, fotocópias e livraria passou a funcionar em período completo, desde finais de 2002.

Integração Graduação / Pós-Graduação

Um outro princípio historicamente defendido pela FE foi convertido em meta no período em questão. Trata-se da integração graduação / pós graduação, através da intensificação da pesquisa no âmbito da graduação.

A política de apoio aos grupos de pesquisa, aliada aos efeitos da última reforma curricular da Pedagogia, que elegeu a pesquisa como eixo curricular e criou os núcleos temáticos como forma de flexibilização e enriquecimento curricular, oportunizou a ampliação do espaço da pesquisa na graduação. A convivência de estudantes de graduação, de pós graduação, de bolsistas e professores no espaço dos grupos de pesquisa tem permitido trocas de muito bom nível para as pesquisas de todos os segmentos envolvidos. Tal política vem ao encontro da política dos órgãos de financiamento, os quais ampliaram o financiamento ao PIBIC – Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica. O número de bolsistas e o desempenho da iniciação científica e mesmo do Programa de Apoio Docente – PAD —, na FE, têm demonstrado a relevância dessa política para estudantes e para a sociedade em geral. Tudo isso vem se somar aos esforços para publicação da produção acadêmica de todos os níveis, na FE, o que tornará disponíveis os trabalhos para toda a comunidade.

O Programa de Estágio Docente – PED é outra iniciativa da Unicamp que tem proporcionado a articulação consistente e necessária entre graduação e pós-graduação, através do exercício da docência pelos doutorandos, assistidos pelos seus orientadores e professores das disciplinas de graduação.

Por fim, não podemos deixar de destacar que o período de 1999 a 2003 foi dedicado a estudos e discussões sobre a formação de professores na universidade; à regulamentação da profissão do pedagogo; e à reformulação dos cursos de licenciatura.

Essa agenda de discussão foi colocada pelas demandas externas, vindas do Poder Público, que elaborou novas diretrizes para os cursos de formação de professores e criou novas instâncias para essa formação; provenientes dos institutos e faculdades da própria Unicamp, que participam da formação de professores; apresentadas pelos estudantes, que reclamam mudanças em sua formação; apontadas pelas entidades que formam o campo da educação; e, também, assinaladas por toda a comunidade da FE, que ensaia a inserção de novas formas de tratar o conhecimento no currículo das diferentes licenciaturas.

Durante o ano de 2002, a FE, através de sua Coordenação de Licenciaturas, organizou um Fórum de Formação de Professores e promoveu a discussão do tema, envolvendo os coordenadores de graduação dos institutos e faculdades da Unicamp e os professores da FE. Os debates revelaram as diferenças de concepção presentes no interior da universidade, e mesmo da FE, assim como puseram à mostra conflitos de interesses e a própria complexidade do campo da formação de professores.

A compreensão dos conflitos e seus desdobramentos, nas universidades brasileiras, só poderá ser alcançada com estudos aprofundados sobre a reforma universitária de 1968 e seus efeitos na produção de conhecimentos e nas relações na área de humanidades. Tais estudos ainda estão por ser realizados, embora representem uma necessidade urgente para dar base aos novos projetos de formação de professores, em fase de elaboração.

O amplo processo de fragmentação por áreas, por disciplinas, perpassando hoje a formação de professores, tem colocado problemas delicados para a elaboração de currículos, definição de práticas e mesmo para o apontamento das responsabilidades relativas à formação dos profissionais da educação.

No ano de 2003, realizou-se um processo de negociação nos órgãos colegiados, em que, com seus pares, a universidade foi definindo responsabilidades e instâncias novas de decisão e análise do projeto de formação de professores da Unicamp. Assim, foi realizada uma mudança no Regimento Geral da Unicamp, que redefiniu a responsabilidade exclusiva da FE pelas licenciaturas

e permitiu que outras unidades de ensino e pesquisa que se dedicam à formação de professores possam propor cursos, ou em parceria com a FE, ou assumindo a total responsabilidade pelo curso. Para operacionalizar essa mudança regimental, foi criada, no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação, uma Subcomissão de Formação de Professores, composta por todos os coordenadores de graduação das unidades que participam ou oferecem licenciatura e dirigida por um presidente e um vice-presidente, indicados pela Faculdade de Educação e nomeados pelo Reitor da Universidade.

A principal função desse novo grupo é analisar os projetos de todas as unidades e encaminhá-los para aprovação nas instâncias superiores.

Neste momento, institutos e faculdades elaboram e submetem seus projetos à apreciação da Subcomissão de Formação de Professores, para a implantação dos novos currículos para o ano de 2005. Assim, podemos concluir que, como a responsabilidade deixou de ser uma exclusividade da FE, também a discussão da formação de professores foi alargada para a universidade. Os efeitos dessa mudança só poderão ser medidos dentro de cinco ou dez anos; todavia, pode-se dizer que jamais, na universidade, tantos se haviam ocupado em discutir, por tanto tempo, a formação de professores. Este pode ser um sinal das mudanças iniciadas pela reforma de 1968, pelos conhecimentos acumulados nas discussões acadêmicas e pelos diferentes interesses a disputarem um campo tão complexo como o da formação de professores e, por que não dizer, de educadores.

Neste contexto, as perspectivas para o próximo quinquênio estão ligadas ao aprimoramento das propostas curriculares para os cursos de licenciatura; reformulação do curso de Pedagogia; discussão de novos projetos para formação de professores em exercício, quer na educação de crianças de 0 a 4 anos, quer na formação de professores em exercício nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio; e o investimento num projeto de criação de um Centro de Formação Continuada para professores e profissionais da educação.

6. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO DO PESQUISADOR

A prática da avaliação institucional das universidades brasileiras é um fenômeno recente. A tradição histórica da organização do ensino superior no Brasil, ligada aos elementos políticos e institucionais que acompanharam esta trajetória, explicariam a carência de instrumentos científicos coerentes e de cultura política para a avaliação. A investigação criteriosa da natureza da relação entre a origem da universidade e os determinantes de poder, no interior da sociedade e da esfera do Estado, poderia oferecer elementos para o entendimento dessa carência de processos avaliativos orgânicos.

A Faculdade de Educação da Unicamp não escaparia a essa determinação ou aos condicionantes histórico-políticos que a sustentam. O Programa de Pós-Graduação em Educação completa mais de 25 anos de funcionamento. Neste período, formou 1.838 mestres e doutores, presentes e atuantes em quase todos os espaços de organização e funcionamento da pós-graduação em educação no Brasil e na América Latina.

O programa — de natureza notadamente plural e multidisciplinar —, além de ser responsável por 33% de toda a produção acadêmica em educação no Brasil, aponta para uma realidade de intensa produção, de indelével vinculação com as demandas da sociedade, de inquestionável consolidação da prática da pesquisa. Na trama destes princípios e pressupostos políticos organiza-se a identidade do Programa de Pós-Graduação da FE - Unicamp.

O Relatório Datacapes 2004 sobre o Programa de Pós-Graduação da FE, relativo ao triênio 2001-2003 assim interpreta esse movimento entre as matrizes históricas e a atual configuração organizacional e institucional da Pós-Graduação na unidade:

*A história da Faculdade de Educação, a história e cultura de seu Programa de Pós-Graduação e a especificidade e diversidade da produção acadêmica dos docentes envolvidos fazem da flexibilidade a característica fundamental da estrutura do Programa, aspecto que temos defendido arduamente, e temos procurado interpretar continuamente, em particular ao longo de avaliações sucessivas. A flexibilidade da estrutura expressa uma qualidade e uma aptidão indispensáveis neste Programa de grande porte e é a que lhe permite equacionar satisfatoriamente as dinâmicas que se desenvolvem na heterogeneidade do seu universo composto de **659** alunos, **108** professores e **34** grupos de pesquisa. O suporte administrativo possui **7** funcionários incluído o coordenador do programa.(...) A configuração das oito grandes Linhas de Pesquisa e das oito Áreas de Concentração do Programa levou à implementação da seguinte estrutura dinâmica, desenhada a partir dos conceitos de concentração, articulação e flexibilidade que aglutinam e vinculam o exercício da pesquisa e da docência. Deve reconhecer-se que, se de fato elas (as linhas) inicialmente eram objeto de questionamento por seus impactos de dispersão, seu valor instrumental concentrador, em processos de reestruturação como o que já superamos, foi vital e, como antecipáramos em anos anteriores, o Seminário de Auto-Avaliação permitiu verificar esse movimento de convergência entre Linhas e Áreas de Concentração já institucionalizadas. A estrutura do Programa poderia ser visualizada compondo um gráfico circular, no qual as Linhas de Pesquisa constituem o núcleo concentrador e, em torno deste se agrupam, em relação de menor a maior amplitude, Áreas de Concentração, Grupos de Pesquisa, docentes e discentes. (...) Os docentes, nessa estrutura, estão vinculados a **Grupos de Pesquisa**, como **unidade fundamental** de produção do conhecimento. Esses Grupos e docentes articulam-se em Áreas de Concentração, levando em conta as principais esferas de atuação docente e investigação científica. Os docentes (individual ou coletivamente) desenvolvem pesquisas que se*

*vinculam às diferentes Linhas de Pesquisa do Programa. As interfaces entre linhas de pesquisa, grupos, laboratórios, professores e alunos, que podem ser reconhecidas de modo recorrente no desenvolvimento das Atividades de Pesquisa e das Atividades de Formação no Programa, espelham a característica matricial da sua estrutura.(...) As Linhas de Pesquisa pertencem ao Programa e não estão subordinadas aos Grupos e isto deve ler-se como expressão da flexibilidade para o trânsito e interfaces dentro de um universo de projetos de pesquisa individuais e integrados, que formulam e executam a população total de docentes e discentes do Programa, sejam eles, ou não, componentes do Núcleo de Referência de desempenho dos indicadores. A tendência para fusionar linhas de pesquisa a partir da atuação dos pesquisadores e do efeito concentrador das áreas consolidou-se em 2002 e, já em 2003, todos os afazeres de pesquisa e docência se vinculavam a **oito** grandes linhas o que significou radicalizar a idéia de **fusão formal e de conteúdo, adensando a produção e evitando assim a dispersão e pulverização no universo de um programa deste porte.(...) No interior dos Grupos de pesquisa e das Áreas Temáticas, professores e alunos articulam seus projetos e a produção correspondente às linhas de pesquisa do programa. Esta articulação-vinculação ocorre em grande parte do universo da produção. No caso da produção discente, acontece que muitos trabalhos são desenvolvidos de forma independente de projetos pelos docentes. Isto aponta para a existência de uma abertura por parte do Corpo Docente na acolhida destes interesses e formação destes alunos, com projetos comprometidos e relacionados a desafios de suas instituições de origem, problemas mais locais e que respondem a necessidades pontuais. (...) A distribuição dos projetos pelas linhas de pesquisa tende a ganhar maior harmonia e a apresentar-se coerentemente. (cf. Relatório Datacapex/FE, 2004)***

Essas mudanças institucionais e operacionais definiriam as coordenadas que explicariam a realidade atual, concepção e organização, flexibilidade e gestão do maior programa de pós-graduação do País. A compreensão dos processos institucionais e deslocamentos quantitativos e qualitativos do programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp somente poderá ser alcançada em vista do cotejo desses dados com as diretrizes e resoluções decorrentes das recentes políticas de sustentação, fomento e avaliação da pós-graduação manejadas pelo Estado, em suas matrizes recentes.

O Relatório aponta a ação política e institucional, efetivada entre 1999 e 2003, de fatores que levaram o programa a passar por mudanças estruturais integradas às mudanças efetivadas na unidade e na própria Unicamp. O final da década de 1990 marca a implementação de programas e dispositivos políticos avaliativos decorrentes dos processos de integração do País aos preceitos da globalização dependente e aos interesses neoliberais que os sustentam.

Dessa forma, a avaliação assumia finalidades restritivas baseadas na motivação política de apresentar um conjunto de dados estatísticos, politicamente definidos a partir de uma concepção de universidade centrada nos modelos organizacionais/empresariais estimulados pelas políticas de resultados. Tratava-se de apresentar a universidade pública como uma instituição improdutiva ou defasada, desvinculada das supostas necessidades tecnológicas e sociais do País. Como um efeito circular, tais motivações atingiam também a pesquisa em educação. Enquanto os investimentos institucionais em pesquisa eram reduzidos, as bolsas de pesquisas escasseavam e seus valores eram congelados, um amplo processo de privatização era levado a cabo pelas políticas oficiais e exigia-se da universidade pública um determinado nível e conceito de produtividade distante das finalidades sociais do ensino, pesquisa e extensão, voltados para a indissociabilidade e soberania. Nas áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento do capital, o afã de avaliar parecia ainda maior.

A natureza dos processos avaliativos desencadeados inspirava-se nas concepções gerenciais com iniciativas e expressões próprias das modelagens empresariais, dotadas de uma racionalidade instrumental mensurativa, classificatória e quantitativa. Não nos esqueçamos que em 1998 nosso programa de pós-graduação recebia a nota 3 do CTC/CAPES, apontando supostas contradições e lacunas essenciais para os cursos de pós-graduação estrito sensu. O longo processo de auto-avaliação da unidade, iniciado nos anos de 1989-1992, com expressões de continuidade, influxos e refluxos, receberia uma dura e unilateral avaliação da CAPES naquele ano.

De 1999 a 2003 consolida-se a resposta processual a essa avaliação e seus pressupostos, considerada parcial e injusta pelos responsáveis e integrantes do programa. O que se percebe nesse movimento é o desencadeamento de um novo desenho institucional do programa, em direta vinculação com os demais movimentos internos que aconteciam na FE como um todo. Organizam-se novas centralidades a partir das novas diretrizes estimuladas pelas necessidades postas pela natureza da manifesta diversidade pluralista do programa e pelos impactos da política de avaliação em curso. Parece ser importante reconhecer que a necessidade de imprimir uma determinada competitividade entre os programas tornou-se uma das premissas motivadoras da política avaliativa daquele momento.

Buscaremos, nesta ocasião, apresentar alguns critérios que ofereçam condições de leitura do movimento institucional do programa na direção de sua maturidade epistemológica e política. Com relação à proposta do curso e sua articulação interna, podemos dizer que o programa alcançou notável identidade nestes cinco anos. De uma estrutura dependente derivada de cinco departamentos estruturais, o programa assumiu a forma nucleadora com a articulação de oito áreas de concentração, abarcando um conjunto de 14 linhas de pesquisas, integrando 34 grupos.

O próprio Relatório Datacapes 2004 assim destaca os aspectos estruturais do Programa de Pós-Graduação da FE/Unicamp, reconhecendo um conjunto de dados otimistas e perspectivas de melhorias, além de reconhecer o delineamento de uma cultura avaliativa orgânica, coletiva, democrática e participativa no Programa. Afirma o documento:

A melhoria constante destes indicadores está relacionada a três grandes políticas implementadas nas áreas de concentração: a contenção da oferta de vagas, equilibrando-a; a uma racionalização da relação orientador-orientando, atrelada à incidência de dispositivos de acompanhamento da integralização e de incentivo à divulgação de pesquisas; a ação harmônica, a partir do eixo pesquisa e docência, visando o perfil de formação traçado para mestres e doutores.(...) Os fóruns internos de discussão institucional têm subsidiado permanentemente as análises e contribuído teórica e conceitualmente para avaliar a unidade e diversidade de um único Programa de Pós-Graduação em Educação, que se estabilizou em oito grandes Linhas de Pesquisa, oito Áreas temáticas concentradoras da produção acadêmica da FE, distribuída em trinta e quatro grupos e laboratórios de pesquisa integrados por docentes e alunos dos níveis da Graduação e Pós-Graduação. (...) Uma leitura profunda, e em perspectiva histórica, da constituição do seu NRD6 permitirá aos avaliadores a compreensão sobre o Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Com uma longa história investindo na (re)formulação conjunta do seu trabalho e da sua produção acadêmica, ajustada à dinâmica e às condições atuais de produção do conhecimento, o programa assimila um processo cíclico de configuração e (re)configuração que a própria renovação de seus quadros tem lhe imposto de maneira nem sempre desprovida de profundos sentimentos de perda por aposentadorias ou afastamentos por problemas de saúde. Ao longo destes três últimos triênios (e apesar dos embates das políticas previdenciárias sobre a universidade pública), observa-se estabilidade do NRD6 e do corpo docente que dão sustentação ao programa, se analisadas as faixas de amadurecimento da titulação de 5 a 10 anos e

mais de dez anos. A conformação definitiva que assumiu seu corpo docente permite, ao longo da história da Pós-Graduação, verificar que a titulação de seus doutores possui um impacto decisivo na posterior configuração que assumem os Departamentos e logo as Áreas. Aposentadorias e ingresso de novos docentes imprimiram, em dois grandes ciclos de renovação nos anos 80 e 90, uma dinâmica de forte impacto na visão geral do Programa. Por exemplo, em 1989, com uma forte titulação dos Professores Mestres da Faculdade de Educação ocorrida em 1987, atingimos um plantel de 30 docentes que atuavam no Programa de Pós Graduação. Já em 1995, com outro ciclo de titulações ocorrido em 1993, atingimos um plantel de 75 Doutores na FE, indo além de sua duplicação; na década que se seguiria atingiríamos 108 docentes que se incorporaram ao Programa, num fluxo que oscilou entre uma média de 3 novos Doutores por ano. Este impacto gerado pelo incremento constante e em ciclos perceptíveis pode ser reconhecido ou verificado na definição dos rumos da pesquisa e da docência na FE. (...)” (cf. Relatório Datacapex/FE, 2004)

Situação atual do Programa – áreas de concentração e linhas de pesquisa

Linhas de Pesquisa	Áreas de Concentração
1) Desenvolvimento Humano Psicologia e Educação.	1) Psicologia, Educação e Desenvolvimento Humano.
2) Educação Matemática, Científica e Tecnológica.	2) Educação Matemática
3) Ensino Superior, Currículo e Formação do Professor.	3) Educação, Ciência e Tecnologia.
4) Filosofia, Educação, História e Sociedade.	4) Ensino, Avaliação e Formação do Professor.
5) Planejamento Educacional, Políticas Públicas e Gestão Educacional.	5) História, Filosofia e Educação.
6) Educação e Trabalho.	6) Políticas de Educação e Sistemas Educativos.
7) Sociedade, Educação e Cultura.	7) Educação, Política, Sociedade e Cultura.
8) Movimentos Sociais e Educação não formal.	8) Educação, Conhecimento, Linguagem, Arte.

As atividades de pesquisa

O registro dessas atividades vem sendo olhado com atenção pela Faculdade de Educação e seu Programa de Pós-Graduação, fundamentalmente porque há uma séria preocupação com a melhora nas rotinas e nos meios de coleta dos dados de produção acadêmica, que segue um ritmo quantitativa e qualitativamente muito sustentado. Nisto residem a possibilidade e o limite da comparabilidade com o registro dos anos anteriores. Por exemplo, as atividades de pesquisa estão estruturadas em torno de oito linhas. Durante o ano de 2003, foram desenvolvidos 225 projetos, 64 dos quais foram concluídos, 161 se encontram em andamento e 140 recebem auxílio financeiro de diversa natureza. Se considerada a forte tendência à concentração com o suporte da fusão de linhas de pesquisa, pode-se afirmar que há 8 grandes linhas que reúnem um total de 2.315 produtos/atividades, cujos vínculos mostram uma clara tendência de aperfeiçoamento, cuidado no registro e um crescimento de 21%, em relação a 2002, e de 8%, em relação a 2001. Observe-se que no triênio o programa apresentou **6.281** produtos.

Os vínculos da produção docente e discente, nas atividades de pesquisa no programa, devem ser percebidos a partir da diversidade e da flexibilidade com que esses afazeres se manifestam. A inexistência de vínculos na produção discente não espelha um divórcio temático e, sim, uma clara manifestação das interfaces que a lógica de concentração no Programa o permite. O Programa continua a investir em estratégias de captação da produção discente, como também a incentivar uma mudança na cultura de divulgação dos resultados das pesquisas concluídas.

Produção intelectual

Foram produzidos pelos docentes do NRD6 do Programa, em 2003, 60 artigos em periódicos (202 no triênio); 50 trabalhos completos em Anais de eventos (159 no triênio), 183 resumos em Anais de eventos (462 no triênio); 32 livros (70 no triênio) e 64 capítulos de livros (237 no triênio); 5 coletâneas (24 no triênio), somando 353 publicações (1.043 no triênio) e atingindo um total de 413 produtos (média de 7,3 produtos por docente do NRD6 por ano e 3,8 se considerado o universo dos docentes do Programa por ano). Analisando o retrospecto, por exemplo, no ano base de **1998** o NRD6 publicava 36 trabalhos, 5 trabalhos completos e 59 resumos em anais, 5 livros integrais, 8 capítulos. O avanço é comparável à progressão geométrica.

Em 2003, há uma tendência sustentada de evolução positiva no volume da produção do NRD6 e do conjunto dos docentes do Programa; no entanto, as oscilações observáveis, em relação ao padrão considerado bom para a área, tanto no corpo docente como no discente, podem ser interpretadas como movimentos cíclicos que definem curvas de alta, média e baixa produção, podendo-se verificar este desempenho nas alterações mínimas no triênio. É, portanto, possível *avaliar as oscilações* na produção como reguladas pela *lógica dos ciclos* mais ou menos *heterogêneos*, dependendo das dimensões do Programa e de sua especificidade. As reflexões que o Programa vem desenvolvendo sobre a adequação dos tipos de produção, coerentemente articulados à sua proposta, representam um notável esforço, cuja máxima expressão é o estabelecimento de vínculos entre Linhas de Pesquisa, Áreas de Concentração, Projetos e Teses/Dissertações. Assumimos esse esforço compreendendo a forte indução que a avaliação impõe a programas de grande porte, daí a importância da adequação e dos vínculos. A totalidade (100%) das Publicações e Atividades de Pesquisa está vinculada a linhas de pesquisa, 83% a Áreas de Concentração e 70% a Projetos de Pesquisa.

Os professores da Faculdade de Educação e seu Programa de Pós-Graduação participam ativamente – na década – da direção, editoração, conselhos editoriais de algumas das principais revistas do País. O Programa implementou uma Ficha de Acompanhamento Semestral que aponta as principais situações da trajetória dos discentes mestrandos e doutorandos. O impacto desse registro de acompanhamento tem produzido resultados muito positivos, no sentido de permitir um “mapeamento” da integralização num programa de grande porte. Essas Fichas de Acompanhamento são remetidas pela Secretaria do Programa a todos os Orientadores, ao final de cada semestre. Nela constam as estimativas de Exame de Proficiência de Língua, Exame de Qualificação e Integralização. Essas considerações sobre o Tempo Médio de Titulação continuam a ser um eixo de discussão no interior do Programa, não somente para criar controles normativos, técnicos e/ou administrativos, como também para que, apesar deles, a interpretação dessas oscilações no desempenho desse indicador possa estar ancorada em argumentos estruturais que extrapolam o campo da gestão do Programa. O vínculo entre o desempenho desse indicador e a política de financiamento para os programas vem se convertendo num ponto de inflexão mais decisivo, a cada ano, para os Tempos Médios de Titulação e para a viabilidade dos programas de grande porte, como este, em que somente 17% de seus alunos do Mestrado e do Doutorado recebem bolsa das agências locais e nacionais. A comparação dos Tempos Médios de Titulação entre bolsistas e não bolsistas e seu impacto na análise geral está sendo objeto de novas interpretações e contextualizações.

Destacamos que 17% dos alunos do Programa são bolsistas das agências Fapesp, CNPq e Capes, seguindo a seguinte distribuição: Fapesp: 4%, CNPq: 3% e Capes: 10%. A CPG analisa o desempenho dos alunos Bolsistas de Doutorado, procurando interpretar esse dado a partir de outros determinantes que não especificamente acadêmicos.

Corpo discente e a disseminação e divulgação dos produtos de suas pesquisas

O Programa apresenta uma média de 9 discentes por docente do NRD6 (56); no entanto, devemos contextualizar esse dado no universo dos docentes do programa (108). Em 2003, titularam-se no

Mestrado 89 alunos, ocorreram 20 abandonos e 24 licenciamentos. No Doutorado, foram 74 titulações, 5 abandonos e 23 licenciamentos. Assim, a porcentagem de titulados em relação ao total de saídas mantém as oscilações, para mais ou para menos, em relação ao padrão estipulado para a área como bom. Para um total de 163 saídas em 2003, o Programa matriculou 173 novos alunos em 2004. No triênio, pode-se observar uma relação inversamente proporcional entre o aumento das titulações e a diminuição dos ingressos, o que consideramos como impacto das políticas internas do Programa.

O número de discentes-autores – 426 no total – representa 65% do total de 659 alunos do Programa, ou seja, tem um desempenho que mostra uma tendência sustentada de melhoria em relação ao triênio 2001-2003. Em 1998, os discentes-autores eram 100 no mestrado e 95 no doutorado. A cultura de discentes-autores sempre deve ser analisada no contexto do Programa de Pós-Graduação, considerado como um programa de grande porte e de características nacionais. Isto é, mantêm-se constantes as características de sua população, constituída em **43%** por residentes em Campinas para Mestrado e **53%** de residentes em Campinas e região para Doutorado.

A permanência dos alunos no Programa resume-se ao tempo necessário para o cursar da disciplina (18 meses) e, por essa razão, a produção discente atinge patamares inferiores aos desejados para a área. Em 2003 poderíamos ter melhorado ainda mais esse indicador; no entanto, esta temática é objeto de intenso e multifacetado debate, já que contamos com argumentos que vão desde: a importância significativa (embora apresente uma melhoria evidente) do problema de registro da produção discente num universo de grandes proporções de alunos com interesses e prioridades diversos; sérias dificuldades, pela natureza e origem geográfica e econômica da população do programa, não apenas para participar de eventos, divulgar e/ou disseminar os produtos de suas investigações, mas também para fazê-lo em períodos de amadurecimento conceitual e metodológico propícios de produção acadêmica, isto é, após os primeiros 18 meses no programa.

Também, a falta de recursos individuais e institucionais pode estar incidindo na participação e/ou na divulgação da pesquisa. O Seminário de Auto-Avaliação, realizado em 21 a 23 de outubro de 2003, foi marcante na análise dessa situação e decisivo para encontrar as estratégias que permitam manter a tendência de melhoria verificada no triênio. Uma publicação com os Anais do Seminário recolheu o conjunto de comunicações (ISBN 85-86091-68-5) e deu-se com a organização e participação dos alunos da Associação de Pós-Graduandos do Programa.

Teses e Dissertações

Há avanços já consolidados, através de sínteses normativas, administrativas e técnicas, que ajustam o Tempo Médio de Titulação. Valorizamos o esforço de todos os orientadores em mostrar regularidade nas defesas, mesmo quando somente 17% da sua população de discentes do programa possui bolsa. Consolidamos e mantivemos o avanço insinuado em 2001 (e verificado em 2002) com a organicidade da relação entre o vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa.

Titularam-se no Programa, em 2003, 89 alunos de mestrado (277 no triênio) e 74 alunos de doutorado (220 no triênio), ou seja, uma média de 3 titulações por docente, índice considerado muito bom, pela área. Manteve-se a tendência de melhoria no triênio. Dados sobre a titulação de alunos pelo NRD6 devem ser reavaliados com base nos dados de 2002 e, em especial, a partir das mudanças conjunturais da constituição do próprio NRD6 no Programa. Uma releitura desses indicadores do triênio esclarece a situação do Programa neste quesito, se levarmos em conta que os religamentos encerraram um ciclo e uma cultura, já em 2001, no início do triênio. Os mestrandos defenderam suas dissertações em 36 meses e os doutorandos, em 50 meses.

As bancas de defesa expressaram nosso cuidado com a participação externa na composição das Comissões Julgadoras. Nas de mestrado, os participantes de nosso programa atingiram 44,6%; já nas Comissões de Doutorado, 31,5%.

O estudo dos egressos

O Programa de Pós-Graduação está implementando o Projeto de Avaliação por Egressos 2004-2005. Trata-se de uma pesquisa com egressos do Programa, que contará com interfaces da avaliação integral deste, a partir da sua criação, até fevereiro de 2004. Sua duração prevista é de dezoito meses e será desenvolvido a partir da observação de *cinco dimensões de análise*: a percepção do Programa a partir dos egressos, referente à proposta de formação de mestres e doutores; a percepção das transformações do Programa nos ciclos de renovação da docência e da pesquisa; o impacto institucional – nacional, regional e local — do Programa; seu impacto no destino ocupacional do egresso; a configuração do perfil dos egressos e suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

O planejamento e a execução previstos contemplam *quatro etapas*: definição do universo e da amostra; elaboração do modelo de investigação e análise; elaboração de instrumentos de coleta; e, finalmente, sistematização e análise de dados. O Projeto contempla a divulgação dos relatórios anuais de pesquisa, assim como sua discussão no conjunto das áreas, grupos de pesquisa e gestores, visando introduzir ajustes de organização e de funcionamento a partir das conclusões de cada uma das dimensões de análise. Esses estudos poderão ganhar uma dimensão institucional dentro do Programa, como dispositivos de auto-avaliação.

Níveis de Pós-Graduação *Lato Sensu* e Pós-Doutorado

O Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/Unicamp integra, além dos níveis de Pós-Graduação *stricto sensu*, que envolve os cursos de Mestrado e Doutorado e da Pós-Graduação *lato sensu*, com a oferta de cursos de Especialização e o nível de Pós-Doutorado. A CPG emitiu uma resolução que estabelece regulações e fixa parâmetros de avaliação para a formalização desses estudos na Faculdade de Educação, porque especificamente envolve professores do NRD6.

Com relação ao Pós-Doutorado, a demanda vem aumentando no triênio (14), sendo que o Programa acolheu 5 profissionais de outras instituições para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, durante o ano de 2002, e 6 profissionais, no ano de 2003. Há quatro pós-doutoramentos concluídos. A CPG adotou um conjunto de dispositivos para regular essa atividade, fixando condições para a supervisão dos trabalhos e para a apresentação das candidaturas à aprovação pelas áreas de concentração e pela própria CPG.

Quanto aos Cursos de Especialização, a demanda sempre é muito maior do que as condições de possibilidades de oferta pelo corpo docente do Programa. No ano de 2001, iniciou-se, com o auxílio da Escola de Extensão da Unicamp, o Curso de Especialização em Psicopedagogia Construtivista. Esse curso, que continuou a ser oferecido em 2002 — pela terceira vez —, vem responder a uma das insistentes demandas de formação e atualização de profissionais em Educação. O curso, de 540 horas, incluindo estágio supervisionado e monografia de conclusão, tem a duração de dois anos e vem funcionando com três turmas de 40 alunos, envolvendo docentes da Área de Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação.

Principais programas de Cooperação Internacional, Convênios e Projetos de Pesquisa Inter-Institucionais

O Programa de Pós-Graduação, ao longo dos seus 25 anos, tem acumulado um histórico de significativa relevância no cenário nacional, tanto pela militância política e teórica do seu corpo de pesquisadores, como pela sua reconhecida liderança na comunidade educacional brasileira e latino-americana. Trata-se de um programa que se constituiu em ponto de referência para interfaces, convênios, intercâmbios e projetos conjuntos de investigação com grupos, laboratórios e instituições brasileiras, da América Latina, da Europa, da América do Norte e Canadá.

Infra-estrutura da FE e Impactos sobre o Programa de Pós-Graduação

Nos últimos três anos, a Faculdade de Educação da Unicamp apresentou um crescimento substancial no número de alunos de graduação e criou um programa especial para formação de professores nos níveis de graduação e de pós-graduação. São, até o momento, 800 novos estudantes de Pedagogia e 68 integrantes dos cursos de Pós-graduação *Lato sensu*. Tal crescimento na oferta de vagas na universidade pública exigiu investimentos da Faculdade em infra-estrutura física e de pessoal.

A expansão e melhoria da infra-estrutura iniciaram-se com a construção do novo prédio da Biblioteca, hoje instalada em três andares, em edifício próprio, com ar condicionado central, salas de estudos individuais e de grupo, espaço especial para consultas rápidas e um auditório com 72 lugares, equipado com vídeo, DVD e TV de 34 polegadas. Quanto à coleção de livros, cabe observar a aquisição da Coleção Particular Maurício Tragtenberg, composta por 10.000 volumes, entre os quais se encontram obras raras, documentos, manuscritos e objetos pessoais do intelectual. A Coleção da FE recebeu nos últimos três anos aquisições da ordem de 5.000 volumes. Na biblioteca, a criação do cargo de bibliógrafo, ocorrida em 2001, tem permitido não só um estudo da coleção, com o objetivo de adquirir obras de referência para a área da educação, bem como a atualização permanente do acervo.

O expressivo aumento no número de estudantes demandou expansão do edifício de salas de aula, que foi ampliado, proporcionando à FE seis novas salas ambientes, todas equipadas com um conjunto de som e imagem, contendo TV de 34 polegadas, vídeo, DVD, além de retroprojetor, tela, quadro magnético e mobiliário planejado. Implantou-se ainda um novo laboratório de informática, equipado com trinta máquinas de última geração; reformou-se o laboratório antigo, para o qual foram adquiridos novos equipamentos; criou-se um conjunto de banheiros masculinos e femininos, com vestiários e salas de banho, especialmente para atendimento aos estudantes das áreas de arte, dança e educação física.

Ainda pressionados pelo elevado número de estudantes e profissionais da educação que buscam a Faculdade de Educação, em convênio com a Fundação Ford foi construída uma sala de videoconferência, com auditório para 50 pessoas e equipada com os mais modernos aparelhos, para o ensino aberto nos cursos regulares da FE, assim como na perspectiva de oferecimento de cursos e atividades de formação na modalidade à distância. Outro elemento cuidado pela administração da faculdade foi a modernização dos equipamentos de ensino: foram adquiridos 6 projetores multimídia, dos quais 4 foram fixados: no Salão Nobre, que também foi reformado; em duas salas ambiente para aula; e no auditório da biblioteca. Os 2 outros são equipamentos móveis, reservados para apoiar aulas, defesas de teses e dissertações, ou mesmo colóquios de grupos de pesquisa.

Acreditamos que somente a expansão da infra-estrutura física não cumpre seu papel, a não ser que seja acompanhada de investimentos no quadro de pessoal da Universidade. Por essa razão, realizamos, nos últimos três anos, um programa de qualificação e expansão do quadro de servidores não docentes da FE, que resultou em um aumento de 20% no quadro. Mas o maior avanço, temos certeza, aparece na melhoria da titulação dos profissionais que atuam na Faculdade de Educação. São hoje 18 servidores graduados, 5 mestres, 1 doutor, 42 técnicos de nível médio e apenas 10 com formação fundamental. Cabe mencionar ainda o apoio à capacitação específica para a função, oferecida conforme as oportunidades surgidas e a formação em língua estrangeira (inglês e francês).

Nesse Plano, a FE reafirmou seu compromisso com uma universidade fundada no reconhecimento público de sua autonomia perante outras instituições sociais; com as lutas sociais e políticas; com a conquista da educação e da cultura como direitos; e com uma universidade como uma instituição social para a qual a idéia de democracia e democratização do saber compõe a sua identidade.

Reconheceu a legitimidade e a relevância das demandas feitas pelos poderes públicos e pelas organizações dos professores, quanto a um maior espaço nas universidades públicas para a formação inicial de professores, bem como quanto à implementação de programas de formação continuada, presenciais e à distância, fazendo uso das diversas tecnologias de comunicação

socialmente disponíveis. A partir de 2001, passou a oferecer mais uma turma no curso especial de Pedagogia para professores das redes públicas do Estado de São Paulo, com mais 45 vagas na graduação.

Avaliou como imprescindível uma política de valorização dos docentes e pesquisadores, que envolva condições próprias ao trabalho acadêmico, recomposição salarial e um projeto de previdência capaz de garantir uma situação de aposentadoria digna.

Destacou-se, ainda, nesse Plano, a necessidade de um projeto de qualificação profissional, para os servidores não docentes, capaz de possibilitar a mobilidade de funcionários de competência especificamente burocrática para setores de apoio docente e de apoio à pesquisa ou à extensão, além de revelar-se urgente situar os funcionários nos setores de apoio às atividades fins da Universidade.

A Faculdade de Educação, através de seu Plano Estratégico, propôs-se a garantir e reafirmar sua presença no contexto universitário, assegurando seu lugar como referência acadêmica na área de educação, definindo, como implicações dessa política, outras ações necessárias:

- Possibilitar, ao Projeto de Formação dos profissionais em educação – dos cursos de pedagogia e licenciaturas e de pós-graduação – alcançar todos os níveis e modalidades de atuação.
- Apoiar a pesquisa, contemplando a ampliação da cooperação em projetos de intercâmbio internacional; a realização de seminários e estágios de pesquisadores convidados; publicações de seus resultados.
- Criar uma política de extensão e convênios capaz de responder às demandas internas e especialmente àquelas, externas, vindas de órgãos públicos como prefeituras, secretarias de educação e outras universidades.
- Desenhar uma estrutura organizacional que expresse o projeto acadêmico da Faculdade de Educação, gerado de forma democrática.
- Melhorar as condições gerais de infra-estrutura, aí incluídos: prédios, instalações móveis e equipamentos, conforto térmico, segurança e adaptação de instalações às exigências de acessibilidade a portadores de necessidades especiais.
- Desenvolver uma política de expansão para a Biblioteca — o principal laboratório das unidades de ensino e pesquisa da área de ciências humanas — quanto a sua área física, serviços oferecidos e acervo, o qual deverá estar em permanente atualização.
- Expandir o quadro docente, com estabilidade garantida por cargos e concursos, política condizente para a proposta explicitada pela Universidade de expandir vagas na graduação. A Faculdade de Educação, unidade responsável por parte da formação de todos os licenciados da Universidade, assiste à expansão de sua carga docente sempre que outras unidades, também responsáveis pelas licenciaturas, optam por expandir vagas em seus cursos.

O rápido desenho de uma visão de futuro para a Faculdade de Educação indica a necessidade evidente de um aumento na verba de custeio dessa unidade de ensino e pesquisa. Assim, a gestão dos recursos, tanto humanos como físicos e financeiros da Faculdade, passou por uma reformulação, cujo objetivo foi oferecer melhor suporte às atividades fins, ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, procurou-se dotar a Faculdade de espaços físicos que acomodassem as atividades didáticas, acadêmicas e culturais nos níveis de demanda dos últimos anos, com a ampliação de vagas, tanto nos cursos próprios, como nos cursos de outras Unidades que comportam licenciatura (no 2º semestre de 2002 as licenciaturas somaram 1.465 matrículas).

Cientes da necessidade de planejamento, a longo prazo, para busca e racionalização na utilização de recursos, está se procedendo a uma administração financeira pautada pela discussão e aplicação do Orçamento Anual, em busca de sua melhor distribuição e, de forma a atender as

prioridades definidas pela comunidade, procedeu-se à formulação de um Plano Diretor. O Plano, num primeiro momento, contempla a área de que a Faculdade dispõe, dentro do *campus*, para sua expansão, além das construções já existentes, dentro da perspectiva de um aproveitamento mais funcional.

Proposições avaliativas

Depois de transcorrida quase uma década de continuidades de iniciativas e procedimentos avaliativos, a pós-graduação em educação ao final da década de 90 assumia uma nova configuração institucional, de maneira processual, conquistando sua legitimidade interna na prática do debate consensual e propositivo. As áreas de concentração passaram a responder por novas motivações de pesquisas e dinâmicas de agregação, visando a integração orgânica dos docentes e pesquisadores. Articulava-se uma cultura de avaliação permanente e socialização da produção do conhecimento na FE/Unicamp.

O corpo docente, embora sofrendo uma relativa flexibilidade decorrente do impacto das políticas governamentais incidentais de estímulo às aposentadorias e propostas de radicais mudanças nos direitos previdenciários e trabalhistas, levadas a cabo pelas políticas governamentais, ampliou-se, pelas novas contratações e credenciamento de vinculação plena no NDRD6.

Além do crescimento quantitativo, de 75 para 108 doutores credenciados plenamente, verificou-se um amadurecimento do corpo docente, acompanhado pelas intensas e exigentes dinâmicas de publicações, participação em congressos, orientações, intervenções institucionais nos campos próprios de cada área. Os professores vincularam-se aos grupos de pesquisas que se referem às áreas temáticas, embora as pesquisas possam articular-se às diversas linhas propostas para o Programa como um todo. O exercício de flexibilidade e concentração estimula e proporciona a originalidade e a autonomia dialeticamente sustentadas.

Podemos dizer que essa articulação alcançou também as práticas de pesquisa no nível da graduação, tanto através dos trabalhos de conclusão de curso, quanto dos programas de apoio didático, ou ainda do conjunto de atividades propostas para a graduação, como a política de estímulo à prática de orientações de iniciação científica. Dessa forma, procurava-se integrar o universo de pesquisadores já consolidados com as disposições dos novos sujeitos acadêmicos, numa comunidade investigativa em diversos graus de maturação e convivência.

Em 2003 foram desenvolvidos 225 projetos de pesquisas, dos quais 64 foram concluídos e 161 encontram-se em andamento. Destes, 140 recebem algum tipo de auxílio financeiro, produzindo um conjunto qualitativo de ações, intervenções, desencadeando atividades e eventos congêneres. Em termos gerais, 6.280 produtos de pesquisas foram efetivados no triênio 2001-2003.

As políticas de contenção da oferta de vagas anuais e uma racionalização coordenada da relação orientador-orientandos produziu efeitos positivos e qualitativos. As ações institucionais de coleta de dados e acompanhamento de registros quantitativos e qualitativos dos produtos, aliadas à incidência de acompanhamentos operacionais, em vista da integralização e incentivo à divulgação das pesquisas foram outras medidas implementadas no quinquênio. Tais medidas sustentaram-se na premissa integralizadora, que não separa a pesquisa da dinâmica da docência, o que pode ser reconhecido na vinculação dos docentes e projetos nessa perspectiva.

A produção acadêmica, cultural e científica alcançou índices destacados. Publicações efetivadas como resultantes dessa política assumiram a identidade de referências nacionais e internacionais, consoantes aos graus e disposições dos grandes centros referenciais da área.

As dimensões do Programa são apontadas como fatores de desagregação, dispersão ou obstáculos à avaliação coesa e racional; todavia, o que observamos é que a pluralidade contribui para a originalidade do Programa e sua natureza democrática e diversificada. Do contrário, correremos o risco de ter como critério de análise e pressupostos de avaliação somente a concepção ou modelo determinado pela CAPES/MEC.

A produção discente carece de mecanismos de coleta racional e qualitativa, há necessidade de gerar mecanismos operacionais de captura dos eventos e produtos referidos pelos alunos e

articular eventos, congressos, espaços institucionais de presença, participação, apresentação de trabalhos, comunicações e publicações dos mestrandos e doutorandos. Embora tenha havido relativa ampliação artesanal dos meios, ainda insuficientes, percebe-se a ausência de uma cultura orgânica e articulada entre pesquisa, socialização e publicações de seus resultados.

Com um acentuado crescimento do número de revistas especializadas na área, o conjunto de publicações da faculdade de educação denota o crescimento e a ampliação referencial da política de publicação e socialização da pesquisa, sem cair na endogenia; ao contrário, articulando-se aos demais veículos e dispositivos esperados para a atividade.

Percebe-se ainda uma relativa distância entre os referenciais da FE e os órgãos de representação, manejo e acompanhamento das políticas de pós-graduação do País. A FE Unicamp não se faz presente organicamente nas comissões e GTs da ANPED, nos fóruns e entidades corporativas nacionais.

Os projetos que articulam a pesquisa em educação com a realidade da escola pública, buscando a relevância social dessa integração materializam-se nos cursos oferecidos pela FE —pedagogia, as licenciaturas e os dois cursos especiais PEFOPLEX e PROESF —, onde a PG encontra-se plenamente envolvida com seus docentes, grupos e linhas investigativas, configurando um eixo novo qualificador da pesquisa em educação na região.

Esta nova política de pós-graduação poderia ser mais claramente delineada se pudéssemos observar três grandes eixos problematizadores: o primeiro seria a consideração da natureza pluralista do programa de pós-graduação e sua trajetória organizacional recente. A riqueza da produção de pesquisas; a diversidade do gerenciamento organizacional dos grupos; a integração entre as atividades de iniciação científica com mestrandos e doutorandos nos grupos parecem ser as maiores virtudes apresentadas nessa trajetória. Por outro lado, ressurte-se ainda a FE de uma estrutura com dimensões superpostas, quer na concepção de pesquisa, quer na gestão desses diversificados projetos e programas. As inúmeras e exigentes diretrizes da CAPES, nesse processo de avaliação permanente, têm produzido, por um lado, uma caminhada de formatação “ranqueadora” e mensurativa dos grupos e atividades e, de outro, educado para a dimensão exigente de fazer aflorar, prestar contas, criar disposições socializadoras — da produção científica do programa.

O Relatório 2004 assim define esta dialética situação, derivada das motivações avaliativas gerais sobre a universidade e FE:

O progressivo impacto da avaliação contínua ao longo desta década(1994-2004) tem sido fundamental na análise da estrutura do Programa, suas dinâmicas de configuração e (re)configuração, logo após um período de 8 anos de teste de reformas, que se caracterizou por um movimento abrangente que revisaria as formas de organização das atividades de pesquisa e ensino na unidade, a estrutura de organização por departamento; os modos de alocação e participação dos docentes-pesquisadores em relação às linhas de pesquisa; a relação entre os cursos de graduação e de pós-graduação; a constituição e o funcionamento dos vários grupos de pesquisa; bem como a produção acadêmica e os objetos de investigação de seus docentes.(...) Em 2002 e 2003 consolida-se, definitivamente, o que em 1998 já possuía consenso institucional: as mudanças geraram um movimento de convergência que pode ser constatado na reformulação e melhoria substancial dos padrões de funcionamento e organização acadêmica e administrativa da Unidade e do Programa. Incidiram na produção da estabilidade definitiva da dimensão acadêmica e administrativa: a relação harmônica entre afazeres de docência-investigação com espaços acadêmicos afins; a institucionalização definitiva das áreas de concentração como lócus organizador e aglutinador; a convergência epistemológica entre grandes linhas de pesquisa e a capacidade concentradora das áreas e, finalmente

os processos de formalização (em normas) que ocorreram paralelos. (...) Superando os 25 anos de existência, o programa de Pós-Graduação em Educação (reconhecidos desde 1975 o Mestrado e desde 1980 o Doutorado) evolui quantitativa e qualitativamente e funciona movimentando uma estrutura que o enquadra dentro da tipologia de programas de grande porte, sendo um dos maiores do país visando a formação, em nível de mestrado e doutorado, de pesquisadores, docentes e gestores para desempenhar-se em interface direta ou indireta com todos os níveis e modalidades do sistema educacional do país e países latino-americanos. Realiza, anualmente, um processo seletivo considerado um vestibular nacional de pós-graduação, pela composição de sua população alvo. Desde 1998, toda sua estrutura e funcionamento se orientam para apresentar aos candidatos a mestres e doutores, no formato de manual, informações que articulam linhas de investigação, grupos e áreas de modo coerente e estável, criando, ao mesmo tempo, condições e dispositivos para compreender a heterogeneidade da demanda e fazer com que a sua oferta possa garantir sua organicidade, como também sistematizar seus resultados. (Relatório Datacapes – FE, 2004).

Uma outra questão que parece ser proeminente é investigar se há efetivamente a integração entre a pós-graduação em educação e o curso recém-criado de Gerontologia Social. Embora a qualidade de ambos seja reconhecida tanto pelos seus pares quanto pelos órgãos administradores e avaliativos, não podemos afirmar que haja uma orgânica integração, entre os cursos, de suas disposições internas, epistemológicas, políticas, administrativas e institucionais.

Outra perspectiva que mereceria ser avaliada é aquela que aponta para a multiplicidade de disciplinas e a convivência de duas ou mais concepções de estruturas curriculares na pós-graduação. Trata-se de uma consciência emergente que estaria a exigir do programa uma melhor delimitação, escrutínio e discernimento na direção de organizar o núcleo comum que articula a centralidade vocacional do Programa e, amiúde, propiciar a diversidade criadora e criativa dos diversos grupos e áreas como tais.

Destaca-se a questão da análise curricular como uma questão peculiar, se pensarmos a identidade das disciplinas e as APPS. As atividades programadas de pesquisas e as disciplinas básicas ou fundamentais, de acordo com a prática recente, ainda não se apresentam num todo integrado. Torna-se merecedora de uma determinada reflexão a natureza obrigatória das atividades programadas de pesquisas no primeiro e terceiro semestres dos cursos de mestrado e doutorado. Embora seja salutar a disposição para a integração dos projetos nos grupos de pesquisas, convivem os pesquisadores recém-aprovados com estruturas diversas e muitas vezes assintóticas entre as concepções de matérias obrigatórias, disciplinas obrigatórias ou aquelas específicas para determinado grupo ou área. Este item deveria ser particularmente discutido pelo Programa como um todo, para uma melhor articulação entre as disciplinas, a dinâmica dos grupos, as reuniões de áreas e as atividades próprias das APPs.

Por um lado, algumas disciplinas voltam-se especificamente para os grupos, outras são abertas, podendo receber, em tese, alunos de todas as áreas e, por outro lado, há as atividades programadas e pesquisas obrigatórias, o que não parece coerente com a concepção do curso de pós-graduação. O conjunto dos professores, os órgãos colegiados e os próprios grupos teriam que se manifestar sobre essa aparente incongruência conceitual das disciplinas com as atividades que a estrutura curricular do programa traz.

Outra dimensão que mereceria uma melhor avaliação reside na coleta qualitativa de artigos, relatórios e publicações discentes. Os pesquisadores, mestrandos e doutorandos, apresentam relativa produção de atos acadêmicos e não há ainda mecanismos eficientes de coleta, sistematização e apresentação da produção discente em geral. Além dessa relativa lacuna, há carência de instrumentos de socialização da produção, tais como seminários e congressos, revistas e órgãos congêneres, para a eficiente estimulação produtiva dos alunos do Programa. Os

seminários e congressos, os eventos nacionais também parecem relativamente distantes da condição material dos nossos alunos em estar presentes nesses espaços. Seria amplamente bem-vinda uma constituição ordenadora de coleta e sistematização de atos acadêmicos produzidos pelos alunos.

Outra consideração a ser avaliada diz respeito à pouca expressão da participação de um corpo docente altamente produtivo nos órgãos e fóruns de gestão e avaliação das políticas de pós-graduação em educação no Brasil. Não há efetivamente uma proporcional presença dos professores da FE/Unicamp nos órgãos avaliativos e fóruns de debates e análise das políticas de ensino superior e pós-graduação em educação, tais como o CNPq, CAPES, Sesu, GTs da ANPED, nos conselhos especializados do ministério da educação e outras secretarias congêneres. Torna-se imperioso pensar orgânica e articuladamente essa presença na formação e condução da política educacional de pesquisa em pós-graduação de educação no Brasil através da participação de nossa unidade.

Por outro lado, observa-se a consolidação da pós-graduação em educação da Unicamp como um pólo referencial de idéias, de propostas inovadoras, um lugar onde se debatem tendências epistemológicas, produzem-se análises políticas, propõem-se disposições curriculares, inovações pedagógicas, diretrizes pedagógicas e até administrativas sobre a Educação, em seus diversos aspectos e dimensões. A pós-graduação da FE/Unicamp consolida sua identidade através da considerável publicação de livros, a ampliação das revistas da FE, a promoção de espaços virtuais de debate sobre a formação de professores, marcando definitivamente a trajetória institucional da pós-graduação do País. Observamos que o Programa caminha indelevelmente para sua consolidação como um programa original e fecundo, altamente produtivo e bem articulado internamente, com uma vocação própria que lhe é peculiar, de integrar a diversidade dos temas, áreas e grupos de investigação omnilateral do fenômeno social da educação com o rigor nucleador, a partir de práticas e eixos orgânicos. Podemos ainda afirmar que a pós-graduação em Educação da Unicamp reflete as buscas e desafios que são da própria educação brasileira, quer pela natureza criadora de seus docentes, quer por sua filiação política à causa da universidade pública e da pesquisa socialmente relevante.

7. PRODUÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA

Introdução

Nesta seção, procuraremos oferecer uma ampla visibilidade quantitativa da natureza da produção acadêmico-cultural (científica, artística e literária) da Faculdade de Educação no quinquênio 1999-2003.

Por *produção acadêmico-cultural da Faculdade de Educação*, entendemos tanto a sua *produção editorial* propriamente dita – que se consubstancia no trabalho coletivo realizado por seus diferentes pesquisadores, filiados ou não a um mesmo grupo de pesquisa – visando à produção de revistas científicas e periódicos de naturezas diversas, de circulação nacional e/ou internacional –, como também, e sobretudo, a *produção individual* dos docentes que integram o seu quadro.

A produção editorial da Faculdade de Educação

Os 25 anos da Revista *Educação & Sociedade*: sua internacionalização

Resgatamos, em perspectiva histórica, para as análises dos avaliadores, o vínculo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação com o Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES —, a Revista *Educação & Sociedade* e os Cadernos Cedes. Acrescente-se aos aspectos de vínculo a serem expostos, o fato de a Diretoria do CEDES ser constituída por docentes do NRD6 do Programa de Pós-Graduação da FE.

Transcrevemos o Editorial dos 25 anos da Revista porque, nele, se expressa com total plenitude a relação que traçamos:

Em 2003, a Revista Educação & Sociedade está completando 25 anos de existência. Sua caminhada inicia-se em tempo histórico marcado pelo processo de redemocratização do país – tempo de muita luta, mas de muita esperança – que ficou inscrito em sua trajetória. Contrariamente à fragmentação, contingência e efemeridade, características dos periódicos científicos de escolas de pensamento com larga repercussão no campo científico da educação nas últimas décadas, a revista quadrimestral de Ciência da Educação, Educação & Sociedade, teve editado, em setembro de 1978, pela Editora Cortez & Moraes, seu número um, O educador precisa ser educado. Editada ininterruptamente, chega hoje, 25 anos passados, a seu 82º número, Ano 24. O grupo que teve a iniciativa de criação da Educação & Sociedade definiu-a como uma revista preocupada com a análise da realidade educacional brasileira, abrindo seu espaço para propostas intelectuais, tanto no que se refere a técnicas, doutrinas e práticas educacionais, como no que se refere à reflexão sobre seu impacto na sociedade como um todo: uma revista que tenha como foco uma perspectiva da teoria e da prática no âmbito do conhecimento sócio-educativo, procurando recuperar certa informação histórica dessa prática e teoria, sem deixar de responder aos problemas colocados pela educação brasileira contemporânea. (...). (Editorial da revista nº 1, 1978, p. 3).

A revista teve a sua origem na Faculdade de Educação da Unicamp, e seus organizadores, definindo a sua abrangência, abrem-na à expressão de opiniões, práticas e produção intelectual tanto de seus docentes e alunos, quanto à de professores e pesquisadores de outras instituições que queiram aderir a seu compromisso de reanimar a audiência, o debate

e a crítica em torno dos problemas educacionais brasileiros, a fim de repensar a educação passo a passo com a construção da sociedade, reconhecendo ser esta a grande tarefa atual das ciências da educação. (Idem, ibid.)

Seus editores comprometem-se com a abrangência nacional da revista, fato este que, na trajetória de sua existência, construída na linha da intersecção da educação e sociedade, veio a ser uma de suas marcas. Entretanto, os editores repensam esta abrangência, logo no segundo número da revista (janeiro de 1979), quando, em seu editorial, evidenciam um novo horizonte para a mesma:

(...) O número de educadores e de instituições que aderiram ao nosso compromisso de reanimar o debate e a crítica da educação no Brasil levou-nos a ampliar nosso quadro de colaboradores, conseqüentemente, o nosso horizonte de trabalho. Por corresponder aos anseios de muitos, não podíamos deixar esse veículo de manifestação do pensamento e de ação ligado apenas a um pequeno grupo, dentro de uma instituição. Por isso, E&S passa a ser um ponto de integração e de associação de todos os educadores que queiram retomar a educação na perspectiva de suas relações com a sociedade. Esforços no sentido de reuni-los num centro – que provisoriamente chamamos ‘Centro de Estudos Educação e Sociedade’ (CEDES) – já estão sendo feitos. A consolidação de uma revista em nível nacional – portadora da produção e da reflexão-ação de um grupo numeroso de educadores – deverá prestar um serviço ainda maior para a educação brasileira (...) (1979, p. 3).

A ligação da revista com os movimentos sociais ocorrendo na educação no País é a cunha desse editorial, marcando sua trajetória e reorientando-a na busca de uma estrutura que permitisse sua consolidação, através da criação do CEDES, com a clara intenção não só da ampliação do campo da ação dos educadores, como também de definição do lugar que se pretendia construir como o de articulação dessa luta. Muito rapidamente, no dia 5 de março de 1979, aquele grupo, fundador da revista na Faculdade de Educação da Unicamp, ampliado agora com outros educadores igualmente compromissados com a educação brasileira e com o seu papel político, bem como com a democratização da educação e da sociedade nacionais, cria o CEDES como sociedade civil sem fins lucrativos.

Os objetivos definidos para o Centro consolidam e ampliam a ação da revista, reforçada pela decisão de retomar-se a organização das Conferências Nacionais da Educação, agora na nova série Conferência Brasileira de Educação (CBE), em continuidade ao que deveria ser o II Seminário da Educação Brasileira, cujo tema refletia a luta pela transformação da educação: *Políticas Educacionais*. O CEDES, mais duas associações do campo da educação – Associação Nacional de Educação (ANDE) e Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) – e, no início, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) assumiram a promoção das seis CBEs na década de 1980 e a última em 1991.

Ao longo do tempo, o CEDES tem participado de inúmeros movimentos de reorganização e reordenamento da educação nacional, interferindo nas esferas do poder federal, estaduais e municipais. Esteve presente ainda no processo de luta pela Anistia; no Fórum Nacional de Educação, na Constituinte, em defesa da escola pública; e, desde 1989, vem acompanhando, no Congresso Nacional, a elaboração e tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as discussões em torno do Plano Nacional de Educação.

Cumprindo seus objetivos iniciais, o CEDES desenvolveu ainda, nos anos de 1990, importante programa integrado de pesquisa, com a participação de pesquisadores de universidades brasileiras sobre “Ciência & Tecnologia: qualificação e produção”, com resultados publicados na revista, na seção “Pesquisa no CEDES”. *Educação & Sociedade* participou com muita ênfase da reorganização do campo educacional na década de 1980 e seus números guardam registros de diferentes movimentos da época. Igualmente foi um importante e incansável ator do movimento dos editores.

Ao longo de sua trajetória, a política editorial do CEDES para *Educação & Sociedade* foi sendo construída, alcançando maior explicitação nos últimos anos. Desde 1995, a partir do nº 53, a introdução de um número especial temático por ano (“Educação e Democracia: limites impostos pelo autoritarismo social”) tornou a revista quadrimestral. Os temas tratados nesses números temáticos foram: “Teorias críticas e liberalismo: contrastes e confrontos” (nº 57, 1996); “Tecnologia, trabalho e educação” (nº 61, 1997); “Competência, qualificação e trabalho” (nº 64, 1998); “Formação de profissionais da educação: políticas e tendências” (nº 68, 1999); “Vigotski – O manuscrito de 1929: temas sobre a constituição cultural do homem” (nº 71, 2000); “Ética, educação e sociedade: um debate contemporâneo” (nº 76, 2001); “Políticas públicas para a educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002” (nº 80, 2002). Estes números dão visibilidade aos objetivos dessa política, o que permite não só retomar, introduzir e aprofundar temas contemporâneos da educação, na sua relação com a sociedade, mas também difundir os conhecimentos resultantes de pesquisas que vêm sendo produzidas no campo educacional, no Brasil e no exterior. Resultante dessa política editorial, desde o nº 63, de 1998, foram incluídos Dossiês que abordaram as temáticas “Universidade em tempos difíceis”, “Ensino Médio” (nº 70, 2000); “Políticas curriculares e decisões epistemológicas” (nº 73, 2000); “Os saberes dos docentes e sua formação” (nº 74, 2001); “Políticas educacionais” (nº 75, 2001); “Ensaio sobre Pierre Bourdieu” (nº 78, 2002); “Diferenças” (nº 79, 2002), e “Letramento” (nº 81, 2002). No número 77, de 2001, foram introduzidas duas novas seções: “Imagens & palavras” e “Revisão & síntese”.

A Revista é planejada anualmente, com a participação dos Conselhos Editoriais Nacional e Internacional, definindo um número especial temático, dois números com dossiês e um número plural. Desse modo, *Educação & Sociedade* pretende estar cumprindo melhor seu papel na constituição e fortalecimento do campo do conhecimento da educação. Essa política editorial foi implementada no momento em que o CEDES, com o nº 57 (especial de 1996) assumiu diretamente a produção de suas publicações, o que implica redução significativa dos custos editoriais da Revista, garantindo-lhe maior autonomia e controle sobre todas as etapas de sua publicação, além de permitir melhorias na qualidade final, em termos gráficos, de *layout* e de conteúdo.

A Revista realizou lançamentos de edições em seminários e mesas redondas promovidas pelo CEDES, com o apoio de instituições acadêmicas, nacionais e internacionais. A idéia desses lançamentos é uma inovação que permite à Revista alcançar maior visibilidade e conhecimento do seu impacto no campo educacional, além de ser um momento único para o encontro de autores e leitores. Sua inclusão no Projeto *SciELO* de revistas eletrônicas (Fapesp) desde o nº 58, ano de 1997, na primeira fase de funcionamento pleno do projeto, tornou a Revista acessível à comunidade acadêmica de modo imediato, intensificando o intercâmbio, a colaboração e a polêmica de que depende o avanço do conhecimento. O caráter de “bem público” da Revista foi, assim, mais uma vez evidenciado. A internacionalização da Revista tem-se verificado num processo lento, mas cauteloso. O conselho editorial internacional tem sido uma das componentes, na medida em que os seus membros pertencem a diversos países, caso de Espanha, México, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Portugal.

Para concretizar a idéia de uma edição portuguesa de *E&S*, trazida por Almerindo Janela Afonso, em setembro de 2000, a partir do número 13 o comitê editorial integra o nome de José Augusto Pacheco, da Universidade do Minho, cuja ação tem permitido a construção de uma ponte efetiva entre Portugal e Brasil, sobretudo com a participação ativa de docentes e investigadores na revista e ainda com a sua divulgação em Portugal. Desse modo, passam a integrar o conselho editorial internacional, desde o número 79 (agosto de 2002), Almerindo Janela Afonso, Maria de Fátima Sequeira (Universidade do Minho) e João Barroso (Universidade de Lisboa). O “grupo português” da revista assegura, assim, a divulgação da mesma e prepara-se para tornar efetiva a sua presença em terras lusas a partir do mês de maio, momento em que passará a existir a publicação impressa em Portugal, com a criação de ponto de venda e distribuição e rede de assinantes, através da Livraria Minho, situada em Braga.

Para comemorar este acontecimento, realizar-se-á o seminário internacional sobre Políticas Educativas em Portugal e no Brasil – quando será lançada a edição portuguesa a partir da revista nº 82 (abril de 2003) –, com apoio tanto da Universidade do Minho, quanto da Universidade

Estadual de Campinas, nas instalações da Universidade do Minho. No dia 26 de maio há lugar para a apresentação, na forma de conferência, de quatro artigos da revista escritos por João Barroso, Gaudêncio Frigotto e Maria Giavatta, José Augusto Pacheco e Luiz Antonio Cunha; no segundo dia, ocorre uma mesa-redonda (“A investigação em Portugal e no Brasil pelo prisma das publicações científicas Revista *Educação & Sociedade* e *Revista Portuguesa de Educação*”, através dos seus diretores, respectivamente, Ivany Pino e Rui Vieira de Castro, e com a participação de Vera Lúcia Sabongi De Rossi, membro da diretoria do CEDES). Além do Dossiê já citado, este número apresenta na seção Debates um conjunto de leituras organizado por Jorge Larrosa e Walter Kohan do livro *O mestre ignorante*, de Jacques Ranciere, desenvolvendo pensamentos sobre a relação educação e política em sua intersecção com igualdade e liberdade.

Com efeito, estão criadas as condições mínimas para a divulgação da edição portuguesa de *Educação & Sociedade* em Portugal, sabendo-se que são inúmeras as vantagens que podem advir deste processo, principalmente se considerarmos as potencialidades de uma revista que não pode ficar confinada a um país, mas a uma comunidade tão importante como é o caso da comunidade de língua portuguesa.

A Revista *Pro-Posições*

A Revista *Pro-Posições*, criada em 1990, é uma publicação quadrimestral da Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e publica artigos, resenhas e traduções sobre temas relacionados à área da Educação. Nasceu e se mantém como uma revista institucional da FE – Unicamp e, como tal, expressa a investigação, os debates e a produção da área, atendendo ao critério de alcance e abrangência que supere qualquer traço de endogenia. Tal desafio tem sido assumido pela organização de uma Comissão Editorial abrangente, composta por doutores de áreas diversas da Faculdade, e de um Conselho Editorial de porte internacional, com personalidades de renome.

A *Pro-Posições* tem se pautado por transformações importantes ao longo de sua história, sempre buscando padrões mais adequados e a melhoria da qualidade da publicação. Até abril de 2003, foram publicados quarenta fascículos, sendo que as edições de números 25 a 33 foram totalmente temáticas. A partir do número 34, a revista passou a contar em sua composição com um dossiê temático, organizado por pesquisadores da área-tema, trazendo artigos de especialistas convidados – nacionais e internacionais – e abarcando assuntos de interesse e discussão atuais da área de Educação. Completam a edição artigos de demanda, de áreas diversas da do dossiê, além de resenhas e traduções. A partir do número 41, uma nova seção – DIVERSO E PROSA – foi criada, pensando na publicação de artigos raros, documentos, entre outros.

A *Pro-Posições* é responsável, atualmente, pela realização de cerca de 200 permutas com periódicos nacionais e internacionais, permitindo trazer à Biblioteca da Faculdade de Educação publicações de interesse de seus profissionais.

Todo o material enviado para a *Pro-Posições* é analisado por *referees*. No caso dos autores convidados para o dossiê, pelo próprio organizador e também por um segundo leitor, membro da Comissão Editorial. No caso de artigos de demanda e resenhas, por especialistas da área, indicados pelos membros da Comissão Editorial. Todos os professores da FE – Unicamp são pareceristas para os artigos enviados à *Pro-Posições*. Sempre são indicados pelo menos dois especialistas: um da FE e outro externo – de outras unidades da Unicamp ou de outras instituições. Em caso de divergência na análise, um terceiro parecerista é consultado. A Comissão Editorial é responsável pela avaliação da adequação do artigo à linha da Revista. Aos pareceristas é solicitado um parecer circunstanciado, avaliando a pertinência do tema com relação ao conteúdo e à forma do artigo enviado.

Os temas abordados no ano de 2002 e 2003 foram:

- “Mudanças nas relações do trabalho, relações profissionais e formação” – v. 13, n. 1 (37), jan./abr. 2002. Este número coloca em destaque uma experiência de intercâmbio internacional entre quatro equipes multidisciplinares, localizadas na França e no Brasil, e, como citado em seu editorial (p. 7) “se apóia numa visão que informa a existência de uma crise no ensino

superior brasileiro que apresenta, entre suas múltiplas facetas, de um lado, as universidades públicas, federais e estaduais, que vêm sua presença reduzida na oferta de matrículas e portanto tornam-se mais vulneráveis às políticas de corte e racionalização, impostas pela reestruturação do Estado frente à globalização, onde os recursos para pesquisa são fortemente visados; do outro, as universidades privadas, com uma presença crescente na oferta de ensino superior, porém por razões gerenciais e de racionalidade econômica, com enormes dificuldades de desenvolver um ensino de qualidade e de incorporar institucionalmente a pesquisa como atividade permanente entre seus quadros docentes e seus fins institucionais”.

- “Literatura e educação” – v. 13, n. 2 (38), maio/ago. 2002. Apresenta um tema relevante e pouco estudado no campo da educação: as formas de transmissão, mecanismos e métodos de ensino das diferentes concepções da literatura e da vivência literária.
- “Reflexões sobre a violência na sociedade contemporânea: educação, juventude, trabalho, memória” – v. 13, n. 3 (39), set./dez. 2002. Discute as diversas formas de manifestação da violência na sociedade atual – atingindo o indivíduo e a coletividade –, relacionando-a com o jovem, a escola, com as políticas públicas, a produção cultural, a memória.
- “Conhecimento e educação em saúde” – v. 14, n. 1 (40), jan./abr. 2003. Trata das diferenças e dos consensos que trazem a recente, portanto ainda efervescente, discussão da educação e do conhecimento na área da saúde, em todos os seus campos de formação.
- “A visibilidade do corpo” – v. 14, n. 2 (41), maio/ago. 2003. Discute as múltiplas faces do fenômeno da *visibilidade do corpo*, que vão da alimentação à higiene, passando pelas boas maneiras, pelos usos do banho como limpeza, até as inúmeras pedagogias que trabalham no adestramento, endireitamento e modelagem dos corpos, assinalando sua importância para o campo da educação. Participam do dossiê autores que se vêm dedicando ao estudo do corpo, tanto no Brasil como no exterior, colocando a Pro-Posições em sintonia com uma temática que se amplia a cada dia e se revela tanto plural quanto polêmica.
- “Educação infantil e gênero” – v. 14, n. 3 (42), set./dez. 2003. O dossiê mergulha em temáticas cotidianas da primeira etapa da educação básica – a educação das crianças de 0 a 6 anos em contextos educacionais coletivos na esfera pública. Apesar do crescimento significativo de pesquisas focalizando a educação das crianças de 0 a 6 anos, ainda são escassos os estudos sobre as relações de gênero neste contexto, o que confere ao dossiê caráter inédito, além de extremamente instigante pela densidade das reflexões apresentadas.

Os Dossiês do ano de 2004 já foram publicados, tendo como temas: “Educação Estética”, “A Expansão da Escolarização” e “Educação Superior: algumas tendências políticas européias e latino-americanas”. Os temas para o ano de 2005 também já estão definidos, e tem crescido o interesse e demanda no sentido de propor temáticas a partir de pesquisas de várias áreas de conhecimento e atuação. São essas áreas do Programa de Pós-Graduação da FE as responsáveis pela produção de conhecimentos e pelo debate de idéias que alimentam a Revista.

Ao tomar como norte para a Revista a qualidade dos textos publicados, normas e formato adequados e acima de tudo regularidade na publicação e distribuição, a Comissão Editorial imprimiu um novo rumo a esta publicação, indexada em sete bancos de dados e que hoje está sendo avaliada para entrada no Scielo/Fapesp. A última avaliação de periódicos realizada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd – atribuiu conceito A e nível de circulação Nacional à nossa revista. Cabe ainda destacar que os dossiês e mesmo a seção de artigos de demanda têm sido procurados por autores nacionais e estrangeiros, o que nos tem permitido um diálogo cada vez mais amplo com a comunidade internacional da área de educação. Portanto, a revista tem se mantido como um importante espaço de circulação de idéias e pesquisas e um veículo cada vez mais disputado pelos pós-graduandos do programa de pós-graduação da FE/Unicamp e dos demais programas brasileiros.

Ainda quanto a publicações, no ano de 2003, pesquisadores da Faculdade de Educação foram convidados a organizar uma Coleção da área para a Editora da Unicamp. O projeto foi

apresentado e aprovado e, no momento, estão em fase de preparação os dois primeiros livros indicados.

A Revista *Zetetiké*

A Revista ZETETIKÉ, publicação semestral do Círculo de Estudos, Memória e Pesquisa em Educação Matemática – CEMPEM –, é publicada desde 1993.

Embora existisse inicialmente a intenção de fazer da ZETETIKÉ um canal de divulgação dos trabalhos produzidos na FE/Unicamp relativos à Educação Matemática, as várias solicitações recebidas, no sentido de abrir também espaço para produções geradas fora da Unicamp, acabaram por levar à percepção da importância da divulgação dessas produções para o aprofundamento do conhecimento na área, através do estímulo ao intercâmbio de idéias. Assim, a ZETETIKÉ tornou-se um espaço aberto às várias tendências dos grupos e membros da comunidade brasileira de Educação Matemática.

A partir do seu terceiro número, a revista passou a ter periodicidade semestral e a ser publicada através do Setor de Publicações da Faculdade de Educação.

Sua relevância para a área fica evidente pelo número expressivo de 1.300 assinantes em todo o Brasil e também no exterior, mesmo tratando-se de periódico específico da área de Educação Matemática. A revista foi avaliada com o conceito Nacional B.

A Coleção *Educação*

Objetivos

O projeto de organização de uma coleção sobre a Educação aqui apresentado nasce da procura por textos capazes, antes de tudo, de funcionar como ferramentas para o estudioso interessado em desembaraçar aquilo que está emaranhado nos estudos que tratam do trabalho coletivo de transmissão, de uma geração a outra, dos saberes e maneiras de ser necessários à sua própria reprodução, isto é, necessários à sobrevivência de seus valores, dos modos de viver e de pensar sobre si mesmos e sobre o mundo.

Considerar a Educação como um sinônimo das atividades que se desenvolvem dentro da escola é uma tentação tão grande quanto a de considerar a escola como uma realidade quase eterna.

A historiografia, assim como a sociologia, malgrado a abundância e qualidade dos trabalhos existentes, contribui para reforçar estas disposições, ao utilizar a expressão história da educação e sociologia da educação para identificar de forma majoritária e, em alguns ambientes, quase que exclusiva, os trabalhos que concernem à instituição escolar. Ao restringir, dessa maneira, o termo educação (resultado de uma concepção germinativa de história do ensino e de uma repartição prematura da sociologia), confundem-se formas de educação e de aprendizagem existentes em sociedades as mais diversas, assim como as suas variações no tempo e no espaço, com a forma escolar que faz parte da nossa experiência existencial. Reduzem-se, melhor dizendo, instituições que diferem profundamente das nossas a essa invenção particular, em que a sociedade contemporânea de tipo ocidental vem encerrando, com rigor crescente, a transmissão dos valores, dos conhecimentos e, de modo mais geral, os processos que perpassam a socialização das jovens gerações.

A Coleção, assim, reúne textos capazes de oferecer elementos concretos para uma reflexão mais fina sobre a educação contemporânea “prisioneira da forma escolar”, no sentido dado por Guy Vincent (1980). Seu objetivo é assinalar a natureza histórica da instituição escolar e a revolução que a sua invenção provocou nos processos de socialização a partir do século XIX, assim como a multiplicidade e complexidade dos processos de transmissão ainda em vigor nas nossas sociedades.

Para tanto, pensamos em dividir a coleção em duas séries. A primeira, intitulada Referências e Documentos, estaria organizada em dois eixos. O primeiro, Referências, combinaria textos fartamente referenciados em trabalhos acadêmicos de língua portuguesa e que não tiveram publicação no Brasil com os que não foram reeditados recentemente. O segundo eixo é voltado para os marcos documentais que assinalam a) as operações de institucionalização do sistema de ensino no Brasil, isto é, da empresa de “pedagogização” que atua de forma crescente na socialização da juventude; b) a montagem do sistema de formação de professores e a construção do espaço de produtores de um saber sobre o ensino. Por fim, esse eixo inclui também os marcos documentais do material pedagógico brasileiro englobando (i) os manuais escolares e (ii) os exercícios e as práticas pedagógicas conservadas nas escolas (Esse trabalho com os marcos documentais será desenvolvido no interior do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação, otimizando os recursos humanos e materiais ali disponíveis, em relação com diversos grupos de pesquisa que, por todo o Brasil, preocupam-se em recuperar esses materiais).

A segunda série, intitulada Conexões, reuniria textos contemporâneos que se aproximam dos fenômenos educativos a partir de pontos de vista variados, explorando as diferentes modalidades de relações sociais envolvidas nos processos de transmissão dos saberes e maneiras de ser e de pensar sobre o mundo.

Ementas das Séries

a) Coleção Educação, Série Referências e Documentos

a.1. Os textos publicados na série Referências expressam formas e processos educacionais propostos ou vivenciados em sociedades e épocas diversas.

a.2. A série Documentos publica marcos documentais que assinalam a institucionalização da escola na sociedade brasileira

(b) Coleção Educação, Série Conexões

Os textos publicados na série Conexões exploram as diferentes modalidades de relações e processos envolvidos nas operações de transmissão de saberes e de maneiras de ser e de pensar sobre o mundo:

- A adequação dos meios mais utilizados para a divulgação das atividades de pesquisas / produções artísticas / culturais / tecnológicas.
- Os principais tipos de indicadores dessa produção e sua pertinência para a avaliação da Unidade, comparando-a com similares no País e no exterior.
- As principais fontes de financiamento, bem como a adequação da política interna de alocação de recursos e política pública / privada de financiamento para as diversas atividades.

A produção acadêmico-cultural docente da Faculdade de Educação

Antes de mais nada, é importante ressaltar o fato de que, por *produção acadêmico-cultural docente* da Faculdade de Educação, estamos entendendo, de forma ampla, tanto as **atividades** dos docentes da FE quanto as suas **produções**, propriamente ditas, de cunho científico, artístico ou literário, resultantes dessas atividades, quer tenham sido tais produções expressas sob as formas escrita, oral, iconográfica ou videográfica.

Foi com base nesse entendimento que optamos por realizar a análise quantitativa da produção acadêmico-cultural dos docentes da Faculdade de Educação com base nas cinco seguintes categorias:

- publicações e demais produções impressas;
- projetos de pesquisa concluídos no quinquênio 1999-2003 ou em andamento até o final de 2003;

- participações em eventos científicos;
- atividades de orientação em níveis de graduação e pós-graduação;
- participações em bancas de exames de qualificação (mestrado e doutorado), em bancas de defesas (de dissertações de mestrado e de teses de doutorado) e em bancas de outra natureza.

Destacamos ainda o fato de que tal análise quantitativa da produção acadêmico-cultural dos docentes se pautou em dados fornecidos pelos próprios departamentos aos quais os docentes se filiam. Para se ter uma maior visibilidade das singularidades e da natureza da produção acadêmico-cultural dos cinco departamentos que compõem a Faculdade de Educação, os dados relativos a cada uma das referidas categorias são, inicialmente, apresentados por departamentos e, em seguida, globalmente.

Publicações e demais produções impressas

Optamos por realizar a análise quantitativa das publicações acadêmico-culturais e demais produções impressas dos docentes da Faculdade de Educação, primeiramente, em função dos cinco departamentos aos quais esses docentes se filiam e, em seguida, considerando-as globalmente enquanto publicações da Faculdade de Educação.

Uma segunda opção que fizemos foi a de proceder a essa análise quantitativa com base em 12 descritores nos quais as publicações dos docentes da FE incidem e que aparecem explicitados no quadro seguinte:

Quadro 4. Descritores de análise das publicações acadêmico-culturais da Faculdade de Educação no quinquênio 1999-2003

Livros publicados e reedições de livros nacionais ou internacionais
Capítulos de livros publicados no Brasil ou no exterior
Artigos publicados em periódicos impressos nacionais ou internacionais
Trabalhos completos publicados em Anais de eventos científicos nacionais ou internacionais
Resumos de trabalhos publicados em Anais de eventos científicos nacionais ou internacionais
Artigos publicados em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais
Relatórios de Pesquisa
Organizações de livros, revistas ou coletâneas
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas e verbetes
Resenhas publicadas de livros ou artigos
Traduções publicadas de livros ou artigos
Outras produções (relatórios técnicos, trabalhos artísticos e literários, filmes, vídeos, textos de apoio, etc.).

Postos tais esclarecimentos, vamos passar inicialmente à análise das publicações por departamentos.

O **Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE)** contava, no último ano do quinquênio 1999-2003, com 18 docentes em efetivo exercício, estando 16 deles em RDIDP e 2 em RTC. Essa quantidade de docentes e essa relação entre docentes em RDIDP e em RTC permaneceram praticamente inalteradas ao longo de todo o quinquênio 1999-2003, ressaltando-se o fato de que, em 1999, o departamento contava com 19 docentes em seu quadro. É importante ainda destacar aqui que, na auto-avaliação da FE relativa ao quinquênio 1989-1993, o departamento contava, ao longo de todo aquele período, com 20 docentes em efetivo exercício, sendo 16 deles em RDIDP e 4 em RTC.

A tabela que se segue dá visibilidade quantitativa à diversidade das publicações e demais produções impressas da totalidade dos professores do DASE, ao longo do quinquênio 1999-2003, nos diferentes descritores indicativos de análise em que estamos nos baseando:

Tabela 6. Quantidade de publicações e demais produções impressas dos professores do DASE ao longo do quinquênio 1999-2003

Descritores de Publicações e demais produções impressas	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Livros nacionais ou internacionais	3	10	6	5	5	29
Capítulos de livros nacionais ou internacionais	9	13	7	17	18	64
Artigos em periódicos impressos nacionais ou internacionais	23	10	15	20	16	84
Trabalhos completos em Anais Nacionais ou internacionais	29	37	25	42	28	161
Resumos de trabalhos em Anais Nacionais ou internacionais	21	25	19	21	23	109
Artigos publicados em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais	2	-	1	-	3	6
Relatórios de Pesquisa	6	16	12	14	11	59
Organizações de livros, revistas ou coletâneas	-	3	1	6	5	15
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas, verbetes	1	4	2	7	8	22
Resenhas publicadas de livros ou artigos	-	-	-	-	-	-
Traduções publicadas de livros ou artigos	2	-	3	-	-	5
Outras produções impressas (relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de aula, etc.).	33	27	64	59	60	243
Total do Quinquênio	129	145	155	191	177	797

Como se pode observar, embora as publicações e demais produções impressas dos docentes do DASE tenham sido diversificadas e tenham se distribuído em quase todos os descritores de análise, com exceção do último, que engloba produções de naturezas diversas, o descritor que acusa maior incidência de produção é o referente a trabalhos completos publicados em anais, chegando mesmo a superar o de resumos de trabalhos publicados em anais. Destaca-se também o expressivo número de artigos, livros e capítulos de livros produzidos pelos docentes.

Ainda que a tabela não acuse esse fato, deve-se também ressaltar uma considerável inserção internacional da produção escrita dos docentes do DASE nos descritores “artigos” e “capítulos de livros”, uma vez que, dos 64 capítulos de livros publicados no período, 14 o foram em periódicos internacionais, o mesmo ocorrendo com muitos dos 84 artigos publicados em periódicos especializados.

Outro fato que se deve observar é a valorização dada pelos docentes do DASE ao descritor “relatórios de pesquisa”, o que se expressa no grande número de produções dessa natureza no período. Destacamos isso porque os docentes da FE nem sempre costumam dar o devido valor a esse tipo de produção, preferindo divulgar os resultados de suas pesquisas através de outros tipos de publicação.

No caso dos professores do DASE, além dos relatórios de pesquisa, grande parte das suas produções e resultados de pesquisa, no quinquênio que estamos considerando, foi divulgada em revistas e periódicos tais como: Social Science Information, Journal of Teacher Education and Development, Revista Educação e Sociedade, Cadernos de Pesquisa, Revista Avaliação, Revista da Anped, Revista Pro-Posições, Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Revista Brasileira de Estudos da População, Revista do Instituto SER, Contexto, Cadernos do Cedes, Information sur le Sciences Sociales, Cahiers du Brésil Contemporain, Revista Pensamiento Educativo, fato que, uma vez mais, põe em evidência a inserção internacional da produção docente do DASE.

Se a tabela anterior dá visibilidade à natureza e diversidade das publicações e demais produções impressas dos docentes do DASE, a seguinte enfatiza os aspectos quantitativos dessas produções impressas. Ela nos mostra, de forma concisa, a distribuição do total das publicações e demais produções impressas diversas dos professores do DASE, ao longo dos anos do quinquênio 1999-2003, bem como as médias anuais e quinquenais de produção impressa total (média total) e de produção impressa parcial (média parcial) do departamento, por docente, nesse mesmo quinquênio. A diferença entre o que estamos chamando aqui de *produção impressa parcial* e *produção impressa total* é que, na primeira dessas categorias, não estão incluídas as produções impressas relativas ao último dos descritores presentes no quadro em que nos baseamos para realizar a análise. A razão para o estabelecimento dessa distinção no universo das produções impressas dos docentes da FE se deve ao fato de que algumas (porém, não a totalidade) das produções impressas referentes ao último dos descritores de nosso quadro de análise não tenham sido produções formalmente publicadas. Os relatórios de pesquisa não foram incluídos nessa categoria por terem sido considerados como publicações internas.

Um segundo esclarecimento da tabela que se segue diz respeito ao fato de que a contagem do número de docentes de cada um dos departamentos, em cada ano, foi feita do seguinte modo: cada docente em regime de trabalho RTP ou RTC é computado, respectivamente, como 0,5 ou 0,7 de um docente. Além disso, a média quinquenal de docentes do departamento é feita com base na média aritmética das quantidades anuais de docentes do departamento. É por essas razões que, nas segundas colunas das tabelas relativas às médias parciais e totais de publicação de cada um dos departamentos, podem aparecer números não inteiros de docentes.

Tabela 7. Médias Parciais e Totais – anuais e quinquenais – de publicação docente do DASE no período 1999-2003

Ano	Produção impressa total	Produção impressa parcial	Número de docentes	Médias Parciais	Médias Totais
1999	129	96	19	5,1	6,8
2000	145	118	17	6,9	8,5
2001	155	91	17	5,4	9,1
2002	191	132	17	7,8	11,2
2003	177	117	17	6,9	10,4
No quinquênio	797	554	17,4	32,1	46,0

Uma primeira observação que poderia ser feita, com base nos valores contidos na tabela 7, é que a média anual total de publicação docente do DASE, embora crescente ao longo dos quatro primeiros anos do quinquênio, assiste a uma ligeira queda no último ano. Entretanto, quando comparamos as médias anuais totais do primeiro e último anos do quinquênio, observa-se um expressivo crescimento de 53%. Um aumento percentual, embora menos expressivo do que este último, também se verifica na média anual de publicações parciais do último ano do quinquênio em relação ao primeiro, aumento este que gira em torno de 35,3%.

Uma segunda observação é que as médias anuais totais de publicação foram superiores às médias parciais em todos os anos do quinquênio, sendo a média total quinquenal de publicação 43,3% maior do que a média parcial quinquenal de publicação.

O **Departamento de Psicologia Educacional (DEPE)** contava, ao longo dos anos do quinquênio 1999-2003, respectivamente, com 20, 20, 21, 21 e 18 docentes em efetivo exercício, todos eles em RDIDP.

Para os propósitos visados nesta seção, é importante registrar o decréscimo de 2 docentes no quadro do DEPE quando se compara o número de docentes do último e do primeiro anos do quinquênio considerado. Esse decréscimo se torna ainda maior, quando comparamos o número de

docentes do DEPE, no último ano do quinquênio 1999-2003, com aquele do último ano do quinquênio 1989-1993, momento em que este departamento contava com 24 docentes em seu quadro, estando 23 deles em RDIDP e 1 em RTC. Percentualmente expressa, esta perda na quantidade de docentes do DEPE, no período de 1993 a 2003, equivale a 25%.

As tabelas que se seguem dão visibilidade quantitativa à diversidade das publicações e demais produções impressas da totalidade dos professores do DEPE, ao longo do quinquênio 1999-2003, nos diferentes descritores indicativos de análise em que estamos nos baseando:

Tabela 8. Quantidade de publicações e demais produções impressas dos professores do DEPE ao longo do quinquênio 1999-2003

Descritores de Publicações e demais produções impressas	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Livros nacionais ou internacionais	7	8	4	2	2	23
Capítulos de livros nacionais ou internacionais	19	48	38	63	19	187
Artigos em periódicos impressos nacionais ou internacionais	22	30	22	16	13	103
Trabalhos completos em Anais Nacionais ou internacionais	4	5	10	18	11	48
Resumos de trabalhos em Anais Nacionais ou internacionais	38	60	73	122	96	389
Artigos em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais	1	-	-	6	1	8
Relatórios de Pesquisa	10	13	8	-	5	36
Organizações de livros, revistas ou coletâneas	-	6	15	-	7	28
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas, verbetes	8	13	10	14	3	48
Resenhas de livros ou artigos	-	-	-	2	-	2
Traduções de livros ou artigos	1	-	-	-	-	1
Outras produções (relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de aula, etc.).	5	28	47	5	2	87
Total do Quinquênio	115	211	227	248	159	960

Tabela 9. Médias Parciais e Totais – anuais e quinquenais – de publicação docente do DEPE no período 1999-2003

Ano	Produção Impressa Total	Produção Impressa Parcial	Número de docentes	Médias Parciais	Médias Totais
1999	115	110	20	5,5	5,8
2000	211	183	20	9,2	10,6
2001	227	180	21	8,6	10,8
2002	248	243	21	11,6	11,8
2003	159	157	18	8,7	8,8
No quinquênio	960	873	20	43,6	47,8

A tabela 9 mostra, de forma concisa, a distribuição das publicações dos professores do DEPE, ao longo dos anos do quinquênio 1999-2003, bem como as médias anuais e quinquenal de publicação do departamento, por docente. Os dados, se comparados com dados dos demais departamentos, indicam que o DEPE foi aquele que obteve, no quinquênio considerado, a maior média parcial de publicação, a qual atingiu o expressivo índice de 43,6 produções impressas por docente. Entretanto, ao longo do quinquênio considerado, essa média teve duas quedas não-consecutivas:

uma, pouco expressiva (em torno de 6,5%), ocorreu do ano 2000 para 2001; a outra, bem mais acentuada (em torno de 25%), ocorreu do ano 2002 para 2003. De 2002 para 2003, também ocorreu uma queda de aproximadamente 25% na média total de produção impressa por docente.

Ainda que a média de publicação e de produções impressas por docente seja, em todos os anos, bastante expressiva, pode-se observar que ela foi crescente até 2002, mas, em 2003, voltou a um patamar inferior aos três anos anteriores, possivelmente devido ao número elevado de aposentadorias, a sobrecargas didáticas que os professores em exercício tiveram por consequência, e a outras demandas que se impuseram aos docentes, tais como a participação em atividades administrativas.

Deve-se observar, todavia, que, quando se comparam as médias anuais totais de produções impressas do primeiro e último anos do quinquênio, assiste-se a um expressivo crescimento de 51,7%, que ocorre, também, de modo um pouco mais intenso (58,2%), na média anual de publicações parciais do último ano do quinquênio em relação ao primeiro.

O **Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação (DECISAE)** sempre contou, ao longo dos anos do quinquênio 1999-2003, com 14 docentes em efetivo exercício, todos eles em RDIDP. Já no último ano do quinquênio 1989-1993, período sobre o qual incidiu a primeira auto-avaliação da FE, o DECISAE era composto por 12 docentes, estando 11 deles em RDIDP e 1 em RTC. Esses dados nos revelam que, no período de 1993 a 2003, o quadro de docentes do DECISAE, teve um acréscimo de 2 docentes, o que, em termos percentuais, equivale a 16,7%.

A tabela abaixo dá visibilidade quantitativa às publicações da totalidade dos 14 professores do **Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação (DECISAE)** ao longo do quinquênio 1999-2003, nos diferentes descritores indicativos de análise em que estamos nos baseando:

Tabela 10. Quantidade de publicações científico-culturais dos professores do DECISAE ao longo do quinquênio 1999-2003

Descritores de Publicações e demais produções impressas	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Livros nacionais ou internacionais	3	2	2	-	1	8
Capítulos de livros nacionais ou internacionais	9	12	11	6	10	48
Artigos em periódicos impressos nacionais ou internacionais	16	8	20	12	20	76
Trabalhos completos em Anais Nacionais ou internacionais	3	6	3	3	4	19
Resumos de trabalhos em Anais Nacionais ou internacionais	6	5	15	2	7	35
Artigos em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais	-	-	-	-	1	1
Relatórios de Pesquisa	5	6	13	6	9	39
Organizações de livros, revistas ou coletâneas	2	8	9	15	12	46
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas, verbetes	3	1	1	1	5	11
Resenhas de livros ou artigos	1	1	-	2	3	7
Traduções de livros ou artigos	-	-	-	-	-	-
Outras produções (relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de apoio, etc.).	72	115	110	68	65	430
Total do Quinquênio	120	164	184	115	137	720

Como se pode observar, as publicações e demais produções impressas dos docentes do DECISAE no quinquênio 1999-2003, embora diversificadas, concentraram-se naquelas categorias mais conformes à natureza do trabalho científico-acadêmico, quais sejam: relatórios de pesquisa, artigos, capítulos de livros e trabalhos completos em anais. Deve-se também destacar os seguintes dados, não evidenciados na tabela anterior: 1. dos 76 artigos publicados em periódicos científicos,

22 (cerca de 29%) o foram em periódicos internacionais; 2. dos 54 trabalhos completos ou resumos publicados em anais, 21 (cerca de 39%) se vinculam a eventos internacionais; 3. dos 48 capítulos de livros publicados, 4 (0,8%) compuseram livros internacionais. Esses dados sugerem uma expressiva inserção internacional da produção acadêmico-científica dos docentes do DECISAE.

A tabela anterior nos mostra também uma redução significativa na quantidade anual de publicação e demais produções impressas do DECISAE em 2002 especialmente. De uma produção crescente até 2001, ela se reduz sensivelmente em 2002 e volta a crescer no último ano do período. Isso pode ser explicado pelo caráter não regular do processo de desenvolvimento das pesquisas e também em virtude da redução de uma docente do departamento entre junho de 2001 a março de 2003. Com a contratação de mais uma docente no início de 2003, a produção retoma o crescimento gradativo que vinha experimentando nos três primeiros anos do quinquênio. Essas alterações podem ser expressas em termos de médias anuais parcial e total de publicação e demais produções impressas, conforme mostra a tabela seguinte:

Tabela 11. Médias Parciais e Totais – anuais e quinquênis – de publicação docente do DECISAE no período 1999-2003

Ano	Produção Impressa Total	Produção Impressa Parcial	Número de docentes	Médias Parciais	Médias Totais
1999	120	48	14	3,4	8,6
2000	164	49	14	3,5	11,7
2001	184	74	13,5	5,5	13,6
2002	105	47	13	3,6	8,1
2003	137	72	14	5,1	9,8
No quinquênio	720	290	14	20,7	51,4

Quando se confrontam as médias anuais totais do primeiro e último anos do quinquênio, percebe-se um crescimento da ordem de 14%. A média mais elevada ocorre em 2001, que pode ser explicada pelo caráter não regular da finalização dos projetos de pesquisa e conseqüente divulgação.

Uma outra observação que deve aqui ser feita, com base nas informações da tabela anterior, diz respeito ao fato de o DECISAE apresentar elevada produtividade em relação ao último descritor, o que faz as médias parciais ficarem bem abaixo das médias totais. Isso é um indicativo da diversidade de produções dos docentes do departamento, com destaque para relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de apoio etc., sem contudo deixar de apresentar taxas relevantes em publicações que costumadamente são mais valorizadas na academia, como artigos e livros ou capítulos de livros.

O **Departamento de Metodologia de Ensino (DEME)** apresentava, no último ano do quinquênio 1999-2003, 38 docentes em efetivo exercício, 36 deles em RDIDP e 2 em RTP. Essa quantidade de docentes permaneceu inalterada ao longo de todo o quinquênio 1999-2003, sendo que, no último ano do quinquênio 1989-1993, período sobre o qual incidiu a primeira auto-avaliação da FE, o DEME contava com 35 docentes, 33 deles em RDIDP e 2 em RTC. Considerando cada docente em RTC equivalente a 0,67 de 1 docente e cada docente em RTP a 0,5 de 1 docente, podemos dizer que o quadro docente do DEME, no período de 1993 a 2003, teve um acréscimo aproximado de 8%.

As tabelas que se seguem permitem visualizar quantitativamente as publicações e demais produções impressas da totalidade dos professores do DEME ao longo do quinquênio 1999-2003, nos diferentes descritores indicativos de análise em que estamos nos baseando:

Tabela 12. Quantidade de publicações e demais produções impressas dos professores do DEME ao longo do quinquênio 1999-2003

Descritores de Publicações e demais produções impressas	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Livros nacionais ou internacionais	8	8	16	13	10	55
Capítulos de livros nacionais ou internacionais	14	14	42	37	181	288
Artigos em periódicos impressos nacionais ou internacionais	47	34	85	47	54	267
Trabalhos completos em Anais Nacionais ou internacionais	39	59	42	57	63	260
Resumos de trabalhos em Anais Nacionais ou internacionais	73	76	62	32	71	314
Artigos em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais	-	-	-	-	-	-
Relatórios de Pesquisa	30	21	21	08	22	102
Organizações de livros, revistas ou coletâneas	1	1	4	3	-	9
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas, verbetes	10	4	11	4	6	35
Resenhas de livros ou artigos	-	-	-	-	-	-
Traduções de livros ou artigos	2	-	-	1	2	5
Outras produções (relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de aula, etc.).	203	287	219	310	287	1.306
Total do Quinquênio	427	504	502	512	696	2.641

Tabela 13. Médias Parciais e Totais – anuais e quinquenais – de publicação docente do DEME no período 1999-2003

Ano	Produção Impressa Total	Produção Impressa Parcial	Número de docentes	Médias Parciais	Médias Totais
1999	427	224	37	6,1	11,5
2000	504	217	37	5,9	13,6
2001	502	283	37	7,6	13,6
2002	512	202	37	5,5	13,8
2003	696	409	37	11,1	18,8
No quinquênio	2.641	1.335	37	36,2	71,3

Como essas tabelas permitem observar, o DEME é, tanto em termos absolutos quanto relativos, o departamento da FE que obteve o maior índice de publicação impressa total, que chegou a atingir o expressivo valor médio de 71,3 produções totais por docente no quinquênio considerado.

Essa observação é válida não apenas para o quinquênio, como também para cada um dos anos que o compõem. O mesmo não ocorre, entretanto, em relação ao índice de publicação impressa parcial, bastante próximo aos dos demais departamentos. É por essa razão que, para o caso particular do DEME, a diferença percentual entre as médias de produção impressa total e parcial no quinquênio considerado atinge o significativo índice de 97,8%. Isso significa que uma parte considerável da produção impressa dos docentes do DEME incidiu sobre o último dos descritores de nosso quadro de análise.

Talvez, essa alta produtividade em relação ao último descritor possa ser explicada pela natureza do próprio departamento, que congrega professores de diferentes áreas de conhecimento, muitos dos quais têm tomado como objeto de pesquisa a cultura escolar em suas diferentes especificidades, fato este que poderia justificar um alto número de assessorias, de trabalhos de

extensão comunitária, etc. e a concomitante necessidade de produção de pareceres técnicos, textos de apoio, etc.

Mesmo assim, é preciso registrar também que, no último ano do quinquênio em consideração, a média anual de produção parcial dos docentes do DEME teve um aumento considerável em relação aos demais anos do quinquênio. Ainda que as médias anuais de produção impressa parcial do DEME tenham sofrido oscilações ao longo do quinquênio, aquela do último ano (isto é, 11,1) foi 101,8% superior à média anual mínima (isto é, 5,5) e 46,1% superior à média anual máxima (isto é, 7,6) do quinquênio.

Uma outra observação que deve ser feita é que, quando se comparam as médias anuais totais de produções impressas do primeiro e último anos do quinquênio, assiste-se a um expressivo crescimento de 63,4%. Um crescimento ainda mais expressivo de 81,9% é verificado na média anual de publicações parciais do último ano do quinquênio em relação ao primeiro. Esses dados indicam que o DEME foi o departamento da FE que teve o maior aumento de produções impressas ao longo do quinquênio considerado. Além disso, essa produção também alcançou um índice satisfatório de inserção internacional. De fato, embora essa conclusão não tenha sido extraída a partir dos dados contidos nas duas tabelas anteriores, 30,7% dos artigos publicados em periódicos por professores do DEME fizeram parte de periódicos internacionais; 37,7% dos trabalhos completos publicados em anais foram em anais de eventos internacionais; e 28,7% dos resumos publicados em anais compuseram anais de eventos internacionais.

O **Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE)** apresentava, nos dois últimos anos do quinquênio 1999-2003, 17 docentes em efetivo exercício, estando 15 deles em RDIDP e 2 em RTP. Já nos três primeiros anos do quinquênio, o DEFHE contava com 18 docentes, estando 17 em RDIDP e 1 em RTP. Considerando cada docente em RTP equivalente a 0,5 de 1 docente, podemos dizer que o quadro docente do DEFHE, no período de 1993 a 2003, teve uma redução aproximada de 8,6%. É importante ainda destacar aqui que, na auto-avaliação da FE relativa ao quinquênio 1989-1993, o departamento era composto, ao longo de todo aquele período, por 19 docentes em efetivo exercício, sendo 16 deles em RDIDP e 3 em RTC. Assim, considerando a equivalência 1 docente em RTC = 0,67 docente em RDIDP, a redução do quadro docente do DEFHE, em relação ao último ano do quinquênio 1989-1993, foi de 11,2%.

As tabelas abaixo permitem a visibilidade quantitativa das publicações e demais produções impressas da totalidade dos professores do DEFHE ao longo do quinquênio 1999-2003, nos diferentes descritores indicativos de análise em que estamos nos baseando:

Tabela 14. Quantidade de publicações e demais produções impressas dos professores do DEFHE ao longo do quinquênio 1999-2003

Descritores de Publicações e demais produções impressas	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Livros nacionais ou internacionais	9	15	3	2	2	31
Capítulos de livros nacionais ou internacionais	21	23	16	12	14	86
Artigos em periódicos impressos nacionais ou internacionais	22	22	23	10	7	84
Trabalhos completos em Anais Nacionais ou internacionais	4	3	10	7	2	26
Resumos de trabalhos em Anais Nacionais ou internacionais	10	15	6	15	20	66
Artigos em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais	-	-	-	-	-	-
Relatórios de Pesquisa	-	2	2	1	1	6
Organizações de livros, revistas ou coletâneas	5	3	3	4	5	20
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas, verbetes	8	7	5	8	2	30
Resenhas de livros ou artigos	-	-	11	-	11	22
Traduções de livros ou artigos	-	2	3	2	-	7
Outras produções (relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de aula, etc.).	100	75	97	84	71	427
Total do Quinquênio	179	167	179	145	135	805

Tabela 15. Médias Parciais e Totais – anuais e quinquenais – de publicação docente do DEFHE no período 1999-2003

Ano	Produção Impressa Total	Produção Impressa Parcial	Número de docentes	Médias Parciais	Médias Totais
1999	179	79	17,5	4,5	10,2
2000	167	92	17,5	5,3	9,5
2001	179	82	17,5	4,7	10,2
2002	145	61	16	3,8	9,1
2003	135	64	16	4,0	8,4
No quinquênio	805	378	16,9	22,3	47,4

Essas tabelas nos informam, antes de mais nada, que a produção impressa e demais produções dos docentes do DEFHE, tanto no quinquênio 1999-2003 quanto em todos os anos desse quinquênio, se concentraram no descritor “outras produções”. De fato, as participações percentuais desse descritor em relação aos demais, de 1999 a 2003, e no quinquênio como um todo, foram, respectivamente: 44,1%; 55,1%; 45,8%; 45,2%; 47,4% e 47,0%. Logo em seguida, essa produção se concentra nos descritores “capítulos de livros” e “artigos em periódicos”.

Uma outra conclusão que as informações contidas nessas tabelas nos sugerem é que, na maioria dos descritores em relação aos quais estamos realizando nossa análise, as publicações e demais produções impressas dos docentes do DEFHE revelaram uma tendência decrescente. De fato, em relação, por exemplo, aos quatro primeiros descritores (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e artigos completos em anais), os decaimentos percentuais da produção impressa em 2003, relativamente a 1999, foram, respectivamente: 77,8%, 33,3%, 68,2% e 50,0%. Entretanto, se tomarmos como referência a produção total do DEFHE, em todos os descritores indicadores de nossa análise, essa taxa que, no quinquênio, fica em torno de 24,6%, se torna menos acentuada.

O único descritor em que ela é positiva é no referente a resumos publicados em anais de eventos científicos: crescimento em torno de 50%, no quinquênio.

Uma hipótese explicativa desse decaimento nas publicações e demais produções impressas do DEFHE seria a da redução do número de seus docentes em relação ao quinquênio 1989-1993, redução esta que, expressa em termos percentuais, girou em torno de 11,2%. Esse fato, quando associado ao expressivo aumento dos encargos didáticos vivido pela FE e sobretudo pelo DEFHE, desde a primeira auto-avaliação de 1989-1993, teria levado os professores desse departamento a dedicarem menos tempo a pesquisas e publicação de seus resultados. Em outras palavras, as atividades de pesquisa parecem ter sido sacrificadas pela necessidade de priorizar o atendimento à demanda criada pelos cursos de graduação, sem a necessária contrapartida em termos de contratação de pessoal docente para garantir esse atendimento sem prejuízo das demais funções associadas ao regime de RDIDP.

Uma vez realizada a análise das publicações e demais produções impressas da FE por departamentos, vamos agora considerar esses dados em sua totalidade encarando-os como publicações e demais produções científicas, artísticas e literárias da Faculdade de Educação como um todo, no quinquênio em consideração.

As tabelas seguintes reúnem as informações quantitativas que nos permitirão realizar essa análise.

Tabela 16. Quantidade de publicações e demais produções impressas dos professores da Faculdade de Educação ao longo do quinquênio 1999-2003

Descritores de Publicações e demais produções impressas	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Livros nacionais ou internacionais	30	43	31	22	20	146
Capítulos de livros nacionais ou internacionais	72	110	114	135	242	673
Artigos em periódicos impressos nacionais ou internacionais	130	104	165	105	110	614
Trabalhos completos em Anais Nacionais ou internacionais	79	111	90	127	108	515
Resumos de trabalhos em Anais Nacionais ou internacionais	148	181	175	192	217	913
Artigos em periódicos eletrônicos nacionais ou internacionais	3	-	1	6	5	15
Relatórios de Pesquisa	51	58	56	29	48	242
Organizações de livros, revistas ou coletâneas	8	21	32	28	29	118
Prefácios de livros, orelhas de livros, editoriais de revistas, verbetes	30	29	29	34	24	146
Resenhas de livros ou artigos	1	1	11	4	14	31
Traduções de livros ou artigos	5	2	6	3	2	18
Outras produções (relatórios técnicos, trabalhos artísticos ou literários, filmes, vídeos, textos de aula, etc.).	413	532	537	526	485	2.493
Total do Quinquênio	970	1.192	1.247	1.211	1.304	5.924

Tabela 17. Médias Parciais e Totais – anuais e quinquenais – de publicação docente da Faculdade de Educação no período 1999-2003

Ano	Produção Impressa Total	Produção Impressa Parcial	Número de docentes	Médias Parciais	Médias Totais
1999	970	557	107,5	5,2	9,0
2000	1.192	660	105,5	6,3	11,3
2001	1.247	710	106,5	6,7	11,7
2002	1.211	685	105,0	6,5	11,5
2003	1.304	819	102,0	8,0	12,8
No quinquênio	5.924	3.431	105,3	32,6	56,3

As duas tabelas anteriores nos fornecem informações quantitativas acerca da natureza das publicações e demais produções impressas da Faculdade de Educação no quinquênio 1999-2003.

Uma primeira constatação é que cerca de 42,1% das publicações e demais produções impressas da FE incidiram sobre o último de nossos descritores analíticos, o que nos sugere que boa parte dos esforços dos docentes da FE estiveram voltados para a realização de pareceres e relatórios técnicos, internos ou externos, emitidos em diferentes tipos de assessorias, e, também, para a produção de textos de apoio à docência e/ou à extensão.

Uma segunda evidência é que entre os 57,9% das publicações e demais produções impressas restantes incidiram, majoritariamente – e nas seguintes ordem e participações percentuais em relação à produção impressa restante –, sobre os cinco seguintes descritores: resumos de trabalhos em anais (26,6%), capítulos de livros (19,6%), artigos em periódicos (17,9%), trabalhos completos em anais (15,0%) e relatórios de pesquisa (7,0%); e minoritariamente – e nas seguintes ordem e participações percentuais em relação à produção impressa restante –, sobre os três seguintes descritores: artigos em periódicos eletrônicos (0,4%), traduções (0,5%) e resenhas de livros ou artigos (0,9%). Essas ordens nos sugerem que as publicações da Faculdade de Educação, no período em consideração, incidiram sobre os principais e mais reconhecidos descritores indicativos de produção científico-acadêmica.

Uma terceira constatação diz respeito ao fato de que, somente na passagem de 2000 para 2001, a quantidade absoluta — total e parcial — de publicações impressas da FE sofreu ligeira queda; em todos os demais anos consecutivos do quinquênio, ela revelou-se ascendente. Foi na passagem de 1999 para 2000 que os índices de aumento total e parcial nas publicações e demais produções impressas atingem os seus máximos, os quais, expressos percentualmente, atingem, respectivamente, 22,9% e 18,5%. Entretanto, se tomarmos como referência os anos inicial e final do quinquênio, esses índices atingem, respectivamente, 34,4% e 47,0%.

Infelizmente, o documento relativo à auto-avaliação da Faculdade de Educação no período 1989-1993 não expõe em detalhes, como o fizemos desta vez nesta seção, as informações referentes à

produção impressa de natureza científica, artística e literária de nossa unidade. A única informação quantitativa relativa a essa produção impressa encontra-se na página 35 desse documento, na qual se lê: “*comparando-se os anos de 1990 e 1991, verifica-se que houve um incremento significativo no número de publicações, cujo total passou de 39 para 90*”. Ainda que não possamos precisar a que descritores indicativos de publicações essa informação se refere, é possível fazermos, com certa prudência, algumas inferências interessantes quando a comparamos com as informações relativas a 2003, contidas na tabela anterior. Nesse sentido, se comparamos o número absoluto 90, indicativo do número total de publicações da FE em 1991, com os números 1.304 e 819 – indicadores, respectivamente, das produções total e parcial da FE em 2003 – chegamos à conclusão de que, decorridos 12 anos a partir de 1991, os aumentos percentuais das produções impressas total e parcial da Faculdade de Educação foram, respectivamente, 1.348,9% e 910,0%. Se levarmos em consideração o fato de que, em 1991, a Faculdade de Educação contava com 109 docentes – sendo 99 em RDIDP e 10 em RTC –, número este bastante próximo à quantidade atual de docentes de nossa unidade, é incontestável, ainda que os termos de comparação não sejam precisos, o expressivo crescimento no volume de publicações e demais produções impressas da FE nesses últimos 12 anos. Se, em 1991, o índice aproximado era menos de uma publicação por docente, em 2003 esse índice atingiu 12,8 publicações totais por docente ou 8,0 publicações parciais por docente, superando em muito a média de 1991.

Projetos de pesquisa no quinquênio 1999-2003

Vamos agora, passar a considerar a nossa segunda categoria de análise da produção acadêmico-cultural dos docentes da Faculdade de Educação: a que se refere aos projetos de pesquisa concluídos no quinquênio 1999-2003 ou que estavam em andamento até o final de 2003. As duas tabelas seguintes colocam em destaque as principais informações quantitativas relativas a essa categoria de análise, tanto por departamentos quanto para a Faculdade de Educação como um todo.

Tabela 18. Quantidades anuais e quinquenais de projetos de pesquisa concluídos por departamento e na Faculdade de Educação

Ano	DASE	DECISAE	DEPE	DEME	DEFHE	FE
1999	21	34	29	37	7	128
2000	24	42	32	42	9	149
2001	21	37	39	45	6	148
2002	24	40	41	67	6	178
2003	18	40	42	57	8	165
Quinquênio 1999-2003	108	193	183	248	36	768

Tabela 19. Médias anuais e quinquenais de projetos de pesquisa concluídos por departamento e na Faculdade de Educação

Ano	DASE	DECISAE	DEPE	DEME	DEFHE	FE
1999	1,1	2,4	1,5	1,0	0,4	0,9
2000	1,4	3,0	1,6	1,1	0,5	1,1
2001	1,2	2,7	1,9	1,2	0,3	1,1
2002	1,4	3,1	2,0	1,8	0,3	1,4
2003	1,1	2,9	2,3	1,5	0,5	1,6
Quinquênio 1999-2003	6,2	14,1	9,2	6,7	2,1	7,3

Como se pode observar pelas informações quantitativas das duas tabelas anteriores, os docentes do **Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE)** concluíram e/ou estavam desenvolvendo, até o final de 2003, cerca de 108 projetos no quinquênio 1999-2003. Em média, dados constantes nessas tabelas nos indicam que cada um dos docentes do DASE teria concluído, ou estava desenvolvendo, pelo menos 1 projeto de pesquisa em cada um dos anos do período, e que a média quinquenal docente girou em torno de 6 projetos de pesquisa concluídos e/ou em andamento até o final de 2003.

A tabela que se segue apresenta a distribuição quantitativa desses projetos, em função dos anos em que foram concluídos ou estavam sendo desenvolvidos, mostrando-nos também, em cada ano, a relação entre projetos financiados por instituições nacionais, internacionais, além daqueles realizados sem financiamento.

Tabela 20. Tipos de financiamento de projetos de pesquisa do DASE no quinquênio 1999-2003

Ano	Financiamento nacional	Sem financiamento	Financiamento internacional
1999	9	4	8
2000	19	4	1
2001	12	8	1
2002	17	5	2
2003	11	4	3
Quinquênio 1999-2003	68	25	15

Sob uma perspectiva qualitativa, esses projetos revelam a diversidade de linhas de investigação e a densidade teórica e conceitual dos pesquisadores do DASE. Seguem-se títulos de alguns dos projetos desenvolvidos no período em foco:

- Projeto Construção da Cidadania (Subprojeto Organização do Trabalho);
- Gestão do Inconsciente e Cidadania; Rede Internacional de Pesquisadores para o Tema Educação;
- Descentralização, Municipalização e Políticas Educativas;
- Cultura e Política na América Latina;
- Projeto Laicidade e Religião na Educação Escolar;
- Avaliação dos Programas do MEC da Rede de Proteção Social;
- Movimentos Sociais e Mídia;
- As políticas educacionais brasileiras de ensino fundamental no contexto do Mercosul: perspectivas e desafios para o processo de integração;
- Avaliação de Egressos dos Cursos de Qualificação do Planfor;
- Mídia, Educação, Movimentos Sociais e ONGs do Terceiro Setor;
- Trocas Científicas Internacionais e Recomposição das Elites Nacionais;
- Alfaplangies: Planejamento e Gestão das Instituições de ensino Superior: relação da universidade com o entorno social para a promoção do desenvolvimento regional sustentável;
- Os Conselhos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Campinas: organização e funcionamento;
- Associativismo e Terceiro Setor em Campinas nos anos 90;
- Projeto Mudanças no Mundo do Trabalho e Impactos na Qualidade de vida do Jornalista;
- Projeto Universidade-Comunidade: pesquisa, ação e tecnologia – Construção epistemológica da pesquisa-ação;
- Sistematização de Experiência, diagnóstico local e formulação de modelo de gestão para a viabilização das novas competências do sistema público de ensino municipal do Estado de São Paulo.

Deve-se destacar também que a realização desses projetos se deu com o financiamento e/ou envolvimento de instituições e centros de pesquisas nacionais e/ou internacionais, tais como:

Faep, CNPq, Fapesp, Fundação Ford, Nepp, Nesur, Ipea, Nepo, Nepa, Cesop, Cesit/IE/ Fecamp, Inep, CNRS-França, Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain-França, Fundação Unitrabalho, OEI-Unesco, Cedes, Anped, Anpae, Comissão Econômica Européia, BID, Pontifícia Universidade Católica do Chile, MEC, Núcleo de Política Pública e Gestão da Unimep, Universidade Estadual de Maringá.

Já os docentes do **Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação (DECISAE)** concluíram e/ou estavam desenvolvendo 193 projetos no quinquênio em consideração.

Em média, as informações quantitativas constantes nas tabelas 10 e 11 indicam que cada um dos docentes do DECISAE teria chegado a desenvolver cerca de 3 projetos de pesquisa em cada um dos anos do quinquênio em consideração. A média anual situou-se em 2,8 projetos por docente e a média quinquenal docente acabou em torno de 14,1 projetos de pesquisa, sendo essas as maiores médias entre o conjunto de departamentos.

A fim de se ter presente a natureza das pesquisas que foram realizadas pelos docentes do DECISAE no quinquênio em consideração, apresentam-se os títulos de alguns dos projetos de pesquisa por eles desenvolvidos:

- Política educacional, política cultural e os parques infantis: resgatando a história da educação pré-escolar no Brasil;
- As concepções de brincar entre as recreacionistas do CECI (Centro de Convivência Infantil da Unicamp);
- A professora de crianças pequeninas e o educar e cuidar numa creche de Campinas;
- Modernização da classificação brasileira das ocupações;
- Construção de um repositório de informações educacionais;
- Atualização do banco de dados em educação à distância subprojeto setorial III – formação de professores series iniciais área de educação infantil, series iniciais do ensino fundamental e ensino de história;
- Sapiens: ambiente colaborativo para apoio à aprendizagem;
- Desemprego e terceirização: trabalho, qualificação e direitos sociais;
- Mulheres, mães, desempregadas na região metropolitana de São Paulo;
- Mudanças nas relações de trabalho, relações profissionais e formação;
- Modernização da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002;
- A Câmara Regional do grande abc: uma comparação entre os setores de plásticos e automobilísticos;
- Custos do trabalho masculino e feminino;
- Estrutura industrial e trabalho: a experiência brasileira à luz do quadro internacional;
- Mudanças na organização do trabalho, relações profissionais e formação;
- Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça! Uma experiência de política pública na região do ABC paulista;
- Nova estrutura industrial e trabalho: a experiência da Câmara Regional do grande ABC;
- Reestruturação produtiva e qualificação;
- Biografias de imigrantes: trajetórias em diferente contexto;
- Mudanças na organização do trabalho, relações profissionais e formação;

- A reforma do ensino médio no Brasil;
- Persistências e mudanças do viver urbano em dois bairros de Campinas: Cambuí e Vila Industrial;
- Bairro, identidade e memória. Espaços negros de Campinas: da bastilha à proletarização;
- As imagens da opressão e da liberdade no cinema político italiano nas décadas de 60 e 70;
- Estudos de valores democráticos no Brasil;
- Elaboração e implantação de um sistema informatizado de dados e indicadores conjunturais para a confederação nacional metalúrgica/CUT;
- Valores democráticos, participação política entre segmento estratégicos da juventude brasileira e o processo de consolidação democrática;
- Expansão computacional do banco de dados Ecojuri;
- Estudo e desenvolvimento de um ambiente mediado por computador baseado na Internet visando a exploração e construção de conhecimento a partir de uma escola pública de ensino fundamental;
- Ação na implantação da empresa júnior em uma instituição de ensino profissionalizante estadual;
- Cooperativas de trabalho e de formação profissional;
- Avaliação do custo aluno do ensino fundamental
- CAPES/COFECUB: mudanças na organização do trabalho, relações profissionais e formação;
- Acompanhamento do impacto do fundo de manutenção de desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério – FUNDEF – no Estado de São Paulo. Região de Campinas (Campinas, Paulínia e Pedreira);
- Estrutura de curso e gestão escolar;
- Descentralização e federação: a política educacional no Brasil;
- Modernização da classificação brasileira das ocupações.

Em seguida, vamos considerar as informações sobre o número de projetos, financiados e não financiados, desenvolvidos e/ou em desenvolvimento pelos docentes do **Departamento de Psicologia Educacional (DEPE)**, no período 1999-2003.

Os dados contidos na tabela seguinte mostram ter havido uma tendência de aumento no número bruto de projetos financiados desenvolvidos pelos docentes, entre os anos de 1999 e 2001, seguida de uma queda em 2002 e de um pequeno aumento em 2003. Esse movimento é acompanhado por uma elevação no número de projetos desenvolvidos sem financiamento, em especial em 2002 e 2003.

Tabela 21. Tipos de financiamento de projetos de pesquisa do DEPE no quinquênio 1999-2003

Ano	Financiados	Sem financiamento	Financiamento estrangeiro
1999	28	1	0
2000	26	6	0
2001	30	9	0
2002	23	16	1
2003	25	17	0

Cabe mencionar que, entre os projetos financiados, encontram-se projetos do tipo: integrado CNPq, temático Fapesp, bem como aqueles que se relacionam ao recebimento de apoio financeiro para alunos de doutorado, mestrado e iniciação científica.

Levando-se em conta o aumento da sobrecarga docente e a diminuição, nos últimos anos, de concessão de recursos financeiros para pesquisas por parte das agências de fomento, pode-se constatar que o DEPE, mesmo assim, teria conseguido concluir ou dar andamento a um número expressivo de pesquisas, obtendo, para isso, consideráveis auxílios financeiros. De fato, os docentes do DEPE concluíram e/ou estavam desenvolvendo, até o final de 2003, cerca de 248 projetos no quinquênio 1999-2003. A tabela 21 nos mostra que, em média, cada um dos docentes do DEPE teria concluído e/ou estava desenvolvendo cerca de 2 projetos de pesquisa em cada um dos anos do período em consideração, e que a média quinquenal docente, nesse departamento, girou em torno de 9 projetos de pesquisa concluídos e/ou em desenvolvimento.

Por sua vez, os docentes do **Departamento de Metodologia de Ensino (DEME)** concluíram e/ou estavam desenvolvendo até o final de 2003, cerca de 248 projetos no quinquênio em consideração.

Em média, dados constantes nas tabelas 12 e 13 indicam que cada um dos docentes do DEME teria chegado a concluir mais do que 1 e menos do que 2 projetos de pesquisa em todos os anos do quinquênio. A média quinquenal docente do DEME girou em torno de 6,7 projetos de pesquisa concluídos e/ou em andamento até o final de 2003.

É preciso ressaltar que parte desses projetos foi ou estava sendo desenvolvida individualmente – tendência que é generalizada na Faculdade de Educação, a despeito dos esforços, por parte da Direção, de constituição de grupos e frentes mais coletivas de trabalho no âmbito das atividades de pesquisa – e parte deles foi ou estava sendo desenvolvida de forma coletiva.

A tabela seguinte nos dá visibilidade ao modo como os projetos de pesquisa desenvolvidos e/ou em desenvolvimento pelos professores do DEME, ao longo do quinquênio 1999-2003, se distribuíram em função das áreas temáticas em que eles incidiram.

Tabela 22. Distribuição dos projetos de pesquisa do DEME em função de áreas temáticas de incidência ao longo do quinquênio 1999-2003

Áreas Temática de incidência dos projetos	1999	2000	2001	2002	2003	Total
Escolas e disciplinas escolares	23	37	32	39	29	160
Infra-estrutura escolar	2	3	1	1	2	9
Arte e educação	-	1	-	2	5	8
Metodologias de ensino	5	3	-	12	7	27
Política educacional	-	-	-	2	2	4
Pesquisa básica	7	-	12	10	12	40

As informações quantitativas da tabela anterior apontam para uma grande concentração de pesquisas no ambiente escolar e em campos de conhecimento ligados ao currículo e às diferentes disciplinas escolares. Esse fato parece reforçar a natureza do próprio departamento, de modo especial, comprometido com os problemas, desafios e discussões em torno do ensino e de sua constituição em termos históricos, políticos, epistemológicos e didático-metodológicos no âmbito de cada componente disciplinar. Igualmente comprometido, ainda, com a compreensão das práticas e maneiras de pensar próprias de cada uma dessas disciplinas ou áreas de ensino e com a proposição de novas formas de fazer para o universo escolar. São exemplos dessa orientação os projetos em artes e educação e os projetos metodológicos em geral.

Já os docentes do **Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE)** concluíram e/ou estavam desenvolvendo, no quinquênio em consideração, 36 projetos.

Em média, dados constantes nas tabelas 14 e 15 indicam que cada um dos docentes do DEFHE não teria chegado a concluir ao menos 1 projeto de pesquisa em quaisquer dos anos do quinquênio. A média quinquenal docente desse departamento girou em torno de 2 projetos de pesquisa concluídos e/ou em andamento até o final de 2003.

Finalmente, se considerarmos os docentes da Faculdade de Educação em seu conjunto, as tabelas 16 e 17 nos informam que eles chegaram a concluir – e/ou estavam desenvolvendo até o final de 2003 – um total de 640 projetos no quinquênio em consideração.

Em média, cada um dos docentes do FE chegou a concluir mais do que 1 e menos do que 2 projetos de pesquisa a cada ano do quinquênio considerado, tendo a média quinquenal docente girado em torno de 6,1 projetos de pesquisa concluídos ou em desenvolvimento. Três dos cinco departamentos da FE – DEPE, DASE e DEME – ficaram acima da média quinquenal da Faculdade, em termos de quantidade de projetos de pesquisa concluídos e/ou em desenvolvimento no período, fato que revela que esses foram os departamentos que mais teriam contribuído para a elevação dessa média quinquenal.

Infelizmente, também em relação à categoria “projetos de pesquisa”, não é possível fazer aqui uma análise comparativa em relação à auto-avaliação de nossa unidade no período 1989-1993, uma vez que o relatório relativo àquela auto-avaliação não é suficientemente esclarecedor quanto à quantidade de projetos de pesquisa efetivamente concluídos naquele período. A única referência quantitativa, associada a projetos de pesquisa, que conseguimos acusar naquele relatório diz respeito ao ano de 1987, momento em que, em nossa unidade, parecia haver pelo menos 76 projetos de pesquisa em andamento (Cf. Relatório da auto-avaliação da FE, aprovado em reunião da Congregação de 01/04/92, p. 38). Embora não haja maneira de se estabelecer uma comparação fidedigna entre os números 76 e 640, tais números podem, entretanto, sugerir um aumento considerável na quantidade de projetos de pesquisa concluídos e/ou em andamento na FE, no quinquênio 1999-2003, em relação àquela da auto-avaliação anterior.

Participação docente em eventos científicos

Vamos, agora, passar a considerar a nossa terceira categoria de análise da produção acadêmico-cultural dos docentes da Faculdade de Educação: a que se refere à sua participação em eventos científicos no quinquênio 1999-2003. As duas tabelas seguintes colocam em destaque as principais informações quantitativas relativas a essa categoria de análise, tanto por departamentos quanto para a Faculdade de Educação como um todo.

Tabela 23. Participações docentes – anuais e quinquênis – em eventos científicos, relativas a cada departamento e à Faculdade de Educação como um todo

Ano	DASE	DECISAE	DEPE	DEME	DEFHE	FE
1999	152	181	198	322	75	928
2000	192	151	208	297	147	995
2001	133	149	278	416	138	1,114
2002	131	117	326	370	149	1,093
2003	136	152	223	355	122	988
Quinquênio 1999-2003	744	750	1.233	1.760	631	5.118

Tabela 24. Médias anuais e quinquênis de participação docente em eventos científicos, relativas a cada departamento e à Faculdade de Educação como um todo

Ano	DASE	DECISAE	DEPE	DEME	DEFHE	FE
1999	8,0	12,9	9,9	8,7	4,3	8,6
2000	11,3	10,8	10,4	8,0	8,4	9,4
2001	7,8	10,6	13,2	11,2	7,9	10,5
2002	7,7	8,4	15,5	10,0	9,3	10,4
2003	8,0	10,9	12,4	9,6	7,6	9,8
Quinquênio 1999-2003	42,8	53,6	61,4	47,5	37,5	48,7

No quinquênio considerado, a participação dos docentes do **Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE)** se deu em 744 eventos científicos, nacionais ou internacionais, e de naturezas diversas, o que equivale, em média, a 42,8 participações por docente no quinquênio. Esse fato aponta para o importante papel da divulgação da produção acadêmica do DASE e para o frutífero relacionamento dos docentes com pesquisadores de outras áreas, instituições, regiões do Brasil e outros países.

Dentre os principais encontros em que os docentes do DASE participaram, destacam-se: Congresso Latino-Americano de Administração da Educação; Anped; Anpae; Anpocs; Séminaire Brasil 2000 – échanges scientifiques et cooperation franco-brésilienne (França); Congresso Brasileiro de Educação Médica; Congresso Brasileiro de Ensino Médico; Colóquio na Universidade do Minho (Portugal); Encontros pela Unidade dos Educadores Latino-Americanos (Cuba); Oxford International Conference on Education and Development (Inglaterra); Fourth International Conference on Education (Grécia); II Congresso Internacional de Educação Debates e Utopias (Argentina); Anfope; Associação Brasileira de Psicologia Social; Unitrabalho; II International Congress Women Work Health; Encontro Internacional Família-Psicanálise; I Encontro sobre Educação, Cultura e Política na América Latina; VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Portugal); Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação; Congresso Interamericano de Psicologia da Saúde; Seminário de Alimentação Escolar; Simpósio do Lage; Congresso da Sociedade Latino-Americana de Estudos sobre América Latina; VIII Congresso de Educación Comparada (Espanha); V Congresso Latino Americano de Administración de la Educación (Chile); Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Unicamp.

Uma informação que, embora não apareça nas tabelas anteriores, é importante ser destacada aqui é que, dentre os 744 eventos em que se envolveram os docentes do DASE no quinquênio em foco, 157 deles (21,1%) foram organizados por um ou mais docentes do próprio departamento.

As informações quantitativas presentes na tabela 23 nos mostram que as médias anuais de participação docente do **Departamento de Psicologia Educacional (DEPE)** em eventos cresceram sucessivamente ao longo dos quatro primeiros anos do quinquênio, atingindo o seu máximo (15,5 participações) no quarto ano, embora tenham sofrido uma queda de 20% no último ano do período, em relação ao ano anterior.

Entretanto, podemos verificar, também, que a média quinquenal do DEPE de participação por docente em eventos foi a maior dentre as médias dos demais departamentos da FE, atingindo o expressivo número de 61,4 participações.

Em relação à participação de docentes do DEPE em eventos, é mister informar que muitas delas ocorreram de forma ativa em eventos internacionais.

Um outro dado que não aparece nas tabelas anteriores, mas é importante ser também destacado aqui, é que, dentre os 1.233 eventos em que se envolveram os docentes do DEPE no quinquênio em foco, 107 deles (8,7%) foram organizados por um ou mais docentes do próprio departamento.

O **Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação (DECISAE)** foi o que apresentou a segunda maior média quinquenal de participação docente em eventos científicos, tendo atingido a expressiva marca de 53,6 participações por docente no quinquênio em foco.

Embora as médias anuais de participação tenham decrescido suavemente ao longo dos quatro primeiros anos do quinquênio, o último ano (do mesmo) registra não só um crescimento, como também o número máximo (10,9 participações por docente).

O quadro demonstrativo dos eventos realizados na FE com participação do DECISAE, no quinquênio 1999-2003, permite visualizar o esforço dos professores do Departamento para a organização de eventos e o convite a professores nacionais e estrangeiros nas suas áreas temáticas de interesse.

Apresentamos, a seguir, os títulos dos eventos científicos organizados por um ou mais docentes do DECISAE, no quinquênio em foco, a fim de que se possa ter visibilidade da natureza, da atualidade e da pertinência nacional dos temas escolhidos no âmbito das diferentes abordagens do debate educacional contemporâneo:

- Jovens em Situação de Rua: Identidades Consentidas e/ou Estratégias da Liberdade?
- Seminários de Estudo: Trabalho na Sociedade Contemporânea
- Dois Olhares, Dois Focos sobre O Projeto Sol
- Seminários de Estudos do Trabalho: Questões metodológicas nas Pesquisas em Ciências Sociais
- Relações Sociais de Sexo e Relações de Trabalho: análise da produção de pães artesanais na França
- Relações Sociais de Sexo e Relações de Trabalho: análise da produção de pães artesanais na França
- Dossiê: Políticas Curriculares e Decisões Epistemológicas
- Iii-Edunet – Encontro de Ambientes Educacionais na Rede Internet
- Introdução As Leis de Responsabilidade da Administração Pública
- As Novas Tendências da Sociologia da Educação na França

- Saúde, Doença e Civilização: Rousseau e a Medicina
- Concepções de Infância e Subordinação de Idade.
- Crianças da Infância Possível
- Os Caminhos Percorridos pela Nova LDB
- Sociologia as Profissões: Permanência e/ou Rupturas?
- Infância, Educação e Pesquisa
- Multidisciplinaridade em Ciência da Informação e Tecnologia da Informação na Organização do Conhecimento
- Bonheur et Travail (Felicidade e Trabalho)
- Relações Sociais de Sexo e Exploração no Trabalho
- Mulheres e Relações Sociais de Sexo nos Movimentos Sociais
- Pensamento de Baudelot e Establet e sua Recepção no Brasil.
- Caderno Cedes Nº 56 – Educação e Infância: As Meninas .
- Relações Sociais de Sexo: Questões Metodológicas
- Swe-Ar X Norte-Ar: Representações entre Empíria e Ideologia
- Financiamento da Educação no Brasil: Um Balanço do Governo FHC (1995-2002)
- Trajetórias Familiares e Profissionais de Operários em São Paulo
- Seminário de Estudos do Trabalho: Divisão Internacional e Sexual do Trabalho no contexto da mundialização
- Seminário Internacional: Os Estudos do trabalho: novas problemáticas, novas metodologias, novas áreas de pesquisa. Sessão IV: Organização, Trabalho e Gênero
- Sistema Nacional de Avaliação
- Descentralização e Reforma da Educação Profissional na França
- Formação de Professores e Educação em Cuba
- Sociologia das Profissões: Retrospectiva Histórica e Questões Atuais
- Abordagem Histórico-Sociológica na Pesquisa Educacional
- A Biografia como Método. e os não Biógrafos?
- Arte como Fundamento na Pesquisa Educacional
- Sobre a Análise de Conteúdo
- Uma Conversa sobre o Trabalho
- As Múltiplas Faces da Memória: Territórios e Cenários das Lembranças
- V Seminário de Fontes para a História da Educação do Século XIX
- Educação Superior na Área da Saúde: Reflexões e Transformações nos Processos Educativos
- Jogos e Solução de Problemas no Ensino de Matemática
- A Narrativa em Walter Benjamin
- II Seminário de Gestão do Conhecimento em Educação e Tecnologia da Informação
- Memória, História e Educação

Um Projeto de Pesquisa: Formação da Área de Ensino de Ciências – Memórias de Pesquisadores no Brasil.

- Em Direção à Liberdade do Trabalho
- Município e o Fundef: Luzes e Sombras da Implementação
- Imagens do Peronismo nos Manuais Infantis
- Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais
- Teoria e Metodologia de Pesquisa em Sociologia
- Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais
- Teoria e Metodologia de Pesquisa em Sociologia da Educação
- Extensão e Educação: O Projeto Letraviva no Município de Campinas
- Neocorporativismo e Consertação Social: A Experiência Européia
- III Seminário do Projeto "Ciência na Escola"
- I Seminário do Projeto "Ciência na Escola" – Ens. Fundamental
- Centros de Formação Continuada de Professores em Municípios
- Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais
- Teoria e Metodologia de Pesquisa em Sociologia da Educação
- A Tutoria na Formação Inicial de Professores de Ciências
- A Sociologia e os Saberes de Estado no Brasil: Trajetórias Intelectuais e Sociais de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso
- Cotidiano em debate
- III Simpósio Nacional de Educação e Comunicação: "A Incomunicação nos Espaços Educacionais"
- Seminário: O ser o fazer das crianças: experiências perspectivas da rede pública de educação infantil na Itália
- Seminário: A organização do espaço e do tempo nas creches e a produção das culturas infantis.
- Seminário: A formação continuada das professoras de creche: fronteira entre o público e o privado.
- Seminário: Metodologia de pesquisa sobre a educação das crianças pequenas na esfera pública
- Seminário: Pesquisa + informação = inovação
- Seminário: O livro infantil e a comunicação dos bebês na creche
- Seminário: Bambini si diventa: convivência entre crianças pequenas e entre elas e as adultas nas creches e pré-escolas.
- Seminário: As políticas públicas para as famílias e para as crianças pequeninhas na Itália e a co-gestão das creches.
- Seminário: A pesquisa na Universidade e a formação das professoras de crianças de 0 a 6 anos de idade

A articulação dos professores com instituições nacionais e internacionais revela-se também na qualidade de seus eventos. É política do DECISAE promover o intercâmbio de seus docentes e alunos com outros grupos de pesquisa, dentro e fora da Universidade. Como resultado dessa política do Departamento, os docentes do DECISAE vêm ocupando posições destacadas no cenário científico nacional e internacional, em suas respectivas áreas de pesquisa. Ao mesmo tempo, essa política tem permitido também a pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais tomar conhecimento do trabalho realizado na FE e na Unicamp.

Os alunos de graduação e pós-graduação têm sido também beneficiados, na medida em que os intercâmbios ampliam os horizontes dos debates sobre a educação na contemporaneidade e permitem a atualização contínua da produção acadêmica nacional e internacional.

No quinquênio considerado, a participação dos docentes do **Departamento de Metodologia de Ensino (DEME)** se deu em 1.760 eventos científicos, nacionais ou internacionais, e de naturezas diversas, o que equivale, em média, a 47,5 participações por docente no quinquênio. Embora o DEME tenha ocupado o terceiro posto em termos de média quinquenal de participações em eventos, ele foi o departamento que mais contribuiu, em termos absolutos, para a ampliação do índice absoluto da Faculdade de Educação nessa categoria de análise.

Foi no ano de 2002 que o DEME atingiu a sua média anual máxima (11,2) de participação em eventos no quinquênio em foco, sendo que, no último ano do mesmo, a média anual do DEME nessa categoria sofreu uma queda de 14,3% em relação à máxima do período.

O conjunto de conhecimentos gerados pelos professores do DEME incentivou a participação dos mesmos em diversos eventos científicos, nacionais e internacionais, tanto naqueles relativos a áreas específicas da cultura escolar, quanto nos de caráter mais geral, tais como os encontros da ANPEd e os de Educação em geral.

Por sua vez, os professores do **Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE)** se envolveram, no quinquênio em foco, em 631 eventos científicos, nacionais ou internacionais, o que equivale, em média, a 37,5 participações por docente, nesse mesmo período. As médias anuais de participação docente em eventos no DEFHE oscilaram suavemente ao longo do quinquênio, atingindo o seu ponto de mínimo (4,3 participações por docente) no primeiro ano e o seu ponto de máximo (9,3 participações por docente) no ano de 2002. No último ano do quinquênio, a média anual de participação sofreu uma queda de 18,3%, em relação ao ano em que ela havia atingido o seu máximo.

Entretanto, quando consideramos essa categoria de análise para todo o conjunto de docentes da Faculdade de Educação, algumas conclusões podem ser extraídas com base nas informações contidas nas tabelas 23 e 24.

Uma primeira é que a média anual de participação docente em eventos atinge os seus pontos de mínimo (8,6) e de máximo (10,5) de participações por docente, respectivamente, em 1999 e 2001, sendo a diferença percentual entre esses pontos, em relação ao de mínimo, equivalente a 22,1%, índice que expressa o crescimento percentual máximo alcançado pela Faculdade de Educação, no quinquênio em foco, em relação à categoria *participação em eventos científicos*.

Uma segunda conclusão é que, embora a faculdade tenha atingido um expressivo índice quinquenal de 48,7 de participação docente em eventos, ocorrem duas suaves quedas consecutivas nos dois últimos anos do período em foco. A primeira delas –de 2001 para 2002 –ficou em torno de 1%; a segunda –de 2002 para 2003 –ficou em torno de 5,8%.

Uma terceira conclusão é que os dois departamentos que mais contribuíram para que a FE atingisse um expressivo índice nessa categoria de análise foram, nesta ordem, o DEPE e o DECISAE, uma vez que foram os únicos que alcançaram médias quinquenais de participação em eventos (61,4 e 53,6 participações por docente, respectivamente) superiores à média quinquenal

da Faculdade de Educação como um todo (a qual girou em torno de 48,7 participações por docente).

Uma vez mais, ficamos sem possibilidade de estabelecer uma relação quantitativa de comparação, nesta categoria de análise, que pudesse atestar um expressivo crescimento da participação dos docentes da FE em eventos científicos, no quinquênio em foco, em relação à auto-avaliação da unidade realizada no início da década de 1990. Isto porque o relatório referente àquela auto-avaliação limita-se a afirmar uma significativa participação docente em eventos, que poderia ser verificada com base nos pedidos de afastamentos dirigidos pelos professores à direção para a participação em eventos.

Atividades de Orientação em níveis de graduação e pós-graduação no quinquênio 1999-2003

Vamos, agora, passar a considerar a nossa quarta categoria de análise da produção acadêmico-cultural dos docentes da Faculdade de Educação: a que se refere às atividades de orientação em níveis de graduação e pós-graduação, no quinquênio 1999-2003.

Estamos aqui incluindo, na categoria *atividades de orientação em nível de graduação*, orientações realizadas pelos docentes nas seguintes modalidades: Iniciação Científica (IC); Serviço de Apoio ao Estudante (SAE); Programa de Estágio Docente (PED); Programa de Apoio Didático (PAD); Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e outros tipos de orientação (Outras). Por sua vez, na categoria *atividades de orientação em nível de pós-graduação*, incluímos as orientações docentes realizadas nas modalidades: mestrado, doutorado e pós-doutorado.

As tabelas que se seguem fornecem as informações quantitativas, por departamento, relativas à nossa quarta categoria de análise da produção acadêmico-cultural, distribuídas em cada uma dessas modalidades, ao longo do quinquênio 1999-2003. Os significados de algumas das siglas referenciais das colunas acham-se explicitados no parágrafo anterior. Além daquelas siglas, foram também inseridas as seguintes: MOG, para significar Média de Orientações em nível de Graduação; MOPG, para significar Média de Orientações em nível de Pós-Graduação.

Tabela 25. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de orientações realizadas pelos docentes do DASE

ANO	IC	SAE	PED	PAD	TCC	Outras	Total Grad	MOG	Mestr.	Dout.	Pós Dout.	Total Pós	MOPG	Total	Média Total
1999	5	0	0	1	15	0	21	1,1	34	30	0	64	3,4	85	4,5
2000	5	5	5	1	10	0	26	1,5	26	17	0	43	2,5	69	4,1
2001	7	7	4	0	20	0	38	2,2	38	31	1	70	4,1	108	6,4
2002	8	5	4	0	20	0	37	2,2	38	20	4	62	3,6	99	5,8
2003	7	3	3	0	7	0	20	1,2	36	29	2	67	3,9	87	5,1
Quinquênio 1999 – 2003	32	20	16	2	72	0	142	8,2	172	127	7	306	17,5	448	25,7

Tabela 26. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de orientações realizadas pelos docentes do DEPE

ANO	IC	SAE	PED	PAD	TCC	Outras	Total Grad	MOG	Mestr.	Dout.	Pós Dout.	Total Pós	MOPG	Total	Média Total
1999	3	1	1	-	9	0	14	0,7	33	25	0	58	2,9	72	3,6
2000	11	0	0	2	8	0	21	1,1	63	26	1	90	4,5	111	5,6
2001	22	0	1	3	22	35	83	4,0	42	36	2	80	3,8	163	7,8
2002	21	14	5	2	40	7	89	4,2	56	23	1	90	4,3	179	8,5
2003	25	0	7	0	34	27	93	5,2	65	38	2	105	5,8	198	11,0
Quinquênio 1999 – 2003	82	15	14	07	113	69	300	15,2	259	148	06	423	21,3	713	36,5

Tabela 27. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de orientações realizadas pelos docentes do DECISAE

ANO	IC	PED	PAD	TCC	Outras	Total Grad	MOG	Mestr.	Dout.	Pós Dout.	Total Pós	MOPG	Total	Média Total
1999	4	-	4	10	6	24	1,7	17	15	-	32	2,3	56	4,0
2000	2	1	1	12	9	25	1,8	24	16	-	40	2,9	65	4,7
2001	24	4	3	19	18	68	4,9	21	22	1	44	3,1	112	8,0
2002	21	4	-	14	19	58	4,1	33	27	1	61	4,4	119	8,5
2003	11	4	-	8	20	43	3,1	31	26	1	58	4,1	101	7,2
Quinquênio 1999 – 2003	62	13	8	63	72	218	15,6	126	106	3	235	16,8	453	32,4

Tabela 28. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de orientações realizadas pelos docentes do DEME

ANO	IC	PED	PAD	TCC	Outras	Total Grad	MOG	Mestr.	Dout.	Pós Dout.	Total Pós	MOPG	Total	Média Total
1999	2	1	0	22	11	36	1,0	30	20	0	50	1,4	86	2,4
2000	21	5	4	21	18	69	1,9	40	36	3	89	2,4	148	4,3
2001	22	8	1	34	13	78	2,1	54	30	2	86	2,3	164	4,4
2002	16	3	2	32	9	62	1,7	67	43	3	113	3,1	175	4,8
2003	10	1	0	12	14	37	1,0	79	44	1	123	3,3	160	4,3
Quinquênio 1999 – 2003	71	18	7	121	65	282	7,7	270	173	9	461	12,5	743	20,2

Tabela 29. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de orientações realizadas pelos docentes do DEFHE

ANO	IC	SAE	PED	PAD	TCC	Total Grad	MOG	Mestr.	Dout.	Pós Dout.	Total Pós	MOPG	Total	Média Total
1999	1	1	-	-	4	6	0,3	21	35	-	56	3,2	62	3,5
2000	8	4	-	9	9	30	1,7	35	22	-	57	3,3	87	5,0
2001	13	-	1	-	-	14	0,8	31	41	2	74	4,2	88	5,0
2002	7	-	-	-	9	16	1,0	30	29	3	62	3,9	78	4,9
2003	8	-	-	1	10	19	1,2	24	31	5	60	3,8	79	5,0
Quinquênio 1999 – 2003	37	5	1	10	32	85	5,0	141	158	10	309	18,4	394	23,4

De uma maneira geral, todos os departamentos tiveram uma atuação extremamente diversificada — que incidiu tanto nas diferentes modalidades de orientação em nível de graduação quanto nas de pós-graduação —, no que diz respeito às atividades de orientação de alunos. .

Entretanto, quando procedemos à análise comparativa das informações quantitativas presentes nas tabelas anteriores referentes a essa categoria de produção acadêmico-cultural, podemos observar algumas diferenças, no que se refere à intensidade de envolvimento, quer nas atividades de orientação em nível de graduação em relação às de pós-graduação, quer nas diferentes modalidades de orientação em cada um desses níveis. De fato, se considerarmos a razão entre as médias quinquenais de orientações em nível de graduação e as respectivas médias quinquenais de orientações totais de cada departamento, estes poderiam ser ordenados do seguinte modo, segundo o critério do maior para o menor envolvimento de cada um deles nas atividades de orientação em nível de graduação: DECISAE (48,1%); DEPE (41,6%); DEME (38,1%); DASE (31,9%); e DEFHE (21,4%). Por sua vez, isso significa que, no que se refere à intensidade de envolvimento nas atividades de orientação em nível de pós-graduação, relativamente às suas respectivas médias quinquenais de orientações totais, os departamentos se ordenariam de forma inversa à anterior, qual seja: DEFHE (78,6%); DASE (68,1%); DEME (61,9%); DEPE (78,6%); e DECISAE (51,9%). Essa observação nos leva à conclusão que o departamento que melhor conseguiu, no quinquênio em foco, equilibrar as suas atividades de orientação na graduação e na pós-graduação foi o DECISAE. Já o que mais teria priorizado a pós-graduação como nível de incidência de suas atividades de orientação foi o DEFHE.

Uma outra observação que deve ser levada em consideração, juntamente com a anterior, é que, se procurarmos ordenar os departamentos, agora segundo o critério da maior para a menor média quinquenal de orientações em nível de pós-graduação, obteremos o seguinte resultado: DEPE (21,3 orientações por docente); DEFHE (18,4 orientações por docente); DASE (17,5 orientações por docente); DECISAE (16,8 orientações por docente); DEME (12,5 orientações por docente). Por outro lado, se eles fossem ordenados segundo o critério da maior para a menor média quinquenal de orientações em nível de graduação, obteríamos o seguinte resultado: DECISAE (15,6 orientações por docente); DEPE (15,2 orientações por docente); DASE (8,2 orientações por docente); DEME (7,7 orientações por docente); DEFHE (5,0 orientações por docente). Esses resultados nos mostram que DEPE e DECISAE alcançaram, no quinquênio em foco, as maiores médias de orientações, respectivamente, em nível de pós-graduação e de graduação.

Um outro comentário interessante a ser feito é que, se procurarmos ordenar os departamentos, agora segundo o critério da maior para a menor média total quinquenal de orientações, o resultado será o seguinte: DEPE (36,5 orientações por docente); DECISAE (32,4 orientações por docente); DASE (25,7 orientações por docente); DEFHE (23,4 orientações por docente); DEME (20,2 orientações por docente).

Se nos atentarmos, agora, para o modo como, no quinquênio em foco, os cinco departamentos priorizaram as suas atividades de orientação, em nível de graduação, entre as diferentes modalidades em que elas incidiram, concluiremos que, em todos eles, as modalidades *Trabalho de Conclusão de Curso* e *Iniciação Científica* foram as que receberam os maiores volumes de orientação. De fato, no DASE, os índices percentuais de participação dessas duas modalidades, em relação à média quinquenal de orientações desse departamento em nível de graduação, foram, respectivamente, 59,0% e 44,4%. Para o DEPE, esses índices foram, respectivamente: 37,7% e 27,3%; para o DEME, 42,9% e 26,1%; para o DEFHE, 37,6% e 43,5%. Somente no DECISAE, a modalidade *outras* orientações atingiu o maior índice: 33,0%. Entretanto, para esse mesmo departamento, os índices referentes a TCC (28,9%) e IC (28,4%) ficaram bastante próximos não apenas daquele atingido pela modalidade *outras*, mas também entre si. Esses números nos mostram que, apenas no DEFHE, a modalidade *Iniciação Científica* recebeu maior incidência de orientações do que a modalidade *Trabalho de Conclusão de Curso*. Revelam, também, que os dois departamentos que mais priorizaram a modalidade Trabalho de Conclusão de Curso em suas atividades de orientação na graduação foram, nesta ordem, o DASE (59,0%) e o DEME (42,9%), ao passo que os dois que mais investiram esforços na modalidade Iniciação Científica foram, nesta ordem, o DEFHE (43,5%) e o DASE (44,4%). Foi também o DASE que conseguiu estabelecer o melhor equilíbrio entre as quantidades de orientações nas modalidades TCC e IC.

Por outro lado, se atentarmos para o modo como, no quinquênio em foco, os cinco departamentos priorizaram as suas atividades de orientação, em nível de pós-graduação, entre as diferentes modalidades em que elas incidiram, concluiremos que, em todos eles, as duas modalidades que receberam o maior volume de orientações foram a de mestrado e a de doutorado. Com exceção do DEFHE, em todos os demais departamentos o mestrado recebeu maior volume de orientações do que o doutorado. De fato, no DASE, os índices percentuais de participação das modalidades *mestrado* e *doutorado* em relação à média quinquenal de orientações desse departamento em nível de pós-graduação foram, respectivamente, 56,2% e 41,5%. No DEPE, esses índices foram, respectivamente, 62,7% e 35,8%; no DECISAE, 53,6% e 45,1%; no DEME, 58,6% e 37,5%; e no DEFHE, 45,6% e 51,1%. Observa-se, portanto, que os dois departamentos que mais priorizaram a modalidade *mestrado* em suas atividades de orientação foram, nesta ordem, o DEPE e o DEME, ao passo que os dois que mais priorizaram a modalidade *doutorado* foram, nesta ordem, o DEFHE e o DECISAE.

A tabela seguinte coloca em destaque as principais informações quantitativas relativas à categoria de análise *atividades de orientação*, agora, para a Faculdade de Educação como um todo.

Tabela 30. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de orientações realizadas pelos docentes da Faculdade de Educação no quinquênio 1999-2003

ANO	IC	SAE	PED	PAD	TCC	Outras	Total Grad	MOG	Mestr.	Dout.	Pós Dout.	Total Pós	MOPG	Total	Média Total
1999	15	2	3	5	60	17	101	0,9	135	125	-	260	2,4	361	3,3
2000	47	9	15	17	60	27	171	1,6	188	117	4	319	3,0	490	4,6
2001	88	7	17	7	95	66	281	2,6	186	160	8	354	3,3	635	5,9
2002	73	19	16	4	115	35	262	2,5	224	142	12	388	3,7	650	6,2
2003	61	3	15	1	71	61	212	2,1	235	168	11	413	4,1	625	6,2
Quinquênio 1999 – 2003	284	40	66	34	401	206	1.027	9,7	968	712	35	1.734	16,5	2.761	26,2

Um primeiro comentário que poderia ser feito com base nas informações quantitativas presentes na tabela acima é que foi bastante expressiva a média total quinquenal de orientações docentes

que foram ou estavam sendo realizadas na Faculdade de Educação no quinquênio 1999-2003. De fato, essa média girou em torno de 26,2 orientações por docente.

Um segundo aspecto a ser considerado é que 62,8% do total de orientações foram ou estavam sendo realizadas, no período em foco, em nível de pós-graduação, enquanto que 37,2% delas em nível de graduação. Considerando o fato de que o contingente de alunos assistidos pela Faculdade de Educação é muito maior do que o de pós-graduação, esses índices sugerem que houve, no período considerado, uma priorização das atividades de orientação em nível de pós-graduação por parte dos docentes da FE.

Uma terceira consideração é que a modalidade *Trabalho de Conclusão de Curso* foi aquela em que mais incidiram as atividades de orientação em nível de graduação dos docentes da FE no período considerado: cerca de 39,0% do total. Os demais índices percentuais de incidência de orientação docente nas outras modalidades, relativos ao total de orientações em nível de graduação, foram: Iniciação Científica (36,2%); Outras Orientações (20,1%); PED (7,4%); SAE (3,9%); PAD (3,3%).

Uma quarta constatação é que foi na modalidade *Mestrado* que mais incidiram as atividades de orientação em nível de pós-graduação dos docentes da FE no período considerado. De fato, ela representou cerca de 55,8% das orientações docentes em nível de pós-graduação no período. Os demais índices percentuais de incidência de orientação docente nas outras modalidades, relativos ao total de orientações em nível de graduação, foram: Doutorado (41,1%); Pós-doutorado (3,1 %)

Participação em bancas de exame de qualificação, bancas de defesa de dissertação de mestrado ou de tese de doutorado

Vamos, finalmente, passar a considerar a nossa quinta e última categoria de análise da produção acadêmico-cultural dos docentes da Faculdade de Educação, qual seja, a que se refere às atividades docentes de participação em bancas de exames de qualificação (mestrado e doutorado), em bancas de defesas (de dissertações de mestrado e de teses de doutorado) e em bancas de outra natureza (Concursos, Trabalho de Conclusão de Curso, etc.), no quinquênio 1999-2003. As tabelas seguintes nos fornecem informações quantitativas – tanto por departamento, quanto para a totalidade dos docentes da Faculdade de Educação – em relação a esta categoria de análise.

Tabela 31. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de participações em bancas pelos docentes do DASE, no quinquênio 1999-2003

ANO	Qualificações	Mestrado	Doutorado	Outras	Totais	Médias
1999	77	59	39	13	188	9,9
2000	76	60	25	3	164	9,6
2001	54	76	42	21	193	11,4
2002	71	68	23	4	166	9,8
2003	89	44	41	7	181	10,6
Quinquênio 1999-2003	367	307	170	48	892	51,3

Tabela 32. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de participações em bancas pelos docentes do DEPE, no quinquênio 1999-2003

ANO	Qualificações	Mestrado	Doutorado	Outras	Totais	Médias
1999	118	51	36	11	216	10,8
2000	116	54	59	7	236	11,8
2001	82	73	84	13	252	12,0
2002	96	62	53	13	224	10,7
2003	98	85	54	7	244	13,6
Quinquênio 1999-2003	510	325	286	51	1.172	58,9

Tabela 33. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de participações em bancas pelos docentes do DECISAE, no quinquênio 1999-2003

ANO	Qualificações	Mestrado	Doutorado	Outras	Totais	Médias
1999	64	26	25	12	127	9,1
2000	42	34	42	13	131	9,4
2001	32	34	32	12	110	7,9
2002	56	34	18	23	131	9,4
2003	61	49	35	10	155	11,1
Quinquênio 1999-2003	255	177	152	70	654	46,9

Tabela 34. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de participações em bancas pelos docentes do DEME, no quinquênio 1999-2003

ANO	Qualificações	Mestrado	Doutorado	Outras	Totais	Médias
1999	117	89	54	37	297	8,0
2000	95	90	89	35	309	8,4
2001	116	90	74	89	369	10,0
2002	156	126	60	88	430	11,6
2003	149	127	57	36	369	10,0
Quinquênio 1999-2003	633	522	334	285	1.774	48,0

Tabela 35. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de participações em bancas pelos docentes do DEFHE, no quinquênio 1999-2003

ANO	Qualificações	Mestrado	Doutorado	Outras	Totais	Médias
1999	86	43	49	7	185	10,6
2000	78	51	13	7	149	8,5
2001	46	53	49	5	153	8,7
2002	69	56	26	6	157	9,8
2003	95	53	37	9	194	12,1
Quinquênio 1999-2003	374	256	174	34	838	49,7

Tabela 36. Números absolutos e médias anuais e quinquenal de participações em bancas pelos docentes da Faculdade de Educação, no quinquênio 1999-2003

ANO	Qualificações	Mestrado	Doutorado	Outras	Totais	Médias
1999	462	268	203	80	1.013	9,4
2000	407	289	228	65	989	9,4
2001	330	326	281	140	1.077	10,1
2002	448	346	180	134	1.108	10,6
2003	492	358	224	69	1.143	11,2
Quinquênio 1999-2003	2.139	1.587	1.116	488	5.330	50,7

Com base nas informações quantitativas das tabelas anteriores, quando comparadas, as médias totais quinquenais de participações em bancas de todos os departamentos da Faculdade de Educação os ordena do seguinte modo, segundo o critério do maior ao menor índice de participação: DEPE (58,9 participações por docente); DASE (51,3 participações por docente); DEFHE (49,7 participações por docente); DEME (48,0 participações por docente); DECISAE (46,9 participações por docente). Embora o DEPE, nessa categoria, tenha tido uma participação mais intensa que as dos outros departamentos, esses números nos sugerem, entretanto, que as diferenças de desempenhos entre eles é pouco acentuada, uma vez que, quando percentualmente expressa, a diferença de desempenho entre o primeiro e o último deles é de 20,4%.

Além disso, é necessário registrar que, em termos absolutos, todos os departamentos evidenciaram uma intensa participação. De fato, se tomarmos a média total quinquenal de participação em bancas do departamento com o menor desempenho nessa categoria – no caso, o DECISAE –, ele nos indicará que cada professor desse departamento, em média, teria chegado a participar de mais do que 9 e menos do que 10 bancas a cada ano do quinquênio, isto é, de quase uma banca ao mês durante 60 meses consecutivos, o que é, sem dúvida, uma quantidade excessiva. Dado que as tabelas nos informam que, no quinquênio 1999-2003, os docentes da FE, tomados em seu conjunto, teriam participado de 5.330 bancas, se considerarmos a média total quinquenal da Faculdade de Educação (50,7 participações por docente), a conclusão a que chegaremos é que cada docente teria, em média, participado de cerca de 10 bancas a cada ano do quinquênio, número equivalente à média anual do DECISAE. Isso significa, ainda, que as médias anuais de participação em bancas dos docentes de todos os quatro restantes departamentos foram superiores à média anual da Faculdade de Educação.

Um outro comentário que é interessante destacar aqui diz respeito a como as participações docentes, no conjunto da Faculdade de Educação, se distribuíram, no quinquênio considerado, entre as diferentes modalidades de bancas. Os dados das tabelas nos informam que, a esse respeito, do total das bancas, 50,7% referiram-se a defesas de dissertações de mestrado ou teses de doutorado; 40,1% foram relativas a exames de qualificação de mestrado ou doutorado; 9,2% foram de outra natureza. Do total de 2.703 bancas de defesas ocorridas no período considerado, 58,7% foram bancas de defesa de dissertações de mestrado, ao passo que 41,3% foram bancas de defesa de teses de doutorado. Esses números nos sugerem um certo equilíbrio da participação dos docentes da Faculdade de Educação, no que se refere tanto ao número de bancas de exames de qualificação em relação às de defesa, quanto ao número de bancas de defesas de mestrado em relação às de doutorado. Considerando-se, porém, o fato de que, em nosso país, o número de mestrandos é bem superior ao de doutorandos, não seria arriscado sugerir que os docentes da FE teriam, no período considerado, privilegiado, de um certo modo, a participação em bancas de defesa de doutorado, ainda que, em termos absolutos, o número de participações em bancas de defesa de mestrado tenha sido cerca de 42,2% superior ao de bancas de doutorado.

Quando essa mesma análise é feita, agora em relação aos departamentos, os dados das tabelas nos informam, em primeiro lugar, que, em todos eles, o número de participações em bancas de

defesa superou o de envolvimento não somente em bancas de exame de qualificação, mas também em bancas de outra natureza. No DASE, 53,5% das bancas foram relativas a defesas, 41,1% relativas a exames de qualificação e 5,4% referentes a bancas de outra natureza. Para o DEPE, esses números passam a ser, respectivamente, os seguintes: 52,1%, 43,5% e 4,4%. No caso do DECISAE, registraram-se, respectivamente, os seguintes resultados: 50,3%, 39,0% e 10,7%. Para o DEME, 48,3%, 35,7% e 16,0%. Para o DEFHE, 51,3%, 44,6% e 4,1%. Embora os docentes do DASE tenham – em média e relativamente – participado, no período considerado, de mais bancas de defesas do que os docentes dos outros departamentos, as diferenças entre as participações dessa natureza em todos os departamentos é pouco significativa. Por outro lado, os docentes do DEME foram – em média e tanto em termos relativos quanto absolutos –, dentre os demais departamentos, os que mais se envolveram com bancas de outra natureza, sendo, agora, essa diferença de participação, em relação aos docentes dos demais departamentos, bem mais significativa. Já no que se refere às diferenças quantitativas de participação em bancas de defesa de teses de doutorado e de dissertações de mestrado, os dados nos informam que, também em todos os departamentos, as participações docentes em bancas de defesa de mestrado superaram as de doutorado. Os índices percentuais que expressam a intensidade dessas diferenças para o DASE, DEPE, DECISAE, DEME e DEFHE foram, respectivamente, os seguintes: 80,6%, 13,6%, 16,5%, 56,3%, 47,1%. Nota-se, agora, que essas diferenças foram bastante acentuadas, principalmente aquelas que se estabeleceram entre o DASE e os demais departamentos, o que significa que os docentes do DASE, no período considerado, teriam priorizado, bem mais do que os dos outros departamentos, a participação em bancas de defesa de mestrado do que as de defesa de doutorado. Nesse sentido, em ordem decrescente em relação à priorização de participações em bancas de mestrado, os departamentos assim se colocam: DASE, DEME, DEFHE, DECISAE, DEPE. Os docentes do DEPE foram, então, aqueles que – em média e em termos relativos – mais priorizaram, no período considerado, as participações em bancas de defesa de doutorado.

Finalmente, no que se refere à análise da produção acadêmico-cultural da Faculdade de Educação, em sua totalidade, realizada nesta seção do relatório, há que se ressaltar os intensos esforços e envolvimento dos docentes de todos os departamentos no sentido da intensificação quantitativa e qualitativa de sua produção, tanto em relação ao quinquênio 1989-1993, quanto em relação a cada um dos anos do quinquênio 1999-2003. Este fato foi exaustiva e fartamente demonstrado pelos números em cada uma das categorias eleitas para evidenciar e analisar essa produção.

8. AÇÕES COMUNITÁRIAS E EXTENSÃO

A extensão universitária tornou-se uma das dimensões mais significativas da relação da universidade com a comunidade. Nos anos 1970 e 1980, a extensão universitária passou por profundas e legítimas críticas políticas, estudos e debates sociais, de modo a buscar superar a dimensão assistencialista e uma determinada propensão populista que muitas vezes acoplavam-se às iniciativas institucionais de integração social, marcadas pela concepção de assistência e manejo ideológico de atendimento aos núcleos populares e sociais. Observamos que um certo ranço dessas concepções permanece em muitas práticas institucionais de extensão universitárias.

Já na década de 1990, a universidade passou por profundas transformações estruturais decorrentes do ajuste das forças produtivas internacionais e das novas disposições políticas sobre o papel da universidade no denominado mundo globalizado. Assim, a partir de estímulos com conotações diferentes daquelas que pleiteamos, assistimos a uma suposta abertura destacada das instituições universitárias, voltadas agora para a aproximação da comunidade com uma concepção marcadamente mercadológica e privada. A universidade passava de uma extensão considerada assistencialista e politizada, criticada como intervencionista, para uma atividade voltada agora para a prestação de serviços, numa concepção empresarial e administrativista. Abriam-se cursos voltados para a produção de tecnologias, a promoção da suposta qualificação profissionalizante e outras dimensões correlatas. Essas duas perspectivas de interpretação da extensão universitária, nascidas em conjunturas políticas distintas, ainda se cotejam nas IES.

A extensão em educação expressa uma natureza peculiar no conjunto das demais unidades que compõem a Universidade. As universidades, IES formadoras de professores, uma unidade de ensino como a Faculdade de Educação, voltada para a formação de docentes e especialistas pesquisadores em educação, estão em relação direta com as escolas, com as unidades de educação infantil, institutos e organizações educacionais da sociedade. A formação vivenciada na universidade acaba sendo orientada pelos trabalhos supervisionados de práticas pedagógicas, estágios e intervenções escolares.

A ação institucional nos cursos de graduação em educação integra-se plenamente na dinâmica da sociedade, a partir das práticas formativas exercidas diretamente nas instituições escolares, além dos projetos especiais de formação continuada e outros com natureza peculiar.

A Coordenação de Extensão da FE, em seu Relatório de Avaliação (2004), assim manifesta esta natureza peculiar: “Atenta ao compromisso social da instituição, desenvolver e realizar programas e projetos de formação de professores e pesquisadores em Educação, capazes de atuar em todos os níveis e áreas da educação brasileira, visando atender à ampla demanda por profissionais da educação e contribuir para a melhoria do sistema educacional e a promoção da justiça social no País.” Constata-se a assimilação das atividades de extensão organicamente articuladas à natureza da formação do educador.

A Faculdade de Educação da Unicamp mantém um conjunto de projetos de extensão integrados à pesquisa e ao ensino. Temos observado que nossa universidade desenvolve um conjunto de atividades de extensão com proporção bem menor do que outras universidades estaduais. A Unicamp tem sido identificada como uma instituição que sempre manifestou uma vocação para a pesquisa e para a formação profissional básica. Já nos anos 1990, em função de redirecionamentos políticos, a Unicamp produziu uma explosão de ofertas de cursos denominados de extensão universitária, voltados para as dimensões acima descritas como mercadológicas, empresariais e profissionalizantes. A criação EXTECAMP consolida esse perfil, com o corolário de cursos oferecidos à sociedade, o conjunto de convênios e intercâmbios, as parcerias e projetos desenvolvidos nesta lógica.

Na Faculdade de Educação podemos definir como um primeiro período institucional de atividades de extensão aquele pautado pelas iniciativas dos departamentos, dos docentes de modo particular, das demandas esporádicas das escolas e de eventuais grupos comunitários e sociais, desde sua criação até os anos 1990. Nesta década, a Unicamp criou a EXTECAMP e organizou o

atendimento institucional da extensão, organizando cursos regulares de extensão universitária e criando cursos de especialização na modalidade de extensão.

De 1998 a 2002, a Faculdade de Educação manteve representantes docentes no CONEX (Conselho de Extensão) da Universidade, órgão que articulava a política de extensão praticada na Universidade. Esses representantes informavam a unidade das diretrizes e projetos voltados para a área da Educação e canalizavam para o mesmo conselho as demandas e necessidades da FE.

Em 2003, a direção da FE, regulamentando resolução do CONEX, criou a Coordenação de Extensão da Faculdade de Educação, implementou um processo eleitoral de indicação de um docente coordenador e dispôs a criação de uma comissão de extensão no âmbito da unidade, com participantes de todos os departamentos. Estes indicaram seus membros e houve ainda uma organização institucional, com a definição de uma sala, uma funcionária para secretariar os trabalhos e assistir aos diversos atributos da nova organização da extensão na Faculdade.

O planejamento das atividades de extensão, proposto para o biênio 2003-2004, expressa as coordenadas gerais da Extensão na FE em dois campos principais de atuação:

1. A organização e o apoio ao desenvolvimento das atividades de extensão em funcionamento em nossa faculdade. A FE, pelo seu tamanho e sua diversidade, realiza um número importante de atividades de extensão. Ela representa a segunda unidade das ciências humanas em importância na Unicamp, ficando atrás, apenas, do Instituto de Economia (ver balanço de atividades adiante). Estes cursos, somados ao acompanhamento dos convênios em execução e os novos iniciados em 2003, impõem um ritmo de atividades burocráticas e administrativas bastante amplo à Coordenação. O apoio à realização material e burocrática dos cursos e o apoio ao bom andamento dos convênios e contratos realizados pelos nossos docentes tem sido um dos investimentos da FE.

2. A Implantação de novos projetos e novas visões da extensão ao interior da FE. Durante o ano de 2003, investiu-se em algumas linhas de trabalho que gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para submeter à discussão dos nossos professores. Apresentaremos a seguir um balanço de atividades que visam estimular todos os setores da FE para uma discussão ampla das atividades de Extensão.

As muitas atividades da universidade, voltadas para com a rede pública estadual, a rede municipal e movimentos e eventuais demandas sociais e populares, encontravam, então, na coordenação de extensão uma possibilidade de integração institucionalizada. Agora, em 2004 podemos observar uma emergente disposição para a integração das diversas atividades de extensão da Faculdade, de modo a otimizar os poucos recursos, racionalizar as condições materiais dispersas e integrar as diversas atividades, quer na direção dos cursos de extensão regulares, quer na dinâmica dos projetos que são levados a cabo pelos departamentos, nos grupos de pesquisas, além das atividades próprias dos docentes em particular, bem como ações ainda não relatadas à FE. O presente quadro testemunha esta articulação:

Apresentação das atividades desenvolvidas a partir do ano de 2003:

- a) No período, procedeu-se à implantação de um banco de dados — relativos aos convênios e contratos realizados, entre 2000 e 2004, pela Faculdade de Educação — que permite o acompanhamento por várias entradas, segundo o setor interessado nas informações.
- b) Foi integrado à FE o sistema de matrícula eletrônica da Escola de Extensão da Unicamp, permitindo que, a partir de 2004, a matrícula para os cursos de extensão da FE passasse a ser realizada pelo sistema único da Escola de Extensão, realizando eletronicamente todas as operações e o acompanhamento de todas as informações dos cursos através um banco de dados de alto desempenho. Para a regularização e atualização da oferta de cursos da FE junto ao catálogo central da Extensão Unicamp, foi realizado um levantamento e consulta aos docentes que em algum momento, na última década, tenham ofertado algum curso no Catálogo da Escola de Extensão da Universidade.

- c) Integrou-se a Faculdade aos Programas de Formação Continuada de Professores realizados pela Secretaria Estadual de Educação — em especial o Programa Teia do Saber —, que está sendo realizado desde 2003, e cujo perfil e resultados apresentamos à frente.
- d) Foram incentivados e desenvolvidos, no âmbito institucional da Coordenação, os esforços relativos às ações de apoio à comunidade, somando-os à vasta atividade e produção individual dos professores neste campo. A presença dos professores da FE junto à comunidade é impossível de ser quantificada no momento. Não existe, por parte da Coordenação de Extensão, nenhuma iniciativa visando o controle e a regulação das diversas formas pela quais os docentes da FE desenvolvem os contatos com a sociedade, considerando-se que isto burocratizaria e engessaria uma atividade altamente funcional e dinâmica. Existem estudos e discussões tentando implementar, em acordo com os docentes, formas de captação e registro destas atividades futuramente. Neste primeiro momento procurou-se, institucionalmente, tão somente a aproximação com as organizações estudantis: o Centro Acadêmico da Pedagogia (CAP) e as suas atividades de extensão comunitária. Está em andamento um trabalho de apoio material ao desenvolvimento do projeto “Trilharestórias”, que visa, a médio prazo, a incorporação no projeto de docentes e discentes da FE com o apoio da Coordenação de Extensão. Seguidamente, procurou-se o contato e incentivo à participação nos programas de luta contra o analfabetismo: “Brasil Alfabetizado” do Governo Federal e o projeto “Letra Viva” da Prefeitura de Campinas, que constituíram uma linha de ação da FE. Os resultados têm sido minguaos nesta aproximação, pela existência de diferenças importantes, manifestadas por docentes e alunos às principais diretrizes de ambos programas²⁷. Em conjunto com o LAGE e o GPPE, ambos grupos de pesquisa da FE, foi apresentada à Coordenação do projeto “Letra Viva” um trabalho de acompanhamento e avaliação de políticas públicas. A falta de recursos do programa, na oportunidade, não permitiu um acordo de desenvolvimento. Atualmente, a coordenação e docentes da FE participam como integrantes da Campanha Nacional pela Educação Pública para incorporar emendas ao Plano Estadual de Educação, em tramitação na Assembléia Legislativa. A Coordenação de Extensão é membro do Conselho Municipal de Educação de Campinas e participou ativamente, com outros docentes da FE, da elaboração e discussão, junto à comunidade, do Plano Municipal de Educação do Município.

Buscou-se o fortalecimento institucional da FE na Formação Continuada de Professores, por intermédio de duas intervenções. Primeiramente, a participação junto aos órgãos estaduais e municipais nos projetos de formação continuada de professores. Praticamente a metade dos docentes da faculdade, mais doutorandos e mestrados, têm-se envolvido nesses projetos (ver balanço do projeto “Teia do Saber”). As novas políticas institucionais dirigidas a elevar o nível da formação dos docentes da rede pública, tanto estadual como municipal, que incentivam os docentes a realizarem cursos de mestrado e doutoramento, desencadearam uma série de discussões e encontros com a Prefeitura Municipal e com a Secretaria de Estado da Educação, visando estudar quais as alternativas possíveis para a Unicamp participar desse processo.

Em segundo lugar, a participação da FE no projeto de articulação dos Núcleos de Formação Continuada de Professores dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas, Projeto desenvolvido com a equipe do Proesf²⁸ e o GT da Câmara Metropolitana de Educação da RMC²⁹.

²⁷ Ambos os programas prevêem a utilização de monitores sem formação específica para desenvolver as atividades de alfabetização de adultos. A metodologia, exposta pelos responsáveis municipais do projeto em Seminário na FE, em novembro de 2003, ocasionou discussões importantes com o público presente. A Coordenação continua conversando sobre estes programas pela importância do seu alcance social.

²⁸ Programa especial de formação inicial de professores de ensino infantil e fundamental dos municípios da Região Metropolitana de Campinas. Este programa se realiza para cumprir as exigências da LDB/96 quanto à exigência de formação superior para o exercício da docência nas séries iniciais de ensino. Programa elaborado entre a FE/Unicamp e a Câmara Temática de Educação da RMC, como alternativa ao plano da Secretaria Estadual de Educação.

²⁹ Para detalhamento destas ações, ver Balanço do Proesf. 2004 e Projeto do GPPE/CNPQ “Políticas Públicas e inovações institucionais: a formação de professores em contexto descentralizado”, Campinas GPPE/FE, Campinas, 2004.

Além dessas atividades, o Coordenador de Extensão:

- a) integra a Coordenação Internacional do Projeto Tuning America Latina, junto à Comunidade Econômica Européia e mais 17 países, que discute as alternativas e as dificuldades das Faculdades de Educação, hoje, frente aos processos de internacionalização do conhecimento³⁰.
- b) integra a Comissão Permanente para Melhoria da Qualidade do Ensino Público, instalada pela Reitoria da Unicamp (D.O.E. de 06/10/2004).
- c) compõe a Comissão do NIDIC (Núcleo de Integração e Difusão Cultural da Unicamp), visando a implantação e o acompanhamento de uma política de extensão cultural para os corpos permanentes da Unicamp nas áreas de música e dança.

Percebe-se, então, que a política de extensão da Faculdade de Educação encontra-se num processo de estruturação institucional, necessitando ainda da melhor definição de diretrizes próprias à natureza da atividade educacional, como dimensão de extensão, para sua melhor explicitação e delineamento. Pode-se vislumbrar a necessidade de um amplo seminário de extensão interno para discutir as diretrizes e princípios gerais da extensão na Faculdade de Educação, para conhecer e discutir os dispositivos atuais que regem a política de extensão da universidade e buscar integrá-los, a partir das condições materiais objetivas, articuladas na prática dos docentes, dos alunos, dos pesquisadores que formam a totalidade da Faculdade de Educação.

Além desta premente definição, de uma política de extensão para a FE, percebe-se que a Faculdade de Educação avança na direção de tornar-se um núcleo referencial regional de formação de professores. Desse modo, pode-se afirmar que a extensão universitária educacional deverá concentrar-se nas atividades de formação de professores, integrando os diversos projetos como Teia do Saber, com o PROESF e PEFOPLEX, que compõem o ensino e a formação docente a partir de demandas sociais conjunturais. Outros tantos projetos de extensão precisariam ser mais bem relatados, conhecidos e socializados, para a uma plena visibilidade na própria unidade.

A dinâmica dos convênios mantidos pela FE também precisaria passar por uma avaliação, de modo a definir contrapartidas orgânicas que fossem pautadas pelo projeto político-pedagógico da unidade. A apresentação do conjunto de convênios somente oferece uma visão sinótica dos mesmos.

³⁰ Ver Projeto Tuning America Latina. Disponível na Coordenação de Extensão.

Convênios encerrados em 2003 e ou andamento na Faculdade de Educação

Convênio	Processo	Vigência Final
FE/UNIVERSIDAD NACIONAL DE LUJAN	01-P-4886/90	Indeterminada
FE/UNIVERS. NAC. DEL CENTRO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES	19-P-15133/94	2/11/2003
FE/FUNCAMP – T.A 56	01-P-4463/95	Indeterminada
FE/UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-UNC.	19-P-4521/96	2/9/2003
FE/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-UNC	19-P15113/96	2/9/2003
FE/FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	19-P-18009/98	15/3/2005
FE/FUNDAÇÃO FORD – 990-0208	19-P-1633/99	30/4/2003
FE/UNIVERSITE DE FRIBOURG – T.A 01	19-P-2015/99	18/8/2004
FE/UNIVERSIDAD PEDAGOGICA NACIONAL (COLOMBIA)	19-P-22443/98	4/7/2005
FE/UNIVERSIDADE LUMIERE LYON A-T.A 01	19-13379/01	5/12/2006
FE/COMISSÃO EUROPÉIA – AMBIENTALIZAÇÃO	19-P-23797/01	16/12/2003
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA	19-P-6436/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA – T.A 01	01-P-6437/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ	01-P-6427/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLANDIA	01-P-6422/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA-T.A 01	01-P-6424/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D'OESTE	01-P-6421/02	17/2/2007
FE/PREFEITURA MUNIC. SANTA BARBARA D'OESTE-T.A 01	01-P-6433/02	27/3/2007
FE/PREFEITURA MUNIC. DE AMERICANA	01-P-6444/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNIC. DE AMERICANA – T.A 01	01-P-6448/02	18/4/2007
FE/PREF. MUNIC. DE SANTO ANTONIO DE POSSE	01-P-6445/02	18/4/2007
FE/PREF. MUNIC. DE SANTO ANTONIO DE POSSE-T.A 01	01-P-6449/02	18/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO	01-P-6450/02	3/4/2007
FE/PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO – T.A 01	01-P-6451/02	3/4/2007
FE/PREFEITURA MUNIC. DE NOVA ODESSA – T.A 02	01-P-6405/02	18/4/2007
FE/UNAM/UNICEN/UPN	19-P-18974/02	7/1/2007
FE/UNIÃO EUROPÉIA E AMÉRICA LATINA-ALFA	19-P-21836/01	27/6/2005
FE/FORD FOUNDATION – 990-0208-1	19-P-2449/03	30/11/2004
FE/UNIVERSITE RENE DESCARTES-PARIS	19-P-17275/01	29/9/2005
FE/UNIVERSITE RENE DESCARTES – T.A 01	19-P-17276/01	29/9/2005
FE/UNIVERSIDAD DE SALAMANCA – T.A 02	19-P-26406/01	27/7/2006
FE/PREF. MUNIC. DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA-T.A 01	19-P-14145/03	27/4/2008

A situação dos convênios realizados pela FE nos aponta uma condição interessante e de muita atualidade. Ao observar-se o quadro, confirma-se que, dos 32 convênios existentes, 10 (35%) são convênios com universidades internacionais, 15 (47%) são com as prefeituras da Região. Apenas 3 (9%) são com universidades nacionais e apenas 2 (6%) com fundações privadas. A inserção da FE no “local” e sua extensão internacional apontam uma opção frente às mudanças sociais do momento. A combinação destas, nem sempre fáceis e acordes – tendências do momento de globalização atual –, requer da comunidade da FE uma maior discussão e explicitação das opções tomadas.

Enfim, a política e gestão da Extensão na FE/Unicamp encontram-se num desafiador momento de consolidação institucional, de amplas possibilidades de debates e articulações com as demandas

sociais e a natureza eminentemente pública da formação dos professores, buscando integrar os recursos materiais com claras diretrizes de ação emancipatória. Assim conclui o documento-base da Coordenação de Extensão (relatório 2004): “ Encerramos, com este desafio, esta primeira análise da Extensão da Faculdade de Educação da Unicamp e submetemos à discussão da nossa comunidade docente e discente. Os indicadores analisados durante o período mostram os principais caminhos a serem percorridos pela Coordenação de Extensão no próximo período:

1. principal será o de alterar o perfil da captação de recursos, do individual para o institucional. Isso permitirá atender a alunos de menor renda e significará uma presença mais institucional junto às redes de ensino da região;
2. buscar o equilíbrio entre os cursos de aperfeiçoamento, de curta duração, e os cursos de especialização, com maior carga horária e maior efetividade nos resultados de aprendizado e de impacto nas redes de ensino;
3. aumentar o número de docentes engajados nas atividades de extensão, permitindo a ampliação dos temas abordados e mantendo a qualidade da oferta;
4. incentivar e desenvolver a ligação institucional da FE nas redes públicas da Região Metropolitana de Campinas, participar ativamente da formação continuada do magistério e estreitar a participação na formulação das políticas públicas educacionais na região;
5. procurar levar o resultado das nossas pesquisas e a nossa prática pedagógica para todas as faixas etárias da população.”

O que destacamos, nesta criteriosa leitura e relativa avaliação parcial, é que a Extensão da FE, pela primeira vez, reúne condições de conquistar uma visão e concepção de totalidade, capaz de articular e integrar as ações singulares e grupais a um núcleo ordenador de todas as demais intervenções, a ser explicitado pela discussão da natureza da ação formadora da universidade no campo especializado da Educação.

À medida que a Faculdade de Educação for definindo melhor a natureza e o perfil de suas intervenções no campo da extensão, esta poderá também interferir ainda mais nos rumos da política de extensão da própria universidade. Poderíamos planejar uma coleta de dados dos grupos de pesquisas, dos núcleos de ensino, das coordenações de cursos e departamentos para a produção de um instrumento que ofereça condições para o delineamento das atividades desenvolvidas na unidade.

Assim, depois de uma emergente consolidação institucional, a extensão encontra-se num momento privilegiado de avaliação, propício para recolher e integrar todas as atividades desenvolvidas amiúde e separadamente na FE, para articular-se sobre diretrizes sólidas e bem delineadas, de modo a tornarem-se instrumentos de retroalimentação do ensino e da pesquisa, bem como o da legitimação da própria identidade social da universidade e seu papel de instituição pública, de unidade de ensino e formação, para o encaminhamento de soluções postas pelas desafiantes realidades históricas.

9. AVALIAÇÃO INTERNA DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS

A Faculdade de Educação conta com dois tipos de Recursos para manutenção e expansão de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Denominam-se Recursos Orçamentários os recursos provenientes da parcela da Unicamp na cota-parte do ICMS do Estado de São Paulo destinado às três universidades públicas paulistas. Esses recursos são repassados pelo governo do Estado, periodicamente, à Unicamp ao longo de cada ano fiscal e variam durante os meses, conforme a arrecadação tributária do ICMS. Assim, a Unicamp e, conseqüentemente, a FE trabalham ao longo do ano com estimativas de arrecadação e repasses. Tais estimativas são preliminarmente aprovadas a cada final de ano, na Proposta Orçamentária da Unicamp, para execução no ano seguinte. A Proposta é preparada pela Comissão de Orçamento do Conselho Universitário, da qual participam membros do Consu — representantes dos diretores e representantes docentes e técnico-administrativos. Com assessoria da AEPLAN – Assessoria de Planejamento –, órgão da administração central da universidade responsável pelo planejamento e acompanhamento do orçamento anual, a Proposta Orçamentária é submetida à aprovação na última reunião anual do Consu, sempre em meados de dezembro.

A partir dessa aprovação, cada unidade da Unicamp toma conhecimento do montante de recursos previstos para suas atividades do ano seguinte. No caso da FE, começa-se então a preparar internamente a Proposta Orçamentária da unidade para o exercício fiscal seguinte.

Seguindo as normas internas da Faculdade, a Direção prepara uma proposta inicial com base nas contas executadas no ano que finda e nas necessidades surgidas no transcurso do ano. Tomam-se sempre por norte as diretrizes contidas não apenas em planos diretores da unidade, em especial os Planos Estratégicos da Unidade (o primeiro elaborado no ano de 2000 e o atual elaborado em 2004), mas também em seminários internos da FE, reuniões gerais da comunidade, demandas das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Extensão, dos Departamentos e demais órgãos colegiados.

Essa primeira versão da Proposta Orçamentária é submetida à Comissão de Orçamento da Congregação, para estudos. A Comissão é composta por integrantes da Congregação — 2 chefes de departamento, 1 representante dos funcionários técnico-administrativos e 1 representante discente —, indicados pela própria Congregação. A Comissão analisa a proposta ao longo dos meses de janeiro e fevereiro e, se necessário, convida a comunidade para participar das discussões, por intermédio de reuniões gerais na unidade. Após análise e parecer, a Proposta é submetida à deliberação da Congregação, o que geralmente acontece na Reunião Ordinária do mês de fevereiro.

Em suma, a partir da aprovação da Proposta Orçamentária da Unicamp, em meados de dezembro de cada ano, a FE elabora a Proposta Orçamentária da Unidade e inicia sua execução em março de cada ano. Nos dois primeiros meses, as despesas são realizadas com base na proposta orçamentária do ano anterior e nos recursos repassados para a unidade, decorrentes de saldos orçamentários do exercício fiscal anterior.

Ao longo do ano, a Unicamp realiza trimestralmente uma Revisão Orçamentária, tendo em vista as diferenças entre o previsto e o executado, no que se refere aos recursos provenientes da arrecadação de ICMS do Estado e repassados à universidade. Via de regra tem-se assistido, nos últimos anos, ao contingenciamento de recursos nos primeiros dois ou até três trimestres do ano, justificando-se tal medida pela redução de arrecadação tributária em relação ao previsto pelo governo e universidade. Tal contingenciamento atinge os recursos de investimento (sempre), os de custeio (quase sempre) e, eventualmente, recursos para contratação de pessoal docente ou técnico-administrativo. Por outro lado, tem sido freqüente a liberação do contingenciamento no último trimestre de cada exercício fiscal, em virtude de recuperação da arrecadação nos meses finais de cada ano. Nesse caso, são liberados quase todos os recursos contingenciados, geralmente mantendo-se indisponíveis os recursos de investimento. Em função disto, no período de 1999 a 2003, praticamente não houve repasse de recursos orçamentários, na rubrica “investimento”, decorrentes da cota-parte do ICMS.

No âmbito da FE, a revisão orçamentária ao longo do ano não tem sido uma prática corrente, ficando mais sob incumbência da Direção adequar a Proposta Orçamentária aprovada em Congregação às restrições orçamentárias ou liberações suplementares no decorrer do ano. No caso de haver alguma redução drástica ou liberação suplementar significativa de recursos, a Direção submete à Congregação uma proposta de revisão orçamentária. Ao final de cada ano, ou até a primeira reunião de Congregação do ano seguinte, a Direção realiza a prestação anual de contas, que é submetida ao parecer da Comissão de Orçamento e à aprovação da Congregação.

Esta tem sido a prática na universidade com respeito à execução orçamentária no período de referência desta Avaliação Institucional. Dessa prática depende, em grande medida, a gestão dos recursos financeiros pelas unidades de ensino, como a FE. No período de 1999 a 2003, em decorrência do forte impacto orçamentário das aposentadorias e tentativas de recomposição dos quadros de pessoal, a universidade teve ampliado o percentual de comprometimento do orçamento com recursos de Pessoal, em níveis que chegaram a comprometer o repasse de recursos às unidades, em rubricas como custeio e investimento.

Conforme dados a serem apresentados mais à frente, a Faculdade de Educação depende em muito desses recursos orçamentários para custeio e investimento, na medida em que a capacidade de captação de recursos extra-orçamentários para tais fins fica muito aquém das necessidades da unidade.

Diferentemente de outras unidades de ensino, especialmente daquelas do campo das ciências biomédicas ou das áreas tecnológicas, a Faculdade de Educação capta muito poucos recursos de agências de fomento à pesquisa para fins de manutenção ou expansão de infra-estrutura. Os projetos de pesquisa sob responsabilidade de docentes da Faculdade financiam comumente apoio a pessoal (bolsas, por exemplo) e custeio de despesas próprias da pesquisa em si. Recursos para manutenção ou construção de laboratórios e para melhorias de infra-estrutura física, bastante presentes em projetos de pesquisa das áreas citadas, não são freqüentes na FE. Desse modo, fica-se na dependência de programas especiais de financiamento às instituições de ensino superior, especialmente quando organismos como CNPq, FINEP e FAPESP se abrem à perspectiva de apoiar ações mais peculiares às áreas de ciências humanas e artes.

Por essas razões, todas as expansões de infra-estrutura física, de equipamentos e material bibliográfico alcançadas pela FE no quinquênio desta Avaliação dependeram quase que exclusivamente de recursos oriundos de programas e projetos especiais estabelecidos externamente, por órgãos de fomento às IES (como a FINEP), por Secretarias de Educação e pela administração central da Universidade. Resultado: se, em parte, isso tem sido positivo para a FE, fazendo-nos crescer consideravelmente em praticamente todos os indicadores de desempenho nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, por outro lado tem obrigado a Faculdade a atender demandas que nem sempre são prioritárias, quer para a comunidade interna, quer para a comunidade local e regional em que está inserida. Tais demandas causam constantes conflitos com os princípios estabelecidos há décadas e modificados periodicamente de maneira coletiva, refletida, prudente e socialmente comprometida. São conflitos que afligem não somente a Faculdade, mas situam-se no seio das discussões sobre o papel da universidade pública em um país cada vez mais concorde com o crescente avanço mundial do neoliberalismo e suas conseqüências, quanto à minimização do papel social do Estado; à submissão às regras de mercado; à expansão de uma sociedade cada vez mais individualizada, não solidária, injusta e desigual.

Embora se tenha resvalado em algum comentário sobre captação de recursos extra-orçamentários, até o momento procurou-se enfatizar os processos internos, na Unicamp e na FE, de distribuição e aplicação dos recursos ditos orçamentários e provenientes da cota-parte do ICMS à Unicamp.

Quanto aos recursos denominados extra-orçamentários, há, no âmbito da universidade, um certo conhecimento de sua origem e até mesmo previsão de arrecadação anual. Estima-se que tais recursos na Unicamp são da ordem de 40% dos recursos orçamentários provenientes do ICMS, isto é, chegam a compor até 1/3 do orçamento anual da universidade. No entanto, a distribuição orçamentária desses recursos não se faz por órgãos colegiados da universidade, sendo

geralmente realizados por docentes individualmente ou grupos de pesquisa responsáveis pela elaboração e execução dos respectivos projetos geradores desses recursos. Embora qualquer projeto de ensino, pesquisa e extensão na universidade tenha de ser apreciado e aprovado por departamentos, comissões e congregações, no âmbito das unidades, e comissões de pesquisa, de extensão, de administração e Conselho Universitário, no âmbito da universidade, a gestão dos recursos financeiros é deixada a cargo diretamente do responsável ou responsáveis pelo projeto (curso, convênio, pesquisa, consultoria, etc.).

A Universidade e as unidades participantes recebem taxas de fomento, oriundas desses projetos, que se traduzem em recursos extra-orçamentários cuja gestão compete diretamente aos diretores de unidade ou reitoria. No caso das unidades de ensino, essas taxas são de um mínimo de 3% sobre os recursos totais do projeto ou convênio, situando-se em torno de 10 a 20% nas diferentes unidades. Na Faculdade de Educação, há uma certa política delineada para o estabelecimento dessas taxas, embora se estude o percentual caso a caso. Para cursos de extensão, costuma-se estabelecer uma taxa de 10%. Há, por outro lado, muitos convênios que são fixados com a taxa mínima (3%) ou até mesmo com taxa de ressarcimento institucional liberada, quando o financiador do projeto ou convênio é de natureza jurídica pública ou filantrópica.

Nesse sentido, no âmbito da FE, quando se realiza a Proposta Orçamentária anual, são considerados os recursos orçamentários todos, conforme previsão aprovada pelo Conselho Universitário, e, dentre os recursos extra-orçamentários, somente aqueles originários das taxas de ressarcimento institucional, fundamentalmente decorrentes da aplicação de um percentual de 10% sobre os recursos provenientes de cursos de extensão.

A gestão administrativa do orçamento da FE

Na Faculdade de Educação, os recursos orçamentários e extra-orçamentários são administrados diretamente pelo Setor de Finanças e Compras, composto por 4 funcionários. Um dos funcionários dedica-se exclusivamente ao atendimento dos recursos oriundos do PROAP (Programa de Apoio à Pós-Graduação / Capes). Os outros três cuidam dos recursos orçamentários e demais recursos extra-orçamentários.

A autorização para abertura de processos de pagamentos parte: a) da Coordenação de Pós-Graduação, para os recursos do PROAP/Capes; b) dos executores de convênios (docentes responsáveis) e cursos de extensão, para os recursos oriundos desses programas; c) da Direção da Unidade, para os recursos orçamentários de custeio e investimento e para os recursos extra-orçamentários oriundos das taxas de apoio institucional.

No caso dos recursos sob responsabilidade direta da Direção da Unidade, a proposta para utilização/aplicação vem preliminarmente dos diversos setores acadêmicos e administrativos da unidade, docentes, grupos de pesquisa, funcionários ou estudantes. A Direção verifica se estão em acordo com a Proposta Orçamentária Anual da unidade e se têm prévia aprovação de órgãos colegiados, quando necessário, como Comissão de Pedagogia, de Licenciatura, de Pós-Graduação, de Biblioteca, ou Departamentos. Do contrário, encaminha para aprovação do respectivo órgão e, após retorno, dá prosseguimento à solicitação. Casos emergenciais ou excepcionais são analisados diretamente pela Direção e, se necessário, é feita consulta verbal ao responsável pelo órgão implicado.

Os recursos para pagamento de pessoal (docentes e funcionários técnico-administrativos) representam mais de 90% do orçamento anual total da FE e são administrados diretamente pela DGRH – Diretoria Geral de Recursos Humanos e DGA – Diretoria Geral de Administração, órgãos da administração central da universidade. Assim, não são manejados de forma alguma pela Faculdade; embora incluídos na proposta orçamentária da unidade, não compete à unidade decidir sobre sua gestão, aplicação, realocações, etc.

Para os recursos administrados pela FE, após a aprovação da abertura dos processos de pagamento, o Setor de Finanças e Compras segue procedimentos estabelecidos pela DGA e válidos para todas as unidades de ensino e setores da universidade, os quais estão em

conformidade com a legislação para licitações públicas e demais regulamentações para compras e pagamentos em instituições públicas. Os processos são encaminhados para a DGA e tramitam, algumas vezes, entre a unidade de ensino e esse órgão central, até o pagamento final do fornecedor e posterior arquivamento do processo na própria unidade. Há estudos em desenvolvimento na Unicamp para reduzir esses trâmites e facilitar os processos de pagamento, reduzindo a burocracia administrativa naquilo que for possível, utilizando-se principalmente de meios eletrônicos e sistemas “intranet” para tramitação dos processos. Todavia, isto trará maior responsabilidade aos funcionários do setor de Finanças e aos executores dos recursos, de modo a assegurar a isonomia e a legalidade na aquisição de bens e serviços no setor público.

Disponibilidade de recursos

O quadro a seguir apresenta um resumo dos recursos destinados à FE no período 1999-2003.

Quadro Geral de Recursos Orçamentários e Extra-Orçamentários no Período 1999-2003

Recursos	1999	2000	2001	2002	2003
Orçamentários	9.882.056	11.457.347	13.659.254	17.044.149	18.063.569
Pessoal	9.652.331	10.818.295	12.818.665	15.628.712	16.082.488
Docentes	8.079.001	9.048.422	10.513.869	12.596.742	12.666.568
Funcionários	1.573.330	1.769.873	2.304.796	3.031.970	3.415.920
Infra-estrutura	229.725	639.052	840.589	1.415.437	1.981.081
Custeio	196.110	427.736	366.187	544.792	1.425.128
Capital	33.615	211.316	474.402	870.645	555.953
Extra-Orçamentários	671.001	1.110.166	1.442.060	606.624	775.855
Convênios/Contratos	444.144	678.707	876.560	-	328.787
Serviços (Apoio a eventos)	87.641	186.544	155.950	50.901	43.185
Cursos de Extensão	129.773	230.483	396.900	531.884	377.674
Vendas Publicações	9.443	14.432	12.650	23.839	26.209
Total Geral	10.550.057	12.567.513	15.101.314	17.650.773	18.839.424

Conforme informado anteriormente, os recursos orçamentários da FE são provenientes principalmente da cota-parte do ICMS destinada à Unicamp. Uma pequena parcela ingressa ocasionalmente como recursos orçamentários, embora não proceda diretamente da cota-parte do ICMS, mas proveniente de órgãos estaduais ou federais de apoio às instituições de ensino superior. Destes recursos, situados no quadro nas rubricas Pessoal e Infra-estrutura (Custeio e Capital), somente os recursos de Custeio e Capital são administrados pela Faculdade, ficando os de Pessoal sob responsabilidade da DGRH e DGA.

Os recursos de Pessoal destinam-se ao pagamento do quadro de docentes e de funcionários técnico-administrativos e têm crescido em virtude de: a) expansão do quadro; b) mudanças de níveis nas carreiras docente e técnico-administrativa; c) incorporação de adicionais por tempo de serviço e gratificações de função; d) reajustes de salários para reposição parcial de perdas inflacionárias.

No caso dos recursos para pagamento de funcionários técnico-administrativos, entre 1999 e 2003 houve um crescimento de quase 120%, ocasionado principalmente pela expansão do número de funcionários na ativa (de 56, em 1999, para 69, em 2003) e pelas reclassificações ou mudanças na carreira funcional. Nesse sentido, pode-se considerar que o quadro de funcionários da FE, hoje, é numericamente bastante adequado ao conjunto de atividades realizadas pela Faculdade, destacando-se no período o processo de expansão física e melhoria do atendimento de alguns setores acadêmicos, criação de novos setores e, em especial, o processo de qualificação pessoal e profissional de muitos funcionários, conforme comentado em outra parte deste relatório de avaliação.

Quanto ao corpo docente, apesar de ter sofrido pequena redução no período (de 104 docentes em 1999 para 99 docentes na ativa em 2003), isto não refletiu em redução orçamentária, uma vez que o quadro total de docentes vem gradualmente crescendo, considerando-se o aumento das aposentadorias (cujos recursos continuam a ser considerados no orçamento da unidade) e as poucas contratações de novos docentes. Assim, o aumento de quase 60% nos recursos para pagamento de docentes não implicou ampliação física do quadro da ativa: foi canalizado, além das recomposições anuais de salários e vantagens da carreira, principalmente para cobrir aposentadorias e para a progressão na carreira via titulação (doutorado, livre-docência ou titular), destacando-se aqui um grande número de docentes que obteve seu doutoramento nesse período. Pesa neste tópico a redução numérica do quadro docente em exercício, a qual, apesar de quantitativamente pequena no período (cerca de 6%), torna-se bastante significativa tendo em vista a sensível expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão da FE ocorridas no período.

Ainda com respeito aos recursos destinados a Pessoal, pode-se observar pelo quadro o impacto percentual desse quesito no conjunto dos recursos orçamentários provenientes da cota-parte do ICMS. Em 1999, os recursos de Pessoal destinados à Faculdade de Educação alcançaram 97,6% dos recursos orçamentários, muito pouco restando para a manutenção ou expansão das atividades, ao mesmo tempo em que aumentava a dependência da unidade na captação de recursos extra-orçamentários. Gradualmente esse índice foi regredindo ao longo do período, chegando, em 2003, a 89% dos recursos orçamentários, índice próximo ao comprometimento do orçamento de toda a universidade com Pessoal. A situação, todavia, não traz tranqüilidade à FE, por conta da elevada carga de atribuições de ensino e pesquisa do quadro atual de docentes, pela tendência ao crescimento de aposentadorias para os próximos anos (entre docentes e também entre funcionários) e também em virtude de este índice (cerca de 90%) ainda situar-se muito acima de níveis desejáveis de comprometimento de orçamentos públicos com pessoal (60%), inviabilizando investimentos e expansões de serviços.

Continuando a observação do quadro, em Custeio e Capital situam-se basicamente todos os recursos para a manutenção das atividades existentes na FE e sua melhoria, renovação e expansão. Os recursos de Custeio são canalizados para as despesas com aquisição de material de consumo em geral (higiene e limpeza, escritório, informática, elétrico, civil, etc.); com serviços de correio e transporte; com manutenção civil, hidráulica, elétrica, lógica e manutenção de equipamentos e mobiliário; com apoio às atividades de ensino (excursões, visitas monitoradas, ajudas de custo), participação de funcionários e docentes em cursos de formação; com apoio a publicações, entre outras despesas. Os recursos de Capital apóiam despesas de investimentos e material permanente, como aquisição de novos equipamentos ou atualização dos existentes, aquisição de mobiliário, expansões ou melhorias nos prédios, novas construções, aquisição de livros, climatização e melhorias da infra-estrutura em geral. Em virtude das rubricas ou centros orçamentários de onde provêm tais recursos para fins de administração, pode-se com certa facilidade transferir recursos de Custeio para Capital ou vice-versa, de tal forma que ambos os recursos merecem ser considerados em conjunto, conforme considerado na linha “Infra-estrutura” do quadro.

Esses recursos (Custeio + Capital) tiveram significativo crescimento ao longo do período, passando de 2,3% do total de recursos orçamentários, em 1999, para quase 11%, em 2003. Entretanto, o crescimento não foi gradual ano a ano: de 1999 para 2000, por exemplo, houve um substancial crescimento desses recursos (quase 180% a mais em relação ao ano anterior), enquanto de 2002

para 2003 o aumento foi de 40% aproximadamente. Isto dificulta a previsão da capacidade de investimentos que a unidade pode realizar, bem como o planejamento adequado dessas ações.

Para contornar tal situação, comumente se deixa para o final de cada ano fiscal a realização de obras de maior porte ou aquisições de material permanente em grande monta, aguardando-se a efetivação da arrecadação e transferência de recursos. Acrescente-se a isto o fato já comentado de que praticamente todos os anos a Administração Central da universidade contingencia esses recursos de Custeio e Capital, aguardando o desempenho da arrecadação de ICMS ao longo do ano e liberando-os parcialmente no 2º semestre ou meses finais do ano. Assim, muitas obras ou aquisições são feitas “a toque de caixa”, gerando sobrecarga de trabalho em setores responsáveis, estresses desnecessários e atrasos em serviços previamente agendados. Todos os anos essa imprevisibilidade ou flutuação dos recursos para Custeio e Capital dificultam o cumprimento do cronograma anual de execução orçamentária; com frequência, ações previstas para determinado ano têm de ser transferidas para o ano seguinte.

Outro aspecto a considerar com respeito aos recursos de Custeio e Capital refere-se a sua origem ao longo dos anos, reforçando o caráter de imprevisibilidade desses recursos e de impossibilidade de planejamento de sua aplicação a médio prazo. Em 1999, os recursos foram muito reduzidos, quando comparados ao total dos recursos orçamentários (2,3%), ou quando comparados aos recursos da mesma rubrica Custeio/Capital, para os anos subseqüentes. Na realidade, os recursos que têm origem exclusivamente na cota-parte do ICMS e chegam à Faculdade de Educação por critérios de distribuição interna na universidade são da mesma ordem percentual ou pouco superior nos anos seguintes. Estima-se que em 2003, por exemplo, esses recursos para Custeio e Capital alcançaram aproximadamente um total de R\$ 500.000,00, ou seja, algo também em torno de 2,5% dos recursos orçamentários. É com essa estimativa que a FE trabalha a cada ano. O excedente – e, como pode se ver no Quadro, muitas vezes superior à estimativa – fica na dependência de arrecadações e repasses suplementares ou de programas e ações especiais da FE ou da universidade.

Em 2000, a universidade teve um excedente de arrecadação, fruto de repasses especiais, pelo governo estadual, de recursos oriundos da Lei Kandir e outros incentivos fiscais. A universidade decidiu repassar tais recursos às unidades, por demanda qualificada e associada ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI, priorizando-se investimentos em ensino de graduação. A FE foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 400.000,00 que destinou para a conclusão do novo prédio da Biblioteca e para o início da construção de um novo prédio de salas de aula.

Essas duas obras foram concluídas em 2003 e necessitaram de recursos complementares da ordem de R\$ 600.000,00, também incluídos na rubrica Custeio/Capital, desta vez oriundos do Plano de Expansão de Vagas nas universidades públicas paulistas, programa especial de fomento estabelecido pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e que, no caso da FE, consubstanciou-se principalmente no PROESF – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício na Rede Municipal dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas.

Em 2001, a FE obteve junto à Reitoria recurso especial para a aquisição da Biblioteca Maurício Tragtenberg, em torno de R\$ 300.000,00, amparada pelo reconhecimento, pela universidade, da importante obra desse grande pensador brasileiro, ex-professor da FE. Em 2002, por sua vez, ingressou no orçamento da FE a contrapartida da universidade ao projeto de construção e instalação do Sistema de Videoconferência da FE, apoiado inicialmente pela Fundação Ford com recursos de U\$ 100.000,00, sendo tal contrapartida da mesma ordem, ou seja, aproximadamente R\$ 320.000,00 em 2002.

Os recursos oriundos do PROESF, via Plano de Expansão de Vagas no Ensino Superior do Estado de São Paulo, fizeram ingressar, nos anos de 2002 e 2003, na rubrica Custeio/Capital, um montante de R\$ 460.000,00, além dos R\$ 500.000,00 já mencionados para obras. Com tais recursos, a FE ampliou significativamente o acervo da Biblioteca, construiu uma nova Sala de Informática para Ensino, atualizou os equipamentos do Laboratório de Informática, apoiou a instalação física de 14 grupos de pesquisa, entre outras realizações.

Por fim, outro aporte de recursos de Custeio/Capital ingressado via recursos orçamentários, porém não proveniente da cota-parte do ICMS, refere-se ao recursos oriundos dos programas CT-Infra da FINEP. Entre 2001 e 2003, a FE recebeu um total de aproximadamente R\$ 600.000,00, para fins de reestruturação da rede lógica de informática, para instalação de grupos de pesquisa e para equipamentos audiovisuais. Nota-se, assim, que o fato de grande parcela dos recursos para Custeio e Capital não serem provenientes da cota-parte do ICMS reduz sensivelmente a autonomia financeira e administrativa da universidade, deixando-a à mercê de financiamentos ocasionais e imprevisíveis quanto à destinação e ao cronograma de desembolso.

Ingressando agora nos recursos extra-orçamentários, observa-se pelo quadro a variabilidade dos mesmos ao longo dos anos. São recursos, ora da ordem de 3,5% a 4,0% dos recursos orçamentários, como em 2002 e 2003, ora da ordem de 10% dos recursos orçamentários, como em 2000 e 2001. Também não há previsibilidade para tais recursos, por dependerem quase que exclusivamente da capacidade de captação dos grupos de pesquisa da FE. Além disto, como já comentado, somente uma pequena parcela desses recursos é destinada ao apoio institucional da unidade. No caso, correspondem às taxas institucionais que variam entre 3% e 10% do total de recursos arrecadados principalmente na rubrica “Cursos de Extensão”. Os recursos constantes em “Convênios e Contratos” e em “Serviços de Apoio a Eventos” via de regra são liberados do recolhimento de taxas institucionais, quase sempre devido a exigências dos órgãos financiadores. Dentre os recursos constantes em “Vendas de Publicações”, parte é originária de ações de grupos de pesquisa e, por política da FE, retornam exclusivamente aos respectivos grupos de pesquisa. Todavia, a maior parte desses recursos é decorrente da venda da Revista *Pro-Posições* e, nesse caso, esse montante é administrado pela Direção da Faculdade, sendo reinvestido na própria revista.

Na rubrica “Convênios/Contratos”, está alocada a maior parte dos recursos extra-orçamentários da unidade. São administrados por coordenadores de grupos de pesquisa da Faculdade e decorrem de convênios ou projetos de pesquisa geralmente de caráter interinstitucional. Os recursos são destinados em grande parte a custeio de reuniões científicas, ajuda de custo para encontros de grupos de trabalho, ajuda de custo para pesquisas de campo, pagamento de bolsistas e pró-labores a pesquisadores. Uma parcela menor desses recursos é destinada à infra-estrutura dos grupos de pesquisa envolvidos, principalmente para aquisição de equipamentos e melhorias de espaço físico, podendo desse modo ser considerados como de apoio à infra-estrutura de pesquisa da Faculdade. Contudo, muitas vezes a aplicação desses recursos leva mais em consideração critérios próprios dos respectivos grupos de pesquisa, do que o interesse coletivo de toda a Faculdade. Nesse sentido, deve-se considerar a necessidade de se implementar uma política de convênios e extensão que contemple critérios de gestão e aplicação desses recursos financeiros de modo mais institucional, garantindo-se tanto o atendimento das peculiaridades de cada convênio ou projeto e dos interesses dos grupos envolvidos, como também o atendimento a critérios e interesses do conjunto da Faculdade de Educação, garantindo-se o respeito e o comprometimento com os princípios e diretrizes norteadores dos Planos Institucionais de cada época.

Ainda na rubrica Convênios e Contratos, merecem comentário alguns resultados apresentados no Quadro, nos anos de 2000 a 2003. Em 2000 e 2001, houve algumas ações de grupos de pesquisa da Faculdade que resultaram em convênios cujo aporte de recursos financeiros foi relativamente alto, considerando-se padrões de financiamento a projetos da área de humanidades e do campo da educação em particular. Registrem-se nesse período os seguintes projetos e convênios:

- a) o Projeto sobre Avaliação (institucional e do ensino-aprendizagem) financiado pela Fundação Ford, articulando-se ao desenvolvimento de um campo específico do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE;
- b) o convênio com o Ministério do Trabalho e do Emprego sobre Classificação Brasileira de Ocupações, envolvendo várias ações interinstitucionais no campo da educação e trabalho;
- c) o convênio Rede Alfa, entre várias instituições latino-americanas, com foco mais específico no campo do currículo e do planejamento e gestão dos sistemas educacionais;

d) o convênio com a Compaq, apoiando projetos de aplicação da informática na educação básica.

Outra parcela bastante significativa dos recursos extra-orçamentários encontra-se na rubrica “Cursos de Extensão”. De 1999 a 2002, esses recursos cresceram ano a ano, consideravelmente, em valores absolutos; em 2002, o aumento em relação a 1999 foi de 300%, aproximadamente. A principal origem dos recursos são os cursos do Proepre, um programa de aperfeiçoamento para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 2003, houve uma redução dos recursos dessa rubrica; mesmo assim, eles corresponderam a quase 50% do total de recursos extra-orçamentários desse ano.

Do total dos recursos oriundos de Cursos de Extensão, apenas 10% são administrados pela Direção da Faculdade, e direcionados principalmente ao custeio de atividades coletivas de ensino e pesquisa em geral. A maior parcela é administrada pelos respectivos docentes responsáveis pelos cursos e praticamente utilizada apenas para pagamento dos professores que ministram as aulas. Por normas internas da Faculdade, pelo menos 50% da carga didática dos cursos deve ser ministrada por docentes da própria FE, havendo boa participação de alunos de pós-graduação (geralmente doutorandos) ou de doutores ex-alunos. Além disso, muitos dos cursos são financiados por órgãos públicos, como secretarias municipais ou estaduais de educação, resultando em programas de formação continuada para professores em exercício nessas redes.

Ao longo do período, intensificou-se a discussão interna na Faculdade a respeito do grau de participação que a unidade deve ter na oferta de cursos de extensão. Cresce a intenção de que esses cursos possam constituir-se em programas de formação continuada, que articulem a continuidade da formação teórica dos profissionais de educação com a reflexão sobre sua prática profissional, tendo por objetivo a transformação dessa prática e, sempre que possível, na perspectiva de compreensão da escola e dos sistemas educacionais no conjunto de sua complexidade. Ao mesmo tempo, intensifica-se o desejo de que os cursos sejam realizados por meio de convênios com os sistemas públicos educacionais e financiados não pelos alunos, mas sim pelos órgãos públicos. Parcela significativa dos cursos realizados no período ocorreu com base nesses princípios.

Em suma, pode-se considerar que, de 1999 a 2003, os recursos disponíveis para a FE foram suficientes para o desenvolvimento pleno das ações de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade, em conformidade com seus princípios e metas e permitiram sensíveis ampliações e melhorias da infra-estrutura física, didática e bibliográfica da unidade. Em alguns setores bastante deficitários no início do período, como biblioteca, informática, multimeios, publicações e apoio acadêmico, adquiriu-se ao final do período um desenvolvimento de serviços e de infra-estrutura de altíssima qualidade. Ampliou-se significativamente a atuação da Faculdade no ensino de graduação, em especial no que se refere às licenciaturas e à formação de professores em exercício.

Por outro lado, se os recursos disponíveis para custeio e investimentos foram bastante suficientes para a manutenção e expansão das atividades, já os recursos disponíveis para pessoal ficaram bem aquém do desejado. As atribuições docentes e dos funcionários técnico-administrativos cresceram substancialmente no período. Em relação ao corpo de funcionários, houve uma ampliação do quadro mais ou menos compatível com a expansão dos serviços; contudo, em relação ao corpo docente, a redução causada pelas aposentadorias no período sobrecarregou em muito as atividades de cada docente.

Apesar de, no âmbito da análise aqui realizada, não se ter discutido a não-recuperação dos níveis salariais ao longo do período, em que pesem as reposições de perdas inflacionárias, ainda os salários são mantidos em patamar muito aquém dos níveis existentes no final dos anos 80 ou início dos anos 90, sendo esta uma luta histórica de toda a categoria dos profissionais de instituições públicas de ensino superior no País.

Outro aspecto a se ressaltar diz respeito à forte dependência da disponibilidade de recursos oriundos de fontes orçamentárias ou extra-orçamentárias não vinculadas diretamente à cota-parte da Unicamp no ICMS estadual, o que torna relativa a “autonomia” financeira e administrativa conquistada pelas universidades públicas paulistas. Sem adentrar o âmbito da análise institucional para toda a Unicamp, nota-se, com base nos dados da Faculdade de Educação, a dependência

orçamentária que se vivenciou no período – em especial nas rubricas Custeio e Capital – com relação a programas especiais de formação profissional ou de financiamentos eventuais de agências de fomento. Praticamente todas as melhorias e expansões de infra-estrutura e de atividades ocorridas na FE, no período em questão, aconteceram com base em recursos especiais não-oriundos da cota-parte do ICMS.

De certo modo, isso coloca a Faculdade, e a Universidade em seu conjunto, ao sabor das flutuações das políticas públicas e dos programas de governos, na dependência constante do mercado e dos investimentos daí oriundos. Somente com recursos provenientes da cota-parte do ICMS, muito pouco ou quase nada se teria realizado na Faculdade, a não ser a manutenção do padrão das atividades e da qualidade de ensino e pesquisa dos anos anteriores ao período focalizado nesta avaliação.

Como as demandas por ensino superior e por formação continuada crescem continuamente na região e no País, assim como a geração de conhecimentos cada vez mais se amplia, somente manter o nível de atividades do final dos anos 90 seria muito insatisfatório. Assim, toda melhoria ou expansão alcançada no período foi altamente desejável, porém não foi conquistada autonomamente. A realização de muitos programas ficou na dependência de recursos externos, cujas fontes financiadoras interferiram (ou quiseram interferir) em muito na definição e implementação, até mesmo nos aspectos didático-pedagógicos e avaliativos dos programas, ou nos aspectos metodológicos dos projetos de pesquisa. Em vários casos, houve necessidade de muita negociação entre as partes para se alcançar um nível de autonomia compatível com o caráter de uma unidade de ensino e pesquisa como a nossa Faculdade. Em uma ou outra situação, mesmo as negociações não permitiram certo grau de autonomia e a Faculdade viu-se obrigada a não ingressar ou a não dar prosseguimento à ação.

Com isto, resguardar a autonomia e os princípios de uma universidade pública, bem como o papel de uma Faculdade de Educação no interior dessa universidade tem sido um compromisso constante da comunidade da FE. Para tanto, é desejável que a disponibilidade de recursos financeiros, principalmente sua origem e as formas de administração, continuem a ser revistas no interior da Unicamp e da própria Faculdade, no sentido de facilitar a consecução de tais princípios e objetivos.

10. CONCLUSÃO

A leitura do relatório apresentado permite perceber que o processo de elaboração do mesmo foi amplo e contou com a colaboração de vários professores e funcionários. Mas, o mais importante é que, mesmo não dando conta de fazer jus a todas as atribuições e tarefas realizadas pela faculdade, ele permite uma boa aproximação, como os desafios que o cotidiano apresentou à unidade no período relativo a 1999-2003.

Um aspecto importante para registro sobre o período citado foi a elaboração e aprovação do Regimento da Unidade. Nesse movimento de legislar sobre o funcionamento da faculdade, foi possível ganhar unidade, na pluralidade, e desencadear outras ações importantes para seu funcionamento, como a criação de comissões novas (por exemplo, de Extensão), que ajudam fortalecer o dinamismo e ajustam as rotinas institucionais.

Necessário mencionar, também, a forma corajosa com a qual a faculdade tem proposto e revisto seus cursos de formação inicial, continuada e pós-graduada, além de enfrentar com sucesso os desafios de organização e funcionamento da unidade. Em nenhum momento o entrave natural decorrente dos debates e embates internos imobilizou as transformações desencadeadas. Se, em alguns momentos, as mudanças pareceram mais morosas, em outros elas se fizeram perceber mais velozes, e o movimento interno foi grande e gerou muitos ganhos — tanto de cunho acadêmico quanto administrativo — que hoje podemos relacionar como datados no período ora em evidência:

- reestruturação do curso de Pedagogia;
- reestruturação do Programa de pós-graduação;
- regularização do fluxo de ingressantes/egressos na pós-graduação e melhoria de sua avaliação externa (Capes);
- implantação de projetos especiais (PEFOPEX, PROESF, Licenciatura Integrada em Química e Física etc.);
- ampliação de espaços físicos e infraestrutura para grupos de pesquisa;
- inauguração de prédio novo e exclusivo para a biblioteca;
- ampliação em mais de 150% do acervo da biblioteca
- delineamento do projeto de reorganização departamental e de elaboração do Regimento Interno;
- construção de novas salas de aula;
- implementação do projeto de revisão do funcionograma da unidade;
- implementação de programa de qualificação do corpo administrativo;
- ampliação de vagas e de cursos regulares;
- ampliação do número de convênios;
- criação de uma Coordenadoria de Extensão e ampliação das ações nesse campo;
- ampliação do parque computacional para ensino, pesquisa e administração;
- instalação de salas especializadas (multimeios, videoconferência, , edição);
- ampliação dos laboratórios de ensino (área de ciências da natureza, ciências sociais, dança, informática, etc.);
- criação e/ou fortalecimento de setores de apoio acadêmico (eventos, apoio docente, multimeios, informática etc.)

- regularização e melhoria de qualidade das publicações da Faculdade;
- ampliação substancial de eventos científicos

O presente relatório mostrou, em detalhes, o esforço de valorização e acomodação feito pelo corpo administrativo, indicando uma visão de gestão que trabalha pela qualificação de todos os segmentos da unidade. Mas não há como negar que a qualificação docente é menos sensível aos esforços exclusivos de gestões administrativas internas, pois ela decorre de um entrelaçamento maior de fatores que envolvem desde a possibilidade de afastamento de professores para estudo até a condição real de produção simultânea com o exercício das tarefas de ensino e extensão. Entre os desafios que podem ser anunciados a partir deste relatório, pode-se destacar o segmento docente como alvo. Para melhor configurar o que estamos entendendo como desafio, vamos fazer um foco analítico no contexto docente, embora ele tenha sido muito bem descrito no corpo do texto, tendo sido trabalhado tanto em uma visão global, quanto departamento a departamento.

Para além de “redesenhos” internos, a Faculdade também sofreu sérias dificuldades decorrentes de política interna e externa à Unicamp, como por exemplo, o fato de que o movimento de aposentadorias foi considerável no período citado e esteve relacionado às políticas implementadas pelo governo federal. Embora tenha havido contratação de docentes no período, não resta dúvida que ainda hoje o quadro é menor do que em anos anteriores. E, quando falamos que o quadro docente hoje é menor, não precisamos comparar só com os anos iniciais de referência deste relatório. O resgate de informações mais antigas confirma esta afirmação, pois, como vimos, em 1992 o total de docentes da FE era de 109.

Como visto anteriormente, a mobilidade docente (considerando aí concursos de ingresso na carreira e concursos de mudança de nível na carreira), no período deste relatório, foi de 26 concursos para um conjunto de 101 docentes (menor número, relativo a 2003), o que reflete uma porcentagem de 19,6% de docentes tendo realizado algum tipo de concurso em um período de 5 anos. Este índice é pequeno e, visto de forma isolada, diz pouco, mas o que é importante é não perder de vista que a mobilidade funcional é prevista pela estrutura universitária (atualmente com cinco níveis na carreira universitária) como promoção e como forma de responder por tarefas e níveis de participação diferenciados.

A distribuição dos docentes nos diferentes níveis de carreira mostrou que, a partir dos concursos de ingresso e de promoção realizados, o nível com maior número de integrantes é o MS3, com 84 doutores, o que representa 83,2% do quadro docente enquadrados como Assistente Doutor. É interessante perceber que o relatório de 1992 apontava que 49,6% dos professores (54 dos 109) daquele período encontravam-se no nível MS3 e que naquela oportunidade o índice observado havia gerado uma preocupação da unidade em incentivar a mobilidade entre os níveis. Comparando as duas situações, podemos verificar que a situação atual concentra muito mais professores que a anterior. Entre os desdobramentos desse tipo de concentração, fica a indagação sobre quanto as condições de atuação docente atuais têm relação com a concentração observada e, mais, se esta é uma característica da FE ou se é comum a outras unidades. Se for específica da FE, caberão gestões mais circunscritas às condições da unidade que, embora mantenham interface com a política da universidade, requerem uma análise interna mais detalhada. Por outro lado, se muitas unidades estiverem em situação semelhante, o caminho da análise é outro.

Mas, apesar da consideração acima, os dados do relatório permitem perceber que o grupo de docentes da FE é muito produtivo. As tabelas abaixo, sínteses de alguns dados apresentados no corpo do relatório, mostram que os valores brutos e as médias de publicação dos docentes foram muito elevadas em todo o quinquênio; apesar de uma tendência sempre crescente de aumento nos índices ao longo dos anos é possível percebermos que os anos de 2003 e 2004 mostram algumas oscilações nesta tendência, o que pode estar associado às reduções no quadro docente e ao alto volume de carga didática.

Tabela 37. Total de publicações a cada ano, por departamento

Departamento	1999	2000	2001	2002	2003	Total
DASE	129	145	155	191	177	797
DEPE	115	211	227	248	159	960
DECISAE	46	59	111	43	76	335
DEME	427	504	502	512	696	2.641
DEFHE	179	167	179	145	135	805

Tabela 38. Médias totais de publicação por docente e departamento, por ano

Departamento	1999	2000	2001	2002	2003
DASE	6,8	8,5	9,1	11,2	10,4
DEPE	5,8	10,6	10,8	11,8	8,8
DECISAE	3,3	4,2	7,9	3,1	5,4
DEME	11,5	13,6	13,6	13,8	18,8
DEFHE	10,2	9,5	10,2	9,1	8,4

Importante assinalar, além disso, que a produtividade discente também foi bem expressiva, pois 426, ou seja, 65% do total de 659 alunos tiveram produção registrada no Programa de pós-graduação. Apesar de todo o esforço do corpo funcional da secretaria da pós-graduação e dos esforços dos orientadores, não há garantia de que este número, apesar de expressivo, represente o total real de produção discente, pois a prática de fornecimento de informações pelos discentes ainda é recente.

O montante de pesquisa cresceu muito nos últimos anos, como pode ser lido no relatório. Só como exemplo, vale destacar que em 2003 os docentes NRD6 desenvolveram 225 projetos de pesquisa, sendo que 64 deles foram concluídos naquele ano e 161 ainda estão em andamento. Também vale registro que 62,2% deles (140 em 225) foram realizados com apoio financeiro.

No que diz respeito à orientação, os docentes da FE vêm realizando com muito empenho o compromisso da unidade com a formação de alunos da graduação e pós-graduação, como pode ser visto na tabela abaixo, que resgata as médias anuais, por docente, de orientação de alunos. Vale destacar que a média total de orientação foi se elevando ao longo do quinquênio, alcançando a média 6,2 nos últimos dois anos do período.

Tabela 39. Médias anuais, por docente, de orientação de alunos

Ano	1999	2000	2001	2002	2003
Nível de ensino					
Pós-Graduação	0,9	1,6	2,6	2,5	2,1
Graduação	2,4	3,0	3,3	3,7	4,1
Média total	3,3	4,6	5,9	6,2	6,2

O trabalho de orientação de alunos que cursam a pós-graduação tem sido intenso e efetivo, pois, como visto, só no último triênio 277 mestres e 220 doutores obtiveram seus títulos pelo programa da FE, sendo que no ano de 2003 ocorreram 163 defesas, 89 de mestrado e 74 de doutorado. Esses números com certeza permitem visualizar que nosso programa, apesar de grande, é bastante efetivo em promover formação a quem o procura. Também é preciso dizer que

infelizmente nossos alunos também não dispõem das melhores condições para a realização de seus cursos, já que apenas 17% deles são bolsistas.

No relatório de 1992, a criação da Revista Pro-Posições foi apontada como um dos pontos altos daquele período. No atual período, ela foi reestruturada e hoje está classificada como Nacional A no Qualis da Educação. Além da Pro-Posições a FE mantém, como visto no item Publicações, outros periódicos importantes que veiculam idéias e discussões atuais e avançadas das temáticas educacionais.

A organização em grupos de pesquisa tem se mostrado uma boa escolha como forma de organização e produção, tanto que investimentos recentes foram feitos em favor de seu fortalecimento. No relatório de 1992, havia uma informação de que um levantamento efetuado em 1989 mostrava a existência de 20 grupos de pesquisa. Hoje, 34 são os grupos de pesquisa e, além de sua expansão, houve neste último período um bom trabalho no provimento de condições espaciais e de infra-estrutura mínima para cada grupo, o que permitiu a consolidação dessa forma de organização interna.

Antes de finalizar este relatório, vale destacar que o plano diretor da unidade, como mencionado no corpo do relatório, traça metas claras e alcançáveis no que diz respeito ao espaço físico. Também fica claro que os caminhos de gestão estão sendo traçados pela via do coletivo, do compartilhamento, caminho que, se por um lado gera algumas morosidades nos processos decisórios, sem dúvida os legitima, além de se configurar como uma busca da unidade possível em espaços plurais.

Não resta dúvida que a FE avançou muito no cumprimento de seu papel social enquanto unidade de uma instituição pública. Muito se trabalhou nela por uma educação de qualidade, seja nos espaços acadêmicos de sua responsabilidade, seja nas contribuições que seus docentes, alunos e ex-alunos têm feito ao cenário educacional brasileiro.